Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação

**Reverberações do debate decadência/atraso em Portugal e no
Brasil em fins dos Oitocentos: histórias conectadas**

Roni Cleber Dias de Menezes

São Paulo

2011

**Reverberações do debate decadência/atraso em Portugal e no
Brasil em fins dos Oitocentos: histórias conectadas**

Roni Cleber Dias de Menezes

*Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação,
sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.*

São Paulo

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.305 M543r	Menezes, Roni Cleber Dias Reverberações do debate decadências/atraso em Portugal e no Brasil em fins dos oitocentos: histórias conectadas. orientação Maria Lúcia Spedo Hilsdorf - São Paulo: s.n., 2011. 232 p.;
------------------	---

Dissertação (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Intelectuais 2. Decadência (Portugal) I. Hilsdorf, Maria Lúcia Spedo orient.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. *Reverberações do debate decadência/atraso em Portugal e no Brasil em fins dos Oitocentos: histórias conectadas*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2011. 232 p.

Resumo

A tese que ora se apresenta pretende investigar as conexões e trânsitos envolvendo indivíduos e objetos culturais entre Portugal e Brasil durante as três últimas décadas da centúria oitocentista e primeiros anos do século XX, no âmbito da produção discursiva e das intervenções públicas de intelectuais portugueses e brasileiros empenhados em criar/viabilizar alternativas para a superação dos estágios de decadência e atraso vivenciados, respectivamente, segundo esses mesmos homens de saberes, pelos dois países de língua portuguesa, em relação, sobretudo, às nações do norte da Europa.

O trabalho se estrutura por intermédio da captação de três dimensões dos movimentos mencionados acima, a saber: a elaboração de discursos que apontavam para o ingresso na modernidade, num complexo equilíbrio entre a busca/evocação do espírito e dos valores genuinamente nacionais e a renovação dos campos cultural, intelectual e mental por intermédio do estreitamento do contato com as filosofias da história e as teorias científicas produzida na Europa de além-Pirineus; a propagação do método de ensino da leitura criado pelo poeta português João de Deus – consubstanciado no compêndio *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* – por Portugal, Brasil e possessões coloniais lusitanas em África. Aproveita-se para sopesar o alcance do plano de divulgação da obra pedagógica de João de Deus – suas apropriações em solo brasileiro – adicionando à análise a sensibilidade para outros aspectos do programa, como a questão do possível interesse mercantil veiculado junto à propaganda dos materiais relativos ao método de ensino de João de Deus; e o trabalho de intelecção a respeito dos itinerários de António Zeferino Cândido, português ex-professor de matemática da Universidade de Coimbra e primeiro divulgador do método de leitura de João de Deus no Brasil, atividade que compreende, além da propaganda do método de ensino realizada em território brasileiro, também a atuação do professor lusitano nas diversas instituições e *loci* de sociabilidade dos quais tomou parte no Brasil nos mais de vinte anos em que permaneceu no país e, ainda concernente a Zeferino Cândido, a realização de uma exegese de seus escritos mais importantes, buscando averiguar aí o modo o divulgador do método retrata o debate em torno dos temas da decadência e do atraso e quais

respostas formula, tendo em vista as exigências de tradução, assimilação e mescla culturais a ele impostas pela vivência na capital do império brasileiro.

Palavras-chave: histórias conectadas – decadência/atraso – intelectuais – ensino da leitura – Brasil/Portugal

MENEZES, Roni Cleber Dias de. *Reverberações do debate decadência/atraso em Portugal e no Brasil em fins dos Oitocentos: histórias conectadas*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2011. 232 p.

Abstract

The thesis presented here intends to investigate the connections and movement involving individuals and cultural objects between Portugal and Brazil during the last three decades of the nineteenth century and early twentieth century, within the discursive production and intervention of public intellectuals and Brazilian Portuguese committed to creating / enabling alternatives to overcome the stages of decay and delay experienced, respectively, according to these same men of knowledge, the two Portuguese speaking countries, in relation especially to the nations of northern Europe.

The work is structured through the capture of three dimensions of the movements mentioned above, namely the drafting of speeches that pointed to the entrance into modernity, a complex balance between the search / evocation of the spirit and values of genuine national and renovation of fields cultural, intellectual and mental through the narrowing of contact with the philosophies of history and scientific theories produced in Europe from beyond the Pyrenees, the spread of the method of teaching reading created by the portuguese poet João de Deus – embodied in the book *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* – by Portugal, Brazil and portuguese colonial possessions in Africa. Makes for balancing the scope of the plan for dissemination of pedagogic work of João de Deus – its appropriations on brazilian soil – adding to the sensitivity analysis to other aspects of the program, as the question of possible commercial interest conveyed by the advertising materials for the method of teaching of João de Deus and the work of intellection about the itineraries of António Zeferino Cândido, portuguese former mathematics professor at the University of Coimbra and the first promoter of the method of reading João de Deus in Brazil, an activity that includes beyond the advertisement of the teaching method conducted in Brazil, also a portuguese teacher performance and *loci* in different institutions of sociability of whom took part in Brazil on over twenty years he remained in the country, and also concerning Zeferino Cândido, the completion of an exegesis of his major writings, seeking to ascertain how the publisher there's method portrays the debate around the themes of decadence and backwardness and formulates responses which, in view of the requirements for

translation, assimilation and cultural blend to it imposed by living in the capital of the Brazilian empire.

Word-keys: connected histories – decay / delay – intellectuals –
teaching reading – Brazil/Portugal

Agradecimentos

Há muitas pessoas a quem desejo agradecer, a começar pela minha orientadora, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, pelo estímulo que sempre me incutiu não apenas especificamente no caso da presente tese, bem como no que se refere à minha própria formação. Também pela mão segura, questionando-me sobre minhas descobertas e tornando muito mais fácil a escolha dos caminhos a seguir. Meu muito obrigado por tudo, por todos os ricos momentos vividos na sua companhia e gozando de sua atenção nesses já mais de oito anos.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), pelo financiamento da pesquisa por intermédio da concessão de bolsa de estudos durante o período de março de 2008 a fevereiro de 2011, com interrupção entre abril de 2009 e março de 2010. Igualmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa por intermédio da concessão de bolsa de estudos no âmbito do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDÉE), com vigência entre março de 2009 a fevereiro de 2010.

Mais do que agradecimentos, é meu desejo também prestar uma homenagem ao querido e saudoso Prof^o Rogério Fernandes, co-orientador desta tese durante o tempo de permanência em Portugal quando do doutorado “sanduíche”, e morto apenas três dias depois de minha partida de Lisboa. O acolhimento, as indicações, a leitura criteriosa de minhas observações e o aconselhamento do prof^o Rogério foram de grande valia. Guardo vivamente na memória as deliciosas conversas entabuladas com o professor.

Ainda em Portugal, agradeço ao Museu João de Deus, integrante da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, por franquear seu acervo para a consulta das informações indispensáveis à análise do método de ensino da leitura do poeta português. Nesse aspecto, registro o reconhecimento ao auxílio prestado pelas senhoras Elsa Rodrigues e Teresa Tenente, bibliotecárias do Museu João de Deus. Sua competência, simpatia e assistência ao consulente são dignas de louvor. Ainda aqui, quero expressar além do meu apreço o carinho pela Sr^a. Elsa Rodrigues, que me ajudou em um sem número de aspectos, na decifração dos manuscritos da correspondência pessoal de João de Deus, em indicações bibliográficas, remessa de material para o Brasil, sem falar de sua inteligência e erudição elevadas, das quais pude felizmente compartilhar no trabalho

desenvolvido no Museu, bem como em passeios pela cidade de Lisboa, os quais eram verdadeiras aulas de história ao ar livre.

O meu muito obrigado ao Prof^o Jorge Ramos do Ó, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e a todos os integrantes dos Seminários Temáticos organizados pelo prof^o Jorge, ao António, ao Tomás, à Rejane, à Ana Lage, ao João, à Irene, ao Cristiano Ferronato, ao Thomas, ao Carlos, à Catarina, à Helena, à Isabela, à Mónica Raleiras, à Pilar, ao Rui, enfim, a todos(as). Nossos encontros semanais foram fertilíssimos. Em especial quero agradecer à Maria Romeiras e à Ana Paz, queridas amigas, com quem continuo mantendo contato frequente após o retorno ao Brasil. Trata-se de duas mulheres valorosas, desejo toda a ventura deste mundo a elas.

À Sociedade de Geografia de Lisboa e ao funcionários de sua biblioteca. Igualmente à Biblioteca Nacional de Portugal e aos seus funcionários.

De volta ao Brasil, os agradecimentos à Prof^a Carlota Boto e ao Prof^o Nelson Schapochnik, integrantes da banca de qualificação, pelas importantíssimas correções e apontamentos. Ainda ao Prof^o Nelson Schapochnik, pelo acolhimento quando de meu ingresso no doutorado.

A todos(as) amigos(as) do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e pesquisa em História da Educação (NIEPHE) e do Grupo de Estudos em História da Educação e Religião (GEHER), pelas discussões estimulantes em todos os encontros em que tomei parte durante a construção da atual pesquisa. E também à colega Katiene Nogueira da Silva, pela ajuda em inúmeros pontos relativos ao aspecto formal da tese, bem como pela frutífera parceria desenvolvida ao longo do mestrado e do doutorado.

Também ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e a todos seus funcionários, especialmente à bibliotecária Vera. À Biblioteca Nacional do Brasil e aos seus funcionários. À Rita e à Márcia, do EDF, pela contínua disposição em ajudar. Ao pessoal da Secretaria de Pós-Graduação da FEUSP, especialmente pela paciência e acolhimento, ao Marcelo, Bruna, Rosana, Cláudio.

Por fim, à Andrea, companheira a quem tanto subtraí o tempo precioso de nosso convívio, pela sua dedicação a que nada me faltasse, meu muito obrigado. E a meu pai Andrelino, minha mãe Vilani e minha filha Camila, pelo muito que me deram nessa vida e por tudo o que deixei de lhes dar, mais ainda nesses últimos quatro anos, meu eterno agradecimento.

Sumário

Apresentação	14
Introdução	25
Capítulo 1 – Sistemas intelectuais em conexão: as consciências letradas portuguesa e brasileira e a produção da modernidade	54
<i>1.1 – O pêndulo português e a Geração de 70</i>	55
<i>1.2 – O projeto colonialista português e a Sociedade de Geografia de Lisboa</i>	67
<i>1.3 – Republicanos portugueses e o Brasil</i>	77
<i>1.4 – Gerações de 70 de Portugal e Brasil e a superação da decadência/atraso</i>	81
Capítulo 2 – João de Deus: criação, circulação e apropriação de seu método de ensino da leitura	106
<i>2.1 – Encontros com Castilho e a Geração de 70 portuguesa – itinerários de João de Deus antes da publicação da Cartilha Maternal</i>	107
<i>2.2 – Gênese do método de ensino da leitura: as primeiras edições da Cartilha Maternal e a relação com os editores</i>	120

<i>2.3 – O método João de Deus: arma política do movimento republicano? Casimiro Freire, a maçonaria e a Associação de Escolas Móveis</i>	138
---	-----

<i>2.4 – O poeta e o pedagogo: as interfaces entre a obra literária e a obra pedagógica de João de Deus</i>	155
---	-----

<i>2.5 – A propaganda do método: exploração comercial e veiculação de ideias no espaço atlântico</i>	163
--	-----

Capítulo 3 – O mensageiro de João de Deus: a reflexão sobre os temas decadência e atraso em Antônio Zeferino Cândido	190
---	-----

<i>3.1 – Antecedentes da viagem de Zeferino Cândido ao Brasil</i>	190
---	-----

<i>3.2 – A propaganda do método João de Deus no Brasil: Zeferino Cândido e Manuel de Portugal e Castro</i>	196
--	-----

<i>3.3 – Itinerários intelectuais de Zeferino Cândido no Brasil</i>	212
---	-----

<i>3.4 – A escrita da história do Brasil e o ideal luso-brasileiro de Zeferino Cândido</i>	223
--	-----

Considerações Finais	235
-----------------------------	-----

Fontes	240
---------------	-----

Referências bibliográficas	248
-----------------------------------	-----

Capa – Vitral alusivo à descoberta do Brasil e à travessia do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Distinguido com o Grande Prémio do Rio de Janeiro, em 1923. Portugal. Vidro, chumbo, madeira, 210×112 cm. Ricardo Leone.

Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa.

*Mas um velho de aspecto venerando,
Que ficava nas praias entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça descontente,
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente,
Cum saber só de experiência feito,
Tais palavras tirou do experto peito:*

*– Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
Cũa aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!*

Camões, *Os Lusíadas*. Canto IV, Estrofes 94 e 95

Apresentação

A tese de doutorado que ora se produz inclui uma etapa de estágio no exterior, compreendendo o período de março de 2009 a fevereiro de 2010, no âmbito do Programa de Doutorado de Estágio no Exterior (PDEE), da Capes. Tal etapa foi realizada junto ao Instituto de Educação (IE) da Universidade de Lisboa (UL), sob a orientação do Prof. Rogério A. Fernandes. Durante este período, minhas atividades compreenderam o levantamento de fontes junto aos arquivos portugueses e sua sistematização, a participação em grupos de estudo da área de história da educação e ligados ao programa de doutoramento do IE-UL, bem como a realização de contatos com professores e investigadores portugueses.

Do ponto de vista estrito das instituições em que se desenrolou a pesquisa em território português, pode-se mencionar, com maior destaque, a Biblioteca Nacional, o Museu Pedagógico João de Deus, a Sociedade de Geografia de Lisboa – todos sediados em Lisboa – e o Arquivo da Universidade de Coimbra.

Na primeira destas instituições foi consultada, particularmente, a bibliografia sobre a história e a história da educação portuguesa e brasileira, alguns documentos relativos ao *método* de ensino da leitura de João de Deus¹ e a produção bibliográfica deste e de António Zeferino Cândido, português, professor de matemática da Universidade de Coimbra e o primeiro divulgador deste método no Brasil. Aqui afluem dois eixos os quais, crê-se, articulam-se. Por um lado, por intermédio da análise da literatura concernente à trajetória do *método* João de Deus se intenta acompanhar as vicissitudes de sua criação e difusão, os embates e polêmicas em que se viu imerso, os debates a propósito de sua suposta inovação em matéria pedagógica e sua tentativa de informar o ensino da leitura da língua portuguesa para além das fronteiras do Portugal continental, uma das hipóteses suscitadas após a consulta aos arquivos portugueses. Por outro, a atenção dispensada à produção literária de António Zeferino Cândido aponta, concomitante ao seu engajamento no projeto de difusão do método de João de Deus, para o engendramento de práticas atreladas a elaboração de um pensamento que objetivava a execução de um projeto modernizador das sociedades portuguesa e

¹ Poeta e pedagogo português nascido em 1830 em São Bartolomeu de Messines, no Algarve. Reconhecido como um dos grandes poetas líricos portugueses do século XIX, João de Deus também passou à posteridade como autor de obras pedagógicas, das quais se destaca sua *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, publicada originalmente em 1876 e um dos compêndios escolares de maior abrangência e perenidade, não só em Portugal, bem como em outros territórios de língua portuguesa.

brasileira no cenário da afirmação dos pressupostos científicos enquanto norteadores da vida social.

No Museu Pedagógico João de Deus, integrante da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, e que conserva a biblioteca particular, a coleção de objetos pessoais e bens culturais, além da correspondência particular do poeta, consultou-se toda a correspondência ativa de João de Deus e grande parcela de sua correspondência passiva, encontrando-se aí um percentual significativo de menções ao Brasil, notadamente apontando para a relevância do mercado brasileiro, campo fértil para a exploração mercantil do compêndio escolar em que estava consubstanciado o método de João de Deus: a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*.

Para o caso das correspondências recebidas por João de Deus a situação requer uma advertência, explicitada pela maior extensão do seu volume e, em decorrência deste aspecto, a necessidade de se fazer um recorte quanto à documentação analisada. Foram encontradas neste fundo documental diversas correspondências de indivíduos participando ao criador do método a sua utilização em aulas de ensino da leitura, incluindo as missivas enviadas por António Zeferino Cândido – três delas escritas quando ainda se encontrava em Coimbra, preparando-se para partida ao Brasil e outras duas elaboradas já no Rio de Janeiro – e por Manuel Portugal de Castro, outro professor português que parte para a província de Pernambuco em acordo com João de Deus a fim de imprimir maior fôlego à divulgação do método na região setentrional do país.

O trabalho de pesquisa prosseguiu na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), instituição criada em 1875 e que até hoje mantém intensas atividades, constituindo sua biblioteca substancial manancial para o investigador brasileiro. Aí me detive nas atas de sessão das reuniões da SGL, percorrendo os anos de 1875 a 1893 e nos *Livros Brancos* (nome dado aos livros que contém a comunicação oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado Português), relativo ao período que decorre de 1874 a 1879. Além de impulsionar o conhecimento científico e encaminhar propostas de exploração econômica das possessões portuguesas de ultramar – leia-se, precipuamente, colônias africanas – a SGL também tentava dar respostas ao estado de decadência “diagnosticado” por intelectuais portugueses desde os tempos das lutas liberais do início do século XIX. É importante sublinhar que António Zeferino Cândido foi sócio correspondente da agremiação e, durante sua permanência no Brasil, também redator da revista da seção da SGL que se criou no país em 1878, na capital do Império. A investigação das atas trouxe uma valiosa contribuição quanto a perceber a circulação

dos temas candentes naquele último quartel de século XIX. É nítida a percepção de que, para a SGL, seria com a revivescência do ideal explorador que marcara a história portuguesa, desta feita orientada para a ocupação e colonização do território africano, que o país poderia ombrear com as demais nações do continente europeu. Chega-se mesmo a postular que a única alternativa para Portugal é a ocupação e exploração das terras de África, num tempo em que os limites territoriais das possessões coloniais ainda não se haviam definido entre as potências do velho continente. O tema educacional também se faz presente nos debates das sessões da SGL, desde a melhor forma de preparar o pessoal responsável pela administração e colonização dos territórios africanos como por meio do interesse em intervir nas reformas do ensino secundário nacional, vide ensino da disciplina geografia.

Já no Arquivo da Universidade de Coimbra perscrutei dados relativos à permanência de António Zeferino Cândido na Universidade, desde sua entrada como aluno no curso de matemática (vide **Figura 6**, correspondente ao livro que contém seu “processo” – conjunto de documentos oficiais relativos ao vínculo do aluno e/ou docente com a Universidade de Coimbra). Além disso, também me debrucei sobre os livros de passaporte, peça documental que possibilitou, com mais segurança, identificar a data de partida de Zeferino ao Brasil.

Este preâmbulo, constituído pelas ponderações a respeito das instituições e acervos documentais pesquisados em Portugal, considera-se necessário na medida em que o tempo permanecido na Europa e a natureza das investigações aí realizadas foram capitais para o reposicionamento desta pesquisa de doutorado. Anteriormente à chegada a Lisboa para o início dos trabalhos do PDEE-CAPES duas questões direccionavam o percurso das investigações que se propunha encetar durante o estágio doutoral no exterior. A primeira: examinar a abrangência da circulação cultural inerente a Brasil e Portugal nas últimas décadas do século XIX, do ponto de vista das interações dos letrados dos respectivos países, integrantes de um movimento de renovação intelectual, ocorrido tanto lá quanto cá, e assinalados pelo título de *Geração de 70*². A segunda:

² Optou-se pela expressão abreviada *Geração de 70*, forma consagrada pela bibliografia, para designar a geração de escritores, artistas e intelectuais portugueses, cuja produção e atuação na cena pública têm início pouco antes da década de 70 do século XIX – mais especificamente com a eclosão da *Questão Coimbrã*, envolvendo Antero de Quental e seus colegas estudantes da Universidade de Coimbra em contraposição aos cânones literários ultra-românticos, personificados por António Feliciano de Castilho e seus seguidores – e se estende, grosso modo, até a primeira ou segunda década do século XX. Seus marcos e definições não são os mesmos para Portugal e Brasil. A categorização com o título peculiar de *Geração de 70* é concedida pelos contemporâneos no caso português e, diversamente, uma construção menos perceptível e arquitetada por meio de um exercício intelectual bem mais sofisticado – e *a posteriori* – no

atestar a validade da hipótese – alimentada pela observação de determinadas relações de sociabilidade de João de Deus – da pedagogia deste poeta lírico português como expressão da proposta modernizadora, no âmbito educacional, da *Geração de 70* portuguesa.

Tais indagações geravam uma outra, correlata àquelas, da compreensão do que teria sido a própria *Geração de 70* em Portugal. As respostas a tais perguntas eram então imprescindíveis para a melhor formulação do problema da pesquisa. A interpretação a que se chegou após o estudo da bibliografia a propósito da *Geração de 70* portuguesa e dos diálogos e polémicas inerentes ao *método* e à *cartilha* de João de Deus suscitaram uma intelecção de que, embora não houvesse consenso na bibliografia sobre a duração da *Geração*, o conjunto de seus membros e outros aspectos³, seria mais autorizado que se tomasse em consideração a literatura (especialmente o romance realista) e a história (do ponto de vista de sua escrita objetiva) enquanto campos de enunciação da atuação dos integrantes desta *Geração*.

De modo geral, os debates no interior da *Geração de 70* seriam testemunhas dos conflitos entre as possibilidades econômicas, postas por uma nação localizada na periferia do capitalismo contemporâneo – capitalismo este de tintas imperialistas – e as representações da nação sob o signo da decadência: representações que, de modos distintos, porém ao fim e ao cabo, marcavam a visão de mundo das elites culturais lusitanas.

Destarte, a imersão na bibliografia sobre a *Geração de 70* portuguesa autoriza a ideia de que os coevos tenham dela tomado consciência durante o instante mesmo de seu acontecimento e que, percepcionada pelo viés da literatura e da escrita da história, tal fenômeno tenha extrapolado essas dimensões, assumindo uma feição que também foi de cunho político, social e cultural. Nesse sentido, a esfera educacional não permaneceu estranha às suas preocupações. É mais do que acertado asseverar que a reforma dos esquemas mentais da vida nacional – um dos pilares sobre o qual se assentava a crítica

caso brasileiro. As repercussões de sua produção intelectual e práxis social também são divergentes, em um e outro país, no entanto, parte das linhas mestras que orientavam suas plataformas de renovação/reformulação dos quadros políticos, sociais e mentais das respectivas sociedades mantinha pontos de contato, como o ataque à monarquia, a crítica ao estado da instrução, à arte e literatura calcada nos paradigmas ultra-românticos, a leitura e filiação às teorias científicas que varriam o continente europeu àquela altura; e, outrossim, a procura por uma estética, uma arte, projetos de desenvolvimento que se apoiassem sobre um caminho próprio, nacional, consoante com as tradições do povo, avessos à estrita imitação dos modelos estrangeiros. Adiante, as duas “gerações” de 70 receberão um tratamento mais pormenorizado.

³ Para uma apreensão mais abrangente da *Geração de 70* lusitana, ver: Berrini (2003); Boto (1997); Medina (1975; 1980; 1984); Mota (1998); Nemésio (1971); Pires (1992), entre outros.

reformuladora da *Geração de 70* – passava, em primeiro lugar, pela realização de um amplo processo de educação e de acesso à informação. Também é lícito considerar que tal conteúdo propositivo se apoiava sobre um diagnóstico bastante acrique quanto ao estágio em que se encontrava a instrução no país e quanto aos métodos e procedimentos que a orientavam. Ao lado da percepção da inadequação do sistema monárquico e da rejeição à produção e ao consumo de uma literatura já ultrapassada, o diagnóstico dos componentes da *Geração de 70* apontava para um amplo descrédito em relação aos modelos arcaicos de pensamento e de ensino que se praticava em Portugal na segunda metade do século XIX, a começar por aqueles que informavam os cursos superiores da Universidade de Coimbra. Esta concepção acerca da inadequação do ensino vigente no país face às necessidades de melhoramento do nível intelectual da sociedade portuguesa transpareceu no variegado leque de produções literárias e intervenções que os integrantes da *Geração* realizaram. Assistimos a isto na poesia e nos textos políticos de Antero de Quental, nos escritos de história e economia política de Oliveira Martins, na prosa de Eça de Queirós, na crônica da vida quotidiana de Eça e Ramalho Ortigão (*As Farpas*) e, extremamente relevante nesta lista, nas conferências públicas, como foi a célebre de Francisco Adolfo Coelho em 1871 por ocasião das *Conferências do Casino Lisbonense*, intitulada *Questões de Ensino*, a quarta e última destas intervenções que foram um marco da história da inteligência portuguesa. Segundo Fernandes (1978)⁴, a sessão levada a efeito por Francisco Adolfo Coelho “motivou a indignação do mandarinato universitário e que a polícia denunciou ao governo. Essa conferência e as de Antero motivaram explicitamente a tão célebre quanto escandalosa portaria de supressão (das conferências) assinada pelo duque d’Ávila e Bolama”. (Fernandes, 1978, p. 121-2) Nada obstante, não se nos afigurou nem que a historiografia, a contemporânea da *Geração de 70* e a posterior, tenha encarado o *método* criado por João de Deus como parte da “obra” reformuladora da dita geração, nem que o próprio poeta tenha a ela experimentado qualquer espécie de pertencimento. Isto é importante ter em vista para que se possa precisar com maior justeza o espectro abarcado pelo *método* e, *pari passu*, seja estudado com maior profundidade o caráter de suas inovações, tanto no âmbito pedagógico quanto no âmbito mais largo da cultura. É fato que João de Deus, pela proeminência já alcançada no limiar da década de 1870 nos círculos culturais lusitanos, mantivesse diálogos com representantes da *Geração*, como em relação a Antero de

⁴ FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa / Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

Quental, o maior nome da poesia portuguesa do período e que muito apreciava João de Deus e seu lirismo, devendo-se a Antero a afirmação de que João de Deus recuperara os luminosos dias do soneto na língua portuguesa, modalidade poética mantida na mediocridade desde Camões.

João de Deus também estabelece correspondência com outros membros da *Geração*, como é o caso de Oliveira Martins⁵, em que, atendo-se à correspondência particular do poeta compulsada nos arquivos da biblioteca do museu pedagógico que leva o seu nome, divisa-se um conjunto de cartas que remetem às vicissitudes da publicação da *Cartilha Maternal*, assumindo destaque os desencontros no acerto de contas de João de Deus com a Casa Bertrand, responsável, à dada altura, pela edição da cartilha e da qual Oliveira Martins era funcionário. Ainda assim, a relativa proximidade de João de Deus com reconhecidos membros da *Geração de 70* não nos autorizou a inscrever o poeta sob a rubrica desta *geração*.

Configurava-se dessa maneira, aos meus olhos, que a premissa com a qual partira desde a confecção do projeto que originaria o atual trabalho não se mostrava mais exequível, ou, pelo menos, não era, *stricto sensu*, um problema de pesquisa. Havia que enveredar por uma das manifestações da aludida circulação cultural entre Portugal e Brasil, ou mais exatamente, aumentar a lente da objetiva sobre uma dada singularidade dessa circulação, de modo a, com um tratamento adequado, transformá-lo num objeto de pesquisa.

A premissa referida logo acima correspondia à inteligência, obtida antes do levantamento bibliográfico, de que as representações circulantes da educação moderna no Brasil da segunda metade do século XIX apresentavam conexões com as trocas culturais mantida entre os homens de letras brasileiros e nossos ex-colonizadores, em nível igual ou até maior, do que com a intelligentsia de países mais adiantados, como a

⁵ Vide correspondência particular de João de Deus arrolada nas fontes manuscritas. Joaquim Pedro de Oliveira Martins foi subscritor do Programa das Conferências Democráticas do Casino, em 1871, juntamente com Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga (de acordo com Saraiva [1995], Antero de Quental assinou o referido programa por Teófilo Braga sem o consultar), embora não tenha conseguido proferir sua conferência, haja vista que o gabinete presidido pelo Marquês de Ávila e Bolama mandou suspender as palestras. Ocupou, no início da década de 1890, a pasta da Fazenda, no Gabinete presidido por Dias Ferreira, durante o reinado de D. Carlos. Autor de diversas obras, destaca-se sua Biblioteca das Ciências Sociais, constituída por 12 volumes: *História da Civilização Ibérica*, 1879; *História de Portugal*, 2 volumes, 1879; *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, 1880; *Elementos de Antropologia*, 1880; *Portugal Contemporâneo*, 3 volumes, 1881; *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 1881; *Sistemas dos Mitos Religiosos*, 1882, *Quadro das Instituições Primitivas*, 1883; *Regime das Riquezas*, 1883; *Tábuas de Cronologia*, 1884 e *História da República Romana*, 1885.

França, os Estados Unidos da América ou as nações de cultura alemã. Em outros termos, as matrizes teóricas francesas, norte-americanas ou dos países de cultura germânica que circularam no Brasil naquele período o fizeram, em grande parte, por intermédio do diálogo com Portugal e sua consciência letrada. Tão ou mais importante que a francofilia, a americanofilia ou a germanofilia, a mundivivência exercida por intermédio de um patrimônio histórico, linguístico e cultural compartilhado, faria de Portugal, mesmo já transcorrido cerca de meio século da independência brasileira, o *locus* de reverberação cultural que mais atraía nossa elite letrada. Este raciocínio admitia, ainda, uma variante, não excludente, de que as matrizes teóricas mencionadas há pouco chegavam até os intelectuais brasileiros, em grande medida, via Portugal, seja por meio de traduções efetuadas pelas casas editoras lusitanas, seja pela circulação de periódicos portugueses no Brasil – e a contrapartida representada pela colaboração de muitos intelectuais portugueses com jornais brasileiros –, seja pelas redes de sociabilidade mantidas com homens de letras portugueses⁶, residentes ou não na parte ocidental da península ibérica. Assim, concomitantemente ao contato “direto” com os centros de produção de conhecimento da Europa além Pirineus e da América do Norte, contato consubstanciado no “consumo”⁷ dos livros, viagens ao exterior, relações com autores destes países, investigações/estudos realizados em instituições estrangeiras, entre outros, Portugal funcionaria, **igualmente**, como uma espécie de filtro, algumas vezes realizando as traduções culturais⁸ pelas quais chegariam ao Brasil as novidades dos países mais adiantados na *marcha da civilização*.

Retornando ao caso da premissa, registra-se que ela foi tomando corpo à medida que revisitava as fontes documentais examinadas para a confecção de minha dissertação de mestrado, intitulada *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*⁹, e na qual propunha estudar, partindo do acompanhamento das estruturas de sociabilidade de um

⁶ Berrini (2003) apresenta um recorte bastante rico destas redes, abordando, inclusive, a amizade sob um viés sociológico. Elencando nomes como Eduardo Prado, Machado de Assis, Eça de Queirós, Visconde do Rio Branco, Ramalho Ortigão, Joaquim Nabuco, Domício da Gama, Olavo Bilac, a autora explora, através do exame das cartas trocadas, das relações familiares, dos encontros e tertúlias realizados nas capitais europeias, os vínculos que uniram estes intelectuais da língua portuguesa, a ponto de, sugestivamente, propor a existência de apenas uma *Geração de 70*, nem exclusivamente lusitana, nem exclusivamente brasileira, mas uma *Geração de 70* luso-brasileira.

⁷ Na acepção tomada de empréstimo a Certeau (1994), na qual consumo é percebido também como uma modalidade de produção.

⁸ Tradução tomada aqui no sentido metafórico e não literal de se verter o idioma para a língua materna.

⁹ Defendida no primeiro semestre de 2006, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.

determinado conjunto de propagandistas republicanos da província de São Paulo do último quartel do século XIX – e tendo como eixo aglutinador uma publicação informativa do mesmo período – como determinadas redes relacionais contribuíram para a elaboração de plataformas de transformação política e social e projetos de reforma do estado e da administração pública, levadas a efeito, em parte e posteriormente, por boa parcela daquele grupo quando instalada a República em 1889. Ainda no período de escrita da dissertação já percebia os vínculos entre aspectos do ideário dos republicanos da província de São Paulo e de alguns intelectuais lusitanos e, sublinho, também no que dizia respeito aos assuntos educacionais – a colaboração de escritores portugueses com o *Almanaque Literário de São Paulo* (dirigido por um português, José Maria Lisboa), a guarida dispensada pelo núcleo¹⁰ do jornal *Província de São Paulo*¹¹ (o mesmo que integrava o *Almanaque*) ao divulgador do método de ensino da leitura de João de Deus, Antônio Zeferino Cândido, e a propagação do referido método e seu uso por Antônio Silva Jardim¹² (em cursos noturnos e em suas aulas na Escola Normal de São Paulo) são apenas alguns exemplos daqueles nexos. Entretanto, como não era meta precípua da dissertação, além do receio de torná-la prolixa, não explorei mais a fundo aqueles aspectos. Para o ingresso no doutorado elaborei um projeto que buscava averiguar as proximidades dos intelectuais brasileiros e portugueses de fins dos oitocentos. Foi esta perspectiva que me conduziu ao estudo das comunicações entre as gerações de 70 de cá e de lá.

Contudo, pude posteriormente perceber que a valorização, ou antes, o foco sobre a circulação cultural entre Portugal e Brasil na segunda metade do século XIX, ao

¹⁰ Desde sua criação até 1884, o núcleo da *Província de São Paulo (PSP)* foi composto por Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos (redatores) e José Maria Lisboa (tipógrafo). Vale sublinhar que o *Almanaque Literário de São Paulo* aproveitava para a impressão de seus números a tipografia responsável por estampar os exemplares da *PSP*.

¹¹ Atual *O Estado de S. Paulo*, no século XIX o jornal representou um importante veículo de propaganda republicana na província paulista. Foi fundado em 1875, resultado de comandita reunindo vinte pessoas, abrangendo não apenas republicanos, mas, inclusive, correligionários do Partido Liberal, os “liberais avançados”, segundo terminologia usada pela historiografia (Hilsdorf, 1986). Todavia, seus dirigentes não fizeram do periódico tão somente um libelo da propaganda política, mas, de modo sincrônico, imprimiram à empresa jornalística uma feição “moderna”, pois, ao lado de se constituir no maior porta-voz do grupo, primou por “oferecer ao público informações variadas e concernentes às questões da atualidade, propondo-se como uma leitura – literal e metaforicamente – da realidade.” (Hilsdorf, 1986, p. 87-8)

¹² Antônio da Silva Jardim, bacharel pela Academia de Direito de São Paulo, lente da Escola Normal da capital paulista, teve papel destacado na propaganda republicana, contrapondo-se à tendência moderada de muitos de seus correligionários. Influenciado em parte de sua vida pelo positivismo radical (associado a um dos discípulos de Augusto Comte, Pierre Laffitte), participou de experiências inovadoras no campo educacional de fins do século XIX, como a Escola Neutralidade, estabelecimento de ensino secundário aberto em São Paulo, em 1884, na companhia de João Köpke.

mesmo tempo que o descortinar de um tema vasto, abrindo-se ao olhar um campo fértil de possibilidades de pesquisa, redundava no perigo de se abarcar um temário tão amplo, que abarcava tantos objetos em seu interior, em que, a par da inexecutabilidade de concretizar tal empresa, caso efetivamente continuasse a tentar levá-la a efeito, o resultado poderia não exceder o de uma descrição pouco ou nada contributiva. Havia, pois, que repensar aquelas questões que trouxe para o período de estágio em Lisboa.

Mas, de todo modo, não queria perder de vista a ideia das conexões entre os intelectuais de Brasil e Portugal, e já havia, neste ínterim, principiado a investigar as iniciativas de Antônio Zeferino Cândido na vulgarização do método de ensino da leitura de João de Deus no Brasil. Porém, a perspectiva se restringia a acompanhar a disseminação do método em território brasileiro, acompanhar os passos de Zeferino em sua tarefa de propaganda, perceber o modo e a intensidade com que o tema do problema do ensino da leitura permeava os espaços frequentados e as relações mantidas pelo antigo professor da Universidade de Coimbra na ex-colônia portuguesa sul-americana. Então, alguns fatores confluíram para ultrapassar os impasses postos pela amplitude do tema e pelo caráter variegado (e com uma articulação débil) das investigações e leituras efetuadas. Nos levantamentos realizados sobre Zeferino, especialmente no âmbito de seus trabalhos na seção da Sociedade de Geografia no Brasil, observei sua preocupação quanto à condição de Portugal frente à política internacional de seu tempo. Mesmo residindo no Brasil por mais de vinte anos, ele não se afastou dos debates e preocupações que animavam a elite cultural portuguesa de finais do século XIX. Como muitos dos intelectuais do período, nos escritos de Zeferino visualiza-se um indivíduo eivado de um sentimento profundo de nacionalismo, de busca daquilo que seria a razão de ser da individualidade nacional lusitana, e que ressoa um certo sentimento coletivo de angústia e de confusa consciência de decadência que grassava em seu país. Esta consciência da decadência não era fenômeno novo, suas primeiras manifestações retroagem ao século XVIII, perceptíveis na crítica de Ribeiro Sanches¹³ e no testamento político¹⁴ que D. Luís da Cunha escreve ao príncipe D. José.

¹³ Antônio Nunes Ribeiro Sanches, eminente intelectual português do século XVIII, é comumente apontado pela historiografia como um dos “estrangeirados” que mais influência exerceu na orientação política do Marquês de Pombal. Cristão-novo, Ribeiro Sanches foi denunciado à Inquisição, conseguindo, porém, escapar do cárcere e da fogueira. Deixou Portugal e passou a outros estados europeus, estabelecendo-se em Gênova, França, Inglaterra, Países Baixos, Império Russo e Prússia. Médico de formação foi, talvez, um dos maiores expoentes, na língua portuguesa, do pensamento iluminista durante o século das Luzes e autor de uma obra pedagógica que inspirou as reformas pombalinas da instrução pública à época do reinado de D. José I. Foi colaborador da Enciclopédia de D’Alembert e Diderot.

Reaparece com força no diagnóstico realizado pelos liberais da primeira metade da centúria seguinte, como nos textos de Almeida Garret e Alexandre Herculano, em que, malgrado as diferenças que marcaram a produção literária dos dois maiores expoentes do Romantismo português, a leitura que fizeram do processo histórico nacional apresenta vários pontos em comum – a crítica ao absolutismo monárquico, a busca dos elementos genuinamente portugueses (concretizada no engendramento de romances históricos), o amálgama da literatura culta com as formas populares de expressão, a valorização dos temas folclóricos, enfim, a concepção de que nos últimos três séculos Portugal teria perdido sua vitalidade.

Ora, afigurava-se, pois, ao trilhar a atuação de Zeferino Cândido no Brasil, a ocorrência de uma forma específica de circulação cultural, representada por um professor que ecoava nos círculos letrados o problema do ensino da leitura, em alguma medida semelhante a de um preposto de João de Deus fora do reino, acrescida de uma interpretação própria do tema da decadência portuguesa, em que sobressaía, ao lado da perspectiva educacional, a elaboração de uma teoria política a respeito da empresa colonizadora lusitana – teoria alicerçada no desenvolvimento dos estudos geográficos, na política econômica e também amparada na escrita da história do Brasil e de Portugal.

Após esses deslocamentos, experimentados desde a apresentação do projeto de pesquisa e, especialmente, durante o período de investigações em Portugal, chegou-se ao escopo primordial do trabalho: investigar aspectos do diálogo cultural entre Portugal e Brasil nas décadas finais do século XIX, sob o prisma do ensino da leitura, ensino o qual integra um programa mais vasto de redimensionamento da tomada de consciência do tema decadência/atraso nas duas sociedades em questão, levadas a cabo pelos intelectuais dos dois países. Para tal, pretende-se abordar a propagação do método de ensino da leitura João de Deus no último quarto dos Oitocentos – num primeiro momento elegendo como alvo algumas regiões de língua portuguesa, como o Portugal

¹⁴ O *Testamento político de D. Luís da Cunha* começou a ser redigido em 1747 e teve como destinatário o herdeiro do trono português, o príncipe D. José, filho de D. João V. Notória por sugerir a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para ministro do reino, a obra apresenta um concatenado programa político de governo ao príncipe. De modo geral, o programa delineado por D. Luís da Cunha propugnava pelo respeito às seguintes linhas mestras: concentração do poder nos secretários de estado, dando-lhes um estatuto claro que eles ainda não tinham, governação mantida o mais independente possível das influências que dominavam a sociedade portuguesa de meados dos setecentos, e que tinham objetivos considerados relativamente independentes da coroa, influências representadas, sobretudo, pela aristocracia da corte, demasiado poderosa, pela igreja, a secular – mas também a regular –, e a Companhia de Jesus, especialmente no que tangia à sua presença nos domínios ultramarinos.

continental, as ilhas atlânticas, o Brasil e as então possessões coloniais lusitanas em África – e, concomitantemente, revisitar o aludido tema decadência/atraso a partir das interlocuções efetuadas pelo primeiro divulgador do método de ensino de João de Deus no Brasil, Antônio Zeferino Cândido.

Introdução

«Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua glória? Nem herdeiro
De teu renome?... Sim: recebe-o guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio; não se acabe
A língua, o nome português na terra.»
Almeida Garret. *Camões*, Canto décimo, XXI.

Desde os primórdios das inquietações intelectuais que engendraram esta pesquisa, uma série de trabalhos adquiriu especial relevância. Foram contribuições que auxiliaram a que a presente tese encontrasse sua singularidade, ao mesmo tempo em que lhe mostraram caminhos férteis de investigação. A seguir, alguns destes estudos são revisitados.

Inicia-se pela tese de doutorado de Mota (1998)¹⁵, na qual a autora procura interpretar as representações de nação presentes nas práticas discursivas das Gerações de 70 de Portugal e Brasil como uma das estratégias de apreensão e organização de um universo marcado pelo signo da modernidade. No caso português, tratar-se-ia de encontrar as causas da decadência – uma tentativa de responder à questão “porque não somos mais o que fomos?” (Mota 1998, p. 13) – e no brasileiro, buscar as razões do atraso – uma fórmula de dar cabo da indagação “o que queremos ser?” (Mota, *op. cit.*, p. 13). Os registros das respectivas Gerações de 70 são tomados em dois campos: o da literatura (expresso mormente pelo romance realista) e da história (sua escrita objetiva), a partir dos quais a autora intentou fazer emergir “as imagens do ser português e do ser brasileiro”.¹⁶ (Mota, 1998, p. 13).

A periodização adotada pela autora possui pontos de partida que variam de acordo com a *Geração de 70* em questão: para a análise da *Geração de 70* portuguesa o

¹⁵ MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Brasil e Portugal: imagens de nação na Geração de 70 do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/PPGHIS, tese de doutorado, 1998.

¹⁶ A respeito da inteligência acerca dos vetores que orientaram a produção dos componentes das *Gerações de 70* portuguesa e brasileira, Mota (1998) participa ao leitor o objetivo/alcance de seu estudo: “(...) uma proposta de leitura e de interpretação de textos que foram produzidos sob o duplo signo da urgência e da exigência – urgência em libertar a sociedade do atraso político e intelectual, no caso brasileiro; exigência em (re)construir a alma nacional, esmagada pelo secular peso da tradição ou pelo jugo econômico e cultural do estrangeiro, no caso português. Observemos estes escritores em seu ofício e em seus propósitos e analisemos o diálogo entre essas vozes portuguesas e brasileiras. Sob o traço realista e objetivo, busquemos as imagens que essa geração de letrados criou para descrever a experiência do ser português e do ser brasileiro.” (Mota, 1998, p. 29)

marco são as Conferências do Casino, em 1871; já a baliza brasileira é, segundo Mota (1998), mais difusa, de limites um tanto imprecisos, por não apresentar, como sua congênere lusitana, eventos que atestem de modo mais evidente a atuação orquestrada de seus membros. De maneira bastante esquemática, poder-se-ia considerar que a emersão da *Geração de 70* no Brasil esteve ligada a fatos que se associam ao esboroamento da instituição monárquica, como o fim da Guerra do Paraguai e a publicação do Manifesto Republicano, em 3 dezembro de 1870. No caso dos limites finais as datas praticamente coincidem: no que respeita a Portugal é definido pelo ultimato inglês, em janeiro de 1890; e quanto ao Brasil a demarcação é dada pela proclamação da República, em novembro de 1889.

Em relação ao romance romântico, mesmo levando as diferenças estéticas e de estilo entre os escritores, Mota (1998) divisa vários elementos convergentes na escrita dos literatos brasileiros e portugueses da *Geração de 70*, incluindo, dentre uma gama variada, temas da cultura, da política, da sociedade e do ensino¹⁷.

Sobre o estatuto da narrativa histórica – e a questão dos limites entre seu teor científico e ficcional – a autora interpreta os textos dos intelectuais dos dois grupos-geração tanto como produto do imaginário social quanto como seu instrumento, ambos constituintes, neste sentido, de uma identidade coletiva. (*op. cit.*, p. 17-8)

Para Mota (1998), desde a década de 1860 até pelo menos os anos 1920, a elite letrada brasileira interpretou o país, do ponto de vista da construção/decifração da “essência da brasilidade” em amplo e profundo contato com os padrões culturais portugueses: dependendo dos atores em questão, ora em sintonia (valorizando-se a tradição cultural lusitana e experimentando uma espécie de pertencimento/continuação à sua história secular); ora renegando o seu legado, seja se dedicando à *invenção*/reafirmação dos matizes e cores nacionais¹⁸, seja mirando outros exemplos na Europa de além Pirineus. (Mota, 1998, p. 1)

Antônio Zeferino Cândido debruçou-se sobre o tema da construção/decifração da “essência da brasilidade” – quando empreende a escrita de uma versão da história brasileira, aproveitando-se da efeméride dos quatrocentos anos do desembarque dos portugueses na América do Sul –, bem como a propósito dos elementos constitutivos da

¹⁷ “Para os intelectuais da Geração de 70, brasileiros e portugueses, a reforma dos esquemas mentais da vida nacional passava, em 1º lugar, pela realização de um amplo processo de educação e de acesso à informação.” (Mota, 1998, p. 11)

¹⁸ Do prisma da literatura, assim a autora sintetiza essa ideia: “Então do romantismo até o modernismo dos anos 20, a consciência letrada passou pela avaliação de nossas relações de parentesco com o velho Portugal que nos colonizara.” (Mota, 1998, p. 1)

nacionalidade portuguesa, momento em que se opõe a eminentes historiadores, literatos e cientistas sociais de seu país – da craveira de um Oliveira Martins, de um Pinheiro Chagas – chegando a refutar, inclusive, algumas interpretações da história pátria até de Alexandre Herculano. A questão nacional é, tanto quanto para outros homens de letras de renome do mundo lusófono da transição do século XIX para o XX, um assunto candente nas preocupações intelectuais de Zeferino, uma questão, aliás, que perpassou a fundo seus trabalhos nas áreas da história, da geografia política, da economia, das relações internacionais e da educação.

De acordo com Mota (1998), os textos das duas *Gerações de 70* são lugares de exposição e discussão dessa questão nacional. Haveria um eixo comum nos textos produzidos a essa altura: a presença de representações discursivas – imagens de uma entidade coletiva, a nação. Outro aspecto a ser salientado é o de que a objetividade da narrativa literária e historiográfica dos membros de ambas as *Gerações de 70*, ao mesmo tempo em que mantinha coadunância com os parâmetros cientificistas de então (ou em alguns casos até mesmo amparados por eles), possuía por escopo um projeto genuinamente político: a transformação social (Mota, 1998, p. 22-23). Há que se registrar, indiscutidamente, que havia vários modos de enfocar essa transformação: no seio dos integrantes portugueses da *Geração de 70* encontra-se o socialismo com tintas anarquistas em determinada fase da vida de Antero de Quental; o republicanismo positivista ortodoxo, expresso na militância metódica de um Teófilo Braga; a proposta de estruturação corporativa da sociedade acenada por um Oliveira Martins, elaborada num estágio de sua existência em que ainda não o tivessem por um *Vencido da Vida*. No campo brasileiro, manifestada na propaganda intransigente e radical da forma republicana de governo, pela pena e voz de um Silva Jardim; pela crítica abolicionista – e aqui nos fixamos no período anterior à abolição da escravatura, pois a sua própria concepção da escravidão e das relações raciais vão se modificando ao longo dos anos – de um Joaquim Nabuco; pela formulação evolucionista da história e das sociedades – devedora do fascínio exercido pelo darwinismo social – perfilhada por um Quintino Bocaiúva.

De fato, a procura pelo *ser português* e pelo *ser brasileiro*, preocupação central da autora, ligou-se intimamente às especulações encetadas pelos intelectuais dos dois grupos-geração a propósito de uma definição para o conceito de nação. A literatura romântica, no século XIX, logrou projetar uma ideia de nação que em muitos aspectos subsidiou e/ou polemizou com a crítica realista que tomou corpo na virada dos anos

1860 para os 1870. Em Portugal, especialmente com Almeida Garret e Herculano, o romantismo se expressou por um resgate/invenção dos elementos que consubstanciariam aquele *ser* nacional. A crítica literária é acompanhada da crítica histórica. Em Garret insurge com força o apelo ao espaço, com associação entre a terra (no sentido de lar/origem), e a nação (amálgama de um mesmo povo, língua, história e costumes). Com Herculano assiste-se à valorização das tradições populares e folclóricas do Portugal do Medievo. Ganha relevância o período pretérito à transformação do país em potência colonizadora, juntamente com as comunidades rurais e os tipos humanos característicos da formação sócio-histórica lusitana anterior ao período das grandes navegações e conquistas. Sob essa ótica, tradição, território e povo, constituíram “as coordenadas fundamentais que estabeleciam o contínuo e a unidade desta entidade – a nação portuguesa – inventada pela narrativa romântica.” (Mota, 1998, p. 48)

No Brasil o romantismo, na sua faceta mais conhecida, idealizou o elemento autóctone, atribuindo-lhe valores e virtudes que ora procuravam retratá-lo sob a ótica da pureza e altivez frente ao português/europeu corrompido, ora redundavam na reafirmação da superioridade civilizacional do branco europeu, na medida em que a sublimação do nativo se dava via empréstimo de atributos que compunham o quadro simbólico das virtudes inerentes ao colonizador.

A crítica histórica e literária que se segue ao romantismo convive com a era da revivescência do colonialismo. Desde a segunda metade do século XIX que uma nova modalidade de exploração econômica dos territórios de África e Ásia era posta em prática, principalmente, por Inglaterra e França. Com a unificação alemã as disputas pelos mercados e possessões naqueles continentes se acirram e já na década de 1880 é possível verificar que quase todas as nações da Europa ocidental tomavam lugar na corrida colonial. Portugal começa a se sentir seriamente ameaçado acerca dos territórios que julgava seus pelo pioneirismo da presença e incursões que datavam desde o século XV e passa a orientar sua política exterior cada vez mais pela salvaguarda de seus interesses coloniais. Perdida a sua mais rica colônia em 1822, o país se volta naquele momento, com ímpeto renovado, para a exploração de suas possessões no continente africano. Conforme Mota (1998), o surto colonialista das últimas décadas do século XIX trouxe importantes mudanças para o modo como os homens de saberes do período inteligiam a nação. Marcado pelo signo do imperialismo, a ideia política de nação que se tornou hegemônica em Portugal com a corrida pela ocupação e exploração dos

territórios africanos começou a se pautar cada vez mais pela capacidade, ou não, do país conquistar e manter colônias. (Mota, 1998, p. 53)

O problema colonial foi fartamente debatido pela *Geração de 70* portuguesa, principalmente por ocasião do *ultimatum* inglês – exigência do governo britânico para que Portugal interrompesse imediatamente seus planos de expansão territorial na África meridional¹⁹ – beligerância que, no plano da política interna lusitana, levaria à eclosão da revolta republicana do Porto de janeiro de 1891. Antero de Quental, o expoente maior dos jovens intelectuais que afronta de modo mais incisivo o modelo universitário coimbrão, preside a Liga Patriótica do Norte em 1890, organização antimonárquica agrupada na cidade do Porto e que pretendia a substituição da forma de governo pela via armada. Descontente com os rumos tomados pelos revoltosos ele deixa o Porto em direção a Lisboa, de lá parte para os Açores, sua terra natal, onde, em setembro de 1891 se suicida. Oliveira Martins e Eça de Queirós, amigos e admiradores de Antero, trocam correspondências sobre os efeitos provocados pela imposição inglesa e acerca do estado do autor das *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Passado o fulgor da indignação, o aguçamento do clima de prostração e decadência toma conta de alguns dos homens de letras da *Geração de 70* lusitana, ainda que temperado por uma esperança de que a afronta pudesse retirar o país do estado de letargia em que se achava. É que, de alguma maneira, o projeto de colonização da África, mais do que uma política da monarquia, possuía uma dimensão muito mais ampla, representava a reconquista das glórias e do heroísmo perdidos. Embora a idealização do passado desbravador de terras e mares não fosse comum a todos os membros daquela geração, a empresa colonizadora posta em marcha no continente africano integrava, em larga medida, também para intelectuais da *Geração de 70*, uma obra de regeneração moral e espiritual, não podendo ser reduzida à satisfação dos interesses mais marcadamente mercantis.

A retomada da tradição colonial, arrefecida desde a perda do Brasil, foi um dos antídotos com que acenou a sociedade portuguesa para estancar o processo de decadência da nação. Concomitante às investidas na exploração das possessões no ultramar, encontramos também os discursos favoráveis ao aperfeiçoamento do ensino no campo dos tentames regeneracionistas. Do ponto de vista dos intelectuais da *geração nova*, depois do embate com a mentalidade serôdia dos cânones universitários

¹⁹ Referimo-nos às tentativas de concretização do *Mapa Cor de Rosa*, projeto que ambicionava a conquista das regiões insertas entre as possessões de Angola, a oeste, e Moçambique, no flanco oriental do continente africano, o que faria de Portugal detentor de extensa faixa de terra que iria da costa atlântica ao Oceano Índico.

coimbrãos, o diagnóstico do anacronismo da instrução praticada no país aparece durante as *Conferências do Casino*, realizadas no Casino Lisboense, em 1871.

As crônicas de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão também passam a abordar os problemas dos níveis de escolarização elementar dos portugueses. Nos textos que escrevem para a revista que criaram em conjunto, *As Farpas*, os dois autores igualmente apontam a urgente necessidade de modernizar e reestruturar o modelo arcaico de escola vigente em Portugal na segunda metade dos Oitocentos.

Mota (1998) observou com acuidade a vinculação realizada pelos integrantes da *Geração de 70* portuguesa entre a questão nacional, a da superação da decadência e da reforma do ensino. Em linhas gerais, a narrativa historiográfica e a narrativa ficcional de seus componentes obedeciam a um programa que tomava como referências básicas o campo político, intelectual e o estético. Dessa forma, o eixo em torno do qual gravitavam seus ataques e propostas integrava basicamente três vertentes: “a percepção da inadequação do sistema monárquico, o descrédito em relação aos modelos arcaicos de pensamento e de ensino e a rejeição à produção e ao consumo de uma literatura ultrapassada. Urgia, pois, promover a superação dessas condições político-culturais para que se produzisse a renovação da sociedade.” (Mota, 1998, p. 9)

Prossegue-se com um clássico da história da educação da infância portuguesa, escrito por um dos grandes nomes do pensamento educacional lusitano do século XX, A *educação infantil em Portugal: achegas para a sua história* (Coimbra, Livraria Almedina, 1977), de Joaquim Ferreira Gomes, texto que nos auxiliou a mensurar a importância da pedagogia de João de Deus no domínio das ciências da educação em Portugal. Para Gomes (1977), João de Deus teria sido um dos três grandes autores de manuais de aprendizagem da leitura em Portugal no século XIX, ao lado João Crisóstomo do Couto e Melo²⁰ e Antônio Feliciano de Castilho²¹. Gomes (1977) abrange em sua escrita algumas questões fundamentais a respeito do processo de elaboração da obra capital de João de Deus no campo da educação, a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. De acordo com este autor, a primeira edição da *Cartilha Maternal* é de 1876, embora só tenha sido publicada em 1877. João de Deus teria trabalhado em sua elaboração uns sete ou oito anos. “Juntamente com a *cartilha*, própria para o ensino

²⁰ *Novo método de aprender a pronúncia e leitura da linguagem portuguesa*. João Crisóstomo do Couto e Melo

²¹ *Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

individual, foram publicados, em conformidade com o ensino simultâneo, quadros parietais e reprodução em ponto grande de todas suas lições.” (Gomes, 1977, p. 158)

No ano seguinte, em 1878, João de Deus concertava com o então professor da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, António Zeferino Cândido, para que este viajasse ao Brasil a fim de divulgar o método no país. Zeferino Cândido foi o primeiro propagandista do método de João de Deus no Brasil. Sabe-se que logo ao chegar Zeferino é atendido pelo monarca e que um dos pontos discutidos na audiência imperial versou sobre o direito de exploração comercial da *Cartilha Maternal* no império brasileiro. Entre os homens de letras e das artes era praxe no século XIX (e talvez o século XXI não se distancie tanto assim das práticas de lisonja frente a indivíduos que ocupem posições de poder e dos quais se espera favores ou privilégios), agraciar chefes de estado, príncipes e elevadas autoridades com dedicatórias de suas produções literárias e artísticas. D. Pedro também era reconhecido, e esta representação ainda hoje é forte, como grande protetor e impulsionador das artes e ciências. A junção de todos estes elementos pode, eventualmente, fornecer uma explicação razoável para a declaração do poeta quanto à deferência para com o primeiro da casa real brasileira. De todo modo, nas edições e reimpressões iniciais da *Cartilha Maternal* João de Deus reserva espaço para uma dedicatória²², também com o intuito de agradecer a um indivíduo que o favoreceu, porém não se trata de D. Pedro II, mas do Visconde de Arcozelo, título nobiliárquico de Joaquim Teixeira de Castro, português nascido na freguesia de São Miguel de Arcozelo e que emigra ao Brasil, onde faz fortuna como comerciante, fazendeiro e comissário de café na província fluminense. O agradecimento de João de Deus a Teixeira de Castro se vinculava a doação de recursos prestada pelo Visconde de Arcozelo a fim de que se instalasse, ainda em 1875, portanto, antes mesmo que a *Cartilha Maternal* viesse à luz, as primeiras aulas de alfabetização pelo método de ensino de João de Deus. Estas aulas foram ministradas por Cândido José Aires de Madureira, Abade de Arcozelo, na escola Vasco da Gama, na cidade do Porto, tendo como coadjuvante o irmão do autor do método, o Pe. António do Espírito Santo Ramos. Outro fator que chama a atenção, e para o qual não foi possível desvendar os caminhos pregressos que levaram a ele, diz respeito ao contato de Teixeira de Castro com o método de João de Deus. Pois, na esteira do pioneirismo das aulas públicas lecionadas por Aires de Madureira na cidade do Porto, resta a indagação sobre um possível impulso

²² Ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Teixeira de Castro, Visconde de Arcozelo, fundador da primeira escola onde este sistema foi adotado.

dado pelo Visconde de Arcozelo ao conhecimento do método de ensino do poeta português no Brasil, ou até mesmo quanto a um possível auxílio material para a instalação de aulas, aviamento de utensílios, compra de materiais etc., antes da chegada de Antonio Zeferino Cândido ao Brasil, em 1878.

De qualquer maneira, fosse o impulso inicial originado a partir de Teixeira de Castro ou de Zeferino Cândido, a partir mesmo de fins da década de 1870 cresce o interesse pelo método de ensino de João de Deus e pela *Cartilha Maternal* no Brasil. Tal se dá no âmbito da configuração de uma pedagogia moderna – entendida, na caracterização de Hilsdorf (1986), como “a confluência, entre outros fatores, de recursos financeiros privados, currículos atualizados, ensino prático, concreto e científico (comum para todos), cuidado com os aspectos materiais do ensino e metodologia intuitiva” (Hilsdorf, 1986, p. 187) – contraposta aos considerados arcaicos modelos de instrução (aqueles que, supostamente, não eram revestidos de um caráter científico). Curioso é que, no que respeita a esse primado científico, João de Deus não se expressava no “mesmo idioma” que muitos dos defensores de seu método de ensino, os quais, imbuídos de determinados dogmas positivistas, alardeavam não apenas a racionalidade superior do método em relação a seus concorrentes (o que João de Deus já fazia), mas, sobretudo, associavam essa racionalidade a uma compreensão eminentemente científica da compreensão da arte de ensino da leitura por parte do poeta. Ocorria aí, indubitavelmente, um exagero (ou uma derivação automática) do que João de Deus considera um *processo natural*, cuja marca mais definidora do rompimento com procedimentos arcaicos de ensino da leitura talvez consistisse no que o poeta compreendia como ajustar a técnica à natureza da criança, em bases mais intuitivas que teorizadas, muito próximo da forma como compunha sua poesia. Por conseguinte, este *processo natural* não derivava de qualquer invocação de matrizes de ordem psicológica, antes podia ser encarado como uma transposição, para o campo da pedagogia, das concepções que animavam sua lírica poética, caracterizada, sobretudo, pela simplicidade e pela prevalência dos aspectos sensoriais²³ (Gomes, 1977, p. 205 e ss). Tal apelo ao respeito à natureza da criança já aparecia, em alguma medida, em

²³ Gomes (1977) ratifica esta interpretação, na medida em que não considera João de Deus um *expert* em assuntos da psicologia, na acepção científica detida pela palavra na segunda metade do século XIX; era-o, ainda enquanto autor de um método de leitura, um poeta. O que fazia deste método, ainda segundo o autor (p. 209) um artefato cultural poético, “ou, como escreveu Carolina Michaelis, ‘uma solução nova, poética, humana e, até certo ponto, científica.’” (D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “A Cartilha Portuguesa e em especial a do sr. João de Deus”, *Separata da Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, Ano X, 1976, p. 77; *apud*, Gomes, 1977, p. 209)

Castilho, traduzido na transformação do ensino em algo atraente ao aluno(a), com a diferença de que, em relação a este, João de Deus não acoroçoasse os elementos lúdicos da aprendizagem.

Este estudo de Joaquim Ferreira Gomes sobre a educação infantil em Portugal é um dos trabalhos mais referenciados a propósito dos processos que culminaram na elaboração do método de ensino da leitura por parte de João de Deus. Também se empenha em apresentar as divisões e o modo de organização da *Cartilha Maternal*, além de constituir fértil documento das implicações do método para a sociedade portuguesa da época. Interessado em auscultar o desenvolvimento das preocupações com a educação da infância em seu país, Gomes (1977) estrutura seu raciocínio de maneira a manter em diálogo os registros da introdução em Portugal das inovações pedagógicas em curso na Europa transpirenaica – com especial atenção para os contatos entabulados com a ciência da educação produzida nos países de cultura germânica (os jardins-de-infância são um capítulo importante nesta tentativa de rastreamento executada pelo autor) – com as respostas produzidas pelos intelectuais e teóricos da educação portuguesa, tendo como signo desse movimento um espectro duplo: de um lado, as sendas da modernidade, na busca das quais muitos daqueles teóricos se põem em pé de guerra, nos termos de um confronto em que a meta responde pela maior ou menor capacidade de interpretar os sentidos do moderno; e de outro, em contraste o primeiro, mas ao mesmo tempo sua faceta complementar, o mapeamento, no âmbito da instrução elementar, de uma situação calamitosa e retardatária (na comparação com outros países europeus), em que se mostram as necessidades urgentes de ampliação da alfabetização. Do cruzamento destes dois vetores emerge a caracterização feita por Gomes (1977) de como a sensibilidade para a educação da infância orienta a ação daqueles intelectuais, como suas ações internalizam ou expressam tal sensibilidade, e de que forma isto se integra às respostas que a sociedade portuguesa fornece ao dilema da entrada na modernidade.

Um trabalho importante que abarca elementos da introdução do método João de Deus num determinado estado da federação brasileira foi a tese de doutorado de Iole Trindade²⁴, a qual se debruça sobre a planificação do ensino elementar levada a cabo pelo governo estadual sul-riograndense durante a Primeira República, estudando a

²⁴ TRINDADE, Iole Maria Faviero. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra. Queres ler?* Porto Alegre, Faculdade de Educação da UFRGS, tese de doutorado, 2001.

conformação desse nível de ensino em termos de princípios e valores apregoados pelo grupo político que ascende ao poder no estado após a queda da monarquia, princípios e valores esses consignados em determinados compêndios escolares, dos quais teria sido paradigmático a *Cartilha Maternal*. Trindade (2001) também se preocupou com a circulação e apropriação do manual de ensino da leitura de João de Deus no Rio Grande do Sul²⁵. O método do poeta lusitano alcançou tal proeminência no estado que, após ser oficializado nas primeiras reformas da instrução pública estadual, passou a se constituir no parâmetro em que os demais compêndios escolares deveriam se espelhar para conseguir a aprovação do Conselho Escolar para poderem adentrar às salas de aula²⁶. E, na comparação com os outros manuais utilizados no Rio Grande do Sul durante a Primeira República se se procurar os registros dos inspetores públicos de ensino, estes invariavelmente aparecem como deficientes contrapostos à *Cartilha Maternal*²⁷.

A investigação de Trindade (2001) ilumina particularmente o prestígio alcançado por João de Deus no estado, a ponto do governo local transformar a *Cartilha Maternal* no livro escolar oficial. Dada a insuficiência da codificação legal existente

²⁵ Além dos relatórios oficiais dos professores(as) primários(as), dos inspetores de ensino e dos secretários e presidentes do estado, Trindade (2001) mapeou o processo de produção, controle e circulação dos livros escolares que exprimiam o método de João de Deus no estado por intermédio do exame dos mapas e livros de registro do almoxarifado da Instrução Pública, bem como dos livros de registro de aulas públicas e notas da Editora e Livraria Selbach – editora responsável por uma contrafação gaúcha da *Cartilha Maternal* de larga utilização nas escolas oficiais. (*op. cit.*, p. 186) A Editora/Livraria Selbach, fundada em 1888 por João Mayer Jr., e especializada em livros didáticos, foi responsável, segundo Trindade (2001) por todas as edições da *Cartilha Maternal* no Rio Grande do Sul examinadas durante a confecção de sua tese. (Trindade, 2001, p. 207)

²⁶ Ainda conforme a autora, “a decisão do Conselho Escolar gaúcho de não aprovar obras que não respeitassem as determinações legais sobre o método de ensino ilustrava as dificuldades que os/as autores/as didáticos/as encontrariam para adequar o método de leitura usado em suas obras ao adotado oficialmente no Estado. Assim, de 1897 a 1900, somente foram apresentados requerimentos pedindo a adoção de outros livros didáticos, e não cartilhas ou primeiros livros.” (Trindade, 2001, p. 202) Adiante algumas das contrafações da *Cartilha Maternal* mencionadas por Trindade (2001) e que circularam durante a Primeira República no Rio Grande do Sul: “*Cartilha Primária João de Deus, Primeiro Livro de Leitura João de Deus, Cartilha João de Deus, Cartilha método João de Deus, Cartilha ‘maternal’ pelo método João de Deus.*” (Trindade, 2001, p. 260)

²⁷ Em que pese a oficialização do método de ensino da leitura de João de Deus no Rio Grande do Sul, alguns percalços impediram que a *Cartilha Maternal* se tornasse majoritária em todas as salas de aula dos cursos elementares do estado, destacadamente no que diz respeito ao elevado preço da importação da cartilha. Um trecho do relatório anual produzido pelo Inspetor Geral da Instrução Pública do estado em 1900 ilustra o pesar do administrador quanto aos obstáculos em tornar a *Cartilha Maternal* mais massiva nas escolas: “Por motivos que vos são conhecidos, ainda não me foi possível distribuir pelas nossas escolas, exclusivamente, a Cartilha Maternal de João de Deus. É certo que o livro atualmente fornecido (trata-se da *Cartilha mestra*, de Samorim Gustavo de Andrade) não satisfaz as exigências do método ordenado pela lei, mas enquanto não desaparecerem as razões apontadas em outros relatórios, ou enquanto não tivermos outro 1º livro que mais se aproxime daquele método, estamos forçados a distribuir pelas nossas escolas os atuais 1º e 2º livros de Samorim. Logo, porém, que me seja possível, de acordo com a lei, cumprirei vossas ordens a respeito, fazendo a substituição lembrada.” (*Relatório anual do Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, João Abbott*. Porto Alegre, 1900, p. 384-5; *apud*, Trindade, 2001, p. 341)

para a eficaz regulamentação dos direitos autorais²⁸, a oficialização acima deu azo a que aparecessem algumas contrafações da cartilha portuguesa. A autora cita Halewell (1985)²⁹, ao concordar com este autor que, até 1912 não existia, de fato, proteção internacional aos direitos autorais no Brasil, “sendo essa situação de fundamental importância para a sobrevivência das editoras brasileiras.” (Trindade, 2001, p. 220) Ainda amparada em Halewell, argumenta que “a execução da lei de direitos autorais se tornará quase uma opção dos Estados após a implantação da República, o que permitiu que algumas editoras fizessem da publicação ilegal sua principal atividade. Para esse autor, em nenhum outro estado isso ficou mais evidente que no Rio Grande do Sul. As obras de autores portugueses eram particularmente atraentes para reprodução indevida, evitando, assim, os custos de uma tradução.” (*Idem*, p. 220) Apesar disso, Trindade (2001) não toma as publicações de livros escolares que circularam no estado confeccionadas à imagem da *Cartilha Maternal* como mera imitação e/ou falsificação. Para a autora, “as dificuldades de importação da *Cartilha Maternal* mostram que qualquer ‘possível’ desrespeito dos direitos autorais à época não ocorreu de forma leviana, mas dependeu de contingências e do que era considerado legalmente como direito autoral.” (*Idem, ibidem*, p. 221). Desse modo, “as contrafações gaúchas da *Cartilha Maternal* não seriam a reprodução da obra original, mas o uso do seu método, que não era penalizado, ainda, como cópia, já que eram diferentes da obra ‘original’, embora essas diferenças fossem *aparentemente* discretas.” (*ibid.*, p. 221)

Especificamente sobre os impactos trazidos pelo método de João de Deus, Trindade (2001) avalia que sua principal contribuição “foi a de representar a primeira tentativa de substituição do obsoleto método de soletração e introdução dos métodos analíticos, partindo, pois, do concreto (palavra) para o abstrato (análise de valores), mantendo, inclusive, a integridade da palavra sem decompô-la em sílabas, diferenciando-as por tons de preto e cinza.” (Trindade, 2001, p. 182-183).

²⁸ Trindade (2001) esboça um rápido quadro do histórico dos direitos autorais no Brasil, dos anos seguintes à Independência até a promulgação do Código Civil, em 1916. *Merece atenção, frente à possível constatação da existência de contrafações da Cartilha Maternal, a questão dos direitos autorais. Desde 1827 existia no Brasil lei imperial defendendo os direitos autorais e instituindo o “privilégio exclusivo da obra” por dez anos para quem produzisse compêndios das matérias a serem ensinadas nas Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. Em 1830, o Código Criminal estabelecia sanções penais para infratores de contrafação, que correspondia “à reprodução não autorizada de obra intelectual”. Em 1891, com a Constituição republicana, a matéria foi contemplada e aprimorada e, em 1916, o Direito de Autor saiu do campo teórico-jurídico para ingressar na esfera prática, com a criação das associações arrecadoras. Com o Código Civil de 1916 se estendeu o prazo para a duração dos direitos autorais, fixado em 60 anos após a morte do autor/a, desde que em consonância com a legislação do país onde a obra tivesse sido editada pela primeira vez. (op. cit., p. 208)*

²⁹ HALEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T. A. Queiroz / EDUSP, 1985.

Vale lembrar que a análise efetuada por Trindade (2001) acerca das contrafações³⁰ vai ao encontro de um tema caro às nossas preocupações, o de trazer à tona os aspectos da exploração comercial realizada pelo poeta português a propósito da *Cartilha Maternal*. Trindade (2001) pesquisou as fontes acerca de João de Deus no museu que leva seu nome, em Lisboa e, conquanto seu escopo fosse a história que resulta do encontro entre as regulamentações governamentais relativamente à prescrição de livros escolares de alfabetização, dos autores que tentam se adequar a tais prescrições e das práticas escolares que respondem às todas essas ações, ela se demora consideravelmente em sua tese tentando redesenhar alguns traços do perfil do poeta e pedagogo português. Percebe-se, no entanto, que a despeito do interesse pela figura de João de Deus, a autora não se propõe a dialogar com a historiografia que trata do poeta, notadamente no que se refere aos mitos erigidos a seu respeito. Tanto em vida como após sua morte, João de Deus foi incensado pela sua obra literária e pedagógica. É fato que se entregou a inúmeras polêmicas, via imprensa, e nelas viu sua *Cartilha Maternal* ser tenazmente achincalhada, seja quanto ao conteúdo ou até mesmo quanto ao preço de venda. Não obstante, João de Deus foi alvo de uma consagração que poucas vezes se viu na história da educação portuguesa de até então, o responsável pela descoberta de uma solução definitiva para o problema da leitura, o que equivaleria a possuir a chave para retirar da ignorância imensa parcela da população portuguesa e concretizar o ideal de um segmento da elite cultural do país tributária dos princípios iluministas. Tal aspecto da mitificação de João de Deus não é criticizado por Trindade (2001) e, considerando ainda todas as motivações iniciais que animaram o seu estudo e o nosso, é intento deste trabalho abordar o poeta algarvio nos precavendo contra a estereotipação de que foi alvo. Além disso, distinguimo-nos em relação à tese de Trindade (2001) porquanto perscrutamos os itinerários brasílicos do primeiro

³⁰ Trindade (2001) recupera relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública gaúcha, Manoel Pacheco Prates (segundo ela, “um observador atento dos direitos de propriedade intelectual no país” [p. 276]), em que é possível divisar o delineamento do processo de produção das contrafações da *Cartilha Maternal* no Rio Grande do Sul: “Impressionado com as péssimas consequências da diversidade de livros escolares (...) ponderava que desde que fora publicada a primorosa e inimitável *Cartilha Maternal* do inolvidável João de Deus, começaram a aparecer as contrafações, com grande prejuízo para o ensino, porque todas, visando somente ao escopo mercantil, deturpavam o maravilhoso invento. Infelizmente essas contrafações (como sempre sóe acontecer) [sic] repeliram do mercado brasileiro a grandiosa obra do grande homem; e o nosso Estado, como todos os da União, tem sido forçado a distribuir pelas escolas públicas as referidas contrafações.” (*Relatório anual do Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, João Abbott*. Porto Alegre, 1897, p. 410-1; apud, Trindade, 2001, p. 276)

divulgador do método de João de Deus³¹, vereda não perseguida pela autora, uma vez que privilegiou antes a análise acerca da confluência entre os valores veiculados pela *Cartilha Maternal* e a educação elementar ideada pelo governo republicano gaúcho.

Por outro lado, sopesando-se a periodização que adotara (1898-1930)³², Trindade (2001) trouxe elementos valiosos em relação à circulação e apropriação da *Cartilha Maternal* e de suas contrafações no estado do Rio Grande do Sul, respaldados por documentos da inspetoria geral da instrução pública daquele estado. Mais ainda, apresenta um quadro alargado das iniciativas editoriais de imitação do compêndio escolar de João de Deus. Porém, a autora adverte para que as contrafações da *Cartilha Maternal* não devam ser tomadas como simples cópias, seriam já outro artefato cultural, definidas não pela transigência dos direitos de propriedade intelectual do suposto texto original (direitos os quais estavam ainda em incipiente estágio de regulamentação):

Fica, então, evidente a intertextualidade e interdiscursividade de uma época, em que contrafações mais ou menos similares de obras reconhecidas como originais se perdem em novas obras que também seriam reconhecidas de tal forma. Dito de outro modo, isto significa que: cartilhas ou primeiros livros vistos, então, como contrafações da *Cartilha Maternal* mostram nessas nuances a sua diversidade, o que faz que possam ser reconhecidos como cópias “inconvenientes” ou “similares” de uma obra original, não pelo desrespeito aos direitos autorais, como poderíamos imaginar, mas pela maior ou menor aproximação dessa obra “original”. (Trindade, 2001, p. 488)

De acordo com a autora, muito em decorrência da forte presença do positivismo entre os novos ocupantes do poder no pós 15 de novembro, aquelas prescrições governamentais incluíam a oficialização do método intuitivo, do modo simultâneo e do método de ensino da leitura de João de Deus no Rio Grande do Sul. Essas disposições foram consubstanciadas pelo decreto estadual nº 89, de 2 de fevereiro de 1897, que oficializou o ensino simultâneo; e pelo decreto estadual nº 239, de 5 de junho de 1899,

³¹ De acordo com a autora, a difusão do método de João de Deus no Brasil data do fim da década de 70, estimulada pela propaganda e “uso” que dele fizeram os amigos do poeta. (Trindade, 2001, p. 133-4)

³² Essa periodização se inicia em 1898, pois, segundo a autora, o primeiro decreto reorganizando a instrução pública sob moldes republicanos data apenas de 1897, já que nos anos anteriores o estado se viu às voltas com graves distúrbios de ordem política, como a Revolta Federalista. A outra data limite, 1930, coincide com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, pondo fim ao que ficou conhecido como Primeira República.

que esmiuçou a prescrição de 1897, instituindo oficialmente o modo simultâneo e o método de ensino da leitura de João de Deus³³. (Trindade, 2001, p. 126)

Conquanto não tenha classificado o autor da *Cartilha Maternal* como positivista, a autora interpreta a oficialização do método no estado como uma associação, por parte dos dirigentes e reformadores republicanos (identificados com o comtismo), do método João de Deus com os primados da doutrina criada por Auguste Comte. Tanto que sua proposta de pesquisa também envolve a análise “da relação entre o positivismo e o método de ensino intuitivo, a partir dos contornos que o pensamento de Comte e esse método tiveram no Rio Grande do Sul.” (Trindade, 2001, p. 127) Ainda assim, mesmo considerando que a introdução do método intuitivo, do modo simultâneo e do método João de Deus no Rio Grande do Sul façam parte de um projeto civilizador levado a cabo pelos novos chefes políticos do estado, é imperativo que se frise que a autora não toma tal admissão do ponto de vista da produção discursiva dos intelectuais, o que emerge em sua crítica, hegemonicamente, é a ação reformadora estatal. E como consequência maior produzida pela homogeneização de métodos, modos e programas de ensino – prescrições impregnadas daquelas concepções positivistas aludidas há pouco –, Trindade (2001) conclui que, apesar de algumas transformações na estrutura do ensino elementar, de novas orientações pedagógicas encampadas por também novos atores que ganhavam espaço na administração escolar estadual, ao fim e ao cabo deveu-se à *Cartilha Maternal* e suas contrafações a alfabetização do Rio Grande do Sul no período que decorre entre 1890 e 1930. (p. 264)

O último trabalho se refere à tese de doutorado de Carlota Boto, *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)* [São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 1997]. Boto (1997) percorre aquilo a que chamou de o século XIX português, período compreendido entre as lutas liberais de 1820 e a instalação da república, em 1910. Neste largo intervalo de tempo a autora se debruça sobre os intelectuais e seus discursos e percursos pedagógicos, sobre as representações e o cotidiano da escola, sobre a imprensa pedagógica, métodos de

³³ A orientação para o uso do método João de Deus desapareceria do texto legal somente em 1927, com o decreto nº 3898, de 4 de outubro, responsável por alterar as orientações a propósito do ensino da leitura. Esse decreto reorganiza “a estrutura do ensino público, com a criação de escolas maternas, grupos escolares e colégios elementares e complementares.” (Trindade, 2001, p. 135) A supressão referente à orientação quanto ao uso do método de João de Deus se deu, contudo, somente no âmbito das bases gerais do dispositivo legal, permanecendo ainda para os estabelecimentos públicos oficiais. Ainda assim, admitida a possibilidade de conviver com outros métodos de leitura na primeira seção das escolas elementares. (*idem*, p. 135)

ensino, currículo escolar; em suma, passa em *revista* a sociedade portuguesa e a instituição escolar. À partida Boto (1997) anuncia ao leitor sua proposta:

(...) historiar o cotidiano, pressuposto nele uma história dos atores que vivem a escola; perfazendo o relato da instituição que abriga sujeitos que agenciam o cotidiano escolar, para, finalmente entrelaçar esse ensaio da escola que passou com as representações configuradas no imaginário pedagógico. Sendo assim, pretendemos retomar os cruzamentos entre as representações e as práticas do ensino, considerando a reconstrução pela escrita de alguns aspectos que pontuaram o universo simbólico acerca da educação em Portugal de um século atrás. (Boto, 1997, p. 7)

A acurada análise dos discursos e percursos pedagógicos dos intelectuais portugueses levada a termo por Boto (1997), amparada em sólida e vasta pesquisa documental, constituiu-se um manancial valioso para entendermos as condições que presidiram o aparecimento do método de ensino de João de Deus e, igualmente, do papel e das intervenções dos intelectuais de além-mar quanto à superação da decadência em que se acreditava encontrar o país. Quanto ao material trazido por Boto (1997) a propósito de João de Deus, alguns aspectos merecem ser sublinhados. Inicialmente, a variegada gama de fontes a respeito do poeta, em que emergem suas obras e, especialmente, a documentação que condensa as polémicas e disputas em que este esteve envolvido, como os jornais e os textos escritos por João de Deus que recuperam as circunstâncias da criação da *Cartilha Maternal*, sua própria correspondência particular e as alterações vividas com professores da Escola Normal de Lisboa e outros *experts* da educação³⁴. Por fim, mas não em último lugar, a reflexão realizada sobre as interfaces e os contributos de João de Deus e seu método de ensino em relação ao estágio da ciência pedagógica de seu tempo e, identicamente, a historicização encetada pela autora atentando-se quanto ao lugar alcançado pelo método João de Deus e seu autor em relação àqueles pedagogistas que o precederam, não perdendo de vista, neste sentido, as inovações que cada método de ensino trazia no tocante à realização dos conteúdos da dita pedagogia moderna. Para Boto (1997), “estudar a proposta pedagógica de João de Deus representa muito mais do que a busca de compreensão de um método. Trata-se, para além disso, como em Castilho, da tentativa de apreensão do

³⁴ Vide a produção bibliográfica de João de Deus arrolada nas fontes impressas.

fenômeno da aquisição da habilidade de leitura como um componente de um imaginário, de um universo simbólico mais amplo.” (Boto, 1997, p. 142)

Boto (1997) também não aponta João de Deus como representante da *Geração de 70* portuguesa. Todavia, apoiada em Catroga³⁵, vê em João de Deus uma espécie de aliado dos jovens intelectuais saídos de Coimbra em sua empreitada de romper com o imobilismo da arte, ciência e cultura da sociedade lusitana de então. Estes teriam na pedagogia de João de Deus um baluarte contra a educação praticada naquele tempo em Portugal, identificada por boa parte dos intelectuais que compuseram o *Cenáculo* e as *Conferências do Casino* como afeita aos padrões jesuíticos de ensino. Nos dizeres da autora, “a expressão prática desse objetivo (instrução popular e transformação da leitura em atividade ordinária e comezinha, destituída da natureza ‘religiosa’ de que amiúde era investida no tecido social lusitano) estaria dada nas esperanças depositadas no método de ensino da leitura e da escrita desenvolvido por João de Deus.”³⁶ (*op. cit.*, p. 140) Em resumo, ao se concentrar nas relações entabuladas por João de Deus com os membros da *Geração de 70*, Boto (1997) dá azo a que se procure aquilatar o compartilhamento dessa perspectiva inovadora, própria dos integrantes da *geração nova*, em decorrência do conhecimento que tinham da obra pedagógica do poeta algarvio.

A *Geração de 70*, embora tenha adquirido o título em decorrência de apresentar elementos estéticos passíveis de serem aglutinados a partir de um exercício de síntese intelectual, divergiu sobremaneira, tomados individualmente seus membros, quanto a posições políticas, ideológicas, artísticas e mesmo àquelas estéticas que determinada interpretação historiográfica conferiu ares de coesão.

Dentre diferentes exemplos, um dos mais emblemáticos desta divergência se refere às figuras de Antero de Quental e Teófilo Braga. Oriundos do mesmo sítio, Ponta Delgada, no arquipélago dos Açores, e também aglutinados na *Geração de 70*, ambos os escritores seguem caminhos distintos ao longo de suas vidas³⁷. Teófilo, positivista e republicano convicto, entra em colisão com Antero pouco tempo depois de ambos

³⁵ CATROGA, Fernando. “Os caminhos polémicos da *geração nova*”. In: MATTOSO, José. História de Portugal, 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, p. 569-81.

³⁶ Em vida João de Deus elabora também um método de escrita, que permanece como rascunho durante muito tempo e foi utilizado nas conferências e aulas públicas proferidas pelo poeta, na formação dos professores pelo método, nos cursos ministrados por estes últimos por conta da instalação das missões de alfabetização promovidas pela *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus* e, por fim, pelos divulgadores do método em Portugal, nas possessões coloniais ultramarinas e no Brasil. Foi, enfim, publicado *pós-mortem* pelo seu filho, João de Deus Ramos. (Gomes, 1977, p. 163)

³⁷ Para uma inteligibilidade mais apurada da relação Antero-Teófilo, ver: SARAIVA, António José. *A tertúlia ocidental*, 2ª ed. Lisboa, Gradiva, 1995.

deixarem os bancos universitários em Coimbra. Antero tornar-se-á o líder “espiritual” da *nova geração*: eloquente, captará as atenções e angariará a empatia dos jovens intelectuais insatisfeitos com o modelo *coimbrão*. Esta opinião é endossada por Boto (1997):

Não são, pois, apenas os estudiosos, mas os próprios contemporâneos já afirmavam a liderança de Antero perante o grupo que mais tarde se revelaria histórico. No princípio dos anos 60, Antero era reconhecido líder e dirigente no âmbito da Academia. Havia já publicado conhecidas poesias, firmava-se na intelectualidade pelo teor da sua crítica política e social. (Boto, 1997, p. 121).

Ao longo tempo, mesmo assumindo posicionamentos aparentemente contraditórios, Antero de Quental radicaliza mais e mais sua crítica, não se restringindo somente à esfera política, mas sim, concedendo a primazia à crítica social, em que põe a nu a opressão de classe sofrida pelas camadas laborais do país. Antero chega a elaborar uma proposta de organização corporativa dos extratos trabalhadores portugueses. Em consequência de seu itinerário, afasta-se dos enclausuramentos postos pela adoção dogmática do primado positivista, constrições, aliás, a que se viram envoltos, em maior ou menor grau, inúmeros dos homens de saberes denunciadores da cena decadentista lusitana. Teófilo Braga, por sua vez, arrogando-se um dos paladinos da interpretação positivista da filosofia da história em Portugal, nem mesmo participa das *Conferências do Casino*, embora tenha seu nome inserto no *Manifesto* dos participantes, provavelmente, conforme Saraiva (1995), por ação de Antero que o fizera contando com o consentimento de Teófilo.

Não obstante, a deferência em relação a João de Deus e a apreciação acerca de sua importância nos domínios da literatura e da pedagogia são equivalentes tanto em Antero quanto em Teófilo. De um lado, ambos desferem o ataque a António Feliciano de Castilho – criador do *Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever* – e ao ultra-romantismo.

João de Deus restituiu-nos o Soneto como elle é, como deve ser: – a forma superior do lirismo. Sem este laço atravez dos tempos, quem poderia achar aquella forma, para nol-a

restituir em toda a sua pureza? Certo que não seriam os Castilhos, nem os Lemos, nem...³⁸

Este fenômeno da chamada “Questão Coimbrã”, que significou simplesmente a dissolução final do romantismo (...) não será bem compreendido, sobretudo na transformação da poesia lírica moderna em Portugal, se se não estudar João de Deus como seu precursor. Precedeu no movimento filosófico e crítico os “Dissidentes de Coimbra”, e, sem conhecer a renovação das doutrinas metafísicas e nem as teorias sociais, nem a síntese monística das ciências físicas ou naturais, nem a indisciplina revolucionária, sem ter em vista romper com o passado nem proclamar novas afirmações, como é que ele fecundou duplamente a poesia portuguesa, pela sua obra e por uma influência imediata?³⁹

De outro, e Castilho ainda aqui é protagonista, aqueles autores comungaram da crença na capacidade vivificadora da pedagogia de João de Deus. Antero reconhece uma direção estética e moral na personalidade de João de Deus (embora no quesito moral não tenha sido superior a que exerceu Alexandre Herculano sobre o escritor de *Odes Modernas*) e, pelo prestígio alcançado nos meios letrados da época, consequentemente, com seus elogios a João de Deus, legitima a poesia do autor de *Flores do Campo*. Quanto a Teófilo Braga, além dos seguidos escritos apologéticos sobre João de Deus, ainda organiza uma publicação deste⁴⁰ e produz, após a morte do criador da *Cartilha Maternal*, um esboço biográfico sobre sua trajetória e relevância para as artes e ciências pedagógicas portuguesas.

Boto (1997) esteve atenta a este movimento: “Teófilo Braga, ao discorrer sobre a personalidade de João de Deus, aponta o poeta como representante do “gênio nacional” naquilo que havia de emotividade lírica e espiritual do povo.” (p. 141).

No campo da literatura a proeminência de João de Deus é realçada também em oposição a Castilho, explicitada pela polêmica a propósito da utilização dos *Lusíadas* como leitura escolar. Novamente Teófilo Braga defende João de Deus na contenda:

Este (*refere-se aos Lusíadas*), segundo a apreciação que, naqueles anos 50, fizera Castilho, seria inferior ao seu *D. Jayme*, por pedagogicamente não ser recomendável

³⁸ QUENTAL, Antero. “A João de Deus”. In: Araújo, Joaquim de. *Bibliographia Antheriana: resposta aos Srs. Delfim Gomes e José Pereira de Sampaio*. Gênova, Tipografia R. Instituti Sordo-Muti, 1897.

³⁹ BRAGA, Teófilo. *João de Deus: um esboço biográfico*. Lisboa, 1930, p. xxi.

⁴⁰ Trata-se de *Campo de Flores*, levada a estampa em 1893.

como leitura escolar. Nos termos de Teófilo Braga, isso teria proporcionado a visibilidade da intransigência intelectual de Castilho, particularmente diante do desprendimento moral da resposta dada por João de Deus: “– Condenar os *Lusíadas* porque não servem para *Cartilha do Padre Ignácio* é o mesmo que condenar a *Cartilha do Padre Ignácio* porque não serve para epopeia nacional.” (Braga, 1930, p. xx)

Boto (1997) prossegue sopesando o valor da pedagogia de João de Deus para os componentes da *Geração de 70*, as inovações trazidas pela *Cartilha Maternal*, seu aspecto físico, a metodologia de ensino nela contida, o debate acerca da soletração, silabação e “palavração”, a relação professor-aluno, a apreensão da *Cartilha Maternal* pela incipiente comunidade de especialistas em matéria pedagógica do período, as polêmicas de João de Deus pela imprensa, a comparação do método de ensino do poeta com o de outros pedagogistas portugueses, a primazia da leitura nas discussões a respeito dos problemas enfrentados pela instrução primária nacional, a glorificação do nome de João de Deus e o papel que a extensão e o sucesso de seu método obtiveram neste quesito etc. Todavia, na comparação com os objetivos e os rumos tomados por sua pesquisa, algumas considerações devem ser feitas, no intuito explícito de demarcar o alcance e as intenções da presente tese de doutorado. Antes de tudo se deve frisar que não foi nosso alvo imiscuir-nos no cotidiano escolar português e nem investigar as representações e lutas de representações da escola no Portugal no intervalo que vai de 1820 a 1910. Sem embargo, precipuamente sua reflexão concernente aos discursos e percursos intelectuais é de fundamental importância para nosso propósito de investigar a ação dos intelectuais portugueses e brasileiros quanto ao encaminhamento da problemática decadência/atraso e por à prova a hipótese levantada do compartilhamento entre os homens de saberes dos dois países de projetos de afirmação e desenvolvimento das respectivas economias no cenário da fase imperialista do colonialismo europeu de fins do século XIX. Neste sentido, faz-se necessário ressaltar alguns pontos no delineamento do alcance deste trabalho e das valiosas contribuições trazidas ao campo da cultura pela tese de Boto.

Há pouco foi sublinhada a análise extremamente fecunda elaborada pela autora acerca da *Cartilha Maternal* e de João de Deus e seu método de ensino da leitura, análise que se mantém bastante atual, contudo, retornando àquela ideia da especificidade do atual estudo, trilhamos outros caminhos não suficientemente explorados por Boto (1997). A consulta feita à correspondência particular do poeta e aos

periódicos da época que conservam as disputas entre João de Deus e seus adversários nos forneceu o ensejo para supor que aliado aos aspectos eminentemente pedagógicos a divulgação do seu método de ensino da leitura e de sua *Cartilha Maternal* também carregou consigo uma empresa de conotação mercantil. Há vários indícios nesse sentido, desde a incessante acusação de seus opositores quanto ao seu presumível charlatanismo⁴¹, passando pelos litígios envolvendo o autor e as casas editoras da *Cartilha Maternal* quanto aos valores relacionados aos custos de publicação e, o que corresponde a um fator relevante para esta pesquisa, a discussão acerca de uma eventual instrumentalização de indivíduos letrados portugueses com o intuito de que empreendessem viagens a fim de propagar o *método* e a *cartilha* nas então colônias ultramarinas lusitanas e no Brasil. Não se trata, de modo algum, de circunscrever o movimento de difusão do método de leitura de João de Deus a uma prática exclusivamente de cunho comercial, mas sim, e é o que se pretende averiguar mais a fundo, checar uma possível simbiose entre uma determinada ação no campo da alfabetização (em que se sublinha alguns vetores, como a disseminação de valores que apontava para o derramamento da instrução ainda no terreno do lar doméstico – em que se nuançava a figura da mãe – e o entendimento da resolução do problema do ensino da leitura e escrita como obra fundamental da ação civilizadora das elites culturais, condição *sine qua non* para o reerguimento do país no contexto das disputas coloniais) com uma atividade ligada ao empreendedorismo comercial.

Num exercício sintético, o estudo que ora se produz aproveita as ponderações de Boto (1997) sobre os intelectuais portugueses para interpretá-los à luz do encaminhamento da anteriormente mencionada problemática decadência/atraso. De fato, o raciocínio efetuado pela autora propicia que se desloque o problema para pensar de que forma as tensões entre discursos de aprimoramento da instrução primária e dos apetrechos culturais da população lusitana – a fim de se equipararem com a média europeia – atravessam o Oceano Atlântico e se amalgamam com a “demanda” brasileira por superação do atraso, quando, então, poder-se-ia mostrar ao mundo ocidental como nação plenamente “civilizada”.

⁴¹ Nas polêmicas travadas por João de Deus com os professores da Escola Normal masculina de Lisboa e outros teóricos da educação era, amiúde, negado ao poeta o reconhecimento como “especialista” em ciências pedagógicas. Reforçava-se a pouca antiguidade de João de Deus no integrar o rol dos *experts* em matéria educacional. Vinculado a isto, escrevia-se que a criação do método por João de Deus se restringia a um mero expediente lucrativo e que a *Cartilha Maternal* era vendida a um preço que excedia em várias vezes o valor justo a ser pago por uma publicação daquela natureza.

Alcança-se aqui, pois, um outro território, o qual este estudo tentará desbravar, e que a tese de Boto (1997), em função de seu escopo, não abarcou. Ele concerne à percepção de que a expansão do método João de Deus também pode ser considerada no âmbito de um projeto de homogeneização do ensino da língua portuguesa nas regiões colonizadas pelo império lusitano. Este tema será explorado com mais vagar ao longo do trabalho, entretanto, à guisa de formulação teórica dos dados que aí serão apresentados, relata-se que para melhor apurar o fenômeno de *passagem*⁴² do método de ensino João de Deus, dos suportes materiais que a ele estão vinculados (a *Cartilha Maternal*, os quadros parietais e demais objetos correlatos) e dos homens de saberes que circulam então de uma parte à outra ativando as respectivas comunidades literárias e científicas dos países pelos quais transitam, apresenta-se, a seguir, algumas reflexões amparadas na categoria de análise convencionalmente denominada *connected histories*⁴³, ou histórias conectadas, como usualmente é reconhecida no Brasil.

O termo *passeurs*, de que lança mão Gruzinski, como notamos, para classificar agentes da miscigenação, tanto biológica quanto cultural, entre sociedades, tem sido largamente utilizado por cientistas sociais que se dedicam ao estudo das mesclas, mestiçagens e hibridações verificadas pela presença de colonizadores europeus na América Latina a partir do século XVI. Nesta acepção, os mediadores culturais podem ser entendidos como pessoas ou objetos capazes de aproximar hábitos, práticas, conhecimentos, fazendo-os se misturar, engendrando, assim, as condições para que daí surjam novos significados, novas funções. (Fonseca, 2009, p. 118-119) Além de inspirar e também constituir objeto de análise de vários livros, artigos, resumos e outros estudos acadêmicos, a noção de mediador cultural foi tema de alguns encontros⁴⁴, consagrados a apresentar trabalhos em que se procurava investigar a emergência de experiências de câmbio cultural numa dimensão global, produzidas por atores no contexto da expansão e fixação da empresa colonial ibérica em África, Ásia e América. Gruzinski, ao estimular no historiador a ambição para a escrita da história em proporções planetárias⁴⁵

⁴² O vocábulo “passagem” remete, explicitamente, à noção de *passeurs culturels* (ou mediadores culturais, na tradução para a língua portuguesa). O termo *passeur*, cunhado pelo historiador francês Serge Gruzinski (2001a; 2003a) traduz a ideia da produção de mestiçagens levadas a cabo por indivíduos que primam por catalisar e ativar dispositivos tanto biológicos quanto culturais em suas passagens entre mundos.

⁴³ Segundo a expressão proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. A propósito, cf.: Subrahmanyam (1997).

⁴⁴ *V Coloquio Passeurs culturels*: “Las cuatro partes del mundo – passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el mundo ibérico, siglos XVI-XIX”. Lima, Peru, 2002.

⁴⁵ Este aceno para a *totalidade*, no entanto, deve ser visto como uma atitude heterodoxa da parte de Gruzinski. Além de sua vigília constante contra a emersão das diversas formas de europocentrismo, a

(2001b; 2003b), marca diversas possibilidades de itinerários que, conforme seu metro, resultaram em manifestações de mesclas e mestiçagens.

De alguma maneira, a conceituação de história conectada acompanha a rejeição de um enfoque e de uma categoria de análise os quais, pelo menos no interior da historiografia produzida e/ou tendo como referência matricial a Europa, informaram em boa medida os estudos históricos ao longo do último século. Até por critério de antiguidade, inicia-se pelo enfoque etnocêntrico (materializado, neste caso, na afirmação do europocentrismo). Gruzinski (2003b) relembra que tradicionalmente os historiadores do Velho Mundo demonstraram pouca ou nenhuma atenção para o desenrolar da história que extrapolava suas fronteiras continentais: em algumas circunstâncias, a redução do foco impedia que se fosse além até dos limites de sua própria nação. (*op. cit.*, p. 321) Nem mesmo os especialistas em história mundial conseguiam escapar demasiado a essa lógica, pois “tenderam a elaborar sua visão do mundo a partir da Europa ocidental ou de problemáticas que provinham da história desta região do continente.” (Gruzinski, 2003b, p. 321)

À partida como uma tentativa de superar os empecilhos postos por historiografias encerradas sobre si mesmas e, dessa maneira, romper com os isolamentos, os estudos comparatistas vão lentamente ganhando força nos meios universitários europeus nas primeiras décadas do século XX. O divisor de águas para a história comparada coincidiu com o programa exposto por March Bloch, por ocasião do VI Congresso Internacional de Ciências Históricas, ocorrido em Oslo, em 1928, e condensado no texto *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*⁴⁶. Dentre suas propostas, incluía-se a inauguração, no *Collège de France*, de um ensino de história comparada das sociedades europeias. Porém, as pesquisas comparatistas não obtiveram o êxito esperado por Bloch, especialmente na própria França. Por outras razões, embora no campo da história econômica o viés comparatista nunca tenha caído totalmente no ostracismo, no domínio da história cultural, especialmente nos anos finais do século XX, intensificam-se as críticas à história comparada. Um resumo das várias acusações que lhe são lançadas compreende: a) o trato com objetos de realidades tão

história em dimensões planetárias a que alude o autor só teria condições de se realizar com a multiplicação dos estudos de caso e de micro-história, variação de escala indispensável para analisar os mecanismos de adaptação, transformação e invenção nos domínios locais e globais, protagonizados pelos mediadores culturais, muitos deles verdadeiros nômades, em seu trânsito pelos mundos. (Gruzinski (2001b; 2003b)

⁴⁶ BLOCH, March. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de synthèse historique*, XLVI, 1928, p. 15-50.

dísparos seria responsável por inibir, ou mesmo obnubilar, a tarefa comparativa; b) a história comparada daria uma propriedade singular que, muitas vezes, ao invés de produzir efeitos que forneçam respostas à motivação que originou o ato comparativo, resulta numa síntese que atesta a estanqueidade/incomunicabilidade das realidades cotejadas, tornando nulos ou sem eficácia os dados e/ou conclusões extraídos do exercício; c) a notória faculdade apresentada pela comparação de instaurar/reforçar relações assimétricas de poder. Gruzinski (2003b) alude ainda a uma insidiosa cilada proporcionada pela perspectiva comparatista, a de, em última análise, fazer revigorar com mais força os efeitos do etnocentrismo. (p. 322).

Sobre esse terreno começam a vicejar, especialmente com o albar da década de 1990, as primeiras tentativas de, fugindo aos riscos do europocentrismo e ao esquematismo – julgado inato – das experiências comparatistas em história, explorarem-se as conexões e hibridações advindas das trocas entre culturas. Vários trabalhos vieram à luz desde então, contudo, dois autores adquirem maior relevo: o historiador indiano estudioso da edificação do império português no Oceano Índico, Sanjay Subrahmanyam (*O Império português da Ásia, 1500-1700*, editado originalmente em 1993, em língua inglesa); e o historiador francês, citado algures, especialista em história colonial da América espanhola, Serge Gruzinski (particularmente *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, século XVI-XVII* [1988, 1ª edição francesa]; e *O pensamento mestiço* [1989, também 1ª edição francesa]). A pergunta que se planteou, àquela altura, era: “(...) como escapar às fronteiras sem escolher a via da história comparada?” (Gruzinski, 2003b, p. 323) Gruzinski, que já havia sido “capturado” pelos resultados e manifestações inauditos da colonização espanhola na América, momento em que se entrega à observação e exame do fenómeno da(s) mestiçagem(ns) cultural(is), encontra na noção de *connected histories* de Subrahmanyam uma categoria potente o bastante para ajudá-lo a explicar as “passagens” e intercâmbios entre indivíduos e culturas no âmbito da ocidentalização e globalização postas em marcha com as navegações e conquistas de Portugal e Espanha dos séculos XV e XVI e a consequente constituição de uma economia-mundo. Apoiado em Subrahmanyam (1995), Gruzinski (2001b) conclui que a chave para escapar às visões dualistas e excludentes residiria no trabalho de exumar as ligações (históricas) – proposta de Subrahmanyam (1995) – e de tornar nítido o circuito das narrativas históricas. Gruzinski (2001b), instigado pela perspectiva aberta por Subrahmanyam (1995), faz uso de uma metáfora bastante elucidativa: “Diante de realidades que convém

estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de **eletricista**⁴⁷ encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.” (Gruzinski, 2001b, p. 176)

Em suas pesquisas sobre o México colonial, Gruzinski (2003b) censura os especialistas sobre a história do país de, muitas vezes, circunscrever seus horizontes aos limites do território nacional, olvidando que o próprio conceito de nação com que lidavam (calcado na extensão territorial) era uma invenção do século XIX. Agindo desse modo, desligavam-se dos contatos estabelecidos e mantidos pela formação histórica que resultou na Nova Espanha com a península ibérica, a Europa e quase sempre o resto do continente americano. (Gruzinski, 2003b, p. 322) De sua parte, Gruzinski, ao se dedicar ao estudo dos fenômenos de aculturação nas antigas sociedades mexicas dominadas e colonizadas pelos espanhóis, “nunca deixou de se colocar frente a processos que pertenciam, ao mesmo tempo, a dois mundos distintos, que reuniam elementos do passado pré-hispânico com elementos da Antiguidade européia.” (*idem*, p. 323) O historiador francês de *A colonização do imaginário* pôde perceber que “a análise das imagens e das mestiçagens o permitia observar configurações que articulavam de maneira complexa elementos oriundos da Europa e de outras partes do mundo, os quais podiam aproximar-se em pontos totalmente inesperados.” (*ibid.*, p. 323) Antônio Zeferino Cândido, o homem de letras estudado nesta tese – responsável por fazer circular no Brasil, pioneiramente, o método de ensino da leitura de João de Deus – filósofo e matemático de origem, entregou-se, com o passar dos anos e a ampliação de seus contatos intelectuais e institucionais no país que o acolheu, à escrita de monografias históricas. Por ocasião de duas efemérides de destacada importância para portugueses e brasileiros, separadas no tempo por apenas dois anos, Zeferino escreve as obras comemorativas acerca da viagem de Vasco da Gama às Índias, em 1498, e da chegada de Pedro Álvares Cabral ao continente sul-americano, em 1500. O primeiro dos livros, intitulado *Portugal*, integrava as festividades oficiais da colônia portuguesa radicada na sede do império brasileiro pelo IV Centenário da epopeia de Vasco da Gama. Esse caráter oficial assinala um ponto relevante, pois indica que Zeferino foi o escolhido pela comunidade portuguesa para representar o pensamento desta quanto à principal viagem náutica lusitana da era dos Descobrimentos. O segundo título, *Brazil*,

⁴⁷ Grifo meu.

foi encomendado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a Zeferino⁴⁸. O fato representa dignificação tão ou mais meritória do que havia sido quando de sua escolha pela comunidade lusitana da Corte para a escrita da obra comemorativa da viagem do Gama. Essas duas obras receberão tratamento pormenorizado mais adiante, quando nos debruçarmos sobre os itinerários de Zeferino Cândido, todavia, a pretexto antecipatório, é correto afirmar que nelas está condensada boa parte da *arte* historiográfica de seu autor. Instigado pela leitura de Gruzinski (2001a; 2001b; 2003a; 2003b), também me foi possível apreender a escrita de Zeferino sob um prisma que punha diretamente em contato as experiências históricas de Portugal e Brasil, mas não só isso, tal escrita revelava, igualmente, as motivações políticas que animavam seu autor, as quais, sob a capa positivista, ativavam as reflexões a propósito dos temas decadência e atraso numa dimensão que expunha a mundivivência e as reinterpretações dos artefatos culturais e dos complexos teórico-explicativos na passagem entre as duas nações.

Em relação aos itinerários propriamente ditos, pouco foi possível conhecer sobre Antônio Zeferino Cândido antes de sua partida rumo ao Rio de Janeiro, basicamente apenas informações a respeito de sua trajetória na Universidade de Coimbra⁴⁹ e que lecionou e dirigiu o Colégio Acadêmico dessa cidade. Chegado ao Brasil em 1878, consta que, embora houvesse sido admitido ainda em abril desse ano à Sociedade de Geografia de Lisboa, durante os primeiros tempos de sua estada no país – pelo menos até 1884 – a maior parte de suas energias foram despendidas em atividades ligadas à educação, notadamente na difusão do método de ensino da leitura de João de Deus. É indubitável que para Zeferino o ensino da língua materna encerrava, nos seus efeitos e nos procedimentos que levavam ao seu aprendizado, uma idéia de nação, consentânea, aliás, com a ótica de reerguimento da pátria conforme a lógica dos três estados de desenvolvimento da humanidade de Augusto Comte. Não obstante, a etapa imperialista da colonização dos continentes africano e asiático pelas potências europeias, em franca expansão após a década de 1870, é alvo da produção literária de Zeferino somente após 1885, data que coincide com seu ingresso na seção da Sociedade de Geografia de

⁴⁸ Na contracapa do livro divisa-se a inscrição: *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil – por parte do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Houve uma etapa em que o IHGB juntou o Etnográfico ao seu nome. Mais tarde, retornou à nomenclatura original, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁴⁹ Primeiramente como bacharel em filosofia; em seguida, produz sua tese de doutorado, a qual versou sobre *Matemáticas puras e aplicadas* (sic) e, finalmente, torna-se lente da Faculdade de Matemática. (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Processo* [prontuário] de *António Zeferino Cândido da Piedade*)

Lisboa no Rio de Janeiro. Em março de 1883, o jornal *Província de São Paulo* noticiava que ele havia se deslocado à província do Espírito Santo, a convite do presidente Herculano Marcos Inglês de Souza, para proferir palestras sobre o método de João de Deus⁵⁰ e dar continuidade à reorganização da instrução primária provincial, iniciada há menos de um ano por Inglês de Souza. Esse princípio da reforma, aliás, foi marcado pela série de conferências de Antônio da Silva Jardim, também convidado pelo presidente da província a fim de reestruturar as bases da educação elementar do Espírito Santo sob a rubrica do método de ensino do poeta português. Conquanto o interesse pelas questões educacionais não tenha se extinguido durante as fases posteriores de sua permanência em solo brasileiro (acredita-se, inclusive, que elas tenham se manifestado doravante sob outras facetas), de meados da década de 1880 em diante, no entanto, as referências sobre assuntos estritamente vinculados ao ensino vão rarefazendo, ao passo que seus escritos nas áreas da geografia política, da história, da economia, das relações internacionais e da política se tornam mais freqüentes⁵¹. A preocupação de ordem epistemológica com o significado do *ser português* (Mota, 1998), associado que estava à formulação de diagnósticos e soluções para o problema da decadência da nação – interagindo, nesse sentido, com uma tradição intelectual que remontava, como assinalamos, a meados do século XVIII –, continua presente no horizonte mental desse letrado articulador das mundivivências luso-brasileiras. Contudo, parece cada vez mais evidente que para Zeferino esse debruçar sobre a definição do nacional, do lugar a ser ocupado por Portugal no *concerto de nações* – reflexão, nesse campo, para a qual concorre decisivamente sua perspectiva historiográfica que incorpora uma exegese crítica da empresa expansionista portuguesa dos séculos XV e XVI e de seus maiores vultos, à qual ainda se pode acrescentar um tratamento das fontes segundo uma metodologia científica –, só se podia realizar no âmbito de uma percepção mais abrangente, que relacionasse múltiplas áreas do conhecimento, tarefa para a qual, tomada exclusivamente, a resolução do problema do aprendizado da língua materna era incapaz de levar a bom termo.

O exemplo de Zeferino bem pode servir – precavendo-se contra toda sorte de anacronismos que caracteriza seu tempo e a elaboração intelectual que lhe está associada, em face da díspar complexidade da vida atual e dos diferentes desafios postos

⁵⁰ *PSP* (21/3/1883, not); *apud*, Hilsdorf, 1986, p. 164, nota 343.

⁵¹ É desse período, também que Zeferino exercita suas qualidades jornalísticas, assumindo a redação de jornais (*A Epocha*, *O Cruzeiro* e *O Paiz*) e revistas (*Revista mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*) na Corte.

à pesquisa, estes, por sua vez, atrelados também aos novos caminhos que a historiografia educacional vai trilhando –, ainda assim, acredita-se que possa servir de estímulo aos historiadores da educação em suas especulações teóricas a respeito dos domínios de seu campo de conhecimento. Esse arregimentar de várias esferas disciplinares, em determinadas situações, pode-se revelar bastante salutar para ampliar a lente de análise, exatamente nas circunstâncias em que o objeto estudado e a perspectiva do pesquisador requererem. No caso desta pesquisa, o de investigar aspectos da produção dos discursos de modernidade em Portugal e no Brasil – no âmbito de uma plataforma que busque perceber as conexões dessa produção entre os dois países – julgou-se que o foco da lente deveria ser aumentado e, conquanto não esteja no rol de ambições desta tese estabelecer graus de hierarquia entre campos de conhecimento e da atividade humana, a própria circulação de um determinado método de ensino da leitura da língua materna e os itinerários de um homem de letras que assumiu para a si a tarefa de divulgá-lo para além das fronteiras de sua pátria – fenômenos que se fundem na escrita e nas diligências, ambas instrumentos de um projeto de nação – atestaram os benefícios do emprego de uma mirada abrangente, macro-histórica⁵². A qual, se não possui a dimensão global, ou planetária como a da Monarquia Católica de Gruzinski (2001, 2003)⁵³, derrama-se pelas zonas de manifestação da(s) cultura(s) de matriz lusitana no espaço atlântico, prioritariamente nos limites territoriais de Portugal e Brasil, mas, outrossim, com a sensibilidade para sua emergência em África, no contexto da expansão imperialista portuguesa no continente.

Ainda permanecendo nesse terreno das dimensões, alguns apontamentos do historiador Jacques Revel a propósito das escalas de observação se revelam bastante pertinentes. Valendo-se de um expediente alegórico advindo do cinema, e que, em segunda mão, era já releitura de uma obra literária de um escritor consagrado⁵⁴, Revel,

⁵² É proveitoso também ressaltar, convocando para isso Revel (1998), que a adoção do prisma macro mantém correlação direta com o *modo* de exposição do problema escolhido pelo pesquisador. (Revel, 1998, p.38)

⁵³ Em que o teatro de observações correspondia ao gigantesco império construído pela dinastia dos Habsburgos à cabeça do trono de Castela. Possuindo territórios em quatro continentes do globo, Tommaso Campanella, em sua *Monarchia de Spagna*, recorda que “a missa era celebrada a cada meia-hora sobre toda a extensão do Império Espanhol.” (Gruzinski, 2001b, p. 185) De acordo com Gruzinski (2003b), o fenômeno de planetarização ocorrido com a expansão ibérica dos séculos XV e XVI “se manifestou por mudanças sistemáticas de escala.” (p. 326). Ainda conforme o autor, tais transformações são perceptíveis em âmbitos tão diversos como as experiências de urbanização, a circulação dos impressos, a literatura e as histórias do livro e do direito. (*idem*, p. 326)

⁵⁴ A história utilizada por Revel (1998) para ilustrar sua interpretação da variação das escalas narra o caso de “um fotógrafo londrino que por acaso registrou em seu filme uma cena da qual é testemunha.” (Revel, 1998, p. 38) A cena captada por sua lente, nas dimensões *normais* em que foi reproduzida graficamente,

em texto que propõe historiar e avaliar as propriedades heurísticas da categoria microanálise, termina seu balanço concluindo que mais do que uma escala, o que conta é a sintonia e a agudeza de percepção em face às circunstâncias múltiplas que se interpõem no tratamento de tal ou qual objeto, as quais demandam do cientista social uma flexibilidade no que toca à adoção da referida escala. Em suma, Jacques Revel faz ver que o fundamental é a variação de escala. (Revel, 1998, p. 38)

Em relação aos desafios pertinentes a presente pesquisa, será perceptível ao leitor divisar as variações de escala com o encadeamento dos capítulos, do ângulo obtuso em direção ao agudo, embora ajustes na lente sejam efetuados constantemente, na medida em que forem solicitados.

No capítulo 1, **Sistemas intelectuais em conexão: as consciências letradas portuguesa e brasileira e a produção da modernidade**, tentar-se-á examinar as possíveis porosidades entre as *Gerações de 70* de Portugal e Brasil e os discursos circulantes de um e outro lado do Atlântico a respeito do encaminhamento da problemática da decadência e do atraso. Para tal, a apreciação recairá sobre a produção literária de alguns dos membros dos grupos-geração e revistas e periódicos da época.

O capítulo 2, **João de Deus: criação, circulação e apropriação de seu método de ensino da leitura**, reservar-se-á a investigar os percursos que levaram João de Deus a elaborar um produto cultural que terminou por representar uma página importante do debate a respeito da decadência portuguesa. Neste aspecto, aproveitar-se-á para sopesar o alcance do plano de divulgação da obra do autor da *Cartilha Maternal* – suas apropriações em solo brasileiro –, adicionando à análise a sensibilidade para outros aspectos deste programa, como a questão do possível interesse mercantil veiculado junto à propaganda dos materiais relativos ao método de ensino. Secundariamente, o capítulo pretende empreender uma atualização acerca das imagens produzidas sobre João de Deus, revisitando, para isso, as polêmicas em que o poeta se envolveu e dialogando com a bibliografia a seu respeito e com a memória oficial a ele erigida pelo museu que leva seu nome. As fontes que subsidiam essa abordagem distribuem-se pelos

assemelhava-lhe incompreensível, “seus detalhes não lhe pareciam coerentes”. (*op. cit.*, p. 38) Intrigado, o fotógrafo decide ampliar as imagens (é exatamente o sentido dessa ação que o título procura trazer), “até que um detalhe invisível o coloca na pista de uma outra leitura do conjunto.” (p. 38) O filme em questão é *Blow up*, de Michelangelo Antonioni, e inspirado, por seu turno, numa novela de Julio Cortázar. Poder-se-ia, inclusive, ir mais além, anotando outra particularidade da alegoria invocada por Revel (1998): depararíamos-nos, pois, com um artigo científico que potencializa sua capacidade de expressão buscando exemplos no cinema, este, que se inspirara na literatura (a qual, a seu tempo, encontraria na fotografia seu mote?); uma cadeia, enfim, de suportes que se justapõem, de narrativas que apelam para a pluralidade das capacidades sensoriais do humano.

periódicos da época (Portugal e Brasil), pelas obras memorialísticas de e sobre João de Deus e pela correspondência ativa e passiva do poeta.

Ao longo do capítulo 3, **O mensageiro de João de Deus: a reflexão sobre os temas decadência e atraso em Antônio Zeferino Cândido**, explorar-se-á os itinerários do ex-professor de matemática da Universidade de Coimbra, nos quais se inclui a propaganda que realiza em território brasileiro do método de ensino da leitura de João de Deus, sua atuação nas diversas instituições e *loci* de sociabilidade dos quais toma parte e, por fim, uma exegese de seus escritos mais importantes, buscando averiguar aí o modo como o debate em alusão aos temas da decadência e do atraso é retratado por Zeferino e que respostas formula tendo em vista as exigências de tradução, assimilação e mescla culturais a ele impostas pela vivência na capital do império brasileiro.

Capítulo 1 – Sistemas intelectuais em conexão: as consciências letradas portuguesa e brasileira e a produção da modernidade

*Eu já encontrei
Um dia alguém
Que me perguntou
Assim laiá:
“O seu Brasil
O que é que tem
O seu Brasil
Onde é que está?”*

(João de Barro / Alcir Pires Vermelho / Alberto Ribeiro. *Onde o céu é mais azul*. RGE Discos, Ed. Globo, Série MPB Compositores, cd e fascículo 21, s/d).

Figura 1. Grupo “Vencidos da vida”. Fotografia: 1888. 1 positivo : p&b; 13 x 16 cm. Nas escadas da esquerda para a direita: Guerra Junqueiro, Conde de Arnoso e Conde de Ficalho. Sentados da esquerda para a direita: Carlos Mayer, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão. De pé da esquerda para a direita : Marquês de Sovoral, Conde de Sabugosa, Carlos Lobo d' Ávila e Eça de Queirós. No verso está escrito a caneta: @grupo dos Vencidos da vida e a lápis: @Oliveira Ramalho. Créditos: Biblioteca do Museu João de Deus, Lisboa. FP44.16 (MJD)-f1181. Fonte: Museu João de Deus (MJD), Lisboa.

1.1 – O pêndulo português e a Geração de 70

“Em 1974, ao refletir sobre a situação política e econômica de Portugal, em decorrência da adesão ao Mercado Comum Europeu, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho mostrava-se bastante preocupado e advertia que o país se encontrava numa encruzilhada entre o Velho Mundo e o Atlântico. Argumentava que a segunda opção lhe parecia mais promissora, a *única condição* para que sua pátria (...) *reencontrasse a individualidade, a especificidade, a genuidade, medieva e renascentista*. Neste sentido, defendia a formação do que denominou de uma *autêntica Comunidade Luso-Brasileira, (...) que não seja apenas sentimental e ortográfica (...), nem aquela comunidade que não passou, ainda, de Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá...*” (Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* [Uma perspectiva histórica]. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 79-80; *apud*, Guimarães, 2007, p. 256)

Esse movimento pendular, entre o continente e o mar oceano, é artigo freqüente nos discursos de letrados portugueses e esteve presente nas inquietações acometidas aos representantes da *Geração de 70*. Antero de Quental (1842-1891) herda de Herculano (1810-1877) a denúncia do falso “Eldorado” representado pelas riquezas advindas com os “Descobrimentos”. Seu libelo *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, título com que abriu as Conferências Democráticas do Casino, em 1871, são uma releitura do posicionamento do mestre de Val-de-Lobos frente aos desdobramentos da história nacional desde o fim do medievo até o século XIX.

A percepção da entrada num período de decadência, comparada à trajetória de ascensão de outras nações europeias, emite seus primeiros sinais anos após a anexação à coroa espanhola, em 1580⁵⁵. Entretanto, a sensação de declínio ganharia nova projeção com o fenômeno da aceleração da modernidade, o qual, se já vinha sendo denunciado por intelectuais portugueses desde meados dos Setecentos, no século XIX alcança novo patamar na crítica realizada pela *Geração Nova*. (Azevedo, 2005) Observa-se, de fato, que a partir da segunda metade do século XVIII alguns vetores da modernidade se tornam mais céleres. Na esfera política, especialmente com os reflexos da Revolução Francesa, as estruturas de legitimação do poder sofrem sérios abalos, o direito divino recebe um duro golpe, juntamente com todo o arcabouço jurídico-político do *Ancient*

⁵⁵ AZEVEDO, André Nunes de. “As ideias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quental”. Edição eletrônica da *Revista Intellectus*, ano IV, v. I, 2005, 21 p. Disponível em: <http://www.2uerj.br/intellectus/pdf.764>.

Régime. Embora resistências aos ideais revolucionários e ao liberalismo mais radical tenham frutificado em vários pontos da Europa – a exemplo de Edmund Burke no Reino Unido, ícone do pensamento conservador anglo-saxão, com suas *Reflexões sobre a Revolução na França* – os efeitos de 1789 municiam ainda mais os combatentes do absolutismo. A clivagem entre o antigo e o moderno se mostrava explícita como nunca. No campo social, a hierarquia estamental dos três estados ingressa em fase final de convulsão, a consolidação do papel histórico das camadas burguesas faz germinar sociedades menos fechadas, inegavelmente dotadas, em última instância, de maior mobilidade entre as classes sociais.

Sobrevém o tempo das revoltas liberais em Portugal e, guardadas todas as proporções e o alcance devidos, 1834 para o país ibérico se assemelha ao 1789 francês: configura-se a derrocada do Estado de Antigo Regime e, daí em diante, dá-se início à transferência do poder dos estamentos senhoriais para as mãos dos grupos burgueses (Pereira, 1979, p. 3). Cessadas as turbulências das décadas de 1830 e 1840, no domínio econômico assiste-se a um relativo progresso, com a ampliação e a melhoria da infraestrutura de transportes e comunicações – exponenciada mormente pela inauguração e expansão dos caminhos de ferro e do telégrafo – o desenvolvimento do setor fabril, a dilatação do crédito etc., consequências, entre outras, da política econômica do ministro Fontes Pereira de Melo (1819-1887).

Todavia, em que pese os avanços realizados em meados do século XIX, o fosso em relação aos países do norte do continente aumentava conforme o transcorrer do tempo, os contrastes frente aos signos da modernidade se faziam mais evidentes na segunda metade dos Oitocentos. A produção discursiva da *Geração de 70* portuguesa aponta nitidamente o descompasso entre um relativo progresso no campo material face à lentidão ou estagnação das estruturas políticas, aliada à cristalização dos modelos de pensamento e escrita. Destarte, alheado da vanguarda européia, poder-se-ia afirmar que “Portugal compunha o par oposto do moderno”. (Azevedo, 2005, p. 1) No terreno cultural, o país se distinguia por apresentar ainda uma elite de bacharéis de formação humanística e retórica, oriundos sobretudo da Faculdade de Direito de Coimbra. A estes, contrastava um enorme contingente de população analfabeta e semi-alfabetizada, distribuído nos meios rural e urbano, em estabelecimentos de instrução mal apetrechados e conduzidos por professores, no mais das vezes, de parca formação e utilizadores de métodos e procedimentos de ensino arcaicos. Não obstante o quadro desalentador que se desenhava em Portugal a essa altura e o clima de inércia e de

cristalização de suas elites intelectuais, o impacto da dissonância entre a realidade ibérica e o vanguardismo de além Pirineus criou as condições necessárias para fazer esgarçar as fissuras do sistema intelectual português, cujos pilares considerados anacrônicos eram alvo de denúncia de jovens estudantes de Coimbra. Um substrato importante para a insurgência dessa plêiade foi a influência recebida do contato com a filosofia, a literatura e a teoria social dos países do norte e centro da Europa. Conforme Boto (1997), “toda uma mundivivência estruturada fundamentalmente a partir das leituras de Comte, de Hegel, de Proudhon, trariam para a intelectualidade portuguesa a referência positivista, a matriz da reflexão dialética e a utopia do socialismo.” (Boto, 1997, p. 117) A autora também adverte para um aspecto sumamente relevante: conquanto seja válida a asserção de que o grupo-geração só ganhou protagonismo porque novos atores realizaram leituras pioneiras, seu impacto só alcançou as dimensões que conhecemos pela existência, naquela segunda metade do XIX português, de um público leitor mais numeroso. (Boto, 1997, p. 117)

O estopim do descontentamento daqueles jovens com os padrões da produção intelectual portuguesa de então ocorreu com a Questão Coimbrã, envolvendo Antero de Quental – então com 23 anos – e o decano da poesia ultra-romântica Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875). Ela tem início num prefácio elogioso feito por Castilho a propósito de uma poesia do escritor Pinheiro Chagas (1842-1895), intitulado *Poema da Mocidade*, no ano de 1865. Concomitantemente ao elogio, Castilho aproveita para admoestar o grupo dos estudantes de Coimbra, especialmente Antero e Teófilo Braga⁵⁶ (1843-1924), acusando-os de exibicionismo livresco, de não possuir senso e nem bom gosto literários. (Saraiva, 1995, p. 25) Antero responde com a carta *Bom senso e bom gosto*, na qual se opõe frontalmente ao discurso de autoridade segundo o qual se alicerçava o prestígio de Castilho. Os ataques de Antero são ferozes e fatais ao velho poeta, referindo-se “ao seu interlocutor como partidário do que qualificaria como *escola do elogio mútuo*, na qual o debate acadêmico e intelectual seria sacrificado em prol de um certo espírito de confraria sectária; ali, obras e autores passavam a ser apenas reverenciados, mesmo que o custo disso fosse o próprio espírito crítico.” (Boto, 1997, p. 123) Ainda conforme Boto (1997), “Antero costumava alegar – para provocar o oponente, que o crime imperdoável cometido pela dita escola de Coimbra seria a

⁵⁶ De acordo com o próprio Teófilo Braga, a resposta que elaborara a fim de contestar Castilho estava contido no folhetim *Teocracias literárias*, o qual foi posteriormente editado em livro, sendo à época da contenda, no entanto, enviado para publicação no *Jornal do Comércio*, que, por sua vez, teria se recusado a fazê-lo. (Braga, 1930, p. xxiv)

pretensa inovação. Em nome da tradição, seus adversários encontravam falsas questões para deixar em silêncio aquilo que, de fato, seria o essencial.” (Boto, 1997, p. 123)

Já egresso da Universidade de Coimbra, seis anos depois da célebre polêmica do *Bom senso e bom gosto* Antero de Quental e outros intelectuais organizam as Conferências Democráticas do Casino. O próprio Antero profere a primeira palestra, defendendo uma profunda reforma dos procedimentos do ensino, necessária a outra reforma, diretamente relacionada à educação: a reforma dos esquemas mentais. O programa das *Conferências do Casino*, assinado por dez intelectuais portugueses (vide nota de rodapé 5), revelava a sintonia de seus signatários com o movimento de ideias em voga no continente europeu. Tal sintonia já era percebida no *Manifesto* com que se divulgaram as conferências, vindo à luz no jornal *Revolução de Setembro*, em 18 de maio de 1871.

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada

Procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam, na Europa.

Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna. Estudar as condições da transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa.

Tal é o fim das Conferências Democráticas.

(*A Revolução de Setembro*, 18 de Maio de 1871. In CABRAL, Avelino Soares. *O Realismo – Época de Queirós e "Os Maias"*, s/local, Ed. Sebenta, s/data, 2ª ed., pp. 9-10).

Antes que fossem suspensas por ordem do Marquês de Ávila e Bolama, cinco conferências foram proferidas nas dependências do Casino Lisbonense. A primeira, sob o título *O Espírito das Conferências*, esteve a cargo de Antero de Quental, que, em linhas gerais, explicitou a exortação contida no *Manifesto* publicado no jornal *Revolução de Setembro*.

Na segunda conferência, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, também proferida por Antero, estão contidas as célebres ideias, retomadas de Herculano, responsáveis pelo declínio de Portugal e Espanha nos tempos que se seguiram às Grandes Navegações. De acordo com Antero, tais causas respondiam, em primeiro lugar, pela feição assumida pelo catolicismo após o Concílio

de Trento (e seus desdobramentos mais importantes, como a ação da Contra-Reforma e a instalação da Inquisição); em segundo, pela centralização monárquica e o fortalecimento do poder absoluto no país; e, em terceiro, pelas consequências mediatas das conquistas ultramarinas, as quais, se no primeiro plano alçaram Portugal a senhor das rotas e do comércio marítimo no Oceano Índico, foram responsáveis por absorver mais recursos e gentes que o reino podia oferecer, depauperando-o e trazendo ainda outras repercussões para a “alma” do povo português, “levando à criação de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade e que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura.” (Quental, Antero de. “Conferências Democráticas. Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos”. *Discurso pronunciado na noite de 27 de maio na sala do Casino Lisbonense por Antero de Quental*. Porto, Tipografia Comercial, 1871)

A terceira conferência foi conduzida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras, e intitulada *A Literatura Portuguesa*. A visão decadentista se expressa na fala de Soromenho quando não identifica na contemporaneidade nenhum integrante das letras portuguesas à altura dos grandes vultos nacionais do passado, como Luís de Camões e Gil Vicente. Para além deste retrato de decadência, o palestrante se insurge contra o que compreendia como os valores literários nacionais, portanto, uma crítica que alvejava mais do que o grupo de literatos ultrarromânticos capitaneado por António Feliciano de Castilho.

A quarta conferência recebeu o nome de *A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte* e foi proferida por Eça de Queirós. O imprescindível a se reter da intervenção de Eça é sua marcação pela necessidade de se operar uma funda transformação na literatura portuguesa da época, semelhante a que se operava na política, na ciência e na vida social nos países de além-Pirineus. Bastante influenciado por Proudhon e sua concepção de revolução, Eça de Queirós compreendia bem o papel jogado pela literatura na constituição simbólica de nação em Portugal. Leitor do filósofo anarquista francês, Eça visualizava o espírito revolucionário, nas sociedades então reconhecidas como modernas, afirmando-se em todas nas esferas científica, política e social. De mais a mais, o que conjugava seu apreço e interesse intelectual pela concepção de revolução de Proudhon face ao diagnóstico exarado quanto ao patamar mental da sociedade portuguesa do último terço do século XIX se consubstanciava na intelecção do instrumento revolucionário enquanto uma forma, um mecanismo, um

sistema, que agregava também em seu bojo uma preocupação fundamental com o princípio estético. Tal revolução, particularmente à literatura, operar-se-ia pela ultrapassagem da estética romântica em direção ao Realismo.

“O realismo é bem outra coisa: é a negação da arte pela arte; é a proscrição do convencional, do enfático e do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção usando da inchação do período, da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos. É a análise com o fito na verdade absoluta. Por outro lado, o realismo é uma reacção contra o romantismo: o romantismo era a apoteose do sentimento; o realismo é a anatomia do carácter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mau na nossa sociedade.”(QUEIRÓS, José Maria Eça de, 3ª Conferência: *A Literatura Nova ou O Realismo como Nova Expressão da Arte*, Casino Lisbonense, 12 de Junho de 1871 [Reconstituição por António Salgado Júnior, o texto original perdeu-se]. In: MATOS, A. Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, s/ed., pág. 127.

A quinta conferência, denominada “A Questão do Ensino”, foi proferida por Francisco Adolfo Coelho (1847-1919). Nela o conferencista traça um quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da história. Além do diagnóstico, Adolfo Coelho apresenta um receituário o qual tem sido interpretado pela historiografia da *Geração de 70* como o fator responsável pela atitude do Marquês de Ávila e Bolama para a suspensão das Conferências Democráticas do Casino: a proposta do eminente pedagogo e filólogo português de separação completa do Estado em relação à Igreja. Tal separação era tomada como imprescindível por julgar que dela dependia uma liberdade de consciência efetiva, a qual abrangisse setores sociais mais amplos.

Contudo, os primeiros sinais de rompimento com as práticas intelectuais das elites culturais portuguesas apareceram ainda em 1863, com a publicação, no nº 150 do jornal *O Bejense*, do artigo *Os Lusíadas e a conversação preambular*, de autoria de João de Deus. À época, acabara de sair a lume o poema *D. Jayme*, de Tomás Ribeiro, um escritor apadrinhado por Castilho, o qual, por intermédio de um prólogo à obra, recomendava-o à admiração do público como texto exemplar para o aprendizado da leitura. De acordo com Teófilo Braga, depois da morte de Garret em 1854 e do silêncio

sistemático de Herculano, a partir de 1859, “Castilho arrogou-se um pontificado literário, concedendo bulas de talento, ou revogando os juízos da imortalidade.” (Braga, 1930, p. xxiv) Estando seguro de sua posição, Castilho lançara a “blasfêmia” de que *os Lusíadas*, de Camões, era uma obra inferior ao *D. Jayme*, de Tomás Ribeiro, pois, ao contrário do último, seria inadequado para servir de livro escolar. (Deus [João de], 1880, p. 12)

Em virtude do que considerou um abuso de quem não detinha a autoridade comprovada de um Garret ou de um Herculano, João de Deus se insurge contra a heresia de Castilho, nos seguintes termos: “Condenar os *Lusíadas* porque não servem para Cartilha do Padre Inácio é o mesmo que condenar a Cartilha do Padre Inácio porque não serve para epopeia nacional.” (Deus [João de], 1880, p. 12) Ponto por ponto, João de Deus vai derribando as objeções do cego poeta português, apontando as contradições a que este se entregou no cotejo de suas diversas apreciações da obra maior das letras portuguesas. O autor da *Cartilha Maternal* censura Castilho pelas suas críticas à rigidez das oitavas dos versos dos *Lusíadas* (de acordo com Castilho seria mais conveniente adotar a métrica da variedade). Porém, João de Deus argumenta que para isso existia a prosa (Castilho falara da epopeia camoniana como o leito de *Procustus*). (Deus [João de], 1880, p. 5-8)

A fina ironia, característica de João de Deus, aliada à aptidão para a polêmica, faz do artigo publicado no periódico alentejano um belo exemplar das críticas que o imobilismo da literatura capitaneada por Castilho angariavam.

Mas se apesar de tão vastas ambições os *Lusíadas* caducaram “por passar a moda da conquista”, *D. Jaime* fundado no ódio de Portugal a Castela, já hoje contra o espírito da fraternidade universal, se ainda em cima, daqui a meia dúzia de anos, “se derreterem de todos os exclusivismos nacionais” de modo que Portugal e Espanha fiquem duas províncias do mesmo reino, o que será feito de *D. Jaime*? Felizmente para os irmãos da *Ilíada*, da mesma maneira que para *D. Jaime*, as obras de arte não as deprecia o tempo, e as consequências que o sr. A. F. de Castilho tira dos 300 anos dos *Lusíadas*, que são 3 dias numa vida imortal, é o contrário das que devia tirar em boa crítica. (Deus, 1880, p. 14)

Já admirado por Antero de Quental nos tempos em que era estudante de direito em Coimbra (entre idas e vindas João de Deus demorou dez anos para concluir o

curso)⁵⁷, a publicação d' *Os Lusíadas e a conversação preambular* deve ter elevado ainda mais o apreço do autor de Antero por João de Deus. Teófilo Braga, que com o tempo procura, de certa forma, neutralizar a influência e o papel de Antero para o novo impulso que as ciências e as artes assumem em Portugal após a Questão Coimbrã, transcreve a estima deste para com João de Deus:

Em 1866, Antero publica um artigo, *A propósito de um poeta*, em que se presta homenagem a João de Deus. “João de Deus há pouco ainda era uma vocação ignorada por todos; hoje conhecem-no e amam-no alguns amigos da verdadeira Arte...” Era o 1º rompimento com a escola ultra-romântica representada no lirismo por João Lemos e Palmeirim. (Braga, 1930, p. xxii)

O rebate de João de Deus a Castilho possui um fundo nitidamente literário, ainda assim, é possível reconhecer na defesa dos *Lusíadas* enquanto livro de leitura escolar a entrada em cena da questão pedagógica, que tanto oporá a obra educacional dos dois poetas. Uma vez que Castilho morre em 1875, antes da publicação da *Cartilha Maternal* e, portanto, da “estréia” de João de Deus no campo da produção de materiais e modelos pedagógicos, a contenda prosseguirá entre João de Deus e seus adeptos em contraposição aos seguidores e admiradores de Castilho.

Teófilo Braga, que em 1893 publicaria a coletânea de poesias de João de Deus – *Campo de flores*⁵⁸ –, assim arrematou a importância do poeta do Algarve na preparação do terreno para a irrupção da Questão Coimbrã:

E rebateu dignamente essa outra heresia de Castilho, de que entre a geração moderna não havia quem assinasse sem vergonha uma estrofe dos *Lusíadas*. A literatura oficial não queria reconhecer a superioridade de João de Deus, e fez-se o silêncio sobre o seu protesto. Sem rompimento de escola, ainda assim cabe a João de Deus a glória do primeiro passo para a dissolução do ultra-romantismo. Aquele escrito d' O Bejense é pouco conhecido; mas nele começa o fenômeno moral e intelectual da dissidência da Escola de Coimbra, em 1865... (Braga, 1930, p. xxiv)

⁵⁷ BASTOS, José Timóteo da Silva. *João de Deus: (8-3-1830 a 8-3-1930)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. 56 p.

⁵⁸ Reunida e editada por Teófilo Braga, *Campo de Flores* é uma coletânea de poesias de João de Deus, reunindo até aquela data toda a poesia lírica do autor da *Cartilha Maternal*.

Essa dissidência também é marcada pela crítica ao acentuado francesismo em que se achava a cultura, as ciências e as artes portuguesas por volta da década de 1870. De acordo com Boto (1997), o fenômeno já preocupava alguns intelectuais da época, como Eça de Queirós (1845-1900), que percebia a existência “de uma política de imposição dos valores culturais franceses, não apenas da tradução de textos, mas da incorporação dos conteúdos culturais do romance francês, em seu modo de olhar para a civilização...” (Boto, 1997, p. 126) Uma carta do romancista português ao poeta e diplomata brasileiro Domício Gama, na qual abarca a condenação do capitão do exército francês Alfred Dreyfus, acusado de espionar em favor da Alemanha⁵⁹, expõe o juízo de Eça acerca da França e de seu povo:

“Também eu senti grande tristeza com a recente condenação do Dreyfus. Sobretudo, talvez, porque com ela morreram os últimos restos, ainda teimosos, do meu velho amor latino pela França. Os suíços, querido Domício, não se enganam generalizando – e atribuindo o julgamento de Rennes à *própria essência do espírito nacional*. Quatro quintos da França desejaram, aplaudiram a sentença. A França nunca foi, na realidade, uma exaltada da justiça, nem mesmo uma amiga dos oprimidos. Esses sentimentos de alto humanismo pertenceram sempre e unicamente a uma elite que os tinha, parte por espírito jurídico, parte por um fundo inconsciente de idealismo evangélico.” (In: Queirós, Eça de. *Carta a Domício Gama*, 26 de Junho de 1899; *apud*, Berrini, 2003, p. 39).

⁵⁹ O caso Dreyfus tem origem na acusação apresentada contra o capitão do exército francês Alfred Dreyfus, em 1894, de espionar a favor dos alemães. Após um rápido julgamento, conduzido por um tribunal militar, Dreyfus, de origem judaica, é condenado à prisão perpétua na ilha do Diabo, na Guiana Francesa. A ação contra Dreyfus havia utilizado como principais peças de acusação laudos periciais que asseguravam a semelhança entre sua letra e aquela encontrada nos documentos enviados a um major alemão, adido militar em Paris. O caso forneceu o pretexto para uma intensa campanha anti-semita desencadeada por parte da imprensa francesa, liderada por Edouard Drumont, editor de *La Libre Parole*. Dois anos depois o recém nomeado chefe da contra-espionagem do Exército francês, o tenente-coronel Picquart, ao retomar as investigações sobre o caso, notou que a caligrafia encontrada nos documentos repassados aos alemães não era de Dreyfus e sim do comandante Esterhazy, militar do exército que à época estava à beira da insolvência financeira. A denúncia do erro judiciário rendeu a Picquart uma série de retaliações que culminaram com sua prisão. O país, então, cindiu-se em dois campos: de um lado, os que acreditavam na culpa de Dreyfus e consideravam justa sua condenação, entre os quais o governo, o exército nacionalista, a Igreja Católica e os partidos conservadores; e, de outro, os convencidos de sua inocência, que denunciavam as irregularidades do julgamento e lutavam pela revisão imediata do processo, grupo representado pelas então forças progressistas da sociedade francesa, sobretudo os republicanos de viés socialista e anticlerical. À época, os maiores expoentes dessa corrente eram o escritor Émile Zola e Jean Jaurés, sendo o primeiro o autor do artigo *J'accuse*, um forte libelo contra a intolerância e as arbitrariedades cometidas pelo comando do exército francês. “*Mon devoir est de parler, je ne veux pas être complice. Mes nuits seraient hantées par le spectre de l'innocent qui expie là-bas, dans la plus affreuse des tortures, un crime qu'il n'a pas commis.*” (Trecho de *J'accuse*, publicado no jornal *L'Aurore* em 13 de janeiro de 1898).

A despeito, no entanto, da denúncia contra o solapamento dos valores autenticamente nacionais pela importação indiscriminada dos modelos franceses (transformando-se, em alguns casos, em verdadeiro modismo) é mister registrar que a *Geração Nova*, pelo menos até a segunda metade da década de 1880, fez a opção pela Europa. O pêndulo volve diversas vezes para a procura do legitimamente nacional, da alma portuguesa, incorporando até uma preocupação sistemática de levantamento e “catalogação” das manifestações da literatura popular⁶⁰. Exemplo de Teófilo Braga, que com sua disciplina positivista rígida, dotada de *austeridade espartana*, prolífica, conciliadora dos aforismos cientificistas com as tradições históricas e as heranças culturais lusitanas, efetua alguns estudos no campo da etnografia, incipiente ainda no país, a fim de desvelar a origem do português, as raças que confluíram para sua formação, quais seus costumes e crenças. (Sá, 1978, p. 50-51) Mota (1998), traça o perfil de Teófilo Braga em contraposição a dois de seus colegas de Geração de 70, Oliveira Martins (1845-1894) e Antero de Quental:

Para Teófilo Braga o rumo era claro: a valorização da cultura popular e do glorioso passado português seriam os instrumentos de uma regeneração nacional, sob a liderança do Partido Republicano. (...) Tem-se aí, então, em 1880, o Centenário de Camões, com seu desfile cívico, a criar essa comunhão entre o presente e o passado. Enquanto, pois, Oliveira Martins falava de um ser orgânico e moral debilitado, de uma sociedade sem vontade e sem energia, e Antero de Quental, de um país de espectros, de um mundo agonizante afetado de atonia, Teófilo Braga elevava o moral de seus leitores, afirmando que o povo português não podia ser responsabilizado por desmandos que eram exclusivamente da Casa de Bragança. (Mota, 1998, p. 208)

Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, num outro diapasão, voltam-se, a seu modo, também para o espírito, o caráter, para as “raízes” do Portugal genuíno. Tal inclinação coincide com o período em que esses dois grandes nomes do romance e da crônica lusitana entram numa fase de pessimismo, de que é emblema os jantares e encontros do grupo, constituído por escritores de nomeada no cenário das letras portuguesas,

⁶⁰ Ver, a propósito, algumas obras de Teófilo Braga: *Cancioneiro Popular, coligido da tradição oral*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867; *Romanceiro (O) Geral. Coligido da tradição portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867; *Contos Tradicionais do Povo Português*, com um estudo sobre a novelística geral e notas comparativas, 2 vols., Typ. Elzevieriana, s/d; *Cancioneiro (O) Portuguez da Vaticana e suas relações com outros cancioneros dos séculos XIII e XIV*. Separata da revista alemã «Zeitschrifte für romanische litteratur», 1878.

intitulado *Vencidos da Vida*⁶¹. Há que se precisar, ainda assim, uma circunstância nessa etapa niilista de Eça e alguns de seus companheiros da *Geração nova*, fato reconhecido pelo próprio autor exatamente quando da publicação d'*Os Maias*: o niilismo e a ironia com que descreviam a sociedade portuguesa de então não teria sido acompanhado de ações práticas de intervenção. (Mota, 1998, p. 242)

Mota (1998), ao cotejar os discursos sobre o legado da *Geração de 70* portuguesa produzidos pelos seus próprios membros e por parte da historiografia (refere-se aqui explicitamente ao trabalho de João Medina, *Eça de Queirós e a Geração de 70*⁶²), conclui que as leituras efetuadas *a posteriori* apenas glosavam o diagnóstico já feito por Eça de Queirós um século antes. Sobre os vínculos entre a busca da nacionalidade e a etapa pessimista da produção discursiva da *Geração nova* – aproveitando para reposicionar a crítica de Medina (1980), a autora afirma:

O que não parece ter sido entendido por Medina é que a salvação pensada pela *Geração de 70* pressupunha que esses intelectuais se queriam como a vanguarda política, artística e filosófica capaz de revelar a nacionalidade a si mesma e de recriá-la. Na verdade, o equívoco em que incorre essa *intelligentsia* portuguesa é idêntico ao da brasileira: trata-se de um autoritarismo mal encoberto que postula ser o público um simples receptor das informações e das idéias que visassem libertá-lo da opressão, da miséria e do atraso cultural. (Mota, 1998, p. 242-243)

Mesmo reconhecendo que a reflexão que apresentamos a seguir tem muito de esquematismo, parece-nos evidente, todavia, que a produção discursiva desses intelectuais da nova geração revela um impasse, mostrando indivíduos cujos modelos de cidadania, ou mesmo de civilização, tomados no exterior (na Europa desenvolvida), conviviam com a necessidade da (re)invenção do nacional – por sua vez pensada já tendo como substrato aqueles modelos – o que poderia levar, eventualmente, a questionamentos acerca da perda da essência identitária própria. De acordo com Mota (1998), essa ambiguidade demonstra também “certo ir-e-vir moral dos intelectuais portugueses” (*op. cit.*, p. 142), ao mesmo tempo que enaltecimento e recusa de símbolos estrangeiros.

⁶¹ Nos feitos de um clube, o grupo dos *Vencidos da vida* contava com Guerra Junqueiro, Conde de Arnoso, Conde de Ficalho, Carlos Mayer, Oliveira Martins, Marquez de Sovoral, Conde de Sabugosa, Carlos Lobo d' Ávila, além de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

⁶² MEDINA, João. *Eça de Queirós e a Geração de 70*. Lisboa, Moraes Editores, 1980.

Assim, o sentido da narrativa nacional orientava-se, no discurso da *Geração de 70*, ora para a *saudade* da alma nacional perdida, ora negando-a com propostas de modernização – material, estética ou moral –, ou pela adoção de um tom irônico, com o qual expunha-se o ridículo nacional, na suposição de despertar a consciência das gentes portuguesas. (Mota, 1998, p. 148)

De qualquer maneira, penso que o que verdadeiramente outorga à *Geração de 70* o epíteto transgressor dos cânones acadêmicos e intelectuais portugueses foi o rompimento com os paradigmas teóricos amparados nos discursos de autoridade, vigentes dentro e fora do ambiente universitário. O “desejo” que os movia, a substância que servia de molde aos seus programas, tudo isto se achava na França, na Grã-Bretanha, nas nações de cultura germânica, na Suíça, na Escandinávia; era preciso introjetar a Europa em Portugal, urgia franquear o país aos ventos do norte, ligá-lo “ao movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade.” (Sá, 1978, p. 41)

1.2 – O projeto colonialista português e a Sociedade de Geografia de Lisboa

Figura 2. Sociedade de Geografia de Lisboa. *Globos celeste e terrestre*. Créditos: Roni Cleber Dias de Menezes. Lisboa, 24/01/2010.

Em que pese o descompasso descrito há pouco, a burocracia estatal, associações de cunho científico, as Forças Armadas, setores da imprensa, intelectuais de vários matizes se empenhavam e direcionavam sua atenção para o projeto colonialista em África. O reascender dos lauréis de dantes, com as promessas antevistas pela colonização das possessões africanas são responsáveis pela inclinação do pêndulo na direção do Atlântico. A tradição aventureira nacional é novamente exaltada, como se o futuro estivesse, desde sempre, preso aos destinos traçados pela Providência e cujos sinais mais distintivos se apresentaram ao mundo ao tempo das grandes viagens marítimas.

Essa visão do engajamento intelectual ao colonialismo português é, conforme Alexandre (2000), em grande medida sugerida pelas razões apontadas no livro de R. J. Hammond, *Portugal in Africa (1815-1910)*, o qual consagrou as motivações de ordem sentimental, nostálgica, vocacional, destino manifesto do país em relação a recuperar o prestígio e o ânimo perdidos desde o período das grandes navegações. (Alexandre, 2000, p. 219) Embora não ignore nem menospreze os impactos sobre a empresa colonial

advinda dos ideais de recuperação da grandeza perdida que alimentava a mentalidade coletiva portuguesa da época, Alexandre (2000) sublinha, precipuamente, as ações de ordem “prática” que jogaram um papel decisivo para impulsionar a política colonialista do último quartel do século XIX. Entre elas o autor concede destaque às incursões dos exploradores portugueses Hermenegildo Capelo (1841-1917), Roberto Ivens (1850-1898) e Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900) pelos sertões africanos, o que teria sido responsável por mobilizar um expressivo número de intelectuais pelo simbolismo das *modernas aventuras* lusitanas. Boa parte desses intelectuais estava aglutinada em torno do grêmio que mais se envolveu com os assuntos da empresa colonial, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). A SGL, criada em 1875 por um grupo de intelectuais, políticos e homens de ciência, esteve à testa do movimento colonialista português, em muitos casos atuando como conselheira do Estado nas empresas e cometimentos relativos à ocupação e consolidação dos territórios africanos. Importantes agentes da burocracia estatal, dos corpos militares e dos expedicionários em África eram membros da Sociedade. Em suma, sua criação está umbilicalmente ligada ao projeto colonialista imperialista português. Sob determinados aspectos, a SGL parece mesmo funcionar como ante-câmara dos gabinetes ministeriais (assuntos de competência de Estado são largamente discutidos nas sessões da instituição), ao mesmo passo que consultora (pela capacitação intelectual e experiência de seus membros nos negócios do ultramar). Na SGL se debatia as diretrizes que se pretendia imprimir à colonização de África, atraindo para isso não somente as ações estatais ou de forças econômicas do reino, mas, inclusive, de províncias ultramarinas de Portugal localizadas na Ásia.

Agita-se ao presente, em todos os círculos políticos de Portugal, uma questão importante e de interesse vital para o país – *O Movimento Africanista*. (...) Portugal tem suas vastas possessões de além-mar e em especial as de África, que, não obstante serem conquistadas há mais de 3 séculos e fazerem parte integrante da monarquia portuguesa, jazem em um estado estacionário com relação ao progresso material e moral, tornando-se, sob este pretexto, alvo da ambição das outras nações europeias.

Diz o sr. Leroy Beaulieu, na sua obra das *Colonizações modernas*, que a prosperidade de Portugal está nas suas possessões africanas, e parece que os políticos portugueses se convenceram afinal desta verdade, a calcular pela importância que ao presente se liga em Portugal à questão africana.

A Sociedade de Geografia iniciou esse movimento e está empenhada, como me parece, a levá-lo a bom fim⁶³, e eu dirijo-me a v. ex.^a, na qualidade de digno presidente dessa benemérita Sociedade, com propósito de apresentar uma ideia, que pode e tenho fé que há de ser proveitosa para o bom êxito desse movimento.

A exploração e colonização de África; à vista da extensão de terra, demanda considerável capital e grande número de braços. Portugal poderá fundar sociedades, e levantar o capital preciso para a exploração, mas julgo que não poderá obter com facilidade o braçal necessário e indispensável, por causa do clima de África, que é justamente considerado como mortífero para os europeus; é este inconveniente que me proponho a remediar.

A província de Goa, em especial as Velhas Conquistas, tem uma população densa, e os seus habitantes, seja pela posição topográfica e influência do clima, seja mesmo por qualquer razão que não se tem podido conhecer, são excepcionalmente dotados de inteligência e aptidão para ciências e artes, e favorecidos de gênio aventureiro e empreendedor, com grande facilidade de se aclimarem nas regiões as mais inóspitas, como tudo prova exuberantemente o grande número dos filhos de Goa que está espalhado pelas 5 partes do mundo, exercendo com proficiência toda a sorte de misteres; mas infelizmente o ensino das ciências e artes em Goa está na proporção inversa das vantagens naturais dos habitantes e o qual, por necessidade, vão procurar fora do país.

Se Portugal destinar uma pequena verba, do muito que nesta província se esbanja, para montar aqui escolas de ciências e artes práticas, mandando da Europa todo o pessoal docente, cuidadosa e escrupulosamente escolhido, e não por favoritismo, e oferecer transporte aos que, competentemente habilitados, quiserem ir tentar fortuna na África, em poucos anos se estabelecerá uma corrente de importante emigração, que muito facilitará a colonização e exploração da África, apressando desta arte a época, até aqui bastante remota, da prosperidade de Portugal pela exploração das possessões africanas. (Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão de 16 de janeiro de 1886. *Leitura do ofício de Luís António Rodrigues Chicó ao presidente da SGL, o sr. António Augusto Aguiar. Candolim, Goa, 23 de Dezembro de 1885*. In: Atas das Sessões, Vol. VI: Ano de 1886. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 6-7)

Do ponto de vista cronológico, o discurso colonialista se torna hegemônico dentre os grandes temas da agenda *estratégica* nacional com a década de 1870. (Alexandre, 2000) Passada a crise de finais da década anterior, “a polêmica sobre os

⁶³ Grifo meu.

destinos do império esbate-se: mais raras, as vozes cétricas tendem nos anos subsequentes a perder-se no coro dos que veem no ultramar um campo privilegiado de afirmação da nação portuguesa. Os primeiros indícios desta mudança de conjuntura são já perceptíveis em 1869, quando, após a chegada de notícias da descoberta de *importantíssimos jazigos auríferos e de pedra preciosa* na África austral, passa-se a chamar a atenção na imprensa para a *extensíssima, tão rica e fertilíssima província de Moçambique*⁶⁴, assim de súbito transformada em novo Eldorado, prenhe de promessas.” (Alexandre, 2000, p. 151)

Quanto à ação governamental, o projeto colonialista imperialista português principia a tomar feição na década de 1870, durante o ministério de Andrade Corvo à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar, e teria origem em fatores diversos, desencadeados em três continentes: na própria Europa, na África e na América. Inicialmente, embora numa escala não decisiva, o colonialismo imperialista lusitano foi facilitado, na esfera econômica, pela conjuntura de relativa prosperidade de alguns dos territórios ultramarinos, sobretudo Angola. Por outro lado, o novo impulso imperial também nasce de preocupações de ordem mais genérica, mas vinculadas ao processo histórico do país no cenário europeu, podendo identificar “nesta reafirmação da vocação colonial do país uma resposta às dúvidas que nos anos anteriores haviam afligido as elites portuguesas sobre a identidade e as condições de existência de Portugal, no contexto de uma Europa convulsionada pela guerra.” (Alexandre, 1998, p. 105) Neste sentido, em primeiro plano assoma o papel jogado pela resistência aos tratados com a Inglaterra, suscitada em parte pelos interesses mercantis vinculados ao tráfico ultramarino de escravos, “para quem o protecionismo era vital.” (Alexandre, 2000, p. 151) Simultaneamente, dois acontecimentos de destacada relevância prestaram seu contributo para recrudescer o interesse português por suas colônias: os exemplos fornecidos pelo conflito franco-prussiano e a agitação em prol da união ibérica em Espanha⁶⁵.

⁶⁴ Alexandre (2000) extrai os trechos do *Jornal do Comércio*. Lisboa, 1º e 9 de abril e 13 de outubro de 1869.

⁶⁵ No primeiro caso Alexandre se refere precisamente a maior organização do exército prussiano, resultado não só da superioridade de seu aparato militar, mas sobretudo, da disciplina e da melhor preparação de seus soldados. A vitória prussiana acelera a unificação alemã e muda radicalmente a composição de forças no teatro europeu, pondo em cena um rival poderosíssimo na disputa por colônias d'além-mar. A agitação a que aduz Alexandre ficou conhecida como a *Questão Ibérica*, surgida no âmbito das turbulências vividas pela vizinha Espanha no período que decorre entre a abdicação da rainha D. Isabel II e o fim do curto período republicano, em 1874. A ideia de federação ibérica foi encampada por republicanos de ambos os países. Antero de Quental, apoiador da proposta de união ibérica à época, chegou a publicar um opúsculo intitulado *Portugal perante a Revolução de Espanha – Considerações*

Um terceiro aspecto está relacionado às disputas territoriais na América do Sul. Com o término da Guerra do Paraguai e a situação política no império brasileiro estabilizada, concretizava-se o aumento das remessas de divisas dos emigrantes portugueses radicados no Brasil. Tal fato contribuiu para uma relativa prosperidade financeira do Estado português nos anos 1870, o qual já se via dependente em larga medida desses recursos. Outro aspecto também atrelado a mudanças que envolviam a América do Sul foi o redirecionamento do capital aplicado originalmente no tráfico de escravos, que, com a interdição formal da escravatura em todos os territórios de domínio português (ocorrida em 1869), a proibição do tráfico de escravos para o Brasil (decretada pela publicação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850) e a fiscalização crescente do Reino Unido, deslocou-se da arregimentação de cativos com destino ao Brasil e Caribe para outros ramos da empresa colonial lusitana. O negócio negreiro transatlântico subsiste, clandestinamente, ainda por algum tempo, embora em menor extensão, encontrando seu fim com “o fechamento da entrada de escravos em Cuba, última possessão colonial na América a proibir o tráfico.” (Alexandre, 2000, p. 149) Assim, de acordo com este historiador português, há que se tomar a investida colonial lusitana na década de 1870 também sob o influxo de acontecimentos que tem sua origem fora do império português, mas que, todavia, com ele estabelece múltiplas conexões, exigindo do historiador, pois, a sensibilidade para o cruzamento e as interpenetrações das histórias vividas em África, Europa e América⁶⁶.

Haveria ainda um fator interno, de ordem ideológica, que contribuiu em magnitude equivalente às interpretações anteriores para o trasladar do pêndulo português em direção ao Atlântico. Alexandre (2000) traduziu-o pela intensificação do nacionalismo imperial, no quadro da reafirmação de Portugal à condição de potência colonizadora e, portanto, portador de um *ethos* civilizatório, num período em que os elementos ditos científicos competiam com os de motivação religiosa. Prosseguindo com o raciocínio, o autor acredita que o colonialismo imperialista frutificou na sociedade portuguesa especialmente em função do “enraizamento de uma corrente nacionalista capaz de fazer uma mobilização relativamente importante das camadas

sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica. Teófilo Braga foi além, esboçando um plano para o estabelecimento de uma Federação Ibérica, na qual a Espanha devia se converter em república, dividir-se em territórios autônomos e incluir Portugal na dita federação, estabelecendo a capital em Lisboa. Para mais informações: Marques (2007).

⁶⁶ E por que não também da Ásia, já que como vimos não faltaram propostas para a inclusão das províncias ultramarinas portuguesas localizadas na Índia (Goa) para tomar parte no projeto colonialista em África.

populares urbanas de Lisboa e do Porto em torno da questão colonial, em momentos de crise. (...) A afirmação exacerbada das posições e dos interesses imperiais do país era em grande parte uma resposta às pressões nascidas da nova atenção dada pelas grandes potências europeias ao continente africano, sensível já por meados da década de setenta – e tomada em Portugal como uma ameaça ao seu domínio em África, até então vagamente definido.” (Alexandre, 2000, p. 151)

Vale a pena lembrar que nos decênios anteriores a 1870 a presença portuguesa no continente africano, notadamente no espectro político, conservara, no essencial, as estruturas herdadas do antigo regime colonial, ligadas à função precípua que desde há muito caracterizava a principal atividade econômica nas regiões de África em que se impôs a influência lusitana, o fornecimento de mão-de-obra às plantações americanas – “estruturas que correspondiam a uma forma fluida de exercício de soberania, conferindo uma grande margem de manobra e de poder às elites crioulas, embora com matizes diversos, consoante os lugares e as épocas.” (Alexandre, 1998, p. 155) Grosso modo, após esse período os princípios norteadores da política colonialista se transmutam substantivamente. Os pilares dessa política, representados pela delegação do poder discricionário às forças coloniais nativas, cedem o passo: primeiramente à fixação das fronteiras do território, seguida pela ocupação militar; e por fim, mas não em último lugar, à implantação propriamente dita do aparelho colonial moderno. (Alexandre, 1998, p. 156-157) A consequência viria com a quebra do estatuto político e social das elites crioulas que até então possuíam quase que total jurisdição sobre as possessões, em aliança muitas vezes tensa com o poder metropolitano. (Alexandre, 1998, p. 157)

Anteriormente à disseminação e êxito do corolário cientificista em Portugal, uma das concepções culturais acerca dos povos africanos mais influentes era a partilhada pelo Marquês de Sá da Bandeira⁶⁷, ancorada numa mentalidade liberal e abolicionista. Para o político e burocrata português o aludido primitivismo dos habitantes das colônias se atribuía não a qualquer qualidade intrínseca da raça negra, a uma sua inferioridade inata e irremediável, mas a condições históricas acidentais, sendo por isso superável. Forjada desse modo na perspectiva da tradição do liberalismo da primeira metade dos Oitocentos, a visão antropológica de Sá Bandeira revela as continuidades dos ideais ilustrados nas elites culturais e políticas portuguesas.

⁶⁷ Título nobiliárquico concedido a Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, militar, burocrata e político português (1795-1876). Foi Primeiro Ministro de Portugal em cinco oportunidades, nas décadas de 1830, 1860 e 1870.

(Alexandre, 1998, p. 99-100) Chegada a década de 1870 se observa uma insofismável mudança da orientação programática do colonialismo português, apoiada a partir de então num repertório discursivo que se pretende científico, para o qual corrobora a introdução em massa no país dessa literatura e sua consequente apropriação pelos intelectuais autóctones. Seus efeitos, no entanto, seriam ainda mais perceptíveis a partir da década de 1880. (Alexandre, 1998, p. 161)

Mas a grande viragem histórica para o império português corresponde ao lançamento do *ultimatum* inglês de 11 de janeiro de 1890. Desde os desfechos da Conferência de Berlim⁶⁸, que durou de novembro de 1884 a fevereiro de 1885, na qual se discutiu e deliberou sobre a partilha das possessões coloniais africanas entre as potências europeias, a sociedade portuguesa internalizava um sentimento de marginalização, derrota e vitimização em relação à frustração de seus interesses ultramarinos. Os brios pátrios andavam por esses tempos em sobressalto, fazendo reforçar as chamadas dos sentimentos nacionalistas e imperialistas de Portugal em relação à África.

Aliada histórica e fiadora da soberania do trono português em inúmeras turbulências desenroladas no palco europeu frente às ameaças dirigidas à pequena nação ibérica por outros Estados do continente, em especial Espanha e França, a Inglaterra, notadamente na apreensão dos que acreditavam que a independência de Portugal dependia da manutenção de seus potentados no ultramar e de sua condição de estado imperial, desferia um duro golpe nas pretensões portuguesas de formação de um império africano de costa a costa, agudizando ainda mais a percepção de decadência do país por parte dos intelectuais lusitanos. Entre as manifestações de indignação e, *pari passu*, de ações que procurassem tangenciar o problema, sobressaem os esforços da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Importante núcleo de estudos etnográficos, históricos e geográficos do país, a SGL mobiliza seus membros e as elites letradas do reino e do ultramar contra o ultimato inglês e as exigências nele contidas. As expedições

⁶⁸ A Conferência de Berlim teve origem nos impasses provocados pelo Tratado do Congo, tentativa frustrada de disposição dos territórios da África Central entre a Inglaterra e Portugal. Ato contínuo, França, Alemanha e o reino belga se insurgem contra a delimitação proposta pelo tratado. Dado o impasse, é proposto um encontro em que, discutida a colonização de África sob parâmetros científicos, se chegasse a uma saída para as disputas territoriais em curso. Assim, no mesmo compasso da proliferação das instituições e sociedades de geografia que vão surgindo ao longo do século XIX (Nunes Pereira, 2003), a Conferência de Berlim, apoiando-se nos estudos históricos, etnológicos e geográficos, representou a conjugação da modalidade hegemônica de ciência em voga no fim do século XIX com a consolidação de um quadro hierárquico entre as nações imperialistas do período, no qual Portugal se via diminuído em sua importância e seu papel de potência colonizadora.

realizadas por Serpa Pinto, Capelo e Ivens foram efetuadas, em larga medida, em decorrência de sua ação impulsionadora. Sua atividade era, na prática, assemelhada a de um formidável grupo de pressão, em defesa dos *direitos históricos*, resultantes das Grandes Navegações dos séculos XV e XVI e de antigos atos de posse e de exercício de soberania em África. Por intermédio da consulta às atas de reunião podem-se extrair alguns raciocínios a propósito do que pensaram e fizeram os integrantes da agremiação no fragor dos acontecimentos.

No encontro subsequente ao recebimento do ultimato, realizado em 20 de janeiro, estava presente na sala de reuniões da SGL o ministro dos EUA em Portugal⁶⁹, Mr. Loring, o qual também era sócio correspondente da SGL. A Sociedade de Geografia de Lisboa representava, acreditamos, um espaço de sociabilidade em que conversações, acordos, sondagens, poderiam ser encaminhados, num contexto institucional e próximo dos centros decisórios do governo, porém, oficialmente sem a rubrica da coroa. Interpreta-se aqui a presença do ministro norte-americano a uma de suas sessões como uma tentativa da SGL (podendo ser estendida ao Estado), de se articular no âmbito da política internacional para procurar apoios para seus interesses e do Estado português na querela contra a Inglaterra. Proferiram-se discursos inflamados a respeito da preservação da honra nacional, irradiando a insatisfação geral que reinava em outros pontos do país, como Coimbra. Alguns associados apresentam propostas com o fito de anular a dependência econômica portuguesa frente à Inglaterra – no caso a mudança do padrão monetário adotado pelo país, a libra esterlina. Este é o teor do primeiro alvitre de Sales Lencastre⁷⁰:

Considerando que Portugal é o único país europeu no qual a moeda de ouro empregada na circulação é quase exclusivamente estrangeira (a libra esterlina);

Considerando que este fato nos coloca para com a Inglaterra numa dependência econômica, da qual convém nos emancipar quanto antes, por motivos que hoje são óbvios;

Proponho que se represente ao governo, pedindo:

1º. Que mande cunhar moeda de ouro do tipo da convenção monetária, de que fazem parte a França, a Bélgica, a Itália, a Suíça, a Espanha, os Países Baixos e a Grécia.

⁶⁹ Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão de 20 de Janeiro de 1890. In: Atas das Sessões, Vol. X: Ano de 1890. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

⁷⁰ Escritor português, autor de uma edição comentada dos *Lusíadas* e do Tratado das alfândegas em Portugal consideradas à luz da História, do Direito, da Economia Política e da Estatística.

2º. Que nomeie uma comissão composta de professores de economia política das nossas primeiras escolas, diretores e guarda-livros dos principais bancos, comerciantes e empregados superiores da casa da moeda, para essa comissão dar o seu parecer sobre a maneira de mais rapidamente abolir o curso legal da moeda inglesa, sem produzir abalos nas transações comerciais e na circulação monetária. = Francisco de Sales Lencastre. (Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão de 20 de Janeiro de 1890. In: *Atas das Sessões*, Vol. X: Ano de 1890. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 8-9)

O proponente ainda envia, na mesma noite⁷¹, uma segunda proposta à mesa, contendo medidas restritivas à permanência e locomoção da legação diplomática e dos cidadãos do Reino Unido residentes em Portugal, bem como tratamento diferenciado (com encargos mais pesados que os exigidos às outras nações) às mercadorias e embarcações de bandeira britânica ao tocarem o reino ou qualquer parte das possessões ultramarinas:

Proponho que seja representado ao governo de Sua Majestade:

- 1º. Que seja desde já denunciado o tratado de 3 de Julho 1842 e subsequentes;
- 2º. Que se decrete um imposto especial de residência para os ingleses estabelecidos na metrópole;
- 3º. Que seja decretada a interdição de domicílio de ingleses em todas as províncias ultramarinas, para que essa disposição e anterior sejam executadas pontualmente no dia em que finalizar o prazo dos doze meses decorridos depois da denúncia do tratado;
- 4º. Que, como consequência do que se decretar, nos termos do número antecedente, os agentes consulares de Inglaterra (que não possam deixar de ser admitidos em alguns portos abertos à navegação) fiquem inibidos de, para o interior, saírem das cidades ou vilas de sua residência;
- 5º. Que se decretem direitos diferenciais para as mercadorias e bandeiras inglesas no comércio e navegação das províncias portuguesas de ultramar. = Francisco de Sales Lencastre. (Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão de 20 de janeiro de 1890. In: *Atas das Sessões da SGL*, vol. X, ano 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 8-10)

A sessão continua recheada de propostas anti-britânicas. Não foi encontrada, no exame da ata correspondente, nenhuma atenuação às condenações que se lançavam à

⁷¹ Por intermédio do exame das atas de reunião da SGL se sabe que suas sessões ordinárias ocorriam, invariavelmente, no intervalo entre as 19h30 até, o máximo, as 23h30. Salvo uma vez ou outra, em função da gravidade dos temas levados à apreciação dos associados e do calor gerado pelas intervenções daí decorrentes, o horário se estendia além do segundo limite.

Grã-Bretanha e à sua disposição autoritária de encaminhar os problemas de colonização da África. A sugestão de Cristóvão Aires⁷² (1853-1930) condensa de maneira emblemática o tom do discurso dos intelectuais reunidos na SGL, que, ao acenar para a retaliação à Inglaterra, apontava, sub-repticiamente, para as feridas abertas no orgulho nacional:

Proponho que a Sociedade se constitua em foco perene da propaganda para o nosso afastamento absoluto da Inglaterra. = Cristóvão Aires. (Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão de 20 de janeiro de 1890. In: *Atas das Sessões da SGL*, vol. X, ano 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 13)

Na sessão seguinte, em 3 de fevereiro, na parte reservada aos informes da direção da Sociedade, é lida a notícia de que o Rei D. Carlos recebera, no dia 1º do mesmo mês, “oriundo da deputação da Sociedade, composta da direção, conselho central e mesa das comissões e sessões sociais”, o protesto contra o ultimato britânico. (Sociedade de Geografia de Lisboa, sessão de 3 de fevereiro de 1890. In: *Atas das Sessões da SGL*, vol. X, ano 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 19)

Um mês depois teria vez nova reunião da SGL. Lida e aprovada a ata da sessão antecedente, procedeu-se à leitura da correspondência, muito numerosa, continuando a avultar as adesões de todos os pontos do país e de muitas sociedades estrangeiras⁷³ à atitude da sociedade perante o conflito anglo-português. Quase dois meses passados da represália inglesa ao avanço português no interior africano as repercussões do ultimato inglês entre os sócios da SGL não cessam, estendendo-se as atenções também à conscientização da imprescindibilidade de reformar as bases da economia nacional, concedendo maior ênfase ao setor fabril e cuidando para que a balança de comércio exterior indique um volume maior financeiro de exportações do que de importações. A pragmática fala do sr. Leonardo de Torres, indica essa disposição:

⁷² Escritor, poeta e jornalista, Cristóvão Aires, nascido em Goa, também foi tenente-coronel de cavalaria, lente da Escola do Exército, deputado, governador civil de Bragança e de Coimbra e sócio efetivo da Academia das Ciências, da Academia de História de Madri e do Instituto de Coimbra. No campo da produção literária, distinguiu-se com sua *História orgânica e política do exército português*, coleção composta de 19 volumes.

⁷³ Foram frequentes, no período posterior ao ultimato inglês, as notificações feitas pela SGL referentes ao recebimento de apoio e solidariedade provenientes de instituições científicas estrangeiras. O que pode revelar além da busca de fugir ao isolamento por parte da agremiação portuguesa, um movimento de agremiações de outros países para contrabalançar o poderio britânico na política internacional.

O sr. dr. Leonardo de Torres falou largamente na necessidade de reformular e modificar completamente o nosso sistema de vida nacional, ampliando e desenvolvendo as indústrias, aumentando o trabalho nacional, denunciando os tratados de comércio, a fim de fazer as convenientes reformas pautais, procedendo, em resumo, por forma que a nossa produção exceda o nosso consumo e que a nossa exportação tenha a importância que até hoje não atingiu ainda. (Sociedade de Geografia de Lisboa, sessão de 3 de março de 1890. In: *Atas das Sessões da SGL*, vol. X, ano 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 26)

Na sessão de 22 de setembro de 1890 (a primeira ocorrida após o recesso de verão) a SGL noticiava a celebração do Tratado de Londres, acordo entre os governos britânico e português, celebrado em 20 de agosto passado, no qual se regulamentava a posse das terras em disputa entre os dois países. Inúmeros protestos se sucedem em todo o país, o Parlamento não ratifica o acordo, causando a queda do gabinete ministerial. Apenas em junho de 1891 o impasse é resolvido, no campo da diplomacia e da política internacional, com a celebração de novo tratado, em que Portugal cede a maior parte das imposições britânicas.

1.3 – Republicanos portugueses e o Brasil

E os reflexos do *ultimatum* inglês no Brasil? Aqui, a imensa comunidade portuguesa considerou uma afronta ao pundonor português a atitude da coroa britânica. Mas e o recém instalado governo republicano brasileiro, como procedeu no caso? E os intelectuais brasileiros, muitos deles possuidores de estreitos vínculos com instituições e colegas portugueses, o que escreveram? Como se posicionaram? Em relação aos portugueses radicados no Brasil, mobilizaram-se para coletar fundos com o desiderato de aparelhar as forças militares lusitanas para o caso de um eventual confronto armado com a Inglaterra. Todavia, não temos respostas satisfatórias para o tema no seu conjunto, mas, pelo menos no terreno do ideário político, ao contrário da antipatia angariada pelos ingleses, o Brasil era visto com bons olhos por muitos intelectuais e publicistas portugueses, particularmente os que abraçavam a causa republicana. Nos jornais portugueses alinhados com o movimento republicano se saudava

entusiasticamente a queda da monarquia no Brasil. Para os adeptos do positivismo de cariz marcadamente evolucionista havia ainda mais motivos para se comemorar. Com a proclamação da república na ex-colônia da América do Sul os republicanos portugueses positivistas podiam apregoar que o ideal se tornara realidade, que o Brasil adentrara finalmente na era “normal” da história. Exatamente pelas circunstâncias em que emergira, sem violência e sem sangue, o exemplo brasileiro demonstrava que, com pertinácia e com o processo de aprimoramento natural da sociedade e das instituições nacionais, era questão de tempo para a instalação da forma republicana de governo em Portugal.

Assim, num compasso parecido com o da exacerbação do anti-britanismo, cresceu entre os portugueses – e como afirmamos, no seio da grei republicana – uma admiração pelo Brasil e pelos homens que ofereceram seu quinhão para que se materializasse a república de 1889. Para demonstrá-lo, podem-se citar as novas adesões ao partido republicano português ocorridas após 15 de novembro daquele ano. Por exemplo, a aproximação de António José de Almeida, futuro presidente, ao republicanismo deu-se por ocasião de um jantar de comemoração pela proclamação da República Brasileira, realizado ainda no ano de 1889, quando Almeida ainda era estudante na Academia de Direito de Coimbra, e organizado por lentes e alunos dessa universidade. Sob determinado prisma, a implantação da república no Brasil se tornou simbólica para o republicanismo português e envolveu na sua apologia muitos dos intelectuais adeptos da substituição da forma de governo. Tal simbolismo converter-se-ia em experiência concreta com o estalar da revolta de 31 de janeiro de 1891 na cidade do Porto. Reside aqui, não obstante, uma inflexão se atentarmos para o tom do discurso da propaganda do *mainstream* republicano: hegemônico até as vésperas do levante, a orientação gradualista e evolucionista do positivismo comteano cede o passo – numa ressignificação que lembra muito o que pregava o ativismo incendiário de Silva Jardim no Brasil – a irrupção do uso da força para atingir o fim almejado. A conspiração era integrada por importantes homens de letras e publicistas portugueses, como Alves da Veiga, Sampaio Bruno, Basílio Teles, Alves Correia, entre outros, aglutinados em torno do há pouco criado Centro Democrático Federal 15 de Novembro e da redação de dois jornais da cidade, *A República* e *A República Portuguesa*. A menção ao Brasil não se resumiu ao nome assumido pelo QG republicano do Porto, mas figurou também na afixação nas paredes deste, de retratos de todos os membros do governo provisório brasileiro e no hasteamento da bandeira brasileira – emprestadas pelo consulado

brasileiro – quando da inauguração do edifício do Centro Democrático Federal 15 de Novembro, ocorrido em 11 de janeiro de 1891. (Mota, 1993, p. 61)

Não se deve esquecer, contudo, que no Brasil, nos anos seguintes à proclamação da República, grassava um forte sentimento anti-lusitano⁷⁴, o qual, se era fruto de elementos conjunturais, dada a associação entre o regime deposto e a casa real portuguesa – aliado ao perigo, antevisto pelos partidários da república de uma conjuração monárquica que reunisse entre suas hostes forças recrutadas em Portugal ou na comunidade portuguesa residente no país (Janotti, 1986) – também apresentava raízes mais profundas, consubstanciada em uma dada representação da ex-metrópole que circulava nos meios intelectuais brasileiros, designativa do velho, anacrônico, do anti-moderno. O Brasil, no horizonte mental luso, não poucas vezes era visto como lugar de degeneração, abastardamento da cultura e dos costumes portugueses; ou, no plano prático, destino principal dos que, destituídos de fidalguia e/ou de posses, viam no país apenas um campo vasto de oportunidades de enriquecimento, o qual, tão logo atingido, o melhor a fazer era encetar a viagem de volta – conquanto as estatísticas demonstrem que minoritários foram os casos do cumprimento de tal roteiro.

No entanto, apesar dessa produção imagética negativa entre os dois países, foi possível identificar, como assinalamos ao longo do capítulo, iniciativas de aproximação entre as duas culturas, entre intelectuais de ambas as bordas do Atlântico. Exatamente como a que foi intentada por José Pereira Sampaio Bruno, escritor e publicista português, um dos líderes da sublevação republicana do Porto em 31 de janeiro de 1890 e autor do volume *O Brasil Mental* (1898), obra rica de observações, comentários políticos, de aguda crítica cultural. O livro, publicado apenas em 1898, reflete, todavia, as condicionantes do período que vai do *ultimatum* à frustrada rebelião republicana de 31 de janeiro de 1891 do qual Bruno tomara parte. Conforme o autor, as experiências vividas naquele contexto expunham, com clarividência, a necessidade histórica de Portugal repensar seus rumos. Resumidamente, tal diagnóstico açambarcava o combate ao equívoco histórico do país em manter a instituição monárquica e o imperativo da “revinculação de Portugal ao Brasil.” (Mota, 1993, p. 61)

⁷⁴ Principalmente no mandato de Floriano Peixoto, do final de 1891 a 1894, são notórias as hostilidades e mesmo perseguição aos membros da colônia portuguesa no Brasil. Indivíduos de extração social das camadas menos elevadas, que por sua agitação virulenta receberam o epíteto de jacobinos – em alusão ao grupo mais radical dos revolucionários franceses do final do século XVIII – percorriam as ruas da capital federal aos gritos de *mata-galegos*. Jornais ligados a portugueses foram alvo de ofensas e agressões, quando não empastelados pelo poder municipal carioca. Para uma apreciação mais pormenorizada do tema consultar: Queiroz (1986) e Janotti (1986).

É importante sublinhar que, embora na prática emerja como um derrotado, pelo malogro do motim a que aderira no Porto, Sampaio Bruno – distintamente de muitos intelectuais lusitanos que desenvolveram um olhar niilista para a situação do país naquele fim de século, como o caso do grupo dos *Vencidos da vida* – “não se enquadrava perfeitamente na moldura decadentista que acompanhava essa plêiade, transitando do republicanismo radical, porém antipositivista, ao social-anarquismo.” (Mota, 1993, p. 60)

Portugal, na década derradeira do século XIX, vivia um tempo de ebulição e o texto *O Brazil Mental*, de Bruno, ao mesmo tempo em que se constituiu numa espécie de acerto de contas com o passado do país, igualmente se notabilizava por apresentar uma percepção mais apurada dos acontecimentos mundiais contemporâneos, prospectivando outro devir para o país que não aquele antevisto no horizonte da ordem monárquica. Diferentemente de boa parte da sociedade lusitana de então, Bruno não mirou a expansão em África, pedra de toque da agenda política da coroa, mas, sim, voltou-se para o Brasil.

A maior aproximação entre os dois países almejada por Sampaio Bruno abrange também o terreno da economia; a constatação da dependência de Portugal quanto ao comércio com o Brasil – e não se pode ignorar as remessas de dinheiro para a pátria de origem realizadas pela colônia lusitana radicada no além-mar – exigia do poder político português um redimensionamento da importância brasileira para a sobrevivência de Portugal no contexto de acirramento do imperialismo europeu na transição do século XIX para o século XX. Como subestimar o mercado brasileiro, num tempo de concorrência renhida por novos espaços comerciais? E ainda mais um espaço já habituado com o mercadejar com a ex-metrópole, cimentado pelo patrimônio comum da língua e de tradições culturais? São para essas questões que Sampaio Bruno chama a atenção do público, o qual, de acordo com Mota (1993) respondia pelo *público culto português*. (p. 61) Bruno conclamava este último para que revisse o tratamento dispensado em relação ao Brasil. Nos termos de Mota (1993), um determinado retrato da ex-colônia aflora nas páginas de *O Brazil Mental*, produzido por um idealismo prospectivista, “que esboçou as linhas de uma nova – mas improvável – <geopolítica>, alicerçada na crítica cultural.” (Mota, 1993, p. 61) Além disso, pergunta o historiador brasileiro estudioso de Sampaio Bruno, “não representava ele (Bruno) uma atualização, já agora republicana, das velhas ideias do começo do século (XIX) de constituição de um Reino Unido, ou de <articulação de uma comunidade luso-afro-brasileira>?” (*idem*,

p. 61) Tais eram as soluções acenadas por quem vivera o período de euforia provocado pelos ecos da comuna de Paris, a atmosfera de nacionalismo e júbilo com as comemorações do tricentenário da morte de Camões (dirigidas em Portugal pelo republicano Teófilo Braga) e, anos mais tarde, experimentara, mais maduro, as desilusões com o ultimato inglês e com a malograda revolta de 1891. Ao mirar o Brasil, Sampaio Bruno, que já destoava da maioria dos republicanos portugueses – adeptos do positivismo –, distinguia-se também dos representantes de maior notoriedade da *Geração de 70* de seu país, que se viam como uma nação decaída por terem rejeitado o espírito moderno, o espírito da Europa setentrional.

1.4 – Gerações de 70 de Portugal e Brasil e a superação da decadência/atraso

Figura 3 – Banquete oferecido pela Sociedade de Geografia de Lisboa aos exploradores portugueses. In: Revista Illustrada. Lisboa, 31 de Maio de 1890, nº 4, 1º Ano. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, efetivamente não tomaram a experiência histórica brasileira recente (fins do século XIX) como parâmetro, norte, ou espelho. Porém sua relação com o país de Machado de Assis (1839-1908), Capistrano de Abreu (1853-1927) e Joaquim Nabuco (1849-1910) foi intensa. Não é possível aqui arrolar nem tampouco analisar a pluralidade dos laços que ataram aqueles intelectuais lusitanos ao extenso país de língua portuguesa do Atlântico Sul. Colaboração com jornais, participação em instituições, relações pessoais com intelectuais brasileiros, foram imensas as redes que envolveram os letrados de vulto da *Geração de 70* lusitana com o Brasil, o que não impediu que seus integrantes emanassem imagens depreciativas referentes ao país. Nas cartas trocadas entre Fradique Mendes – heterônimo criado por Antero, Eça e Jaime Batalha Reis (1847-1935) – com Eduardo Prado (1860-1901, escritor e político, pertencente a uma tradicional família paulistana), pode-se perceber a impressão negativa pactuada acerca da literatura e da cultura brasileiras: o novo entre nós, segundo Fradique (é Eça de Queirós quem escreve), era já o velho de cem anos na Europa, fórmula gasta que se recebia no Brasil como a última palavra. É a imitação, o Brasil como “pastiche da civilização européia.” (Mota, 1998, p. 158) O interlocutor de Eduardo Prado continua, desancando principalmente os homens de ciência, letras e artes do Brasil perseverantes em seu trabalho de cópia dos modelos civilizatórios do Velho Mundo:

“O que eu queria (...) era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro e não esse Brasil, que eu vi, feito com velhos pedaços de Europa, levado pelo pacote e arrumados à pressa, como panos de feira, entre uma natureza incongênere, que lhe faz ressaltar mais o bolor e as nódoas.” (*Carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado*. In: Queirós, J. M Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Ed, 1970, 2 vol. [Biblioteca Luso-brasileira]; *apud*, Mota, 1998, p. 159)

Raciocínio bastante semelhante era delineado por Oliveira Martins, ao se debruçar sobre as possibilidades do porvir brasileiro face às mazelas ainda subsistentes e advindas do modo em que se procedeu a colonização do território (Martins possuía uma teoria social em que eram recorrentes as metáforas, e mesmo construções analíticas, calcadas em paradigmas oriundos do campo da biologia; sua proposta de estruturação da sociedade portuguesa em corporações espelha uma compreensão organicista do tecido social). O que demonstra uma noção alargada desses intelectuais

da *Geração de 70* portuguesa quanto à produção do conhecimento brasileiro em diversos campos, o literário, historiográfico, científico, artístico etc.:

“Deste concurso de elementos saiu de um lado no Brasil um fac-símile, até certo ponto artificial, das nações da Europa: as instituições e as idéias movem-se e vivem nas cidades que bordam a costa à imitação do velho mundo; para além da zona do litoral entrevê-se uma massa confusa de vegetação e de sombras que vomita para o ar as bolas de algodão e os sacos de café. Só a boa vontade heróica dos brasileiros poderá remediar o vício primitivo e quase orgânico da colonização. A falta de raça e a incomunicabilidade fazem do Brasil ainda hoje uma vasta colônia, alimentada pela imigração. Como he de transformar-se numa nação, no sentido histórico desta palavra? Eis um problema que os dados atuais não autorizam suficientemente para resolver.” (In: Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. “Os povos peninsulares e a civilização moderna”. *Revista Ocidental*, 1875, p. 16; *apud*, Mota, 1998, p. 213)

Por seu turno, a consciência letrada brasileira, conquanto tenha procurado cada vez mais estabelecer conexões diretas com a cultura e os intelectuais de França, Inglaterra, países de língua germânica, Suíça, Itália etc., desde os anos subseqüentes à consecução da independência política, manteve com Portugal uma relação ambígua, de aproximação e distanciamento. Em que pesem as singularidades pertinentes aos literatos brasileiros do XIX, no domínio da história da literatura aqueles movimentos são de um matiz mais nítido. A literatura que se produziu nas décadas de 1820 e 1830 expressa a exaltação do período, é tocada pelas paixões conflitantes daqueles tempos das lutas liberais, da procura pela diferenciação face ao lusitanismo. Vem a montante conservadora, inicia-se o Segundo Reinado, no plano político a consagração do que ficou conhecido como o “tempo saquarema”⁷⁵, transposição para o âmbito do governo imperial das estruturas de poder testadas pelos líderes do Partido Conservador fluminense em sua província, no período anterior a que esses políticos fossem guindados aos mais altos postos parlamentares e da burocracia do império. Ainda nos primórdios da guinada conservadora, em 1838, são inaugurados o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), duas instituições que teriam suas imagens associadas ao Império. O IHGB promove, em 1847, o célebre concurso a propósito de como se escrever a história nacional, vencendo a monografia de Von

⁷⁵ Ver: Matos, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL.

Martius, a qual consagra a tese da confluência das três raças (a branca, do colonizador europeu; a vermelha ou amarela, do indígena; e a negra, do escravo trazido de África) para a formação do povo brasileiro. No campo da literatura, assiste-se ao florescimento do romantismo e de sua vertente indianista e, a par da valorização do elemento nativo, observa-se que a “escola romântica”, simultaneamente, associa a veiculação dos padrões civilizatórios ao colonizador português. Alfredo Bosi (1970), ao discorrer sobre as fases do romantismo no país, sopesa as transformações operadas na literatura brasileira decorrentes de sua vinculação ao projeto de invenção da nação posto em prática em meados do XIX, o qual reunia uma gama variada de ações nos campos político e cultural. Um aspecto pronunciado de tais transformações teria sido a inflexão ocorrida com as formas de expressão do nacionalismo na literatura: da inflamação rebelde dos tempos de luta contra a ex-metrópole, os escritores passariam ao conservadorismo e ao compromisso com o poder imperial e com os valores portugueses. Os decênios medianeiros dos Oitocentos, quando da introdução oficial do Romantismo na cultura nacional, coincidiram com o período em que escritores como Francisco A. Varnhagen, Gonçalves Dias e José de Alencar, em especial, tornam-se ícones do conservadorismo da época, um conservadorismo de cores tanto políticas quanto estéticas:

(...) o que poderia ter sido um alargamento da oratória nativista dos anos da Independência (Frei Caneca, Natividade, Saldanha, Evaristo da Veiga) compôs-se com traços passadistas a ponto de o nosso primeiro historiador de vulto exaltar ao mesmo tempo o índio e o luso, de o nosso primeiro grande poeta cantar a beleza do nativo no mais castiço de nosso vernáculo; enfim, de o nosso primeiro romancista de pulso – que tinha fama de antiportuguês – inclinar-se reverente à sobrançeria do colonizador. A América já livre, e repisando o tema da liberdade, continuava a pensar como uma invenção da Europa. (Bosi, 1970, p. 110)

Cerca de meio século depois, num dos eventos marcantes não apenas para a literatura, mas para a inteligência brasileira, seria apresentada uma visão de Portugal diametralmente discrepante dos traços pintados pelo movimento romântico. No discurso da sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, ocorrido em 20 de dezembro de 1897, Joaquim Nabuco profere, provavelmente, o que a distinta plateia aspirava ouvir, ressaltando a originalidade e a “independência” das letras nacionais frente a Portugal:

“A principal questão ao fundar-se uma Academia de Letras brasileira é se vamos tender à unidade com Portugal. Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu. Julgo outra utopia pensarmos em que nos havemos de desenvolver literariamente no mesmo sentido que Portugal ou conjuntamente com ele em tudo que não depende do gênio da língua. O fato é que, falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais (...) a formação da Academia de Letras é a afirmação de que literária, como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade, com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando a glória que possa vir de seu gênio.” (Nabuco, J. “Discurso de na sessão de abertura da Academia Brasileira de Letras”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 1910, p. 175; *apud*, Mota, 1998, p. 161-162)

As agitações de idéias que se seguem aos anos centrais de manifestação da estética romântica em nosso país marcam a atuação dos intelectuais que irão se debruçar sobre o problema da modernidade brasileira e classificados *a posteriori* sob a alcunha de *Geração de 70*. De um ponto de vista macro, a atuação da *Geração de 70* brasileira transcorre substancialmente em torno de dois temas fundamentais: a questão servil e a manutenção/substituição da forma de governo. Irradiados principalmente das academias do império, da Escola Central da Corte, do jornalismo e das instituições literárias e científicas do período, esses intelectuais, intervindo de distintas regiões do país, estabelecendo contatos com múltiplas correntes, doutrinas, filosofias da história e teorias científicas, poderiam ser aglutinados sob o prisma da oposição à *ordem imperial*. Conformadora de uma tradição político-intelectual autêntica, a sociedade que emergiu da experiência pós-Regência logrou consolidar a unidade territorial do país e deu os primeiros passos rumo à instituição de um sentido de brasilidade. (Menezes, 2006, p. 52) Em meados da década de 1860 os pilares da monarquia nacional já estavam devidamente assentados, calcados na tríade: liberalismo estamental, limitador da cidadania; indianismo romântico, definidor da nacionalidade; catolicismo, símbolo da sociabilidade hierárquica. (Alonso, 2002) Porém, o início da década de 1870 reservou alterações significativas no que cabe à legitimação das instituições fundantes do edifício imperial: desde 1868 reacendera a crítica liberal, o Poder Moderador e os sistemas político e judiciário eram temas constantes das investidas dos liberais descontentes,

tanto no parlamento quanto na imprensa; embora também repleto de vicissitudes, o consenso que se alcançou entre os dois partidos monárquicos desde que foram sufocadas as rebeliões liberais de 1842 (em São Paulo e Minas Gerais) e de 1848 (Pernambuco), nunca mais foi o mesmo, passando por crises cíclicas até a queda da monarquia; a entrada em vigor da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, estabelecendo já limites para a resolução do problema da mão-de-obra, aprofundaria as dissensões entre os apoiadores da monarquia; posto que o partido republicano não obtivesse vitórias eleitorais substantivas em seus primeiros anos de vida, tão somente a existência dessa nova agremiação trouxe alguns efeitos, com o passar do tempo, para a alteração da balança político-partidária do Segundo Reinado; em última análise, os acontecimentos posteriores a 1870 geraram repercussões desagregadoras à reprodução do *modus operandi* da lógica monárquica.

A crise da ordem imperial sentida a partir dos anos setenta forneceu terreno fértil, em sentido lato, para a fermentação de idéias liberais, abolicionistas e republicanas, dando a ver uma intelectualidade brasileira cada vez mais permeável ao pensamento de determinados autores europeus, pronunciadamente Comte, Taine, Spencer, Darwin, Stuart Mill, Renan e Haeckel. Diferentemente da geração de letrados portugueses que abre fogo, mais ou menos na mesma época, contra o engessamento e a decadência do sistema intelectual de seu país, a *Geração de 70* brasileira, tomada por tal antonomásia, adquire existência vista pelo retrovisor da história. Em Portugal, a tomada de consciência da existência de uma *Geração de 70* se dá ainda durante a vida e a atuação de seus membros, “e se constitui num fato engendrado a partir da literatura e da escrita objetiva da história, mas que as extrapola enquanto fenômeno social, político e cultural.” (Mota, 1998, p. 71) O que se discutiu pela historiografia e pelos estudiosos do outro lado do Atlântico foi quem a compôs, divergindo-se quanto aos critérios para a definição dos nomes. O grupo-geração brasileiro não experimentou tal tomada de consciência contemporaneamente, recebendo a denominação que a consagrou *a posteriori*. Além disso, sem a articulação que é familiar à versão portuguesa, a consciência letrada brasileira de fim do século XIX não possuía características endógenas que apontassem para uma plataforma comum, um ideário programático em que se divisassem linhas de pensamento e ação concatenadas. Ao contrário, ela somente obteve algum sentido homogêneo que permitiu que a reconhecêssemos como um grupo-geração por um fator de ordem exógena: a oposição aos pilares constituintes do sistema imperial brasileiro. (Alonso, 2002, p. 45 e ss)

Essa é, na verdade, uma atualização de uma ideia que já havia sido externada por Alfredo Bosi mais de três décadas antes, quando definiu a *Geração de 70* brasileira pela seguinte chave: “todos os intelectuais que viveram a luta contra as tradições e o espírito da monarquia.” (Bosi, 1970, p. 181) Em larga medida amparada no autor de *História concisa da literatura brasileira*, Mota (1998) amplia essa definição:

Entendemos, portanto, a *Geração de 70* no Brasil, a partir da presença engajada dos intelectuais na cena cultural, isto é, seu comprometimento com a renovação ou com a inovação política e literária e, além disso, sua (pre)ocupação com a vida nacional. (...) pensamos que aqueles que manifestaram essa sensibilidade ao novo e à mudança – que foram realistas e naturalistas no romance e na poesia; que formularam explicações materialistas, evolucionistas e positivistas para o indivíduo, a sociedade e especialmente para o Brasil; que foram abolicionistas e republicanos – todos esses pertenceram à *Geração de 70*. (Mota, 1998, p. 95)

Assim, para alguns intelectuais brasileiros do período, como Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Araripe Jr., José Veríssimo, Clovis Beviláqua, Lafaiete Rodrigues Pereira, Pedro Lessa, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Manuel Bonfim, Machado de Assis, Aluisio de Azevedo, Américo Brasiliense, André Rebouças, Luiz Gama, entre outros, a manutenção daqueles *pilares constituintes do sistema imperial brasileiro* e/ou a sobrevivência das *tradições e do espírito da monarquia* acarretariam para o Brasil consequências funestas, como a cristalização de um quadro de atraso e a conservação da defasagem cultural, material, civilizacional (o termo varia sempre de acordo com os enunciadores) do país em comparação com a Europa desenvolvida. A análise entabulada pela *Geração de 70* brasileira, levada a cabo principalmente por intermédio da apropriação feita a partir das teorias científicas e dos modelos de pensamento importados da Europa, davam como causa desse atraso “a incapacidade da cultura (ação humana) perante a pujança da natureza e suas leis (meio físico) e a deterioração da raça (promovida pelo mesmo meio físico e pelo cruzamento com *raças inferiores*).” (Mota, 1998, p. 103)

A metáfora do pêndulo de que viemos nos servindo como fio condutor é redimensionada por Rodrigues (2008) quando, ao se dedicar ao estudo da cultura política e da cena intelectual no Brasil de fins do século XIX e início do século XX, refuta a clássica dialética do localismo e cosmopolitismo apontada por Antônio

Cândido⁷⁶ em *Literatura e sociedade* como fundamental para se interpretar a modernidade brasileira. Para Rodrigues (2008), a pedra de toque reside eminentemente no trabalho realizado pela consciência letrada nacional acerca dos modelos teóricos que lhes chegam do exterior e na ideia de nação que emerge de seu labor intelectual. Este último se expressa por intermédio da revisão historiográfica levada a cabo pelo grupo-geração pós-1870, a qual se mostra capaz de anunciar o novo país surgido da autoconsciência da sociedade e também já identifica os avanços conquistados em relação ao período romântico; bem como pelas transformações em curso no seio da literatura, responsável por interagir com os problemas postos pela mundivivência da modernidade – experimentada no âmbito da pertença ao processo de ocidentalização, porém, concomitantemente, inscrita num projeto de demarcação do nacional. (Rodrigues, 2008, p. 209-214) Para o autor, o estudo da *Geração de 70* no Brasil deve se precaver contra falsos problemas introduzidos pela dicotomia cosmopolitismo X localismo. O que carece ser acentuado, em detrimento de uma análise assaz presa à polêmica acerca das tensões entre a imitação dos modelos estrangeiros e as manifestações do nacionalismo na literatura, na crítica e na historiografia, é “a construção de elementos capazes de fornecer as bases para uma nova interpretação de Brasil, em que se cruzam ocidentalistas e brasilistas, reconhecendo o Brasil (sic) como maduro porque passa a possuir uma dimensão cultural própria, uma identidade que se define ao mesmo tempo na literatura e na história. Essas duas áreas de conhecimento se aproximam e é dado a elas o papel de vanguarda na modernidade brasileira.” (Rodrigues, 2008, p. 210)

Desdobrando tais raciocínios, o mesmo autor acredita que entre a década de 1870 e a de 1910 teria havido uma presença predominante das matrizes teóricas europeias na elaboração intelectual da consciência letrada brasileira. Uma consequência importante desse fenômeno foi a “afirmação da modernidade pelo ponto de vista externo, consolidando-se na forma de narrar e de orientar as transformações urbanas.” (Rodrigues, 2008, p. 210) Ainda assim, “mesmo com essa hegemonia, esse modelo de modernidade foi incapaz de reproduzir-se sem levar em conta as tradições tropicais.” (*idem*, p. 210) Rodrigues (2008), aliás, procura extrapolar a noção vastamente difundida de que a *Geração de 70* no Brasil adquire existência no combate à escravidão e nos dilemas surgidos a respeito da oposição monarquia X república; noção, inclusive, à qual

⁷⁶ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

se filia este trabalho. Além dessa perspectiva, o autor crê que aquele grupo-geração se institui “no modo de interpretar o Brasil como um espaço novo e, por isso, diferente de qualquer outra experiência.” (Rodrigues, 2008, p. 210) Os dois grandes eixos, a extinção da escravidão e o desfaldar da bandeira republicana já estariam subsumidas, para Rodrigues (2008), “como ideias na maneira de interpretar o caminho de futuro do Brasil. A imitação é relativizada porque o mundo intelectual esboça uma interpretação capaz de relacionar o localismo e o cosmopolitismo, e a mudança é feita sob a égide da inteligência.” (*op. cit.*, p. 210)

De fato, a par de interpretações que sublinham o caráter eclético da leitura dos modelos estrangeiros realizada pelos teóricos nacionais (Leher, 2002, p. 34), singularizadas por realçar atitudes de imitação e cópia destes últimos no contato com os primeiros, parece-nos que a *Geração de 70* nacional fez uso seletivo das ideias e conceitos recebidos da Europa. Mota (1998), inclusive, sente-se bastante desconfortável com o nivelamento de perspectiva carregado pelo termo ecletismo – além do caráter amorfo nele contido. Segundo essa autora, a difícil conciliação das diferentes doutrinas que visitavam os gabinetes de leitura da inteligência brasileira no último terço do século XIX com as necessidades nacionais, singularidade que antes “manifesta um traço peculiar às arquiteturas do pensamento construídas com diferentes materiais” (Mota, 1998, p. 196), traduz “não propriamente um ecletismo, mas, impasses, dilemas, contradições.” (*idem*, p. 196) Em que pesem os textos que aparentemente se restrinjam a reproduzir as doutrinas, teorias e filosofias da história vindas do exterior, as apropriações realizadas pelos intelectuais brasileiros respondem, em última instância, a necessidades e interesses que se ligam a sua intervenção pública nas questões nodais do período: a escravidão e a disjuntiva monarquia/república.

Há pouco afirmáramos que a metáfora do pêndulo nos vinha servindo de fio condutor ao longo deste capítulo; no plano geral da tese nos interessamos pela representação das conexões estabelecidas entre os sistemas intelectuais de Portugal e Brasil vista a partir da articulação de uma plataforma luso-brasileira idealizada por Antônio Zeferino Cândido, considerado aqui como uma espécie de *passseur*, característica que advém de sua diligência por traduzir e (re)interpretar o conceito de nação que se vai forjando na segunda metade do século XIX pelas consciências letradas dos dois países e também pela busca que enceta de novos caminhos para o equacionamento do dilema da modernidade nos dois lados do Atlântico. Da perspectiva da *Geração de 70* brasileira, as representações a propósito de Portugal e seu legado de

cultura, como já notamos, são múltiplas e, em certos casos, até antagônicas. Todavia, parece que existem marcas indeléveis do papel jogado pela herança e pelos referenciais teóricos e culturais lusitanos na produção discursiva do grupo-geração de intelectuais brasileiros das últimas décadas do século XIX, seja com o efeito de guardar distância e enfatizar a dissociabilidade a eles, ou, de outro modo, por intermédio da função desempenhada por Portugal como “casa” editorial para inúmeras obras de intelectuais brasileiros (e também de letrados residentes no Brasil), bem como, genericamente, como “filtro” dos contatos estabelecidos entre a *intelligentsia* nacional e a Europa. Rodrigues (2008), de forma semelhante, também entende que tal papel exercido por Portugal face à interpretação da modernidade brasileira perpetrada por nossos intelectuais dos Oitocentos assume importância primeira:

Sugerimos que (...) a avaliação do diálogo com Portugal se torne um elemento-chave – não só por reflexo e oposição, mas por pesquisa. Isso faz com que mesmo o momento de aproximação se revele importante como uma das “vias de tomada de consciência de nós mesmos”, o que, de certo modo, explica como esse diálogo não se perdeu e se manteve recorrente ao longo do período, incitando disputas que produziram o nacionalismo literário, em sua forma romântica, como auto-afirmação do novo. Mais à frente, isso induziu a passagem da auto-afirmação para a autoconfiança, que, ao não tomar mais a rebeldia como base, estrutura o movimento da modernidade, permitindo que se volte a falar de Portugal, discutindo-se não as diferenças históricas, mas as concepções estéticas e filosóficas que nos diferenciam daquele país. (Rodrigues, 2008, p. 211)

Consideramos que os exercícios que visavam, de um lado, ao conhecimento do Brasil – representado por uma dimensão teórica que se propunha elaborar diagnósticos sobre o país – e, de outro, à formulação de um projeto nacional – na medida em que já se dava o país como conhecido, restando, pois, a intervenção para realizar o ingresso no clube dos países modernos – (Rodrigues, 2008, p. 213), apresentavam-se, em grande parte, prenhes de uma vontade em demarcar as diferenças do Brasil em relação a Portugal (o Brasil aqui pensado como o novo país que vai se constituindo no embate contra as formas anacrônicas de existência relacionadas à prática da escravidão e à manutenção da sociedade de Antigo Regime associada à ordem imperial que se instituiu ao longo do Segundo Reinado). Mas como realizar esse distanciamento quando existem tantas pontes sobre o Atlântico estreitando os horizontes dos dois países e muitas mais

se construindo naquele momento? Ou ainda, como alhear-se da imagem dos ex-colonizadores na senda da modernidade se os meios (relações institucionais e pessoais, a publicação de obras em Lisboa ou no Porto, o curso à Universidade de Coimbra, o uso de métodos de ensino elaborados em Portugal, entre outros) com que contam os intelectuais brasileiros para a consecução de seu desiderato passam por Portugal e seus “filhos”? As vinculações eram tantas e de tão variada natureza que talvez não seria o caso de se conceder a palma a Sampaio Bruno e vislumbrar a saída para os dois países na concretização de uma plataforma luso-afro-brasileira? Afinal, as duas gerações de intelectuais forjadas na dissidência ao *status quo* não seriam, com efeito, apenas uma?

Dentre outras hipóteses com que se acena amparados na investigação da correspondência pessoal trocada entre escritores portugueses e brasileiros comumente associados aos dois grupos-geração essa é a que mais chama a atenção no texto de Berrini (2003). Antes de apontar pela existência de apenas uma *Geração de 70*, que não seria unicamente brasileira nem portuguesa, mas luso-brasileira, a autora já sinalizava para a importância desempenhada pelo Brasil na elaboração intelectual e na maior difusão dos valores caros àqueles homens de letras lusitanos. Pode-se conferir esta importância através das linhas de força que, conforme Berrini (2003), matizaram o trabalho interpretativo levado a efeito pelo grupo-geração português:

- a consciência pessimista de Portugal como um país decadente;
- a busca da identidade e de um possível ressurgimento;
- o seu francesismo (para usar uma expressão queirosiana);
- **as relações privilegiadas com o Brasil**⁷⁷;
- o seu envolvimento jornalístico. (Berrini, 2003, p. 10)

O livro de Beatriz Berrini traz importantes contribuições quanto a indagar sobre as definições usuais de geração, questionamento, aliás, suscitado depois de “constatar a profunda **amizade**⁷⁸, a convivência familiar e os interesses comuns que uniam entre si” as personalidades portuguesas e brasileiras do campo da cultura de fins dos Oitocentos (Berrini, 2003, p. 15). Embora não aprofunde a análise em relação aos fundamentos teóricos do conceito de amizade, matéria contemplada por instigantes trabalhos, especialmente do campo da sociologia dos intelectuais, como os de Williams (1999) e

⁷⁷ Grifo meu.

⁷⁸ Grifo meu..

Pontes (1996; 2003), Berrini (2003) confere um papel destacado a essa dimensão das relações pessoais dos letrados brasileiros e portugueses do último quartel do século XIX. Foram exatamente essas relações no plano da intimidade que levaram a autora a ingressar no debate acerca do conceito geracional. Se nos estudos a que nos detivemos anteriormente o atestado de pertencimento a uma dada geração (no caso as gerações de 70, portuguesa e brasileira) provinha ou de um alinhamento a um conjunto de ideias – que poderia ou não resultar num projeto – ou, por um processo de negatização, encontrar sua homogeneidade no repúdio a um determinado estado de coisas (como os intelectuais brasileiros face à questão servil e à forma de governo), no caso de Berrini (2003) a autora está mais interessada em inventariar todos os critérios que, a seu ver, podem influir para aquela pertença. Em primeiro lugar, ela nota que “a palavra *Geração*, empregada para distinguir um conjunto de intelectuais de idade aproximada, imbuídos da mesma ideologia, tendo objetivos comuns e lutando por eles – tal denominação parece estar sendo bastante contestada atualmente.” (Berrini, 2003, p. 16)

Para a autora, não seria a idade que caracterizaria o pertencimento a uma geração, embora a etimologia da palavra pudesse amparar tal interpretação. Assim, ter nascido numa data próxima não era garantia de integração a determinado grupo de intelectuais. Essa é uma distinção relevante, pois algumas definições circulantes a respeito do conceito de geração se ancoravam no dado etário. O que Berrini (2003) considerava insólito, pois parecia óbvio que muitos indivíduos próximos pela idade “podem percorrer cada um o seu roteiro próprio, de forma independente, por vezes até em oposição aos demais.” (*op. cit.*, p. 16) As concepções contemporâneas sobre o conceito de geração não mais se prenderiam às nomenclaturas, conquanto a autora reconheça o peso do uso e da tradição; e, ainda de acordo com os pontos de vista mais recentes, responsáveis por imprimir uma guinada nos rumos das pesquisas que versavam ou testavam a validade operativa da categoria geracional, Berrini (2003) passa ao estabelecimento dos critérios a que aludimos há pouco (toma como base a *Geração de 70* portuguesa) e, diversamente da pouca importância relegada à nomenclatura, justifica a manutenção do termo consagrado pela historiografia:

Na verdade, segundo o pensamento atual, a etiqueta distintiva desta ou daquela *Geração* tem importância relativa, e se ainda é usada por muitos é por facilitar pedagogicamente o reconhecimento de um determinado grupo. Talvez convenha buscar outra denominação. Que outros a procurem, mas será difícil destruir o que está consagrado

pelo hábito e pelo tempo decorrido. Interessa-me, sobretudo, estabelecer os seus limites reais e definir suas características. No caso que nos importa, o da *Geração de 70* de Portugal, proporei e justificarei a razão que me terá levado à adoção do rótulo, alterando, entretanto, a data **ad quem**. (Berrini, 2003, p. 20)

Os critérios para a definição da *Geração de 70* lusitana apresentadas por Berrini (2003) são os arrolados abaixo:

- a escolha de uma data, significativa para o seu início e término;
- a presença de uma lúcida consciência da decadência da nação;
- a busca da verdadeira identidade portuguesa, com o delineamento de um possível percurso de renascimento;
- a constatação da influência hegemônica e incontestável da França pairando sobre ideias e práticas de Ciências e Artes;
- a crescente e múltipla presença do Brasil, discípulo e mestre;
- a importância da imprensa e a prática jornalística dos membros dessa *Geração*. (Berrini, 2003, p. 20)

Para a autora não existiu um marco inicial específico, e o fato é emblemático na medida em que converge com a valorização dada ao estabelecimento dos laços de amizade entre os componentes da *Geração nova* portuguesa⁷⁹. Diferentemente do que irá apresentar quanto aos laços que atam os intelectuais brasileiros aos portugueses, comprovados substancialmente por intermédio da prolixidade das cartas trocadas entre eles, particularmente no caso dos integrantes da *Geração de 70* lusitana tais amarras se tornam mais visíveis, segundo a narrativa berriniana, pelos depoimentos que os membros desta última prestam em inúmeras ocasiões.

Refiro-me àquela amizade que aproximou e uniu os membros mais intrinsecamente considerados como componentes dessa *Geração de 70*. Como diria Antero de Quental: “Fomos todos assim, naquela encantada e quase fantástica Coimbra de há dez anos. Um sopro romântico, cálido, mas balsâmico, fazia rebentar tumultariamente as nossas primaveras em borboletões de flores.” (Quental, Antero. Prefácio às *Primaveras Românticas*, 1872; *apud*, Berrini, 2003, p. 24)

⁷⁹ “Para a Geração de 70 portuguesa, admitia-se que os membros do grupo estavam unidos por eminentes traços de inteligência e sensibilidade, além da afetividade que os aproximava de há muito, substituindo elos familiares inexistentes.” (Berrini, 2003, p. 21)

Não haveria também um acontecimento fundador da *Geração nova* em Portugal (sua eclosão antecederia, pois, o ápice da *Questão Coimbrã*), já que teria se engendrado por intermédio das relações de sociabilidade entre os jovens estudantes de Coimbra da década de 1860, reforçada posteriormente no seu encontro em Lisboa, juntamente a novos atores e desafios.

Mais do que qualquer formação acadêmica, foram as leituras, os debates, os estudos processados nas reuniões regulares da Travessa do Guarda-Mor e posteriormente em outros locais próximos para os quais se mudaram Antero e Batalha⁸⁰, que os mantiveram unidos e ativos intelectualmente. (Berrini, 2003, p. 24)

A origem residiria nas marcas que a formação acadêmica compartilhada em Coimbra propiciou e nos itinerários seguidos por esses intelectuais (itinerários que se guiaram desde então pela oposição ao *establishment* do sistema intelectual português do período e pela ânsia de diagnóstico das causas da decadência do país), aproximados doravante pelos laços de amizade e de partilhamento de concepções de nação e projetos para Portugal:

Assim, não foi um fato único e marcante, acontecido em 1870, que assinalou o começo de uma ação de renovação do país, o início de um Portugal novo. Penso que o conjunto dos eventos acima evocados (*polêmicas na Universidade de Coimbra*⁸¹, *reflexos da Comuna de Paris*, *Cenáculo*, *Conferências do Casino*, *publicação de jornais, revistas e obras literárias pelos integrantes do grupo*, *reação aos rumos da política externa [como o caso do ultimatum inglês] etc.*) é que pode explicar o rótulo dessa Geração cuja ação começou por volta de 1862 na Universidade e se consolidou sempre mais: a ação desta Geração, com efeito, levou aproximadamente uma década para se delinear com segurança, avançando depois pelo final do século e pelo início do

⁸⁰ Jaime Batalha Reis, escritor português, membro da *Geração de 70* lusitana.

⁸¹ *Manifesto dos estudantes à opinião Ilustrada do País*, 1862-3 (contra o Reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto, que tivera sua autoridade desrespeitada com a retirada em bloco dos estudantes durante uma sessão solene na sala dos Capelos. Uma revolta contra o absolutismo de sua autoridade e as normas retrógradadas que regiam a vida da Universidade); *A Rolinada* (saída da cidade dos estudantes coimbrãos, que se dirigiram em protesto para o Porto, por não terem obtido a tradicional dispensa dos exames em vista do nascimento do herdeiro da Coroa (Setembro de 1863); e a *Questão Coimbrã*, 1865 (o embate entre a velha Literatura, então praticada sob o beneplácito de Castilho, e a nova, apregoada por Antero e Teófilo Braga).

seguinte. A década de 1862-1872 marca o início da atuação dessa Geração. (Berrini, 2003, p. 26)

No tocante à data terminal, Berrini (2003) não se atém à duração temporal da existência física dos componentes da *Geração de 70*, antes, procura-a nos domínios da política e da literatura. Em relação aos marcos políticos, a autora destaca: 1908 (duplo assassinato do rei e do herdeiro da Coroa); 1910 (proclamação da República); 1916 (entrada do país na I Guerra). A baliza literária se situa em 1915 (publicação da revista *Orpheu*, fundada por Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros entre outros escritores). Para a autora, nos meados da década de 1910 ocorrem profundas rupturas com a geração literária precedente, de que são ícones os três autores acima.

Terminado o assentamento da periodização e antes mesmo de se ocupar de todos os critérios que havia arrolado para a definição da *Geração de 70* portuguesa, Berrini (2003) sintetiza sua compreensão acerca da globalidade do fenômeno da *Geração nova*:

Concluindo: parece-me aceitável manter a denominação Geração de 70, consagrada pelo uso de um século, consciente de que é importante incluir sob o rótulo mais personalidades do que aquelas que o grupo de hábito abriga. Na verdade o profundo elo afetivo que uniu uma minoria bem conhecida, dentro da plêiade ampla de intelectuais e artistas reformistas do final do oitocentismo, levou à adoção restrita a eles do rótulo Geração de 70, que a meu ver deve ser alargado. Proponho que se amplie também a área de conhecimento e atuação de seus componentes. Além dos pensadores e filósofos como Antero; de historiadores como Oliveira Martins, ensaístas e críticos como Ramalho Ortigão ou ficcionistas como Eça de Queirós (entre outras atividades literárias que marcaram sua produção) e ainda pesquisadores do teor de Batalha Reis e do Conde de Ficalho – convém integrar outras atividades de criação, como as artes plásticas, com ênfase especial para seu grande representante, Rafael Bordalo Pinheiro. A atuação dessa *Geração* estende-se até o início do século XX. É a publicação do *Orpheu*, penso eu, com tudo o que representou de revolucionário no campo das Letras e Artes o seu limite *ad quem*. (Berrini, 2003, p. 28)

Debruçando-se sobre a *Geração de 70* brasileira, haveria, para Berrini (2003), dois modos de concebê-la, em que se admite a existência de um grupo amplo – calcado em grande parte numa comunhão espiritual de ideias –, e outro mais restrito – composto por intelectuais que, além de partilharem ideias, mantêm acesas relações pessoais e

cingem-se por forte laços de amizade, como *os bons companheiros e amigos* Eduardo Prado, Domício Gama, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Olavo Bilac, Machado de Assis etc. Nesse aspecto, o grupo-geração brasileiro poderia ser definido bi-dimensionalmente:

Sentido Lato: abrange múltiplas personalidades, mais ou menos da mesma idade e, evidentemente, apresenta traços contextuais bastante próximos.

Sentido Estrito: aplica-se a um grupo menor, mais íntimo e coeso, compartilhando ideias comuns, estando seus membros ligados por indiscutíveis e profundos laços afetivos. (Berrini, 2003, p. 55-56)

Ocorre que Berrini (2003) encaminha, entre fluxos e refluxos, sua análise para a delimitação de uma *Geração de 70* brasileira bastante restrita, concedendo ênfase cada vez maior às relações de sociabilidade e sensibilidade entre os pares que a compunham. A correção de se registrarem os fluxos e refluxos se deve a que a autora não deixa também de sopesar o que nomeou de sentido lato do grupo-geração. É uma retomada dos dois eixos clássicos em que se moveram os intelectuais brasileiros dos últimos decênios da décima nona centúria: a escravidão e a república. Simultaneamente, alude ao papel destacado que esse conjunto de letrados obteve na vida pública nacional:

Ou seja, analisando as personalidades, a produção e atuação desses intelectuais, constata-se a existência de pelo menos mais um elemento caracterizador, passível de congregá-las com coerência e plausibilidade. Muitos dos acima citados tiveram uma importância política muito grande no país, participando ou promovendo ações contra ou a favor do governo, tanto na monarquia como, depois, na república. Foram homens públicos de vulto. Esse o traço mais importante. (Berrini, 2003, p. 57)

Tais personagens de vulto são divididos por áreas e, no interior destas, Berrini relaciona os líderes da *Geração de 70* brasileira:

- *Na literatura: Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac.*
- *Na crítica: Araripe Jr., José Veríssimo.*
- *Na história: Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha.*
- *Atuação política nacional: para além da produção literária, histórica, crítica etc. – Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Eduardo Prado.* (Berrini, 2003, p. 58)

No entanto, a autora termina por fazer convergir sua definição de quem compõem a *Geração de 70* brasileira com os intelectuais autores das cartas estudadas nos anexos de seu livro. Um tanto quanto paradoxal, tal geração vê-se reduzida a seis nomes:

Geração no sentido mais restrito – de personalidades que se frequentavam e estimavam, que por vezes trabalharam juntas, que se correspondiam, trocando entre si informações de valor etc. – a *Geração Brasileira de 70* compreenderia: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Eduardo Prado. Nomes a que é preciso agregar mais dois não presentes na lista: Barão de Rio Branco (1845-1912), figura de projeção na época, pelos estudos e tratados relacionados com as fronteiras do país, além de ter ocupado relevantes posições políticas; e Domício Gama (1861-1925), jornalista e escritor, autor de algumas obras menores, depois diplomata, chegando mesmo a embaixador do Brasil em Washington. Essas seis personalidades, além disso, graças sobretudo ao fato de terem vivido por longos períodos no exterior, ultrapassaram as fronteiras nacionais. Distinguiam-se na verdade, como se marcados por um sinete especial, na maneira distinta de ser e de estar na sociedade. A permanência na Europa também lhes facultou conviver por alguns anos com os expoentes da *Geração de 70* portuguesa – na acepção restrita do conceito. (Berrini, 2003, p. 59)

O levantamento e análise da correspondência trocada entre intelectuais brasileiros e portugueses na transição do século XIX para o século XX é uma ferramenta de auxílio sem dúvida bastante valiosa para mais bem aquilatar suas inter-relações e retirar do ambiente íntimo informações, queixumes, reflexões, declarações que algumas luzes podem lançar a fim de ampliar o que sabemos a respeito de grupos tão importantes para a história da inteligência de Brasil e Portugal. Da perspectiva dos mais assinalados membros da *Geração de 70* portuguesa, tão atentos ao espírito moderno que animava as sociedades europeias setentrionais, recolhem-se elementos que atestam o interesse que manifestaram face à produção literária, artística, cultural enfim, da jovem nação sul-americana. Através dessas cartas, por exemplo, chega-nos a avaliação feita por Antero de Quental a Joaquim Araújo, publicista português radicado em Gênova, a propósito da poesia brasileira da segunda metade dos Oitocentos.

“(...) lhe pedir que me traga (se vem cedo) ou envie pelo correio (se ainda se demora) as Poesias dos brasileiros Álvares de Azevedo e Castro Alves, se as tem, como supõe Fortunato. É-me indispensável introduzir os brasileiros no livrinho, o que faço tanto mais gostosamente quanto realmente acho entre eles verdadeiros poetas, Junqueira Freire é de primeira ordem, um verdadeiro poeta. Há ainda outros não somenos. Mas tem-me custado encontrar aqui os livros deles (...). Se V. não conhece Junqueira Freire, hei de dar-lhe a ler quando vier (...). O que noto, em geral, nos brasileiros, é que não são poetas literatos. Mas verdadeiros apaixonados, arrastados por um fluxo íntimo de sentimentos. Por isso são vivos, ainda quando imperfeitos como artistas, como são quase todos. Mas há neles uma sinceridade de inspiração, uma verdade e frescura, uma graça natural de expressão, que me encantam. Pena é que se vão já aliteratando e fazendo senis como os do velho mundo.” (*Carta de Antero de Quental a Joaquim de Araújo*, 3 de Novembro de 1880; *apud*, Berrini, 2003, p. 47-8).

Eça de Queirós, por seu turno, deteve-se sobre o Brasil por diversas vezes, desde as crônicas nas *Farpas* (1871-72), até as colaborações para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (de maneira intermitente de 1880 a 1897) e para a *Revista Moderna*, do brasileiro Martinho de Arruda Botelho (artigo sobre Eduardo Prado). (Berrini, 2003, p. 74) Na mesma *Gazeta de Notícias* figuram ainda colaborações de Batalha Reis, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão. (Berrini, 2003, p. 51) Ramalho Ortigão talvez tenha sido dos integrantes da *Geração de 70* que mais contatos estabeleceu com o Brasil, precipuamente por meio da comunidade portuguesa aí residente. Era sócio do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (atual Real Gabinete Português de Leitura). Foi quem intermediou a fim de que seu companheiro Eça se tornasse colaborador da *Gazeta de Notícias*. Seu irmão, Joaquim Ramalho Ortigão, foi diretor de instituições de crédito, comerciante e membro de associações e grêmios da capital do império brasileiro, onde passou a viver. Oliveira Martins também escreveu vários textos sobre o Brasil, em seus livros e nas páginas dos jornais que dirigiu.

Berrini (2003) também consigna a publicação de autores brasileiros em revistas e jornais portugueses, entretanto, em muito menor número que no sentido inverso. O que se verifica mais comumente é que os periódicos lusitanos publicam constantes artigos, noticiário, críticas e resenhas sobre o Brasil, suas personalidades ilustres, sua história, literatura, instituições, periódicos etc, mas geralmente não franqueiam suas páginas para os autores brasileiros, com raras exceções.

Não foram somente artigos sobre os jornais brasileiros ou notícias a respeito de fatos sociopolíticos que explodiam na antiga colônia, que compareceram nas páginas da revista (*O Ocidente*). Ou comentários sobre alguns vultos brasileiros que se destacavam. A própria fisionomia física do país estava sempre presente através de belíssimas imagens, sobretudo do Rio de Janeiro.

O Brasil sem dúvida ocupava a atenção dos leitores de *O Ocidente* como de outros periódicos de Portugal; porém os autores brasileiros, embora referenciados, raramente tinham seus textos impressos, a não ser alguns poemas, este ou aquele breve conto... (Berrini, 2003, p. 72)

Contudo, as relações entre os homens de letras de Portugal e Brasil eram complexas e contraditórias, de rivalidade e de acolhimento. Esquemáticamente, não é falso afirmar que foi com imensa dificuldade e incompreensão que historiadores, críticos e literatos se debruçaram sobre romancistas e poetas do Brasil. Assim, “não é à toa que Camilo, e depois Eça/Ramalho, vão caçar da figura do “brasileiro”. Atitude crítica e de galhofa que os leva todavia posteriormente a se retratarem e a se disporem a acolhê-los. Veja-se, por exemplo, o complexo relacionamento Eça/Machado, capaz de metonimicamente expressar a antiga relação metrópole/colônia, substituindo-a por uma convivência nova, de outra espécie.” (Berrini, 2003, p. 43)

No discurso de Berrini (2003) essa “convivência nova” está explicitada em traços fortes na amizade que floresce entre os letrados dos dois países. O exame da correspondência entre eles mostra uma realidade díspar dos preconceitos já registrados de parte a parte, e aponta, já em outra medida, para a existência de uma única *Geração de 70*.

De qualquer forma permanece a questão: como explicar a disparidade de acolhimento entre os intelectuais portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal? Resquícios dos tempos de colonialismo? Todavia – embora conscientes de algumas diferenças – houve um grupo que se uniu através de sólidos laços de amizade. Foi justamente o acervo de documentos que atestam essa indiscutível componente afetiva que me levou a refletir sobre a existência de um possível contingente de brasileiros muito próximos dos vultos da *Geração de 70*. Formavam um agrupamento único. As cartas que ora se publicam são testemunhas disso. (Berrini, 2003, p. 75)

A lista das correspondências analisadas por Berrini (2003) inclui os seguintes indivíduos (correspondência ativa e passiva): os portugueses Jaime Batalha Reis,

Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Emília de Castro Eça de Queirós (esposa de Eça), Oliveira Martins; e os brasileiros Graça Aranha (1868-1931), Joaquim Nabuco, Evelina Nabuco (esposa de Joaquim Nabuco), Eduardo Prado, Domício Gama e o Barão do Rio Branco. Ora, os laços de amizade e o incremento das relações interpessoais seriam suficientes para autorizar a interpretação de que os intelectuais portugueses e brasileiros arrolados constituíam um mesmo grupo-geração? É fato que temas que transbordassem as questões de fundo eminentemente nacional eram comuns tanto a portugueses quanto a brasileiros. Outros, vivenciados simultaneamente, estiveram na base de uma campanha que entrelaçou os dois países, como no caso da propaganda republicana (a qual se fazia acompanhar, dependendo dos protagonistas, da disseminação da doutrina positivista). De certo modo, a literatura portuguesa funcionava ainda como um referente para os poetas e romancistas brasileiros nas décadas finais do século XIX. Mas até que sítio se pode chegar, no âmbito da formulação de hipóteses, tomando-se como substrato investigativo o conjunto das correspondências? O que de fato é possível extrair dessa massa documental?

Segundo Berrini (2003) é comum encontrar na correspondência trocada pedidos e retribuições de favores, intercâmbio não só entre as personalidades em evidência, mas extensivo também a seus familiares: esposas, filhos, cunhados e igualmente pessoas próximas ao círculo familiar. Desde as questões mais mezinhas até as de fundo grave, ligadas à segurança do Estado, figuravam nessas cartas:

Se Eduardo Prado necessita comprar papel para seus jornais recorre a Antônio Feijó e lhe pede informações comerciais a respeito dos fornecedores suecos; por outro lado, Eça vai recorrer a Eduardo Prado para averiguar a possibilidade de adquirir na Inglaterra clichês para a publicação da revista que tem em mente. Nabuco por seu lado quer saber por onde anda o Queirós, que estimaria encontrar no Sul da França, enquanto Rio Branco dá indicações a Ramalho a respeito de mapas que se encontram em Madrid e que lhe são necessários para vencer o processo contra a Argentina a respeito dos limites do Sul do Brasil; e ainda: não se hospedava Batalha Reis com sua filha, frequentemente, na casa londrina de Joaquim Nabuco, sendo, na verdade a legação do Brasil na capital inglesa como um centro aglutinador dos falantes de língua portuguesa? (Berrini, 2003, p. 46)

A correspondência também acena, portanto, para o estabelecimento de redes de sociabilidade que se estruturavam em centros urbanos que não Lisboa, Porto, Rio de

Janeiro ou São Paulo. Da mesma forma que para os letrados do Brasil, grandes capitais europeias como Paris e Londres exerciam forte atração sobre os intelectuais portugueses, e nelas, por força do tirocínio diplomático a que se entregaram vários desses intelectuais ou mesmo puramente como destino de viagens, constituíram-se verdadeiras tertúlias luso-brasileiras.

Recordo aqui apenas a amizade que aproximou os homens da *Geração de 70* portuguesa de contemporâneos brasileiros, tais como Eduardo Prado, Domício Gama, visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e tantos mais. Encontraram-se fisicamente e mentalmente na França, unidos pela mesma devoção. Todos conheciam Portugal de passagem ou de estadias prolongadas. Conviveram muitos deles, portugueses e brasileiros, frequentando a intimidade de suas casas e famílias em Londres, sem dúvida, mas sobretudo em Paris. Assim, por exemplo, dois endereços eram familiares a uns e outros: os brasileiros conheciam a residência parisiense de Eça, seja a da rue Charles Laffitte, 32, como a da Avenue du Roule, 38, sem mencionar o consulado. Eram os portugueses inversamente assíduos às residências de Eduardo Prado em Paris, quer à moradia da Rua Casimir Perier, 3, quer a da Place de la Madeleine, sobretudo estavam familiarizados com o número 194, Rue de Rivoli. Nesta última, por exemplo, Eça e Ramalho foram por mais de uma vez hóspedes de Prado. E lá estiveram reunidos para o *réveillon* da passagem do século. Espaços de amizade e de língua portuguesa em meio à agitação da vida parisiense. (Berrini, 2003, p. 45)

(...) Não compunham dois grupos distintos porém formavam uma mesma plêiade em que brasileiros e portugueses se confundiam. (Berrini, 2003, p. 86)

Uma *Geração de 70* luso-brasileira: isso o que postula Beatriz Berrini em seu *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. É uma proposta bastante estimulante para uma pesquisa, como a que apresentamos, que toma a mediação cultural entre esses dois países como objeto de análise. Embora considere insuficiente a materialidade acenada pela autora para a junção das Gerações de 70 num fenômeno único – na medida em que a invocação da correspondência entre os intelectuais portugueses e brasileiros como instrumento balizador por excelência de tal junção não basta por si mesma, e mesmo a justificativa da amizade carece de uma melhor elaboração conceitual – é importante que se explore as demais interações que ela sugere a propósito dos encontros entre as elites letradas dos dois países de língua portuguesa, pois a ambiência nos espaços de sociabilidade que a autora menciona (e também ela própria constrói com sua narrativa)

impulsionaram/conferiram novas cores à intervenção pública levada a efeito pelos homens de letras citados.

Foram muitas as condicionantes que mantiveram a história lusitana em diálogo com a brasileira – e vice-versa – depois da emancipação política desta em 1822. Afora o idioma, tradições e elementos culturais bastante aproximados em várias circunstâncias, uma gama considerável de fatores ainda associava a vida no Brasil às *coisas* de Portugal. O Brasil seguia como destino preferencial da imigração lusitana (já o era desde pelo menos o século XVII até por volta de 1960)⁸². Dada a presença massiva de portugueses no país, a comunidade lusitana em território brasileiro constituiu durante toda a periodização deste estudo formidável grupo de pressão, bem como logrou atrair as atenções da terra natal para o Brasil. A intensidade do processo migratório é uma das explicações para a dilatada repercussão de acontecimentos no Brasil em Portugal, e vice-versa; os jornais e revistas, além de se interessarem pela “cobertura” do noticiário do “lado de lá” do Atlântico – mantendo colaboradores e instâncias assemelhadas ao que hoje entendemos por sucursais – abriam espaço para a produção textual de escritores e intelectuais do país “co-irmão”, embora, como se apontou, fosse mais frequente portugueses escrevendo em periódicos brasileiros do que o contrário. Com todas as diatribes e querelas, foi imenso o interesse brasileiro, desde o pós-1822 até o período de que nos ocupamos (para não afirmar que tal se verifica ainda nos dias de hoje), pela literatura produzida em Portugal (e o inverso não é menos falso); o Brasil foi o maior comprador de gêneros exportados por Portugal na segunda metade do século XIX e início do século passado, ao passo que se tornaram indispensáveis para a economia portuguesa as remessas de recursos enviadas pela coletividade lusitana no Brasil. Enfim, e é o fato que gostaríamos de salientar, as visões de modernidade que se gestaram a partir da década de 1860 nos dois países atravessaram o mar e retornaram ao ponto de partida muitas vezes; por intermédio do trânsito de pessoas, ideias, objetos, artefatos culturais se estabeleceu uma rota frequente a por em contato projetos, desejos de vir-a-ser, imagens de progresso, mas também diagnósticos sombrios, denúncias estarrecedoras das defasagens, do atraso, da decadência face à *altura do século* – termo

⁸² De acordo com Florentino & Machado (2002), a imigração portuguesa para o Brasil é estrutural desde os primórdios da colonização até meados do século XX, apresentando seu maior fluxo na passagem do século XIX para o XX. (*op. cit.*, p. 93-94) Os autores acrescentam, ainda, a corrente migratória proveio majoritariamente da região norte de Portugal (p. 93), e *sempre dependeu menos das conjunturas brasileiras e dos subsídios oficiais do que das condições estruturais destas regiões portuguesas: históricas altas taxas de fecundidade, predomínio de pequenas propriedades, heranças com partilhas estritas e redes de relações sociais fortemente estruturadas.* (Florentino & Machado, 2002, p. 105)

com que frequentemente era referida a “marcha civilizacional” que corria célere nos países do norte europeu e nos Estados Unidos – e da qual se viam/sentiam aliçados o outrora adiantado reino do extremo ocidental da península ibérica (“em franca trajetória de queda”), e o púbere império da América do Sul, em seus ambíguos movimentos ocidentalistas e nacionalistas.

Pedra de toque dos anseios civilizacionais em Portugal e no Brasil, o problema do domínio da leitura, por permitir o ingresso nos círculos do código escrito, portanto nos do saber autorizado, recebeu a atenção de muitos desses intelectuais das gerações de 70. Em certa medida, é correto afirmar que o derramamento da instrução, apreendida mormente pela aquisição das competências de ler, escrever e calcular, integrava o receituário comum circulante em Portugal e no Brasil com vistas ao ingresso na modernidade. Observou-se, durante toda a derradeira metade da centúria oitocentista, o ingresso de materiais pedagógicos oriundos de Portugal em escolas, aulas e cursos avulsos no Brasil. Métodos de ensino de leitura e escrita ou só leitura, de sabida notoriedade em Portugal⁸³, competem na ex-colônia com os compêndios elaborados por pedagogistas autóctones. Signo civilizatório, o domínio da leitura se torna então ícone da lógica produtivista: o aprender melhor e em menos tempo é tomado não mais apenas como sinônimo de aperfeiçoamento cultural e intelectual do homem, mas doravante enquanto alegoria do progresso material alcançado e a se alcançar.

O diálogo Portugal-Brasil a que viemos nos referindo desde o intróito deste trabalho compreendeu, pois, o trânsito atlântico desses métodos de ensino de leitura e escrita. Nosso raciocínio é o de que pensar o moderno nas duas sociedades passou necessariamente pelo encaminhamento do problema do aprendizado da leitura. Algumas conexões e articulações se desenharam, a transferência de determinado substrato cultural – como no caso particular dos métodos de ensino, por exemplo – trouxe consigo demandas e conteúdos que extrapolaram sua finalidade precípua. Os homens que empenharam suas energias nessa transposição representaram também a ferramenta para

⁸³ Uma lista bastante lacunar dos manuais de ensino da leitura criados em Portugal e expatriados ao Brasil é fornecida adiante: Castilho, Antônio Feliciano de. *Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*; Aulete, Francisco Júlio de Caldas. *Cartilha Nacional: methodo legographico para aprender simultaneamente a ler, escrever, ortographar e desenhar e Selecta nacional*; Deus, João de. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*; Dias, José Simões. *Novo livro de leitura para as escolas primárias de Portugal e Brazil*. Forjaz, A. *O amigo dos meninos*; Lopes, A. Simões. *Cartilha Infantil e Selecta das escolas*; Madureira, Cândido José Ayres (Abade de Arcozelo). *Alfabeto Natural e O Amigo da Infância*; Monteverde, Emílio Achilles. *Método facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a mnuscrita no mais curto espaço de tempo e Mimo à infância ou manual de história sagrada que frequentão as aulas tanto em Portugal como no Brasil*; Raposo, José Antônio Simões. (*Primeiro, Segundo e Terceiro*) *Livro da Escola*.

a execução de um projeto de amplitude maior. Porém, lograram ressignificar também a seu modo aqueles conteúdos, em sintonia com suas convicções, em decorrência dos itinerários que tomaram ou que se lhes apresentaram como os possíveis. Mas não só isso, tais conteúdos nunca mais foram os mesmos depois da transposição: o meio em que foram introduzidos emprestou novas cores, novos feitos, ao dispositivo “original”. As perguntas, as necessidades, as demandas próprias dos diversos setores, das distintas províncias/estados que compunham a sociedade brasileira de então selecionaram congruentemente (dadas aquelas condicionantes) o que reter dos conteúdos que se lhes oferecia. Sob a inspiração dessas considerações, propomo-nos a acompanhar os passos de um daqueles métodos de ensino da leitura, o método criado pelo poeta português João de Deus. Vindo à luz em 1876, portanto somente alguns anos após o desfecho dramático das Conferências do Casino, o método de João de Deus representou a materialização das propostas no campo da instrução elementar brandidas pela *Geração de 70* portuguesa. O método alcançou rápido sucesso no reino, onde passou a ser ensinado com a ajuda das *Escolas Móveis de Ensino pelo Método João de Deus*, instituição criada e mantida por indivíduos com vínculos com a maçonaria e o movimento republicano. Além disso, conquanto nunca tenha conseguido a adoção oficial do método nas escolas do país, sua obra pedagógica recebeu raro reconhecimento em 1888, quando João de Deus é nomeado *Comissário Geral do Método de Leitura Cartilha Maternal* pelas Cortes reunidas em Lisboa. Muito antes disso, o poeta e seus apoiadores já visualizavam a possibilidade de exportação do método para outras regiões do falar português. A notícia da existência da *Cartilha Maternal* é recebida quase instantaneamente no Brasil, dada a rede de relações que João de Deus possuía. Contudo, um divulgador expressamente enviado para realizar sua propaganda oficial ocorre somente em 1878, com a chegada ao Rio de Janeiro do ex-professor de matemática da Universidade de Coimbra, Antônio Zeferino Cândido.

Ao movimento pendular da sociedade portuguesa e mais especificamente de sua elite letrada – da busca pela renovação intelectual pela aproximação com a Europa transpirenaica à adesão ao projeto colonialista em África – associou-se uma reflexão produzida amiúde em consonância com a *intelligentsia* brasileira. A tentativa de se tornar “moderno” exigia, de um lado, uma releitura do processo histórico, a qual evidenciava – especialmente na chave de Antero de Quental e seus colegas da *Geração de 70* – a necessidade de reformulação do sistema intelectual português, a abertura para a ciência e a filosofia circulantes na França de Victor Hugo, Proudhon, Michelet, Taine

ou nas zonas de cultura germânica, com Hegel, Marx; de outro, como já notamos, especialmente para o período pós-1870, equivalia a impedir que aumentasse a distância dos níveis de progresso alcançados pelas principais potências colonizadoras do continente em relação a Portugal, daí o interesse despertado pela ocupação e desbravamento dos territórios africanos nos intelectuais lusitanos que se organizaram para a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. Concomitante aos efeitos desses deslocamentos, João de Deus, identificado com boa parte das premissas dos intelectuais da Geração de 70, esboça um plano de propagação do método de ensino da leitura que criara para além das fronteiras do reino. O Brasil logo surge como um destino alvissareiro para a divulgação do método. A hipótese que testaremos é a da *Arte de Leitura* de João de Deus como um artefato cultural elaborado sob o influxo do ideal de renovação postulado pela *Geração de 70* e que, dada a proporção que toma no decorrer do séculos XIX e XX, com o envio de mensageiros especialmente habilitados por João de Deus para este fim, transforma-se numa ferramenta que interfere diretamente no debate decadência/atraso das sociedades portuguesa e brasileira, como uma maneira de superação de tais estágios por intermédio do aperfeiçoamento cultural de suas respectivas populações.

Uma narrativa das peculiaridades desse périplo luso-brasileiro é proposta a seguir.

Capítulo 2 – João de Deus: criação, circulação e apropriação de seu método de ensino da leitura

Quando daqui a anos não houver em Portugal um único analfabeto, a não ser recém-nascido ou macróbio, então a crítica volverá seus olhos arregalados para todos esses figurões que sem talento, nem ciência, nem consciência se esforçaram por abafar, sufocar, desacreditar, infamar um instrumento de civilização, de que ainda todos os portugueses se hão de orgulhar.
(DEUS, João de. *A Cartilha Maternal e a Crítica*)

O método de João de Deus não se aprende. No método de João de Deus as palavras é que vêm ter com a gente, – assim, zás, do papel pr'os olhos!
(Frase atribuída ao filho de Trindade Coelho,
In: DEUS, João de. *A Cartilha Maternal e a Crítica*, p. vii)

Figura 4 – João de Deus (1830-1896). Fotografia: 1895. Fotógrafo: Augusto Bobone. Lisboa, Augusto Bobone, 1895. 1 positivo: p&b; 15 x 10,3 cm. (8 de Março de 1895). No *pasepartout* e no verso tem a referência do fotógrafo. No verso está escrito a lápis «10». In: Biblioteca do Museu João de Deus, Lisboa. **FP204.6 - f7384.** Fonte: Museu Pedagógico João de Deus (MJD), Lisboa.

2.1 – Encontros com Castilho e a Geração de 70 portuguesa – itinerários de João de Deus antes da publicação da Cartilha Maternal

Vários trabalhos já se dedicaram à apreciação dos métodos de ensino e manuais escolares, tanto em Portugal quanto no Brasil, abordando-os sob os mais variados ângulos⁸⁴. O próprio poeta e pedagogo João de Deus já foi alvo de inúmeros estudos, os quais, elaborados igualmente sob condições e perspectivas díspares, contribuíram para iluminar em maior profundidade sua trajetória e o legado de sua produção, seja no âmbito pedagógico, literário ou no domínio mais lato da cultura. Procurar-se-á, neste capítulo, explorar e reavaliar os itinerários do método de ensino da leitura de João de Deus e a sua apropriação, à luz do que consideramos um projeto de homogeneização do ensino da língua nos territórios de idioma oficial português.

Contudo, antes de nos ocupar diretamente dos objetivos enunciados acima, apresentar-se-ão, preambularmente, algumas informações biográficas acerca de João de Deus, já que serão necessárias para exemplificações no decorrer do trabalho⁸⁵. João de Deus, batizado com o nome de João de Deus Ramos Nogueira, nasceu em 8 de março de 1830 em São Bartolomeu de Messines, no Algarve. Permanece no sul de Portugal até a idade adulta, onde, em Faro, cursou aritmética, latim e português. Em 1849 vai a Coimbra realizar os estudos preparatórios para o ingresso na universidade. É aprovado em todos os exames e, assim, inicia o curso de Direito, contando então dezenove anos. No entanto, obstáculos de variada ordem, como a necessidade de acompanhamento a familiares enfermos e, eventualmente o que mais aí atuou, sua pouca diligência e assiduidade às aulas, levaram-no a interromper por largo lapso de tempo o curso em Coimbra, vindo a se formar apenas em 1859. Durante o curso entabula amizade com

⁸⁴ Uma amostra incompleta destes trabalhos pode ser encontrada nas referências bibliográficas arroladas ao final da tese e, em especial: **Barbanti**, Maria L. S. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 1977. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado, 1977; **Boto**, Carlota J. M. C. dos Reis. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 1997; **Coelho**, José Augusto. “O ensino inicial da leitura. Princípios fundamentais. Suas aplicações ao *Método Português de Castilho* e à *Cartilha Maternal de João de Deus*”. Lisboa, Imprensa Lucas, 1898; **Fernandes**, Rogério A. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa / Secretaria de Estado da Cultura, 1978; **Gomes**, Joaquim Ferreira. *A educação infantil em Portugal: achegas para a sua história*. Coimbra, Livraria Almedina, 1977; **Madureira**, Cândido José Aires de. *História dos métodos de ensino da linguagem em Portugal desde Castilho e confronto destes com o Alfabeta Natural – Com diversas apreciações*. Porto, 1886; **Mortatti**, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo/1876-1994)*. São Paulo, Edunesp, 2000.

⁸⁵ A maior parte dos dados biográficos sobre João de Deus mencionados neste capítulo foi extraída do sítio eletrônico da Associação de Jardins-Escolas João de Deus: <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 9 de julho de 2010 às 21h17).

vários alunos que se tornariam conhecidas personalidades da política e das letras portuguesas, como Antero de Quental, Teófilo Braga, Antônio de Azevedo Castelo Branco, Alberto Sampaio, Santos Valente, Severino de Azevedo, Francisco Machado de Faria e Maia, Rodrigo Veloso, Alberto Teles e João de Sousa Vilhena.

Data de 1850 sua primeira composição literária, *A pomba*. Ao longo da vida, João de Deus, além de escrever poesias, dedicou-se também à prosa, ao desenho à pena e à música, tanto na qualidade de compositor quanto de intérprete da viola portuguesa, tirocínio último pelo qual obteve certo reconhecimento. Após a conclusão do curso jurídico permanece por uns tempos em Coimbra, colaborando com os jornais *Estreia Litteraria*, *Atheneu*, *Preludios Litterarios*, *Academico*, *Instituto*, *Phosphoro* e *Tira-Teimas*. Sobrevive, por essa época, vertendo obras do francês para o português. Suas poesias já eram famosas nesse período entre o meio acadêmico. Como já assinalado, João de Deus também pode ser considerado um precursor da irrupção dos descontentamentos contra o “pontificado” exercido por Antônio Feliciano de Castilho na literatura portuguesa. No capítulo anterior mencionamos o importante papel assumido nos embates literários contra o ultra-romantismo, do qual destacamos a publicação do opúsculo *Os Lusíadas e a conversação preambular* no jornal *O Bejense*, ocasião em que se opunha ao juízo crítico de Castilho em prol do poema *D. Jayme*, de autoria de Tomás Ribeiro. Afora a indisposição com a “escola do elogio mútuo” de Castilho, o famoso poeta cego lisboeta atacara Camões, o bardo cultuado por João de Deus e inspiração para sua poesia:

O profundo amor por Camões foi para João de Deus mais do que uma intuição de artista; ele começou por fazer reviver a forma esplêndida do Soneto, tão desacreditada pelas banalidades de um extemporâneo elmanismo e condenado por Garret. Antero seguiu este 1º impulso, na coleção de 1861, elevando-o gradativamente à perfeição inexcédível aliada ao relevo da subjetividade. (Braga⁸⁶, 1930, p. xx)

Muito bem notado por Berardinelli (1967), João de Deus não se limitava apenas a reparar a tendenciosa comparação feita por Castilho ao opor os *Lusíadas* a *D. Jayme*: versava, complementarmente, sobre a métrica e questões formais e estéticas da poesia portuguesa.

⁸⁶ O esboço biográfico sobre João de Deus ora citado, embora apresente a data de 1930, foi escrito em 1895, pouco depois da série de manifestações de júbilo pelo 65º aniversário do poeta.

Não pode ser esquecida, no entanto, a sua atitude firme e consoante (de João de Deus) com a da *Geração de 70* no comentário à carta aposta por Castilho ao D. Jaime de Tomás Ribeiro, em que o velho mentor compara este poema a *Os Lusíadas*, tendo como medida aferidora a sua maior ou menor conveniência e acomodação aos meninos das escolas. A crítica certa e forte de João de Deus não só atinge fundo as ridículas afirmações de Castilho, como também revela uma fina intuição do fenómeno poético que se revela, por exemplo, nas suas observações sobre compasso do verso e andamento da frase. (Berardinelli, 1967, p. 7)

Ainda em Coimbra, no início da década de 1860, João de Deus, que conhecera Antero de Quental em 1859, torna-se amigo do mentor intelectual da *Geração nova* e de muitos outros jovens estudantes. Isso o atesta Teófilo Braga, que também inicia seus estudos na Faculdade de Direito de Coimbra em 1862 e mantém uma relação de mútua admiração com o poeta algarvio, adicionando ainda o apreço dos novos académicos pela poesia, erudição e sensibilidade de João de Deus.

Terminada a formatura em 1859, João de Deus deixou-se ficar entre a geração que o amava até o ano de 1862. Uma nova plêiade de talentos apareceu no curso matriculado em 1858, entre os que se destacavam Antero de Quental, Alberto Sampaio, Santos Valente, Alberto Teles, Germano Meireles, Flório de Vasconcelos, Peres Ramires; acharam-se fascinados pelo génio de João de Deus, seguindo a transformação que ele operava na metrificação portuguesa. (Braga, 1930, p. xxiii)

Em 1862, João de Deus já havia completado o curso de Leis, no entanto, participando do espírito de rebeldia que vigorava em Coimbra, publica a obra *Pachá Janina*, libelo contra o reitor da universidade. Reside nessa passagem da vida de João de Deus mais uma mostra da proximidade das críticas que formulara em comparação com as efetuadas por Antero de Quental e os jovens universitários que o seguiam. Nesse mesmo ano de 1862, Antero e os seus amigos formaram o núcleo de uma sociedade secreta chamada *O Raio*, organizada “para combater as antigas praxes académicas que tinham sobrevivido ao Romantismo e à revolução liberal.” (Saraiva, 1995, p. 24) Credita-se a essa organização secreta a autoria do ato que, durante a inauguração do ano académico de 1862, impediu o reitor da universidade (na ocasião o Dr. Sousa Pinto) de fazer seu tradicional pronunciamento. Liderados por Antero, os estudantes deixaram em

massa o recinto no exato instante “em que o reitor se levantava para proferir a oração inaugural. Antero redigiu um manifesto dos estudantes de Coimbra à opinião ilustrada do país, manifesto que foi assinado quase instantaneamente por 314 estudantes. O reitor teve que demitir-se.” (Saraiva, 1995, p. 25)

João de Deus seguia ganhando a vida com os recursos das propriedades da família, com a tradução de obras estrangeiras, com a venda das suas composições literárias e também de com a colaboração para jornais. Em 1868 se elege deputado às Cortes pelo círculo de Silves. No entanto, a carreira política não se prolonga muito e João de Deus se afasta da cena partidária, deixando um legado parlamentar inexpressivo (já que praticamente não compareceu às sessões). A esse respeito, Teófilo Braga qualifica a entrada de João de Deus na política com cautela. Para fugir à avaliação certamente desfavorável ao poeta face ao seu praticamente nulo desempenho na Câmara dos Deputados, prefere focar a luz na inaptidão do espírito que movia João de Deus com o do *modus operandi* da casa legislativa. A razão com que se atina para a conduta de Teófilo Braga se funda no pertencimento ao republicanismo, tanto dele próprio, Teófilo, quanto do biografado, João de Deus. Àquela altura, com a propaganda republicana em curso e o intento dos correligionários do partido em associar ainda mais o nome do poeta ao movimento era mais aconselhável apresentar João de Deus como um “inadaptado” ao “comércio de intrigas e interesses escusos” com que era praxe retratar os políticos monárquicos. Em todo caso, qualifica as agremiações com as quais João de Deus conviveu na Câmara dos Deputados de *partidos médios*. Em contrapartida, segue a linha de demonstrar a incompatibilidade da alma do poeta com a mediocridade e fisiologismo que caracterizava aquela casa parlamentar. (Braga, 1930, p. xxvii)

Abstendo-se, em alguns meses, de todas as atividades familiares à deputação, pois, como afirmou – “Não nasci para canário...!”⁸⁷ – João de Deus continua em Lisboa, residindo num pequeno quarto alugado na rua dos Douradores e participando de tertúlias no Café Martinho, no Rossio⁸⁸. Ainda em 1868 publica seu poema mais famoso, *Flores do campo*. Nesse mesmo período conheceu Guilhermina das Mercês de Battaglia, filha do organista da Sé de Lisboa e músico da Corte de D. Luis. Resolveu, então, ir viver com ela na rua do Salitre nº 323, casa onde morava o tio de Guilhermina, Lucas do Nascimento Evangelista (João de Deus e Guilhermina Battaglia “formalizam”

⁸⁷ Informações retiradas do sítio eletrônico da Associação de Jardins-Escolas João de Deus: <http://www.joodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 9 de julho de 2010 às 21h17).

⁸⁸ Informações retiradas do sítio eletrônico da Associação de Jardins-Escolas João de Deus: <http://www.joodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 9 de julho de 2010 às 21h17).

religiosamente o matrimônio apenas em 4 de maio de 1874, quando se casam na Igreja de São Nicolau, em Lisboa). Dessa união nasceu Maria Isabel Battaglia Ramos, em 19 de Dezembro de 1869⁸⁹.

Em 1870 se tem notícia da intenção de João de Deus em criar um método para ensinar a ler. A história oficial a respeito do poeta, produzida pela Associação de Jardins-Escolas João de Deus, credita a origem da *Cartilha Maternal* a um convite de um tal Sr. Rovere, gerente da Livraria e Editora Rolland, para que criasse um método de leitura adaptado à língua portuguesa; entretanto, pouco tempo depois, a Casa Rolland abriu falência.

Como já tive ocasião de dizer na Tribuna, fui convidado há uns sete anos, pelo Sr. Rovere, a compor uma cartilha. Não era justo aproveitar-me de trabalhos alheios, para lhes fazer concorrência, e por isso o meu propósito foi logo não tomar conhecimento de publicações análogas, limitando-me ao estudo do assunto. (Deus, João de. *Resposta a Emydio Navarro*. Publicado originalmente em *O Progresso*, Lisboa, Dezembro de 1877. In: Deus, João de. *A Cartilha Maternal e o Apostolado*. Lisboa, Viúva Bertrand & Cia, 1881, p. 18)

Nesse mesmo artigo ao jornal *Progresso*, no fim de 1877, quando se presta a fornecer explicações sobre as circunstâncias em que nasceu a ideia de confecção da cartilha, João de Deus aproveita para se defender das acusações quanto à suposta influência que teria exercido o *Método portuguez*, de Castilho, na elaboração de seu compêndio escolar.

O próprio método do Sr. António Feliciano de Castilho, que eu aliás tinha no conceito devido à obra mais falada do autor, esse mesmo não foi exceptuado da minha abstenção, ou antes religioso respeito. Direi mais: não por descuido, mas desviado por outras obrigações, ainda hoje o conheço, como então, só por fama. (p. 18-9)

Em nada, e o meu pouco aproveitamento o atesta, me posso gabar de discípulo de tão insigne mestre. As suas obras, excepto *Ecco* e *Narciso* que li na mocidade, e ultimamente *O Medico à Força*, são-me totalmente desconhecidas. Do método apenas sei uma regra que um dia me recitou, com admiração, um fervoroso apóstolo do célebre pedagoga:

“A, e, i, o, u, vozeiam,

⁸⁹ Idem (acessado em 9 de maio de 2010 às 21h17).

Quando em cima o pau lhes vem;
Mas quase vão caladinhas,
Quando carapuça tem.”

Sem querer, por esta particularidade, julgar da análise que presidiu ao trabalho do Sr. António Feliciano de Castilho, é certo que “vozeando” as vogais tanto com pau em cima (sem pau, mais vezes incomparavelmente) e não indo quase caladinhas quando tem carapuça, nem a forma nem a ideia me convidavam a utilizar-me. (*Idem, ibidem*, p. 18-19)

Boto (1997) observa, contudo, uma similaridade estrutural entre o método de João de Deus e o de Castilho. A proposta pedagógica de ambos representava “uma tentativa de apreensão do fenómeno da aquisição da habilidade da leitura como um componente de um imaginário, de um universo simbólico mais amplo”. (Boto, 1997, p. 142) Embora João de Deus não desejasse a associação de seu método com o de Castilho – até porque considerava que a partir do advento de sua *Arte de Leitura* o problema da aquisição da competência leitora estaria definitivamente resolvido – a comparação entre ambos foi muito freqüente, pela comunidade de especialistas que já avolumava no período, pela imprensa especializada e, inclusive, pela historiografia da educação portuguesa, que não raro toma as obras pedagógicas de ambos como os grandes marcos da alfabetização do século XIX português. Como recorda Boto (1997), Castilho alertava sobre “a necessidade de se vozear a leitura, prendendo seu método à pronúncia, ao ritmo, à fala e talvez a uma nova disposição da própria ideia de sala de aula.” (p. 144) Ao passo que João de Deus “procurava ensinar pelo valor semântico, pelo significado e não pela fonética constitutiva das palavras da língua.” (*idem*, p. 144) Essa interpretação é partilhada também por Fernandes (1978), para quem o método de João Deus era calcado antes na etimologia que na fonética. Mas como já fizera no campo literário, João de Deus polemizará também no âmbito pedagógico quanto às orientações e prescrições do *Methodo portuguez*, de Castilho. Boto (1997) anota a discordância de João de Deus acerca da prática de criação de palavras e sinais sonoros, “remarcando que a invenção de novos caracteres em nada contribuiria para tal ortografia exata.” (Boto, 1997, p. 146) Ainda sobre Castilho, ao encontro do que diagnosticara Boto (1997), deve-se atentar que a apreciação da obra pedagógica do poeta lisboeta tem sido amiúde “contaminada” pelo retrato que dele ficou em virtude das querelas com os jovens estudantes de Coimbra, notadamente na célebre polêmica, protagonizada com Antero de

Quental, e intitulada *Questão Coimbrã*. Em larga medida, a compreensão do Castilho-pedagogo tem se dado segundo o legado crítico a seu respeito deixado por intelectuais da *Geração de 70* sobretudo a propósito do Castilho-literato, esquema que, sob determinadas circunstâncias, tem sido desde então reproduzido pela historiografia.

Há que se compreender que o Castilho-pedagogo que procuramos aqui retratar possuía uma especificidade toda sua, que lhe traz para a posteridade inclusive uma certa autonomia, diferenciando-o talvez do caráter eminentemente reacionário que caracteriza o conservadorismo registrado em sua atuação contra os jovens da Geração de 70. Acreditamos que o preconceito analítico que pontua sempre o pensamento educativo de Castilho à luz de um tradicionalismo intrínseco e pressuposto, bem como a coloração laudatória dos que avaliam o método a partir de uma apologia prévia sobre o seu autor, têm sido obstáculos que dificultam a reconstituição historiográfica do intelectual e de sua obra pedagógica. (Boto, 1997, p. 104)

Muito instigante na história portuguesa os percursos que levaram João de Deus, em muitas ocasiões, a ser percebido tendo por contraponto Castilho. Tal dimensionamento da obra pedagógica e da representatividade do primeiro para a história da educação portuguesa persegue-o até vários anos após a morte do segundo, em 1875. Começara, da parte de João de Deus, ainda em 1859 com a publicação do artigo *Sete e Nove*, em que o poeta do Algarve, então com 29 anos, ironizava o método de ensino do quase sexagenário António Feliciano de Castilho. Desde a publicação da *Cartilha Maternal* até o fim da vida, João de Deus se viu às voltas com a necessidade de se defender das críticas que, de alguma maneira, o lançavam frente a um espelho cujo reflexo era o do criador do *Methodo Portuguez*. Vemo-lo, em 1863, insurgindo-se contra a pretensa autoridade indisputada do crivo literário castilhano, respondendo, com o opúsculo *Os Lusíadas e a conversação preambular*, juízo anterior lançado por Castilho que condenara a utilização do poema épico de Camões para livro de leitura nas escolas, apontando-o inferior ao *D. Jayme*, recente poema do escritor Tomás Ribeiro, um de seus apaniguados e integrante do ultra-romantismo literário português. Durante os quase vinte anos que medeiam a primeira edição da *Cartilha Maternal* até a morte de seu criador, em 11 de janeiro – coincidentemente o mesmo dia e mês do *ultimatum* inglês – foram várias as ocasiões em que João de Deus teve que se defender de comparações com Castilho, tais como: a relutância de professores ou letrados em aceitar

a inovação de que o poeta algarvio acreditava portador o seu método (quando aqueles alegavam que a pretensa modernidade atribuída à *Arte de Leitura* de João de Deus já estava presente no método de Castilho); a suposição de que João de Deus teria ido buscar a Castilho elementos para a elaboração de seu método de ensino; as críticas recebidas de professores e outros especialistas da educação que pressentiam no desejo exacerbado de João de Deus em tornar obrigatória a adoção de seu livro escolar nas salas de aula uma ousadia da qual nem mesmo Castilho teria almejado por em prática; e, por último, João de Deus foi incitado a se posicionar sobre o cargo que acabou lhe sendo outorgado pelas Cortes de Lisboa, em 1888, de comissário geral dos estudos pelo método de leitura que levava seu nome⁹⁰, com rendimentos anuais de 900\$000 réis, sob a justificativa de igualar o tratamento dispensado a Castilho em 1853, quando este exerceu o cargo de *comissário geral de instrução pelo methodo portuguez*.

Em relação a esse último ponto, João de Deus foi desafiado via imprensa lisboeta a agir “conscientemente” e recusar o cargo que lhe era oferecido de comissário geral dos estudos pelo método João de Deus. M. J. Martins Contreiras, professor primário em Lisboa e autor de um método de ensino da leitura, foi um dos professores da capital que assinou uma representação para que, no caso de ser votada a proposta de alguns deputados da Câmara sobre a concessão de subsídios para a difusão do método de João de Deus por todo o reino, estabeleçam-se cursos paralelos em que se praticassem outros métodos de ensino usuais, a fim de que se conhecesse o que fornece melhores resultados. O alvitre do sr. Contreiras, publicado no jornal *Democracia*, tinha em mente combater o que era entendido como um privilégio sem precedentes a ser concedido ao poeta, lembrando que nem mesmo à época de Castilho se ousou impor a obrigatoriedade de apenas um livro escolar aos professores primários.

⁹⁰ O cargo de *comissário geral dos estudos pelo método de leitura João de Deus* foi criado por lei de 2 de agosto de 1888 e sancionada pelo Príncipe regente D. Carlos. As obrigações do cargo foram regulamentadas por Portaria de 11/08/1888. (Gomes, 1977, p. 193) A partir dessa data e até a edição de 1912, todas as edições da *Cartilha Maternal* são dedicadas às *Cortes de 1888*, em sinal de reconhecimento. Todavia, João de Deus se beneficiou da benesse durante pouco tempo. Conforme aponta Braga (1930): *A proposta foi aprovada, mas, na rápida passagem pelo poder, Oliveira Martins eliminou com um traço de pena essa despesa, para salvar a nação da bancarrota*. (Braga, 1930, p. xxx). Efetivamente, Oliveira Martins, ministro da Fazenda no Gabinete presidido por Dias Ferreira, apresentou ao parlamento, em 30 de Janeiro de 1892, um programa de austeridade econômica. (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados – sessão de 30 de Janeiro de 1892; apud*, Gomes, 1977, p. 193) Foi a supressão do cargo de comissário, sem dúvida, a razão dos seguintes versos da sátira *Ultimo Suspiro*, de João de Deus, presente na coletânea *Campo de Flores*, organizada por Teófilo Braga: «Vem Oliveira Martins,/ Vara-me de uma estocada.» (Deus [João de], 1893, p. 429)

Um favoritismo injustificável como todos entregou a Castilho 700\$000 réis anuais, colocando-o no lugar de **inspetor do método de leitura repentina**: não lhe permitiu, porém, que para a adoção do seu método usasse doutros meios além da persuasão, do exemplo prático que em inúmeras escolas davam todos os dias os seus afeiçoados que, como ele, eram verdadeiros apóstolos do ensino e dos mais ilustres professores desta terra. E o que não se permitiu a Castilho queria conceder-se a João de Deus quase trinta anos mais tarde, quando a liberdade ilumina com luzes mais intensas os horizontes sociais, quando a democracia, a abolição dos privilégios, desfralda o seu estandarte nas cumiadas do poder das nações guias da humanidade. (In: *Democracia*, 1º/06/1879; *apud*, Deus [João de], p. 139-40)

No mesmo diapasão que Contreiras, doze professores⁹¹ formados pela Escola Normal masculina de Marvila vão também à imprensa para se posicionar contra a nomeação de João de Deus para o posto de comissário geral de estudos e à imposição da *Cartilha Maternal* como manual escolar obrigatório. Estes professores também haviam assinado a representação enviada à Câmara dos Deputados a fim de obstar a votação do benefício ao poeta de *Flores do Campo*. Os professores normalistas acenavam, ainda, para o ganho material advindo com a aplicação do método e a venda da *Cartilha Maternal* e dos quadros parietais. Em coro, corroboravam a ideia de empresa mercantil a que teria se resumido a criação do método e da *cartilha*. Mas há, igualmente, uma crítica de outra natureza, a de que João de Deus não possuía formação qualificada para se arrogar à solução para o problema do ensino da leitura, já que era totalmente estranho ao campo disciplinar das ciências da educação. Diferentemente, conforme os professores normalistas, de Castilho, esse sim, um grande pedagogo, digno de ombrear com os maiores de todos os tempos:

Que conceito formaria v. sr.^a (indaga ao redator do jornal) dum médico saído das nossas escolas superiores, que abandonando os princípios da ciência, os seus estudos profissionais e o fruto dos seus trabalhos e das suas experiências clínicas, fosse receber as lições dum barbeiro de aldeia, e que por elas diagnosticasse e curasse?! – O mesmo que poderia formar de um professor legalmente habilitado que desprezasse o saber e a experiência dos Frobeis, dos Pestalozzis, dos Brawns, dos Charboneaux, dos Castilhos,

⁹¹ Os doze professores eram: José Manuel Fernandes de Carvalho, José Lopes Pacheco, Alfredo Júlio de Brito, José António Simões Raposo, Álvaro Teixeira de Carvalho, Luís da Costa e Sousa, António Sérvulo da Matta, Artur Marques Gonçalves, Frontino Maria de Campos, Luís Jorge de Oliveira, Viriato Augusto de Almeida e Silva, João Francisco Barroso.

dos Leites e dos Aguilares, e também as lições da sua própria experiência, para ir escutar e seguir os conselhos do sr. dr. João de Deus, perfeitamente *curioso* em assuntos escolares. (Carta dos professores normalistas de Lisboa ao *Jornal do Comércio*, Lisboa, 11/04/78. In: Deus, [João de], 1881, p. 38)

Mais adiante, na mesma carta, novamente é invocado o pertencimento a determinado campo disciplinar, agora pelo viés do completo alheamento de João de Deus à área para a qual obteve formação, as ciências jurídicas.

O próprio sr. dr. João de Deus poderia melhor que muitos outros encaixar até o pescoço a talha da carapuça, como filho dileto da *Lusa Atenas*, pois nunca se atreveu a dar um conselho ou uma consulta jurídica por onde se provasse que sabia soletrar a legislação de seu país, onde tantos outros menos incensados se têm distinguido e nobilitado. (*Idem, ibidem*, p. 39).

Para arrematar, os professores normalistas novamente engrossam as acusações de favorecimento ao autor da *Cartilha Maternal* e reacendem a polêmica envolvendo a comparação da estatura, tanto no campo pedagógico quanto literário, de João de Deus frente a Castilho:

E são aqueles que mais aspiraram a regenerar este país que pedem aos governos – *crie mais um lugar para mais um afilhado!*

E são aqueles que lançaram sempre em face a Castilho a *benesse* que, diziam eles, *escandalosamente* desfrutava como inspetor do método Português, que pedem agora em altos brados, em sonoras hipérboles, em arredondados períodos de inconsciente retórica, a repartição daquele *grandíssimo osso* que traziam, como censores, atravessado na garganta: **e note-se que João de Deus, nunca jamais há-de chegar aos calcanhares de Castilho, nem literária, nem pedagogicamente**⁹². (*Idem*, p. 41-2)

(...) Se o governo algum dia precisar de um inspetor geral de métodos, há de abrir um concurso, e há de chamar a ele todos os que se julgam habilitados. Conquiste ali o sr. dr. João de Deus a *preeminência* que tão vaidosamente se arroga. (*ibidem*, p. 42)

Em relação às acusações de imitação de métodos de ensino que antecederam cronologicamente o seu – nomeadamente o de Castilho – João de Deus esculpe

⁹² Grifo meu.

definições próprias de originalidade e de plágio, a fim de atestar a singularidade do artefato cultural que criara. João de Deus se incomodava com certas representações circulantes na sociedade portuguesa a respeito de uma suposta “totalidade” adstrita ao *Método Português*, como se Castilho houvesse emitido a palavra final sobre o ensino da leitura e da escrita e tudo o mais – o contemporâneo e o que viesse depois – nada acrescentasse de efetivamente válido.

É nestes termos que a meu respeito se devem entender as seguintes palavras dum folhetim da *Democracia*:

“Faremos ver que tudo, que por aí tem aparecido de metódico e racional, é essencialmente filho do Método Português.”

Faço de passagem esta declaração, porque o meu fim é outro.

Abstraindo-me, como disse, das publicações análogas, limitando-me à própria reflexão, ainda assim não me pareceu a questão insolúvel, por estar posta, não em condições de superioridade, mas só nas que impõe o natural decoro de escritor, que era ser minha a solução.

(...) Este plano ainda hoje me parece ao alcance de todos; porém na minha ignorância dos métodos alheios, e cômico das minhas induções, que duvidas podia eu ter em publicar uma cartilha sobre tais bases? Se outro tinha pensado como eu, eu tinha pensado como ele. A novidade não é a originalidade; assim como a consciência não é o plágio. Porque há coincidências, e é talvez uma que sugere estas linhas. (p. 20)

(...) Resumindo, – a Cartilha Maternal, tivesse ou não tivesse novidades, é original, minha, quanto pode ser nosso o que produzimos no mundo literário.

Há um meio de distinguir as sílabas sem prejuízo do contorno da palavra; esse meio não é de invenção alemã, e sim portuguesa, minha. Como não é lícito, nesta ordem de coisas, confundir a propriedade com o monopólio, podem os que estejam no caso de escrever para a infância, utilizar-se dela; mas o direito e a delicadeza, que é o complemento do direito, convida-os a prevenir-me (sic).

(Deus, João de. *Resposta a Emydio Navarro*. Publicado originalmente em *O Progresso*, Lisboa, Dezembro de 1877. In: Deus, [João de], 1881, p. 19-24)

A despeito da ênfase na originalidade do seu método de ensino da leitura e da obstinação em negar qualquer tributo a Castilho, poucos meses depois da carta ao redator do jornal *O Progresso*, João de Deus, ao refutar a necessidade de um desafio que lhe era proposto por um adversário (denominado de Sr. Machado), assevera que o cotejo, se é que devia ocorrer, deveria ser apenas entre o seu método e o do autor do

Método para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever:

(...) direi primeiramente que método não é cartilha. Uma cartilha pode ter método, mas se apenas contém a parte que o discípulo há de ler sem dizer ao mestre como há de ensinar, não é método. A haveremos de confrontar *métodos*, a questão seria entre a Cartilha Maternal e o Método Castilho. Não conheço outro. (Carta de João de Deus ao jornal *Democracia*, 15/06/ 1878; In: Deus [João de], 1881, p. 124)

A hipótese que aventamos é que, malgrado as (ou melhor seria dizer por causa das) diferenças que opuseram João de Deus a António Feliciano de Castilho, a notoriedade alcançada pela arte de leitura do “filho” de São Bartolomeu de Messines se deveu consideravelmente às comparações realizadas entre o seu método e o de Castilho. Francisco Adolfo Coelho, por exemplo, ao se entregar a esse exercício, foi amplamente favorável ao método de João de Deus, chamando ao espírito que perpassa o *Método de leitura repentina* de Castilho de pedante, convencional, contraposto ao espírito novo da *Cartilha Maternal*. (Gomes, 1977, p. 173) Já José Augusto Coelho, pedagogo de forte inspiração spenceriana (Gomes, 1977, p. 204), conquanto reconheça alguns pontos positivos da *Cartilha Maternal* em relação ao *Método Português*, em linhas gerais sublinha o autoritarismo de que seria revestida (contrariamente à docilidade e à valorização do lúdico presente em Castilho) (Coelho, 1898, p. 86) e, igualmente, recusa estatuto científico à arte de leitura de João de Deus, enquadrando-o num modelo não pedagógico, mas poético, o que, a seu ver, configuraria um retrocesso em comparação ao método castilhano. (*idem*, p. 96-97; 105)

Na *Cartilha Maternal* nada há que se pareça com esses jogos infantis, com essa variação de ocupações, com essa concretização de elementos abstractos, com esse movimento, essa vida, esse espírito Fröebeliano que animam e aviventam a escola de Castilho. Tão doce e suave nos seus versos imortais, tão amoroso nas suas concepções poéticas, João de Deus, na sua obra pedagógica, é frio, formalista, dogmático, abstracto. Ele, que era todo altruísmo na sua grandiosa personalidade poética, chegou a ser autoritário e imperativo na sua personalidade pedagógica. Quando se dirige a mestres e discípulos, fala sempre com esse personalismo absoluto e anti-altruísta que não admite contestações. (Coelho, 1898, p. 86)

(...) João de Deus tinha a preocupação de que, para ensinar a ler, é indispensável ensinar ao aluno a maneira como se produzem os elementos sonoros. (...) ocorre que, agindo assim, desloca evidentemente o centro de gravidade do problema que trata de resolver e, em suma, é antipedagógica. (*Id. ibid.*, p. 96-97).

Dado o protagonismo de Castilho, tanto na cena literária (pelo menos até meados da década de 1860) quanto no prosaário pedagógico (extensivo, nesse domínio, a vários decênios após a morte do poeta lisboeta) e a contraposição que se lhe teria oferecido por meio da figura de João de Deus (deliberadamente da parte deste, mas também construída, na sua época, pela comunidade especializada e pela imprensa e, posteriormente, pela historiografia do campo educacional), todos esses aspectos contribuíram vigorosamente, a nosso ver, para a maior projeção que, afinal, João de Deus angariou no âmbito da cultura portuguesa. Indubitavelmente que a fama já conquistada com seus poemas, a intensa propaganda de seu método, os apoios que recebeu de literatos, comerciantes e políticos, a ação organizada das Escolas-móveis – obra continuada por seu filho João de Deus Ramos –, o ingrediente não menos importante representado pelas polêmicas travadas na imprensa nos primeiros anos de vida da *Cartilha Maternal* (que *a priori* derivavam da reputação já conquistada pelo método, mas que, simultaneamente, alimentou-a ainda mais), todos esses fatores respondem, cada qual com seu quinhão, pela imensa notoriedade obtida pelo método de João de Deus não apenas no reino, mas no ultramar e também no Brasil. Nada obstante, não houvesse a contrapartida de Castilho, a internalização tão abrangente alcançada dentre as diversas camadas sociais lusitanas pelo *Método português*, espécie de parâmetro a ser superado (mesmo que João de Deus houve por querer negar-lhe esse *status*) e a virulência da propaganda e defesa de seu próprio método não teriam, cremos, atingido os níveis comprovados pela memória que ele próprio deixou do périplo de sua arte de leitura. O que, no entanto, não suprime ou diminui a vocação do método que criara para dialogar francamente com as condições materiais de existência da população portuguesa, ao fornecer novos elementos com que inteligir o momento histórico em que se encontrava Portugal.

2.2 – *Gênese do método de ensino da leitura: as primeiras edições da Cartilha Maternal e a relação com os editores*

O método de João de Deus começa a se materializar na década de 1870 e, do ponto de vista prático, seu irmão o Pe. António Pedro José Ramos e o também padre Cândido José Aires de Madureira, Abade de Arcozelo, auxiliá-lo na empresa. Há uma versão, noticiada pelo jornal *Província de São Paulo (PSP)* e recolhida por Hilsdorf (1986, p. 128) (no que é seguida por Mortatti [2000, p. 59]), que aponta como uma das causas para o interesse de João de Deus criar um método de ensino a necessidade de alfabetizar sua primeira filha (Maria Isabel Battaglia Ramos, nascida a 19 de Dezembro de 1869), justificativa que se completava com sua convicção de que em Portugal, naquele tempo, não havia nenhum livro de leitura convenientemente capaz de ajudá-lo a cumprir sua tarefa. Esta notícia da *PSP* colide com a informação prestada pelo próprio João de Deus e constante em todas suas biografias, de que ainda em 1870 o poeta recebera um convite do senhor Rovere, da Casa Rolland, para criar um método de leitura adaptado à língua portuguesa. Talvez à necessidade de alfabetização de Maria Isabel se adicionasse um quadro mais vasto de razões, como suas necessidades materiais, o real descontentamento com os abecedários usualmente empregados no ensino da leitura em Portugal, uma resposta às ações e reflexões em curso no país – especialmente levadas a cabo pelos intelectuais da *Geração de 70* – no que respeitava à precariedade da instrução elementar da população portuguesa (questão presente nos temas abrangidos pelas *Conferências Democráticas do Casino* e que mereceu a atenção de Adolfo Coelho e, em certa medida, de Antero de Quental, ao apontar os efeitos nefastos da perpetuação do ensino jesuítico sobre o ânimo do povo português), o despertar de um interesse pelos assuntos pedagógicos já inerente ao poeta, porém, por várias razões, impedido de se materializar, ou, ainda, pudéssemos acrescentar uma nova hipótese, melhor delineada logo a seguir ao apreciarmos os esforços do Pe. Candido José Aires de Madureira para a viabilização da *cartilha*.

O *método de ensino da leitura* João de Deus e a *Cartilha Maternal* se difundem rapidamente por Portugal e, menos de dois anos após a primeira edição da *cartilha* por uma editora portuense, divulgadores já se encontravam em solo brasileiro realizando o trabalho de propaganda do método criado pelo poeta lírico português. E a presença da cartilha de João de Deus não é verificada apenas no reino e no Brasil, conforme Nunes (1996), ela se espalhou também rapidamente pelas regiões luso-falantes (acrescentando

aí as ilhas oceânicas – Açores e a Madeira –, as colônias africanas e as possessões na Índia). A data estampada no frontispício da cartilha é 1876, no entanto, ela sai da tipografia no ano de 1877⁹³, tendo sido posta à venda já em março desse ano. Seu conteúdo estaria já esboçado na cabeça de João de Deus há pelo menos sete ou oito anos, de acordo com informações recolhidas por Gomes (1977)⁹⁴.

Que a Cartilha não ficou impressa em 1876 prova-o cabalmente uma carta de João de Deus ao Dr. Venâncio Deslandes, de 28 de Dezembro de 1876: “Para uma Cartilha que estou imprimindo no Porto, convinha-me com urgência que, na Imprensa Nacional me compusessem e vendessem compostas duas pequenas poesias.” (In: BRAGA, Teófilo. *Prosas*, p. 253; *apud*, Gomes, 1977, p. 164). O que é confirmado por uma carta do Abade de Arcozelo, de 11 de Janeiro de 1877: “Está prestes a pôr-se à venda a Cartilha.” (In: *Os Deveres dos Filhos*, tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. Apêndice: *Correspondência particular relativa ao método*, p. 150; *apud*, Gomes, 1977, p. 164). E por outra carta de 12 de Fevereiro do mesmo ano: “fiz terminar a última folha; fica um livro dum grande alcance e indizível merecimento.” (*Idem*, p. 150; *apud*, Gomes, 1977, p. 164).

Gomes (1977) afirma que antes de estar publicada a *Cartilha Maternal* já se davam lições pelo método João de Deus. Tanto o poeta quanto o Abade de Arcozelo já o faziam em outubro e dezembro de 1875 respectivamente, o primeiro em Lisboa e o segundo no Porto, com a ajuda do irmão do poeta, o Pe. António Pedro José Ramos. (Gomes, 1977, p. 164) Atestado pelo próprio João de Deus, quem primeiro ensaiou o método e o adotou em cursos públicos foi o Abade de Arcozelo⁹⁵. Ainda em fevereiro de 1876 inaugurar-se-ia em Arcozelo a primeira escola pelo método João de Deus:

⁹³ De acordo com Gomes (1977) a elaboração tipográfica da 1ª edição da *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* teria começado ainda em 1875.

⁹⁴ “Em carta de 7 de Novembro de 1876, publicada no jornal *País*, escreveu João de Deus: ‘O editor da Cartilha é o meu amigo Abade de Arcozelo. A Cartilha existe há 7 ou 8 anos no meu espírito; alguma coisa de bom e útil, que haja nela, atribuir-se-á ao meu amigo que a publicou; assim, como se pudera ter devido atribuir, ou agradecer, ao meu amigo (e creio que nosso amigo) dr. João Terenas que fez bastante diligência de a publicar, mas por fim teve de recuar diante dos embaraços tipográficos que a execução do opúsculo nos opunha em Lisboa’ (João de Deus, *A Cartilha Maternal e a Crítica*, Lisboa, Bertrand, 1896, p. 1). E em carta de Dezembro de 1877, publicada no jornal *Progresso*, escreveu: ‘fui convidado há uns 7 anos pelo Sr. Rovere a compor uma cartilha’. O Sr. Rovere era gerente da Livraria editora Rolland, que, entretanto, abria falência.” (Deus, João de. *Resposta a Emydio Navarro*. Publicado originalmente em *O Progresso*, Lisboa, Dezembro de 1877. In: Deus, João de. *A Cartilha Maternal e o Apostolado*. Lisboa, Viúva Bertrand & Cia, 1881, p. 18)

⁹⁵ Carta de João de Deus ao Pe. Cândido J. Aires de Madureira (Abade de Arcozelo), datada de 3 de Março de 1877 e publicada no jornal *Actualidade* e em *A Cartilha Maternal e o Apostolado*, p. 10.

Em 17 de Fevereiro o Abade escreveu ao poeta: “A Cartilha Maternal deve ter muita e rápida extracção. À vista dos resultados que vou colhendo, não posso deixar de ser seu apologista. Vai inaugurar-se a escola, com missa cantada e sermão. Espero que esta escola venha a ser modelo” (In: *Os Deveres dos Filhos*, tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. Apêndice: *Correspondência particular relativa ao método*, p. 147)

Ainda conforme Gomes (1977), juntamente com a *Cartilha Maternal*, própria para o ensino individual, foram publicados, respeitando o ensino simultâneo, quadros parietais e reprodução em ponto grande de todas as lições da cartilha (*op. cit.*, p. 158).

Responsável pela publicação das duas primeiras edições da *Cartilha Maternal* e “experimentador do método” em lições particulares e nas aulas que ministrara na escola aberta por ele na cidade do Porto, acreditamos caiba ao Abade de Arcozelo os desenvolvimentos relativos à parte propriamente pedagógica da *cartilha*. Diferentemente de João de Deus, e mesmo anteriormente à publicação da *Cartilha Maternal*, o abade pode ser considerado, um experimentador pedagógico, interessado na pesquisa e desenvolvimento de propostas inovadoras.

Boa parte das relações de João de Deus, fundamentais para a concretização do projeto da cartilha e sua validação perante o público autorizado estavam sediadas na cidade do Porto. Optamos por listar duas dessas relações. Em primeiro lugar, o Abade, pondo em prática e intervindo na concepção do livro de leitura que se queria imprimir. Em segundo, João de Deus contou com o discurso de autoridade de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, alemã casada com Joaquim Teixeira de Vasconcelos, figura importante na introdução em Portugal dos modernos estudos de filologia e, de um modo geral, também da cultura germânica. D. Carolina muito teria ajudado a neutralizar críticas dirigidas à *Cartilha Maternal* ao escrever três artigos n’ *O Ensino – Jornal do Colégio Portuense*, ano I (1877), números 2, 3 e 5, nos quais comparava o método de João de Deus com os que o antecederam. Embora para Gomes (1977, p. 169-170) D. Carolina Michaëlis não tenha publicado efetivamente um estudo comparativo, a filóloga teuto-lusitana foi um baluarte em favor de João de Deus, ao defendê-lo das acusações de que teria plagiado cartilhas alemãs para a confecção da sua. Tais acusações estavam particularmente ligadas ao tipo de letra usado pelo poeta algarvio (liso e lavrado), o qual os detratores da cartilha afirmavam ser próprio dos compêndios alemães. (Gomes, 1977, p. 170)

Não deixa de ser sintomático do reconhecimento quanto ao julgamento elogioso realizado por D. Carolina a respeito de seu método João de Deus inserir no frontispício da 13ª edição da cartilha a apreciação da distinta intelectual alemã junto à do grande historiador e monumento da inteligência nacional para os integrantes da *Geração de 70*, Alexandre Herculano, além do filólogo e pedagogo, profundo conhecedor da ciência e cultura germânicas, Adolfo Coelho.

...*solução nova*... (D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos)

...*utilíssima publicação*... (A. Herculano)

...*o maior serviço que em Portugal se fez à infância até hoje*... (Adolpho Coelho)

(Deus, João de. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, 13ª edição. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896)

Uma carta de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de seu esposo Joaquim de Vasconcelos, enviada a João de Deus por ocasião do seu aniversário de 65 anos, em 1895, (quando o poeta recebe os cumprimentos e as saudações de caravanas de estudantes de Coimbra e outras cidades do país, da imprensa, de inúmeras personalidades das letras e da política lusitanas – até do monarca, D. Carlos, que o visita pessoalmente em sua casa no bairro da Estrela para lhe entregar a condecoração Grã-cruz de Santiago – enfim, quando é homenageado no Teatro Nacional D. Maria II, no que ficou conhecido como a *Apoteose* de João de Deus [*O festival de João de Deus*, 1905, p. xxxi-xxxii]), realça bem a legitimação emprestada ao método do poeta algarvio pelo ilustre e acreditado casal portuense. Correlatamente a isso, sublinha-se a acutilada apreciação que ambos fizeram da realidade educacional portuguesa, acrescida de uma ponderação acerca da secundarização a que estaria sendo relegada àquela altura a instrução no país, cujo exemplo era a pouca cobertura dada pela imprensa a respeito das iniciativas itinerantes da Associação de Escolas-Móveis pelo método de João de Deus.

Meu prezado amigo

São passadas as suas festas, que acompanhamos com o maior interesse! Vão longe os anos em que pugnamos pelo seu Método de leitura, mas o tempo nunca entrou em conta na apreciação que fazemos dos poucos, mas verdadeiros amigos com que ainda lidamos em Portugal. Hoje, como em 1878, continuamos fazendo os mais sinceros e ardentes votos pelo triunfo, final e completo, da sua ideia. Custa-nos a crer que aqueles que promoveram tão estrondosa festa não pensassem em assegurar no futuro a continuidade

da ação do reformador, porque ainda que o amigo chegue aos cem anos – o que cordialmente lhe desejamos – duvido que possa encontrar uma escola em cada freguesia de Portugal, bem regida e suficientemente dotada. Um fundo de Subscrição Nacional permanente, cujas contas se poderiam fechar anualmente no dia do seu aniversário, seria um monumento duradouro. Não sei como andam presentemente os fundos das escolas dos cursos móveis, do seu método, cujo relatório logrei ler uma vez somente! – Pode ser que a minha lembrança esteja aí garantida, mas duvido!

De resto, a imprensa, tão faladora com toda a sorte de banalidades, pouco ou nada diz desses cursos.

Não poderiam, não deveriam ter esses cursos um órgão, ainda que fosse trimestral?

Estas e outras ideias me passaram pela cabeça, quando lia a minha mulher as notícias da sua festa, e junto admirávamos o bom senso com que o amigo acolhia essa explosão de tardio aplauso!

Que Deus lhe conceda a si e a todos os seus longos anos de vida e de saúde para que os seus amigos lhe possam dar ou enviar um abraço, como hoje fazemos ambos, embora os nossos cheguem depois do dia 8.

Minha mulher congratula-se muito especialmente por o ver amorosamente cercado de quatro filhos, cujos retratos, ainda que imperfeitos, (no Século), dão os originais paterno e materno sob vários aspectos muito tocantes.

Portanto, vão também os nossos parabéns pelos filhos e para os filhos.

Porto, 16 de Março de 1895

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Joaquim de Vasconcelos

(*O festival de João de Deus*, 1905, p. 479-81)

João de Deus, nos rascunhos e exercícios que compunha para ensinar o método aos professores e divulgadores chegou a formular um método de escrita. Reunindo esses papéis e dando a eles uma sistematização, começou a elaborar, em 1879, a *Arte de Escrita*, que consistia num conjunto de cadernos para facilitar a aprendizagem da escrita. Em 1880 finaliza o caderno *Arte de Escrita* e cria o referente à *Arte de Contas*. Entretanto, nenhum dos dois chegou a ser publicado em vida pelo poeta. A *Arte de Escrita* ainda o foi no ano em que morreu João de Deus, 1896, “mas advertindo-se numa nota introdutória que se tratava duma edição póstuma e que João de Deus não tinha chegado a consignar os motivos que o levaram a afastar-se dos processos seguidos

nas outras artes caligráficas nacionais e estrangeiras”.⁹⁶ Instado ao longo dos últimos dez anos por Casimiro Freire – propagandista republicano, casado com sua sogra e o maior responsável pela organização da Associação de Escolas Móveis – para que publicasse a *Arte de Escrita* por ser parte integrante do método, João de Deus alegava que “as maiores injúrias que em sua vida recebera, por parte do professorado oficial, foram motivadas pela Cartilha Maternal; se publicasse a *Arte de Escrita*, envolvia-se em nova luta com os calígrafos, achando-se cada vez com menos forças.”⁹⁷

Em relação à *Arte de Leitura*, uma vez aprendida a cartilha, dever-se-ia passar ao seu complemento, consubstanciado no livro de leitura *Os Deveres dos Filhos*. A caracterização dessa obra como complemento da *Cartilha Maternal* foi o mote de uma ruidosa polêmica envolvendo João de Deus e o Abade de Arcozelo, e merece que seja aquilatada com mais vagar, tarefa à qual nos entregaremos mais adiante. Vale a pena sublinhar que João de Deus sempre foi bastante admoestado por nunca publicar o guia prático de aplicação de método. Tal fato tinha seus motivos, associados, cremos, mais a razões de ordem de salvaguarda dos direitos de exploração comercial da *Cartilha Maternal* e de controle sobre o método que a fundamentos técnicos e/ou epistemológicos. Em causa disso, João de Deus nunca chegou a concretizar a sua intenção de publicar um “guia prático” do seu método embora tivesse encetado esse trabalho: “Desde o princípio (*escreve o autor em 1880*) que fiz tenção de publicar um guia prático e já duas ou três vezes encetei esse trabalho embargado por diversas causas.” (Deus [João de], 1897, p. 31). João de Deus reafirma ainda que as notas presentes na *Cartilha Maternal* se prestam antes à justificação do plano da mesma que para dirigir as práticas de ensino. O guia só receberia estampa após a morte do poeta, em 1901, por intermédio de seu terceiro filho e continuador de sua obra pedagógica, João de Deus Ramos, sob o título *Guia prático e teórico da Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus*, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra. (Gomes, 1977, p. 163)

Quanto ao Abade de Arcozelo, além da importância que obteve no desenvolvimento das questões práticas do método, deve-se a ele a costura dos meios e apoios financeiros para o avançar da empresa, no que se refere ao aprimoramento do método de ensino e edição da *cartilha*.

⁹⁶ In: *Biografia de João de Deus*, <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 30 de junho de 2010 às 14h29).

⁹⁷ In: *Biografia de João de Deus*, <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 30 de junho de 2010 às 14h41).

(...) Eu tenho tido vontade de escrever ao Cândido a agradecer-lhe as relações que me proporcionaram com o Peres de quem gostei muito. (*Carta de João de Deus ao seu irmão António Pedro José Ramos*. Lisboa, 10/04/1876. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 17^a – M 93)

Mas as contribuições do Abade extrapolaram esses horizontes, caracterizando-se também por ativar suas redes de sociabilidade em prol da captação dos recursos tão valiosos para os primeiros passos do novo método de ensino. Assim, nas edições e reimpressões iniciais da *Cartilha Maternal*, observamos João de Deus reservar espaço para uma dedicatória⁹⁸ com o intuito de agradecer a um indivíduo que muito o auxiliou na etapa de experimentação do método de leitura, distinguindo-se igualmente por levar a boa-nova ao Brasil, onde residia. Trata-se do Visconde de Arcozelo, título nobiliárquico de Joaquim Teixeira de Castro, português nascido na freguesia de São Miguel de Arcozelo e que emigra ao Brasil, onde faz fortuna como comerciante, fazendeiro e comissário de café. O agradecimento de João de Deus a Teixeira de Castro se vinculava à doação de recursos prestada por este a fim de que se instalassem – ainda em 1875, portanto, antes mesmo que a *Cartilha Maternal* viesse à luz – as primeiras aulas de alfabetização pelo método de ensino do poeta. Essas aulas foram ministradas pelo Pe. Cândido José Aires de Madureira (Abade de Arcozelo) na escola Vasco da Gama, na cidade do Porto (criada com o repasse pecuniário do Visconde de Arcozelo), tendo como coadjuvante o irmão do autor do método, o Pe. António do Espírito Santo Ramos. Outro fator que chama a atenção, e para o qual não foi possível desvendar os caminhos pregressos que levaram a ele, diz respeito ao contato de Teixeira de Castro com o método de João de Deus. Pois, na esteira do pioneirismo das aulas públicas lecionadas pelo Pe. Cândido Aires de Madureira na cidade do Porto, resta a indagação sobre um possível impulso dado pelo Visconde de Arcozelo ao conhecimento do método de ensino do poeta português no Brasil, ou até mesmo quanto a um possível auxílio material para a instalação de aulas, aviamento de utensílios, compra de materiais etc., antes da chegada de Antônio Zeferino Cândido ao Rio de Janeiro, em 1878. Ou ainda, quais circunstâncias levaram um rico comerciante português residente no Brasil, eventualmente sensibilizado pelos baixos níveis de letramento em Portugal

⁹⁸ “Ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Teixeira de Castro, Visconde de Arcozelo, fundador da primeira escola onde este sistema foi adotado.”

(designadamente do norte do país) e então convencido a influir na questão através do exercício do mecenato, a se interessar especificamente pelo método de leitura João de Deus? Um possível encaminhamento para a questão está ligado à sua aproximação com o Abade de Arcozelo e o interesse que daí lhe despertara pelos assuntos vinculados ao ensino. Todavia, não nos foi possível perseguir os passos do Visconde – registros mais abrangentes de sua vida – não havendo, portanto, como associar exclusivamente à influência do Abade suas ações estimuladoras no campo da instrução. Uma reverberação dos debates decadentistas tão familiares ao período? É uma resposta plausível, na medida em que as intervenções públicas promovidas pelos intelectuais do período em referência a esse tema atravessaram vários níveis da sociedade portuguesa, com variada magnitude, mas não resta dúvida de que mobilizaram de alguma maneira todos os portugueses ao alcance de sua crítica demolidora.

O Pe. Cândido de Madureira contou com o mecenato de Joaquim Teixeira de Castro, visconde de Arcozelo – enriquecido no Brasil e lá radicado, onde se interessou pela divulgação do método – a quem são dedicadas muitas edições da cartilha, ‘como fundador da 1ª escola onde este sistema foi adoptado’. O Pe. Cândido que, durante algum tempo, contou com a coadjuvação do irmão de João de Deus, o Pe. António do Espírito Santo Ramos (In: *Os Deveres dos Filhos*, tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 148, no apêndice *Correspondência particular relativa ao método*), deu lições particulares e abriu escola no Porto (In: *Os Deveres dos Filhos*, tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 149, no apêndice *Correspondência particular relativa ao método*), onde, em 22 de Março de 1877, fez uma exposição pública do método, no Teatro Baquet (In: *Os Deveres dos Filhos*, tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 151, no apêndice *Correspondência particular relativa ao método*; *apud*, Gomes, 1977, p. 165-66)

João de Deus encontrou diversos obstáculos para a impressão de seu método de leitura. Inicialmente, era para ser publicado em Lisboa, tendo como editor Bettencourt Rodrigues. “(...) O método vai ser impresso pelo Bettencourt Rodrigues que recebeu aí uns dinheiros.” (*Carta de João de Deus ao seu irmão António Pedro José Ramos*. Lisboa, 16/03/1875. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 15ª – M 91)

Era 1875, mas as negociações, todavia, não avançaram. O que parece é que após o desfecho desfavorável com o editor lisboeta, o trabalho de impressão do método é

deslocado todo para o Porto, onde já estava o Abade de Arcozelo e o irmão do poeta, o Pe. António Pedro José Ramos. Por essa época, é de supor o elevado conceito de que desfrutava o Abade junto a João de Deus.

António, não sei se virás ainda cá. Leva uma folha para mostrar ao Cândido e dá-lhe saudades, que é bom amigo o que não é fácil encontrar. (...) Regula-te e tudo pelo Cândido, **que tem muito bom senso prático e abraça por estes dois com amor esta ideia do ensino, onde se fundam tantos interesses**⁹⁹. Depois verás o que há de fazer. (*Carta de João de Deus ao seu irmão António Pedro José Ramos*. Lisboa, 16/03/1875. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 16^a – M 92)

As dificuldades para a impressão são compartilhadas pelo autor de *Flores do campo* com o Abade de Arcozelo. Na carta, de 1876, mas sem indicação de dia e mês, João de Deus não identifica o destinatário – o que era comum, especialmente quando o interlocutor não era um ente familiar – mas é possível depreender que se tratava do Abade, pois o poeta indaga a si próprio (e pela colocação pronominal adotada por João de Deus a pergunta é extensiva ao destinatário) como o indivíduo a que se destina a missiva e seu irmão, António Pedro José Ramos, poderiam ter se saído nas aulas de ensino da leitura pelo método do poeta sem o auxílio de quadros parietais e compêndios. Como o poeta menciona textualmente o nome de seu irmão e é sabido que a segunda pessoa que esteve envolvida lecionando segundo o método João de Deus foi o Abade, chegamos àquela conclusão. Na carta, João de Deus informa que havia solicitado ao destinatário (Abade de Arcozelo) *que não abrisse a aula*, pela falta de compêndios e mapas murais. Como informado, a carta é de 1876, só que o próprio poeta no apêndice à obra *Os deveres dos filhos*, intitulado *Correspondência particular relativa ao método*, informa que ele João de Deus e o Abade ministraram aulas pelo método em outubro e dezembro de 1875, respectivamente. Assim, provavelmente João de Deus se referia a nova aula a ser aberta por Cândido Madureira. Em todo o caso, as dificuldades aludidas pelo poeta quanto à impressão do método de ensino vão aumentando e a cartilha efetivamente só veio a público no início de 1877, embora no frontispício com data de 1876, e por uma gráfica do Porto e com o próprio Abade na condição de editor.

⁹⁹ Grifo meu.

(...) O problema da edição subsiste, embora em via de solução; ainda não se tirou uma folha porque para evitar despesas de tipo sobejo lavrado, aconselha o impressor a obra concluída, e como eu resolvi intercalar as notas no texto e estive doente isto ainda está assim. Calculo que dentre em 1 mês teremos obra feita. Mas nesse pressuposto é que eu lhe disse que não abrisse a aula. Sem compêndios nem quadros, é querer voar sem asas. **Não sei como se tenham podido governar, faltos desses meios**¹⁰⁰. (...) A ideia da escola do Porto consigna-se para tempo oportuno. Não há senão probabilidades de êxito e boa aceitação mormente com a boa sombra que nos hão de trazer as suas soluções. Mas como já disse para figurar eu mesmo é precoce, porque ainda onde resido, em Lisboa, não está nada feito nesse sentido; e em todo o caso, há de se abrir a ala sem compêndios? Nós temos também de nos entendermos particularmente sobre escrita e contas. (...) Adeus, meu amigo e meu apóstolo. (*Carta de João de Deus ao seu irmão António Pedro José Ramos*. Lisboa, 1876. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 180^a – M 256)

A escola de que fala João de Deus é a escola Vasco da Gama (criada com os recursos de Teixeira de Casto) e inaugurada em fevereiro de 1876, sendo a primeira escola a funcionar pelo método João de Deus. Disso dá conta o Pe. Cândido Madureira, também em carta endereçada ao poeta, datada de fevereiro de 1876:

A Cartilha Maternal deve ter muita e rápida extracção. À vista dos resultados que vou colhendo, não posso deixar de ser seu apologista. Vai inaugurar-se a escola, com missa cantada e sermão. Espero que esta escola venha a ser modelo. (Deus [João de], 1889, p. 147)

A história da “parceria” entre o Abade de Arcozelo e João de Deus durou poucos anos, ao término de 1878 eis que o Pe. Candido Madureira é alijado da condição de editor da *Cartilha Maternal*. As diferenças entre os dois pedagogistas se tornam públicas, envolvendo-se ambos em obstinadas contendas via jornais do país. Gomes (1977) retrata o afastamento entre João de Deus e o Abade sob o prisma do descontentamento do primeiro em relação aos novos experimentos do segundo. A elaboração do *Alfabeto natural*, composto pelo clérigo-pedagoga de Arcozelo teria sido o estopim da ruptura:

¹⁰⁰ Grifo meu.

Após alguns anos de fervorosa adesão ao método de João de Deus, o Pe. Cândido começou a ensinar pelo chamado «alfabeto natural», o que, como se esperava, desgostou João de Deus, que o mimoseou com a sátira «O método do Reverendo Abade de Arcozelo» (Campo de Flores, ed. de 1896, p. 477). (Gomes, 1977, p. 204)

Nesse mesmo ano de 1878, como anotamos anteriormente, vieram à luz mais duas edições da *Cartilha Maternal*: em uma delas, impressa no Porto pela tipografia de Antonio José da Silva Teixeira, ainda aparece o nome do Abade como editor; na outra, estampada em Lisboa, pela Imprensa Nacional, figura o nome de João da Costa Terenas. Até o final de 1878 João de Deus mantém simultaneamente entre os integrantes do projeto de lançamento do método o Abade e Terenas, um a atuar no Porto e outro em Lisboa. Antônio Zeferino Cândido, o divulgador do método enviado por João de Deus ao Brasil, ao que tudo parece, articula sua viagem não só com o poeta, mas tudo indica que Terenas participa dessa nova etapa de expansão do método, pois Zeferino, já na Corte fluminense esperava a ajuda de João da Costa Terenas para o envio de mapas murais e cartilhas para dar seguimento à propaganda. A exclusão do Abade não coincide exatamente, do ponto de vista estritamente cronológico, com a impressão da 3ª edição da *Cartilha Maternal*. Paralelamente, a antiguidade de João da Costa Terenas na empresa de difusão do método é atestada por um artigo publicado no jornal *País*, em carta de 7 de novembro de 1876 enviada ao seu redator. Pela exposição feita por João de Deus se confirma a hipótese do protagonismo do Abade na experimentação do método e de que o poeta intentava imprimir a *Cartilha Maternal* originalmente em Lisboa, sob os cuidados de Terenas.

O editor da *Cartilha* é o meu amigo Abade de Arcozelo. A *Cartilha* existe há 7 ou 8 anos no meu espírito; alguma coisa de bom e útil, que haja nela, atribuir-se-á ao meu amigo que a publicou; assim, como se pudera ter devido atribuir, ou agradecer, ao meu amigo (e creio que nosso amigo) dr. João Terenas que fez bastante diligência de a publicar, mas por fim teve de recuar diante dos embaraços tipográficos que a execução do opúsculo nos opunha em Lisboa. (Deus [João de], 1897, p. 1)

A documentação analisada, composta de correspondências e artigos publicados em jornais, leva-nos a crer que existiu uma segmentação na relação de João de Deus com seus primeiros aliados na concretização de sua empresa pedagógica. Por um lado, o

poeta possuía no Pe. Cândido Aires Madureira um experimentador do método, que posteriormente à cisão entre ambos publicará seu próprio método de ensino da leitura e da escrita, o *Alphabeto natural* (publicado em 1887, porém já utilizado por ele antes da estampa), além de outras obras pedagógicas, das quais destacamos: *Processo d'escripta: adoptado e praticado pelo Abbade de Arcozello desde que principiou a leccionar pelo methodo João de Deus* (1879); *O amigo da infância* (1879); *Processo de leitura pelo Abbade de Arcozello* (1880) e *História dos métodos de ensino da linguagem em Portugal desde Castilho e confronto destes com o Alphabeto Natural* (1886). O Abade também se distinguiria na história da educação portuguesa por se interessar pela alfabetização de surdos-mudos. Comparativamente a Castilho e o próprio João de Deus, o método do Abade de Arcozello é amparado em maior medida no conhecimento do aparelho fonético humano, observando-se no *Alfabeto Natural* uma incorporação de preceitos científicos calcados na biologia. Em João da Costa Terenas eram mais demarcados os traços comerciais da empresa. Não que excluamos a ambição de lucros e dividendos por parte do Abade com as receitas conquistadas com a exploração da *Cartilha Maternal*. Todavia, com Terenas as tratativas visavam antes aos aspectos práticos da empresa, em que se sublinham a matéria contábil – terreno no qual João de Deus afirma ter sido ludibriado por Terenas – e a administração sobre a impressão das cartilhas e dos quadros parietais. No Brasil, Zeferino Cândido solicita ao poeta para que faça Terenas enviar-lhe o material indispensável ao seu trabalho.

De qualquer modo, em 1878 o Abade de Arcozello ainda estava a par dos passos de Zeferino no Rio de Janeiro, continua personagem ativo da disseminação do método e da *cartilha*. Mantém-se em contato com Teixeira de Castro, o rico comerciante que patrocinara a abertura do colégio Vasco da Gama no Porto, que aproveita para convidá-lo a vir ao Rio de Janeiro atuar na propaganda do método. Por intermédio do Abade também sabemos que o Visconde auxilia Zeferino em suas primeiras diligencias no Brasil, inclusive conseguindo o agendamento de uma audiência do ex-professor de Coimbra com D. Pedro II. Assim, numa carta do Pe. Cândido Madureira a João de Deus, datada de 15 de outubro de 1877, lê-se: “Escrevi-lhe a dias dizendo que o visconde me convidara a ir ao Rio de Janeiro ensinar o método.” (Deus [João de], 1889, p. 153). Em 29 de setembro do ano seguinte, o Abade escreve a João de Deus dando conta dos cometimentos de Zeferino no Brasil. Nas consultas à correspondência do poeta constante do acervo do Museu João de Deus não encontrei indícios da comunicação direta de António Zeferino Cândido com o Abade, até porque o material

ali conservado referente às décadas de 1870 e 1880 remete exclusivamente à correspondência passiva e ativa de João de Deus. Há a possibilidade, quiçá mais provável, do Abade ser informado da divulgação do método de leitura em território brasileiro por Teixeira de Castro: “(...) O Dr. Zeferino tem falado com o Visconde, que o apresentou ao ministro do Império, ficando estes nas melhores disposições de auxiliar o método; também teve uma entrevista com o Imperador.” (Deus [João de], 1889, p. 157)

Porém, em 1879 o Pe. Cândido Aires de Madureira e o poeta já estão rompidos, em certa medida em função do aprofundamento de divergências quanto às suas concepções pedagógicas, mas também julgamos, muito provavelmente, também por razões vinculadas aos lucros com a venda da *Cartilha Maternal*. É uma suspeita por enquanto, que carece de confrontação com dados objetivos os quais se mostraram incompletos no levantamento realizado. Ainda assim, até pela característica com que intelectuais admiradores de João de Deus definem o espírito do método criado pelo poeta, oriundo de um profundo empirismo, natural (não no sentido que os discursos cientificistas empregariam já àquela altura ao termo natural, mas sim que remontam a uma dimensão espontânea da criação humana)¹⁰¹, é possível que o Abade tenha sido o grande baluarte no desenvolvimento do método e, à medida que as redes de divulgação do artefato cultural de João de Deus se consolidavam, seu método atinge um sucesso retumbante em diminuto intervalo de tempo, a cartilha já está presente no Brasil, nas possessões africanas e na Índia portuguesa, João de Deus resolve afastá-lo do empreendimento, intentando assim reservar para si todas as eventuais recompensas, meritórias e financeiras. Como todo esse raciocínio é eminentemente especulativo (talvez, ao cabo, todos sejam), penso que é válido acrescentar uma observação, a propósito da contabilidade dos dividendos advindos com a exploração do método, que é no mínimo paradoxal com a hipótese acenada há pouco sobre a relação de João de Deus com seus dois primeiros editores, o Abade e Terenas. Na correspondência pessoal do poeta algarvio encontra-se em profusão referências aos poucos resultados financeiros obtidos com a comercialização da *Cartilha Maternal* (algumas vezes o autor do livro escolar relata prejuízos com seus editores). Ao que tudo indica, a propaganda do método, enquanto empresa comercial, não rendeu o lucro esperado por João de Deus;

¹⁰¹ A propósito, confira: Carvalho, Maria da Luz de Deus Ponces de. *Uma vida de poeta: João de Deus, retrato de um álbum de família*. Lisboa, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 1996, p. 54; Garcia, Fernando. *João de Deus: poeta e pedagogo*. Câmara Municipal de Silves, 1997 e *O festival de João de Deus*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos Editor, 1905, p. 126.

além disso, sua correspondência revela vários atritos com os editores de suas obras literárias:

Meu amigo – saiba que da minha sociedade com o Dr. Terenas resultou em três anos desse trabalho insano e publicações valiosas, achar-me eu a dever-lhe a ele 3:000\$000 réis. Dantes não tinha nada, agora tenho menos que nada – esses 3 contos. (...) Dá-me (ou deu-me, porque minhas relações com ele acabaram com a dissolução da sociedade) aquele meu ex-editor a conta de que envio cópia inclusa e donde resulta achar-me eu com 319 exemplares na importância de 261\$046 réis, os quais abatidos na proporção de 5:7000\$000 réis para 4:400\$000 (porque foi esta a última importância que lhe dei em assunto de contas e sou eu que ele se contentou) se reduziu a 201\$509 réis. O meu amigo verá a maneira de me aliviar tamanha perda numa situação onde me achei dita renda senão quando os penhos eram (*ilegível*)... (*Carta de João de Deus a um amigo*. Lisboa, 09/11/1880. A. P 1-2 [MJD], fl. 202^a – M 278)

A demora das contas está-me fazendo o maior transtorno, e já não sei como hei de pedir a V. Senhoria o favor de as concluir, para o quê não sirva de embaraço a rejeição do juro de 10% também sobre as prestações que indiquei na minha última carta. Quem pede contas não as pede como as entende, mas como as entende aquele a quem as pede. Quero obter dinheiro mais barato, senão gratuito para poder pagar a Vossas Senhorias aquilo que dever, não posso porque não sei quanto é; quero publicar tal método da escrita, mas não sabendo claramente como Vossas Senhorias interpretam na prática o acordo primitivo da conta da metade, se sou ou não interessado nas cartonadas e vendas ao balcão, como era de esperar, em suma não me animo a publicar tal método a que podia estar feito há muito, se a prestação das contas tivesse sido regular: queria propor a publicação doutras obras, mas não tendo sido observadas sequer as bases das nossas relações contidas na carta de Vossas Senhorias em data de 7 de agosto de 1880, e não me convinha com uma entidade moral relações indefinidas, precisando portanto de as definir antes de novas operações, e carecendo para isso de saber qual é o meu alcance, quais tem sido os meus interesses... (...) Mas torno a dizer que não se embaracem Vossas Senhorias com o juro de 10% também sobre as prestações; isso é nada em comparação do prejuízo que me está causando a ignorância dos meus negócios por falta de contas que novamente peço o favor de concluírem, não esquecendo a dos objetos entregues pelo Terenas. E este dava o ponto principal da minha última, a que Vossas Senhorias se não dignaram responder nesta sua última de 3 do corrente... (...) Na minha resposta ao seu prezado favor de 10 de abril dizia eu que era necessário punir a

ronha do Salvador Vieira mas que pela minha parte não procedia antes de conhecer o meu estado de coisas; e sendo quase certo que Vossas Senhorias também não têm procedido, assim vai correndo desafrontado o ataque à minha propriedade, a qual não é único. (*Carta de João de Deus a viúva Bertrand & Companhia*. Lisboa, 29/08/1883. A. P 1-2 [MJD], fl. 221^a – M 297)

Reunindo elementos que apareciam na cartilha de João de Deus e em outros livros escolares identificados com a pedagogia moderna e, nomeadamente, ancorado em seus experimentos e reflexões, o Abade inicia sua carreira de escritor de obras pedagógicas, com o *Amigo da infância*, que tanto irritou o autor da *Cartilha Maternal*. A partir de então, seja pela insatisfação de João de Deus, seja pelo poeta não considerá-lo mais indispensável, ou até mesmo por circunstâncias outras que levaram o Pe. Cândido Madureira a se afastar do projeto da *Cartilha Maternal*, o fato é que o Abade sairá da rede de sociabilidade de João de Deus.

Este sr. José Ribeiro¹⁰² era o reverendo Padre António Cândido Aires de Madureira, abade de Arcozelo, que deixando de ser editor da *Cartilha Maternal*, e sentindo a falta daquela chuva de ouro, resolveu fazer-lhe um complemento, convindo-lhe assim proclamar a cartilha como livro inimitável, inexcédível, único, e como seu único e verdadeiro complemento o *Amigo da Infância*. Feito o proclama, que não traslado por extravio da folha onde saiu, acudi com aquela última declaração¹⁰³ que o leitor melhor compreenderá em vista desta carta do meu outro ex-editor¹⁰⁴. (Deus [João de], 1897, p. 98-99)

A carta do ex-editor a que se refere João de Deus é a que se transcreve abaixo:

¹⁰² João de Deus se refere a um artigo escrito pelo Abade de Arcozelo (que teria usado o pseudônimo de José Ribeiro) e publicado no jornal *Comércio do Porto* em junho de 1879 (João de Deus não fornece a data exata), no qual faz a propaganda do livro *Amigo da infância*, recomendando-o como complemento da *Cartilha Maternal*.

¹⁰³ A resposta de João de Deus apareceu no artigo enviado ao *Comércio do Porto* em 02/07/1879. Neste, além do poeta desacreditar o abade como único habilitado a lecionar o método – “Um só homem não pode difundir o sistema no país; e não convém inculcar exclusivamente habilitado o sr. abade de Arcozelo, como daquela correspondência se pode depreender” (In: *Comércio do Porto*, 02/07/1879; *apud*, Deus [João de], 1897, p. 98-99) –, reafirma como único livro de leitura complementar da *Cartilha Maternal* o seu *Deveres dos Filhos* – “Aproveito a ocasião de declarar, que pela minha arte de leitura se entende não só a **Cartilha Maternal**, ou respectivos quadros, mas também o livro complementar intitulado **Deveres dos Filhos** (edição graduada, aprovada pelo governo), a que tem de passar todo o discípulo bem dirigido.” (*idem*, p. 99)

¹⁰⁴ Carta de João da Costa Terenas, ex-editor da *Cartilha Maternal* e ex-sócio de João de Deus.

Meu amigo. – Aveiro, 13 de Junho de 1879 – Envio-lhe o anúncio que o abade mete dentro do seu Amigo da Infância. Está a propósito para *seguir-se* à *Cartilha Maternal*! Está explicada a razão porque os tais especialistas estrangeiros achavam perigosa e nociva à vista a distinção silábica. Não são os *Deveres*; é o *Amigo da Infância* que deve seguir-se à cartilha. Isto diz o editor da *Cartilha*, o amigo de João de Deus, o seu protetor, o partidário da *Cartilha*, que para mais ligado se mostrar – publicou, no *Comércio do Porto*, um artigo laudatório da *Cartilha*, no dia em que pôs o *Amigo da Infância* à venda!

(...) Diga-me se concorda em que eu diga nos jornais do Porto alguma coisa a respeito das contrafacções, e a respeito do *Amigo da Infância*. **Julgo indispensável romper de vez com o abade, e de modo que lhe doa...**¹⁰⁵ – Seu do C. – J. Terenas. (Deus [João de], 1897, p. 99-100)

João da Costa Terenas, como já se pode perceber pelas palavras a ele dispensadas na carta que João de Deus envia à viúva Bertrand a respeito do recebimento das contas relativas às obras do poeta publicadas pela famosa editora que leva o sobrenome da viúva, entra também em rota de colisão com o autor da *Cartilha Maternal*. O exame da correspondência ativa de João de Deus fornece uma mostra da transmutação da figura de Terenas aos olhos do poeta. De detentor da confiança de João de Deus e possível divulgador do método no ultramar:¹⁰⁶

(...) *Não é possível conciliar os meus negócios de interesse direto com a continuação dos cursos, ao menos em Janeiro e Fevereiro. Mas V. Ex.^a acha-se em circunstâncias especiais e pode compenetrar-se de todo o meu sistema ouvindo alguma pessoa da minha confiança aliás competente como meu irmão ou o Dr. Terenas.*

(...) *No outro dia me perguntava o Ministro da Marinha se eu tinha alguém de confiança para a propaganda do método no ultramar. É lógico. Se se quer o sistema, não podem prescindir de me consultar. E eu disse-lhe que não tinha. Porque em verdade é tão raro um bom professor como um bom médico ou um bom padre. Meu irmão e o Dr. Terenas não estão em circunstâncias que lhes permitam sair do reino...*

(*Carta de João de Deus a um senhor*. Lisboa, 18/12/1878. A. P 1-2 [MJD], fl. 186^a – M 262).

¹⁰⁵ Grifo meu.

¹⁰⁶ João de Deus, ao justificar a dificuldade de se encontrar alguém que se entregue a este serviço, comenta com um interlocutor que, pelas atribuições em Portugal, nem Terenas nem seu irmão, Antônio do Espírito Santo, poderiam cumprir tal tarefa.

Terenas é posteriormente tomado na condição de indivíduo de má fé, sendo posterior e frequentemente retratado de maneira pouco elogiosa nas missivas do criador do *método*.

Meu amigo, saiba que da minha sociedade com o Terenas¹⁰⁷ resultou em três anos desse trabalho insano e publicações valiosas, achar-me eu a dever-lhe a ele 3:000\$000 réis. Dantes não tinha nada, agora tenho menos que nada – esses 3 contos. (*Carta de João de Deus a um amigo*. Lisboa, 22/11/1880. A. P 1-2 [MJD], fl. 202^a – M 278).

Eu já tive ocasião de comprar o meu próprio método ao sr. João da Costa Terenas por três contos de réis, e mais ele não é ministro da Guerra¹⁰⁸; que faria se me metesse a disputar direitos com um potentado que dispõe de todo o exército, por mais efeminada que seja a sua alcunha! (In: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 07/02/1879; *apud*, Deus [João de], 1897, p. 43-44)

É bom reter a dissociação de João de Deus em relação ao Abade e a Terenas. Com relação ao primeiro porque o patrocínio e o estímulo recebidos de Joaquim Teixeira de Castro (criador da escola em que primeiro se adotou o *método*) se deram, em maior medida, em virtude dos laços que este mantinha com o Abade de Arcozelo, daí a indagação se o “formato” de divulgação do *método* no Brasil passaria por alterações após o rompimento do poeta com o Abade; até porque, como comprova a correspondência de João de Deus, o Visconde de Arcozelo acolheu Zeferino Cândido quando de sua chegada ao Brasil e lhe preparou o terreno para as primeiras investidas. Quanto a Terenas, até antes de 1880 era o responsável pelo municiação dos dois mensageiros de João de Deus ao Brasil para realizar a divulgação do método. As solicitações para envio de cartilhas e mapas murais ao Rio de Janeiro e a Recife, além dos pedidos de intercessão para que se desautorizassem publicamente professores que não receberam lições do método por João de Deus – ou por quem indicado pelo poeta – e que insistiam em abrir aulas de ensino da leitura pela *Cartilha Maternal* eram dirigidas a Terenas.

¹⁰⁷ Note que a João da Costa Terenas nem é mais concedida a deferência de tratamento pelo título de Doutor.

¹⁰⁸ Esse trecho em que João de Deus volta a acusar Terenas de lhe causar um desfalque de três contos de réis está inserto numa carta enviada ao redator do *Jornal do Comércio* de Lisboa e posteriormente publicada na edição de 7 de fevereiro de 1879 do jornal. Na carta o poeta algarvio relata um suposto plágio de sua *Cartilha Maternal* pelo Ministério da Guerra (embora ao fim de seu texto aponte que tal acusação está mais ligada a interpretações equivocadas de suas palavras por parte da imprensa do que a uma atitude deliberada dele mesmo). Trata-se de da confecção de cartilhas de aprendizado da leitura e da escrita pelo Exército português para a alfabetização de seus corpos militares.

Boa parte das diatribes vividas por João de Deus com seus editores foram registradas pelo poeta em obras que buscaram condensar e imprimir a sua visão dos fatos no que concerne à história da *Cartilha Maternal*, nomeadamente em: *A Cartilha Maternal e a Imprensa*; *A Cartilha Maternal e o Apostolado*; *A Cartilha Maternal ou arte de leitura, 13ª ed. Compreendendo o Resumo da Correspondência Oficial relativa ao Methodo, desde agosto de 1877 até Dezembro de 1893* e *A Cartilha Maternal e a Crítica*. Tais obras contêm material publicado por João de Deus, acerca dele, além do histórico das polêmicas enfrentadas via imprensa e parte de sua correspondência particular, cobrindo o período que se estende desde os anos imediatamente anteriores à publicação da primeira edição da *cartilha* até 1893.

A esse respeito, julgamos pertinente tecer ainda algumas considerações e questionamentos acerca do infatigável trabalho de colecionar jornais e materiais impressos a respeito do seu método de leitura levado a cabo por João de Deus. Algumas das polêmicas registradas pelo poeta em suas obras que historiaram o *método* têm origem na correspondência que manteve com seus contendores, e que depois ganhou continuidade nas páginas dos jornais. Indaga-se se tal disposição em defender seus pressupostos pedagógicos era também seguida no que tangia à literatura. A postura assertiva de João de Deus em registrar sua luta em defesa de sua *Arte de Leitura* parece mesmo apontar para um engajamento maior nas questões pedagógicas que literárias, faz-nos perguntar se não era efetivamente como um pedagogo que João de Deus desejaria ser lembrado no futuro. Há que se elogiar João de Deus pela postura em consignar os ataques ao seu método nestas obras. Embora a narrativa seja conduzida de modo a dar razão aos argumentos do autor da *Cartilha Maternal*, algumas argumentações dos seus adversários são de tal modo ferinas que transformam todas essas obras compiladoras das polêmicas e da correspondência de João de Deus em acervo muito mais rico que mera redação laudatória do método. Se João desejou que a publicação daqueles textos liquidasse de vez a questão, inutilizando todas as críticas em contrário, não atingiu o resultado esperado.

2.3 – *O método João de Deus: arma política do movimento republicano?*
Casimiro Freire, a maçonaria e a Associação de Escolas Móveis

Figura 5 – Manuel Jacinto Simões com um grupo de alunos. Fotografia: 1906. [S.l.: s.n., 190]. 1 positivo: p&b; 12 x 17 cm. No verso está escrito a caneta: «Professor Jacinto Simões». O Professor Manuel Jacinto Simões deu aulas em missões de alfabetização através da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus entre 25 de Novembro de 1906 e 1º de Julho de 1913. In: Biblioteca do Museu João de Deus – Lisboa, **FP38.12 - f1070**. Fonte: Museu Pedagógico João de Deus (MJD), Lisboa.

A partir de 1882 a divulgação do *método* é facilitada pela criação da *Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus*¹⁰⁹, instituição que congregava em suas fileiras vários indivíduos da maçonaria e que administrava a ação das “missões”, aulas ministradas por professores formados pelo próprio João de Deus e que, geralmente a pedido das municipalidades, associações e/ou figuras proeminentes da sociedade portuguesa, possuíam por escopo o ensino da leitura de acordo com o *método* criado pelo poeta¹¹⁰. Boa parte dos signatários que instituíram a *Associação* era também ligada

¹⁰⁹ No biênio 1882/1883 a diretoria da Associação de Escolas Móveis era a seguinte: *O presidente da direcção Bernardino Pereira Pinheiro = relator; Vice-Presidente = Francisco Ferraz de Macedo; Secretário = Guilherme Henrique de Sousa; Vice-secretário = Casimiro Coelho de Seabra; Tesoureiro = Casimiro Freire; Vogais = António Cardoso de Oliveira, Manuel Dias da Costa Lima, João Ignácio Garcia e Augusto Faustino dos Santos Crespo*. In: Relatório da Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus. Biênio 1882-83; *apud*, Deus [João de], 1896, p. 173.

¹¹⁰ A partir de 1908 a *Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus* passa a se chamar *Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas*.

ao movimento republicano, o que aumentará as críticas dos adversários do poeta de que João de Deus e seu método estavam a serviço da propaganda antimonárquica. Na retaguarda, conferindo ampla cobertura das missões de alfabetização encetadas pelas escolas-móveis figurava o jornal *O Século*, dirigido por Sebastião Magalhães Lima, republicano histórico, e que fazia do periódico veículo de comunicação e de alardeamento dos ideais do partido. Maçom, ativista republicano, articulista d'*O Século* e casado, em 1881, com a mãe da esposa de João de Deus¹¹¹, Casimiro Freire além de idealizador foi o primeiro diretor da *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus*¹¹². Ele se empenhará em levar o método a diversas partes do reino; auxiliado por João de Deus (que dava lições do método aos professores itinerantes antes da partida com destino às missões), dedica-se a contratar os mestres que tomarão lugar no empreendimento.

Nasceu em Pedrógão Pequeno, na Beira Baixa, a 8 de outubro de 1843, começando a trabalhar como caixeiro (empregado comercial que tem a seu cargo a venda a retalho). Tornou-se o continuador do seu patrão, João Jacinto Fernandes, tendo-se transformado, após alguns anos, representante da empresa. Fixou-se em Lisboa, fez fortuna e se tornou um próspero comerciante e industrial¹¹³. Desde jovem, com menos de 20 anos, adere ao movimento republicano, passando a flertar também com o positivismo. Em 1876, já tendo seu republicanismo transitado à esfera da ação, cooperou juntamente com Oliveira Marreca, Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro e José Elias Garcia¹¹⁴ e outros, para a fundação do primeiro centro republicano português. Estréia no jornalismo em 1873, como polemista de imprensa, escrevendo na *Democracia*, jornal dirigido pelo mesmo José Elias Garcia e fundado naquele mesmo

Nos estatutos se encontra um dos objetivos da instituição: “Instituir jardins-escolas para crianças de 3 a 7 anos, onde seja aplicado, em toda a sua plenitude, o espírito e a doutrina da obra educativa de João de Deus, modelando assim um tipo português de escola infantil”. (Gomes, 1977, p. 51)

¹¹¹ Casimiro Freire se casou com Maria Madalena Battaglia, sogra de João de Deus, o segundo matrimônio desta.

¹¹² Casimiro Freire cedeu a João de Deus o primeiro andar dos armazéns onde trabalhava, no Largo do Terreiro do Trigo, em Lisboa, para ser a sede da *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus*.

¹¹³ As informações biográficas sobre Casimiro Freire foram extraídas do sítio do Museu João de Deus, integrante da Associação de Jardins-Escolas João de Deus. <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2> (acessado em 15 de setembro de 2010 às 09h35).

¹¹⁴ José Elias Garcia era vereador em Lisboa em 1880 e, durante as celebrações do tricentenário de Camões, apresentou projeto de constituição de um jardim de infância na cidade. Tal projeto ressoava o desejo manifesto pela comissão executiva da imprensa, da qual fazia parte Ramalho Ortigão, de se instalar um jardim de infância. Dois anos e diversas sessões parlamentares depois, em 21 de abril de 1882 foi inaugurado o primeiro jardim de infância lisboeta, no Jardim da Estrela, antes do edifício estar completamente pronto. (Gomes, 1977, p. 36)

ano: seus escritos acerca da instrução popular têm início aí. Alguns anos mais tarde, em 1881, Casimiro Freire deu o passo inicial para a futura instalação das escolas-móveis, externando seu inconformismo com o grau de analfabetismo da população portuguesa através do artigo *A instrução do povo e a monarquia*, publicado no jornal *O Século*. As bases da *Associação das Escolas Móveis* chegaram mesmo a ser publicadas nos números 68 e 69 desse jornal. No artigo Casimiro Freire se insurgia contra o que acreditava ser a causa maior do analfabetismo – a incúria dos governos monárquicos – e, como profilaxia, propunha que fossem enviadas a todas as regiões do país missões de alfabetização com professores habilitados que ensinassem a ler e a escrever. Com a repercussão de seu artigo abriu-se então uma subscrição pública nas colunas do jornal republicano para a criação de uma Escola Nacional pelo Método João de Deus: foi dessa iniciativa que resultou a constituição da *Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus*, cujos Estatutos foram aprovados pelo governador civil de Lisboa, por Alvará de 16 de agosto de 1882. (Gomes, 1977, p. 192-193) Desde a data da publicação do artigo anteriormente referido n’*O Século*, em 1881, e intensificado ulteriormente com a criação da *Associação das Escolas Móveis*, Freire é apanhado seguidamente escrevendo para jornais e revistas a respeito de temas atrelados à instrução.

É bem possível que a interpretação de Casimiro Freire e de seus correligionários quanto à culpabilidade do governo monárquico pelo estado de penúria da instrução primária portuguesa, associado ao receituário proposto – o da instituição de missões de alfabetização (exatamente como concretizado em 18 de maio do ano seguinte com a criação da *Associação das Escolas Móveis*) – levasse-o a imaginar o *método* e a *cartilha* de João de Deus como mais um instrumento a fim de auxiliar na execução de seus propósitos políticos e ideológicos. A menção a tal fato não tem o propósito de depor desfavoravelmente a Casimiro Freire (em tese, por subordinar a dimensão educacional-pedagógica à política), a justificativa de figurar aí tem mais que ver com os movimentos de João de Deus no período e a alegação da historiografia quanto à suposta filiação republicana do poeta algarvio¹¹⁵.

Se a ideia da criação do *método* foi gestada a partir de uma demanda apresentada a João de Deus pelo gerente da editora Rolland (recordando que até então o poeta

¹¹⁵ A neta de João de Deus, Maria da Luz de Deus Ponces Carvalho, em sua obra *Uma vida de poeta: João de Deus, retrato de um álbum de família* (Lisboa, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 1996), relata que o historiador Oliveira Marques, falando dos tempos da I República Portuguesa, diz que a obra de João de Deus era uma espécie de “bandeira para os propagandistas culturais republicanos” (p. 53). Carvalho (1996) infelizmente não fornece a referência completa de Oliveira Marques.

algarvio não era reconhecido como teórico ou *expert* do campo educacional), no caso da *Associação das Escolas Móveis* o proselitismo de João de Deus recebeu apoio incomensurável com a entrada em cena de Casimiro Freire e do grupo de republicanos e maçons, proporcionando a estrutura necessária para, organizadamente e sob um maior controle por parte do poeta, realizar a divulgação do método pelo maior número de sítios possíveis. João de Deus mostrou grande interesse pelas atividades da *Associação das Escolas Móveis*. Disso são prova as cartas que escreveu a Jacinto A. G. da Silva Alves (em 27/9/1882) a solicitar os seus “bons” serviços para a realização de uma *missão* em Mafra (*Prosas*, p. 279-80); a António d’Azevedo Castelo Branco (em 22/9/1882), para uma *missão* em Vila Real (*Prosas*, p. 281-3); a Luís de Mascarenhas (em 8/10/1882), para uma *missão* em Faro (*Prosas*, p. 283-5); a Antero de Quental (em 19/10/1882), para uma *missão* na Póvoa de Varzim (*Prosas*, p. 59-61); a Pedro Viana (em 20/10/1882), para uma *missão* na Marinha Grande (*Prosas*, p. 285-7).

A *Associação de Escolas Móveis* realizou missões em vários pontos do país, com duração cada uma de cerca de três meses. Grosso modo, seus trabalhos eram regidos da seguinte maneira: recrutava-se o professor e, após receber aulas do próprio João de Deus (não apenas do método de ensino da leitura, bem como do de escrita), aquele seguia para as localidades que haviam solicitado o envio de missões. Lá, o professor lecionado por João de Deus ministrava cursos diurnos para crianças com mais de sete anos e cursos noturnos para adultos. O mesmo jornal *O Século*, do republicano Magalhães de Lima, incumbiu-se de propagar a boa-nova da criação da *Associação de Escolas Móveis* e circunscrever sua finalidade precípua:

(...) reuniram-se algumas dezenas de cidadãos e fundaram a Associação de Escolas Móveis, com o fim de ensinar a ler, escrever e contar pelo método de admirável rapidez, do Senhor Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados – não se envolvendo em assuntos políticos, nem quaisquer outros alheios ao seu fim. (*O Século*, 22/05/1882; *apud*, Deus [João de], 1896, p. 163)

A leitura do excerto acima, além, obviamente, de se prestar à divulgação de um empreendimento presidido por um correligionário – Casimiro Freire – e também do método de ensino da leitura que se acreditava a solução final para o problema do

analfabetismo (associando, por extensão, João de Deus e seu método à propaganda partidária), remete, outrossim, para os mecanismos lançados mão pela imprensa republicana da época para escapar da ação repressora do governo monárquico. Porém, se é lícito asseverar, como o fizemos anteriormente, que Casimiro Freire orientou muitos de seus atos em prol da propaganda republicana explícita e, correlatamente, da consolidação de uma opinião de que a coroa era inepta em sua tarefa de promover a instrução elementar entre seus súditos, essas mesmas opiniões não podem se estender automaticamente a João de Deus.

Vê-se que a *Associação* tem razão de ser. Mas o seu crédito e prosperidade dependem essencialmente de professores dignos, escolhidos e muito escolhidos, que não podem ser muitos porque os bons devem considerar-se permanentes, isto na relação aos meios, da Associação, e não podem ser muitos porque os melhores são sempre poucos. O Século lá continua com os jesuítas de volta. Para o simples maçom isso é lógico, para o republicano, português ou espanhol ___?___ parece-me isso, com toda a habilidade ao clero e ao grande primeiro religioso uma simples imitação do republicano francês, e um grande erro. Já agora seria necessário mudarem de título as folhas republicanas, o que não é o que aí está ou esteve há dias combatendo a Era Nova, o Teófilo, a Câmara. No sim, que é mola política e disporia ao ingresso de melhor gente na vereação. Coisas dessas políticas, verdadeiramente políticas, entendo; a mais não entendo, e a ser conservador e monárquico contribuiria de boamente para a sustentação e circulação de tais jornais.

(*Carta de João de Deus a um amigo*, Lisboa, 1º/03/1883. In: *Correspondência de João de Deus*. A. P 1-2 [MJD], fl. 97ª – M 173).

Acerca do suposto republicanismo de João de Deus é temerário, no mínimo, estabelecer o automatismo entre a inclinação político-partidária de Casimiro Freire e muitos dos apoiadores maçons da *Associação das Escolas Móveis* ao comportamento público do autor da *Cartilha Maternal*. É fato que o poeta esteve cercado por propagandistas republicanos, não só quando do surgimento da *Associação*, todavia também em diversos outros momentos de sua trajetória. Outros divulgadores do método rezavam pela mesma cartilha de Casimiro Freire. Antônio Zeferino Cândido, por exemplo, era republicano, positivista e maçom. Como nos relata Hilsdorf (1986), amparada no noticiário do jornal *Província de São Paulo*, “Zeferino era positivista

ativo¹¹⁶ e propagava o método João de Deus porque ele inaugurava com a *Cartilha Maternal* baseada na palavrção, a fase ou estado positivo do processo de leitura.” (Hilsdorf, 1986, p. 129) Já Fernando Catroga (1988-1989)¹¹⁷ aponta para a antiguidade do pertencimento de António Zeferino Cândido à maçonaria. Na cerimônia de instalação da loja maçônica *Perseverança*, em outubro de 1871, tendo como orador o lente de Direito Manuel Emídio Garcia (*irmão A. Comte*) e como venerável o irmão Lafayette (*Abílio Roque de Sá Barreto*), Zeferino, conforme Catroga (1988-1989), figurava entre seus obreiros, ao lado de conhecidas e importantes personalidades coimbricenses, como Olímpio Nicolau, Feio Terenas, Adelino Neves e Melo, Bernardino Machado e Sebastião Magalhães Lima (*João Huss*) etc. Ainda de acordo com Catroga (1988-1989), a “*Loja Perseverança* foi de extrema importância para o desenrolar da história da maçonaria e das ideias republicanas em Portugal, quer pelos seus projectos de renovação do pensamento e da prática da maçonaria, quer pelo número e qualidade dos seus electivos.” (Catroga, 1988-1989, p. 271)

Teófilo Braga, escritor e professor na Escola Superior de Letras de Lisboa, um dos protagonistas da *Questão Coimbrã*, uma das maiores lideranças republicanas portuguesas, positivista *a la Littrée*, coordenador de *Campo de Flores* (coletânea de poesias de João de Deus) e *Prosas* (compilação de diversas narrativas, como cartas, prólogos e críticas; cartas sobre o método de leitura; cartas íntimas e artigos que João de Deus escrevia em jornais) era do círculo próximo de João de Deus, frequentava sua residência a ponto de recomendar para que se guardassem os rascunhos deixados à mesa pelo poeta e não os deitassem fora, conforme nos lembra a neta do poeta, Maria da Luz de Deus Ponces de Carvalho:

A família conta que eram numerosos os papeis recusados, postos de lado, no seu escritório de trabalho (de João de Deus), e a fiel criada Joaquina há muitos anos no serviço da família, era aconselhada pelos amigos e principalmente por Teófilo Braga a recuperar esses papeis que atestam a sua preocupação para atingir uma forma que lhe agradasse. (Carvalho, 1996, p. 53)

¹¹⁶ Para a comprovação do argumento sobre a filiação de Zeferino Cândido ao positivismo a autora menciona dois artigos do ex-professor de Coimbra: “O absoluto na filosofia positiva” (*Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2º tomo, 1º ano, out./dez. 1879, p. 467-472); e “O método João de Deus e a filosofia positiva”. (*Almanach Litterario de São Paulo*, São Paulo, vol. VII [1884], p. 154-155).

¹¹⁷ Catroga, Fernando. *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra: década de 70 do século XIX*. *Arquivo Coimbrão*, Coimbra, 31, 1988-1989, p. 259-345

Mesmo quando da criação do cargo de *comissário geral dos estudos pelo método de leitura João de Deus*, havia no seio dos proponentes da medida pelo menos um deputado republicano, o sr. José Joaquim Rodrigues de Freitas. O restante dos parlamentares que levaram a representação ao ministro do reino Rodrigues Sampaio foram os deputados Pires de Lima, Henrique de Paula Medeiros, Francisco Gomes Teixeira, Osório de Vasconcelos, Alfredo da Rocha Peixoto e Adrian A. Cardoso Machado.

De modo geral, parece que a polarização política que se fazia sentir mais presente na sociedade portuguesa de fins dos anos 1870 e início do decênio seguinte, mas que, aparentemente, não trazia ainda àquela altura riscos emergenciais ligados à substituição do regime monárquico, era vivenciada por João de Deus de modo muito peculiar. Enquanto alguns dos divulgadores do *método* faziam propaganda explícita do regime republicano, o mesmo não sucedia com João de Deus. Não consta que o poeta tenha propugnado em artigos aos jornais ou em alguma de suas obras pelo fim da monarquia; quanto à finalidade do método sempre frisou que se consubstanciava na promoção das ações educacionais, na erradicação do analfabetismo. O trecho a seguir revela que a adoção desta postura por parte do poeta surge na esteira de acusações de seus adversários de que a *Associação das Escolas Móveis* estivesse, sob a capa da ação instrutora das primeiras letras, infundindo no corpo social um corolário republicano.

E assim me parece que fora melhor render este serviço às Associações¹¹⁸ que o pedissem, respondendo aos que taxem a *Associação das Escolas Móveis* de Republicana, que no limite dos seus recursos dará sem distinção professor às mais associações que o pedirem, sejam ainda miguelistas ou jesuíticas.

(*Carta de João de Deus a um amigo*, Lisboa, 1º/03/1883. In: *Correspondência de João de Deus*. A. P 1-2 [MJD], fl. 184ª – M 260).

O que não dizer, obviamente, que não se pronunciasse sobre assuntos políticos. Sua pena revelou em diferentes oportunidades uma acuidade fora do comum para a crítica política e social, especialmente quando algum escrito ou ação que julgasse de utilidade sofresse de embargos sem justificativas plausíveis, como no caso dos preparativos para a publicação da *Cartilha Maternal*:

¹¹⁸ Além de câmaras municipais, membros das burocracias parlamentares locais e indivíduos influentes, era costume a Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus receber pedido de missões por parte de uma variada gama de associações.

Nas minhas contínuas aplicações a melhoramentos notáveis neste país impossível, neste país de prego, espionagem e velharia, a lira e algum talento é um capital pouco prometido. (*Carta de João de Deus ao seu irmão António Pedro José Ramos*. Lisboa, 7/09/1873. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 14ª – M 90)

A conclusão a que se chega, contrapondo-se a correspondência e os escritos de João de Deus na imprensa ao apoio e estímulo que os republicanos prestaram à causa de seu método de ensino é a de que o poeta, mesmo se considerando que eventualmente tenha existido uma identificação do corolário de renovação trazido pelo republicanismo com sua proposta de reinvenção do aprendizado das letras no país, ainda assim, afigura-se-nos provável que existiu, de fato, o aproveitamento por parte do poeta de uma rede de relações, que contava nomeadamente com inúmeros representantes do movimento republicano, a fim de conferir suporte e incentivo à sua obra pedagógica. Intuímos, inclusive, que à medida que se aproximava da data de seu desaparecimento o epíteto de republicano ia ficando mais rarefeito. Já na sua apoteose, em 1895, era forte o apelo à imagem de poeta e pedagogo isenta de coloração partidária. De qualquer maneira, a propaganda do método de João de Deus, dentro e fora de Portugal, fez-se na maior parte devido ao apoio recebido das hostes republicanas e, pelo menos na sociabilidade vivenciada diretamente com os letrados republicanos, João de Deus demonstrou partilhar solidariedade de partido.

Ocorre-me por isso uma coisa que submeto ao seu parecer, e que se aprovar, da sua parte estava realizar se empenhando com o Bernardino Pinheiro: é pedir a este cavalheiro o favor e a honra de me representar.¹¹⁹ Veja se isto tem lugar e se poderia ser. Os homens ali não são republicanos, ou se são não tratam disso, mas o presidente da Associação tem nessa qualidade todo o cabimento naquela, e é certo que lhes seria a todos muito agradável a sua presença. (*Carta de João de Deus a um amigo*. Lisboa, 1884. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 118ª – M 194)

Par e passo, substancialmente em função de uma determinada aproximação da técnica de aprendizado constante de seu método de leitura com a lei dos três estados do positivismo, muitos intelectuais, jornalistas e políticos progressistas (não raro observada

¹¹⁹ João de Deus se refere ao empenho demonstrado por António Maria Gusmão de Almeida na consecução dos fins almejados pela *Associação de Escolas Móveis*.

a confluência do tripé: positivismo, maçonaria e republicanismo) avistaram no método João de Deus, como já referenciamos anteriormente, um veículo poderoso para a propagação de seus ideais. Há uma carta de João de Deus de 1879 – contemporânea da beligerância com os professores normalistas de Lisboa e Teófilo Ferreira, diretor da Escola Normal masculina da capital – para um líder do partido republicano que ilustra a perspectiva a que se acena:

A V. Ex.^a posso dizer que o método foi uma inovação importante, mas fosse o que fosse, depois do que se tem dito nos jornais, nenhum professor público de Lisboa tem desculpa de o ignorar. Todos o ignoram, e enquanto o novo ensino se derrama no país, o professorado da capital ofereceu o espetáculo duma indiferença estúpida ou acintosa. O governo não pode apoiar semelhante capricho, achando-se o partido desejoso do que V. Ex.^a disse e o próprio chefe, de certo modo empenhado no método. Por isso pedia a V. Ex.^a a sua decidida proteção para um Luís Augusto de Sousa Gomes, concorrente à cadeira de Santa Justa, certamente único dos competidores que juntará documento de habilitado no sistema... (*Carta de João de Deus a um amigo*. Lisboa, 6/09/1879. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 113^a – M 189)

No que respeita ao positivismo, conquanto o método de ensino da leitura do poeta tenha sido compreendido por muitos professores e teóricos da educação como eivada da inspiração comteana, João de Deus se mostrou sempre bastante lúcido ao se manter apartado dos arroubos pretensamente científicos da plêiade de positivistas que avultava em Portugal (e ainda mais no Brasil). Sua própria concepção da produção de conhecimento discrepava substancialmente da vulgata positivista:

Ferraz saiu outro dia um tanto aborrecido de o contradizer no seu feroz positivismo, mas há de lhe passar que é bom rapaz. Argumentava-me não sei a que propósito com um crânio que existe na América, e eu disse-lhe: aí está o meu Amigo partindo do princípio da autoridade, que é um princípio metafísico! Tanto bastou para ele subir uma oitava na Declaração, e como estavam vários e até uma Senhora assim sustentou a ária largo tempo. Eu gosto imenso dele até por isto mesmo gosto da vida em todas as suas manifestações. (*Carta de João de Deus a Antero de Quental*. Lisboa, s/d. João de Deus A. P 1-2 [MJD], fl. 89^a – M 165)

As cartas enviadas por Casimiro Freire a João de Deus são bastante elucidativas acerca do engajamento do partido republicano e de seus líderes no empreendimento da *Associação das Escolas Móveis*. Na pesquisa realizada sobre a correspondência passiva do poeta foram encontradas dez cartas de Casimiro, cobrindo um período que se estende de 18 de novembro de 1880 a 13 de agosto de 1884. Seleciona-se a seguir algumas das cartas portadoras de maior interesse:

Na primeira carta (18/11/1880) Casimiro discorre sobre a formação de uma comissão encarregada de elaborar uma cartilha de primeiras letras para uso nos corpos militares do exército a qual seria, em realidade, um plágio da *Cartilha Maternal*, comprovado até pela opinião de um jornal em nada identificado com o movimento republicano, o *Diário de Notícias*.

Sei bem quanto despreza este bando de patifes aonde se recrutam os *famosos* governantes que ahi admiram, mas apesar de toda a sua philosophia há de ter momentos em que deve envergonhar-se de pertencer a um país aonde os próprios ministros usam gazuas. (*Carta de Casimiro Freire a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. 1-41 [MJD], fls. 981-983)

Além de enviá-la ao exército o governo a distribui também para as escolas regimentais. Casimiro denuncia o absurdo do desconhecimento da aplicação do método de ensino de leitura de João de Deus em várias escolas regimentais por parte de ministros do governo (ironiza se o fato se deve mesmo a desconhecimento) e, o que seria pior, o custeio da contrafação à custa do erário público.

Na quarta correspondência, (23/08/1882) Casimiro noticia a aprovação “recorde” dos estatutos da *Associação de Escolas Móveis*, graças à intervenção salutar de Bernardino Pinheiro¹²⁰. É uma carta em que transparece o arremate regulamentar para a entrada em funcionamento do projeto das missões de alfabetização. Menciona que a notícia da aprovação recebeu grande destaque no jornal *O Século*. Participa a João de Deus o entusiasmo de Bernardino Pinheiro com o resultado e as recomendações deste para o início imediato do trabalho:

¹²⁰ Bernardino Pinheiro era bacharel em Direito e parlamentar republicano. Foi também presidente da *Associação de Escolas Móveis*.

(...) Pode portanto começar a receber as quotas em dívida; e procurar os professores, e esboçar com o dr. João de Deus um regulamento para as missões – e preparar em fim os trabalhos que entender convenientes para apresentar à nossa direcção, etc. (*Carta de Casimiro Freire a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus [1881-1884]. A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 295-297)

Casimiro corrobora a opinião de Bernardino Pinheiro e alerta João de Deus para a necessidade de dar logo início às atividades da *Associação*: “Efetivamente agora não há tempo a perder ou então a associação morre à nascente.” (*Idem*, fl. 295-297)

A quinta carta (18/04/83) aborda o problema da contratação de professores para as missões das escolas-móveis. Declara a dificuldade da *Associação* em conseguir nomes que se ajustem a um determinado perfil e à realidade de suas condições financeiras. Revela também as conexões estabelecidas pelo grupo da *Associação* com personalidades locais a fim de que se arranjem alunos e alunas para serem alfabetizados (há a intenção de se contratar uma professora para uma classe de meninas). Informa também João de Deus de uma carta que recebeu de Manuel de Arriaga (1840-1917)¹²¹ sobre uma proposta de concessão de remuneração ao poeta da *Cartilha Maternal* (são as primeiras tentativas dos deputados republicanos de conseguir subsídio estatal para o poeta a fim de facilitar a adoção de seu método nas escolas).

O Avellar Machado mostrou-me hoje uma proposta que ia apresentar na câmara para que fosse dado um conto de réis por anno ao João de Deus.

Estava bem fundamentada e eu applaudi a idea, mas lembrei-lhe que não era bom expor o João de Deus, que é uma glória do paiz, e qualquer desaire se ella fosse regeitada; portanto que se entendesse elle primeiro com o ____?____ Ribeiro para irem d'accordo; elle (____?____ Ribeiro) em nome da maioria havia de apoiar esta proposta. (*Carta de Casimiro Freire a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus [1881-1884]. A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 399-402)

A sexta correspondência (2/05/1883) se refere, igualmente, à instalação das escolas-móveis, os percalços para a consecução de prédio, professores e alunas para uma classe regida por uma professora. Casimiro fornece um relato sobre as atuais

¹²¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Manuel de Arriaga foi um político açoriano, dirigente e um dos principais ideólogos do partido republicano português. Em 1911 se tornou o primeiro presidente eleito da recém-instalada república portuguesa.

condições das missões em funcionamento e das possibilidades de instalação em outras localidades. Adverte ainda seriamente João de Deus, dando-lhe um ultimato a fim de que resolva o problema da ausência de professores habilitados pelo método: ou João de Deus presta seu concurso à razão da *Associação de Escolas Móveis* ou esta estaria fadada ao término de suas atividades. Como já sugerimos em outra passagem, o comportamento de Casimiro Freire pode evidenciar certa negligência do poeta em atender de pronto às necessidades do empreendimento, ou, quiçá, até um reduzido comprometimento com a *Associação*.

Se V. Ex.^a, auxiliado por seu mano, sr. Espírito Santo, podem ou querem empregar alguma energia¹²² resolvendo este problema e dando-nos professores – bem está; não podendo ou querendo auxiliar estes trabalhos a direcção resigna o seu mandato e morre a associação de escolas móveis de propaganda do seu methodo.

(...) Peço-lhe pois toda a sua attenção para estas cousas caso não queira que sofrâmos o desaire de ver morrer a instituição que fundamos. (*Carta de Casimiro Freire a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus [1881-1884]. A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 423-426)

A sétima carta (19/06/1883) repisa o tema da contratação de professores. Casimiro leva ao conhecimento de João de Deus a situação das missões nas diferentes localidades (Ramalhos, Pedrógão Grande). Nesta, como em outras cartas, Casimiro comenta sobre as notícias saídas no jornal *O Século*. Há uma preocupação constante com o noticiário da imprensa, mas as menções a *O Século* são evidentemente mais freqüentes, inclusive na correspondência escrita pelo próprio João de Deus. Casimiro Freire também reverbera um assunto que é abundante na correspondência ativa de João de Deus: a não prestação de contas – ou inexatidão das mesmas – referentes aos débitos e créditos com as casas editoras, derivados da publicação das obras do poeta, em especial da *Cartilha Maternal*. Aqui, Casimiro aponta a negligência da Casa Bertrand em fornecer as contas atualizadas.

Ignoro se já recebeu as contas de 1882 dos seus novos editores. A circunstância de não ter tido precisão de recorrer a elles desde novembro de 1882 – dava-lhe direito a *exigir* com tal ou qual energia as contas que elles tem obrigação de lhe dar. (...) Isto nem se

¹²² Grifo do autor.

acredita! Não terá V.Ex.^a um parente ou pessoa de confiança que em seu nome vá exigir as contas aquelles activos editores?...

Repito a base de qualquer negociação é saber-se ao certo qual é hoje o seu débito à casa Bertrand. (Carta de Casimiro Freire a João de Deus. In: Correspondência para João de Deus [1881-1884]. A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 445-448)

Na oitava carta (19/19/1883) o problema da prestação de contas aparece em toda sua intensidade, a invectiva é contra a casa Bertrand. Casimiro menciona a intervenção de Oliveira Martins no caso, como alguém que possa fazer a mediação entre as partes. Outrossim, a preocupação com a imprensa irrompe novamente, agora acompanhada de irritação:

Quere-me parecer que o Joaquim de Araújo faz fiasco. A idéa é sublime e tem todo o meu applauso, mas não é em um *jornaleco* que nasce e morre em 3 dias para depois *renascer* enfesadinho, que se tracta um assumpto tão grandioso. Hei de concorrer com o meu *tostão*, mas sem a esperança que a idéa vingue. Quando foi do homem da *espada* eram muitos jornaes e ainda assim o que produziu? (Carta de Casimiro Freire a João de Deus. In: Correspondência para João de Deus (1881-1884). A. Y. P 1-42 (MJD), fl. 455-457)

A atuação de Casimiro Freire à frente da *Associação de Escolas Móveis*, nos dizeres do escritor Antônio Maria de Campos Júnior (1850-1917)¹²³, é exibida de maneira a sublinhar sua característica de instrumento civilizatório. Impulsionadores de um método de leitura que possibilitaria igualar Portugal aos países adiantados da Europa, Casimiro e João de Deus são apresentados como agentes regeneradores de uma nação em decadência, porém, na narrativa de Campos Jr, de uma regeneração que equivaleria á restauração das glórias perdidas no passado (perspectiva bem distinta, pois, de um Antero de Quental, Herculano ou Oliveira Martins)

¹²³ Romancista, jornalista e dramaturgo, nascido em 13 de abril de 1850 em Angra do Heroísmo, no arquipélago dos Açores. Figurou entre os redactores dos jornais *Revolução de Setembro*, *O Século* e *Diário de Notícias*. Escreveu alguns romances históricos, muitos deles publicados em formato de folhetim pelo jornal *O Século*. Entre eles: *A filha do polaco*, *Marquês de Pombal*, *Luís de Camões*, *Ala dos Namorados*, *Guerreiro e Monge*. Outras informações sobre Antônio Maria de Campos Júnior em: <http://www.mgrande.net/marinhagrande/travel-mainmenu-32/personalidades/286-antonio-maria-de-campos-junior> (acessado em 15 de fevereiro de 2011, às 16h35).

Dois anos depois dessa consoladora e soberba apoteose patriótica em que a alma portuguesa celebrou o 3º centenário de Camões, fazendo dos esplendores daquele dia santo desta nacionalidade a madrugada triunfal de uma nova Renascença; dois anos depois daquele momento tamanho que já parece antigo, Casimiro Freire dava forma e realidade ao seu ideal altivo de propagandista da instrução do povo.

Para ser digno daquele espantoso passado que o Camões simboliza no mundo e para compreender nos Lusíadas a bíblia sublime da terra portuguesa, era preciso que as multidões soubessem ler em Portugal como sabiam na Suíça, na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda, nações de menos grandeza geográfica e de muito menos grandeza histórica em relação à nossa. Mas este imortal país dos Lusíadas era também por suprema vergonha de nós todos, o maior país de analfabetos que tinha a Europa culta. Era e é! Para o mudar, tornando-o digno do que fora, era preciso encontrar uma alma iniciadora de lutador, que fosse capaz de se meter àquele mar tenebroso, numa caravela ideal, para conquistar para as escolas essa gente que afrontava a nação e descobrir o país onde o Camões se compreendesse melhor. Casimiro Freire encontrou essa alma em si próprio, e meteu-se à longa e tormentosa viagem, saindo da sua praia de sonho, e de clandestinas lágrimas também como a do Restelo para os mareantes antigos, levando como pendão o livro pequeno dum grande poeta do amor depois de Camões. O livro que João de Deus ideou para ensinar a ler depressa num país onde as escolas primárias eram poucas e más e os analfabetos enchiam a nação de lés a lés. O livro que faltava para anteceder os Lusíadas e servir-lhe de prefácio trezentos anos de distância.

E para aquela navegação de longos tempos e duros trabalhos, entendeu Casimiro Freire que a instituição das Escolas Móveis valeria para o Portugal, humilhadoramente distanciado da Europa pela sua instrução elementar, o que valeram para o mundo os faróis das caravelas da Escola da Sagres. (Campos Júnior, Antônio Maria de. “Um benemérito”. *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p. 27-28)

Optamos pela transcrição completa da apologia dedicada a Casimiro Freire pelo romancista lusitano em decorrência do texto de Campos Jr. proporcionar uma leitura que incorpora alguns elementos do debate intelectual de fins do século XIX, associando-os ao papel reservado ao método de João de Deus no encaminhamento da problemática da decadência. O aqui tornado “navegante” Casimiro Freire, portador dos códigos civilizacionais materializados na *Cartilha Maternal*, é comparado aos ilustres homens que realizaram a expansão marítima portuguesa no período renascentista. A *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus* surge como o instrumento

capaz de fazer reviver o Portugal de outros séculos e diminuir a distância que separava o país do progresso vivido pelas nações europeias mais desenvolvidas.

Essa defasagem de Portugal frente a muitos outros países do continente é retomada pelo próprio Casimiro Freire em artigo de 19 de janeiro de 1905 para a revista *A instrução do povo*, órgão da *Associação de Escolas Móveis*. Depois de apresentar dados calamitosos do estado da instrução pública em Portugal na década de 1890 (Relatórios oficiais sobre a instrução primária de 1890 e 1894), confronta-os com os de outros países (atento para o que se passava além das fronteiras continentais, relacionando informações da Rússia e Japão). Vale lembrar que esse expediente comparativo, muito em voga no mundo ocidental desde a segunda metade da centúria oitocentista (época em que os estudos em educação comparada mobilizam as burocracias estatais de vários países europeus), apresenta um ingrediente político a mais no texto de Casimiro Freire: no mesmo diapasão que muitos republicanos do período, sua crítica punha em xeque a capacidade da monarquia em reverter os baixíssimos índices educacionais apresentados pelo país.

Há tempo que uma inspeção no exército japonês verificou-se que em 440.000 homens só 86.000 não sabiam ler; mas nos 354.000 soldados que sabiam ler, 64.000 tinham cursos primários, secundários e superiores. O ensino militar, no Japão, faz-se em todas as escolas, desde as primárias até as universidades (Enciclopedia Britânica, vol. XXIX). O que se está passando no Extremo Oriente entre russos e japoneses, as vitórias do pequeno povo asiático, a tal raça inferior..., sobre a grande nação europeia, dispensa qualquer comentário acerca das vantagens que nas guerras modernas (como nas lutas pela vida: concorrência comercial e industrial) o soldado instruído tem sobre aquele (como o do nosso exército) que o não for. Nos povos civilizados: Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega, Suíça etc., pode bem dizer-se: *já não há analfabetos*. (Freire, Casimiro. *Escolas Móveis*. In: *A instrução do povo*, 19/01/1905; *apud*, *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p. 45-46)

Em sua análise Casimiro abarcava uma dimensão suficientemente ampla dos efeitos ocasionados pela precariedade da instrução elementar. O processo de decadência português poderia ainda se acelerar, segundo ele, pela ausência de letramento das populações mais suscetíveis à imigração. Casimiro não cita a corrente imigratória para o Brasil, hegemônica durante toda a segunda metade do século XIX e inícios do século seguinte. Dá como exemplo a imigração açoriana para a América do Norte (naquela

altura sobretudo os Estados Unidos). Conforme o autor, a incúria do governo monárquico com a alfabetização poderia levar ao que chama de desnacionalização do arquipélago:

Do Faial vão para a América analfabetos; aprendem a ler ali em inglês e naturalizam-se americanos: a perda dos Açores é, pela desnacionalização, certa. (Freire, Casimiro. *Escolas Móveis*. In: *A instrução do povo*, 19/01/1905; *apud*, *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p.46)

O termo surge apenas no início do século XX, mais precisamente no mesmo ano do artigo de Casimiro Freire citado acima, 1905, contudo, o criador da *Associação de Escolas Móveis* abarca questões de fundo geopolítico¹²⁴ na sequência do texto publicado na revista *A instrução do povo*. A situação era particularmente dramática para Portugal na medida em que os índices educacionais do país não apenas eram os mais baixos no contexto europeu, como ombreavam com o de regiões da África¹²⁵. Debruçando-se sobre a clivagem norte/sul, Casimiro alertava para que dos três países meridionais de cultura latina do continente, somente a Itália esboçou tentativas de remediar as crescentes prescrições baixadas pelos países receptores de emigrantes, permanecendo Espanha e Portugal sem qualquer iniciativa por parte de seus governos para remediar a válvula de escape de suas decadentes economias.

Esta dura lição dada pelas raças conquistadas às duas nações descobridoras, de 1487 e 1492, se foi recebida com indiferença por Portugal e Espanha, alarmou a Itália, de onde em cada ano emigram cerca de 250.000 indivíduos. Giuseppe Sergi, sábio professor da Universidade de Roma, autor do livro: *La Decadenza delle nazione latine* e de várias obras sobre antropologia, biologia e psicologia, ao ter conhecimento do rigor dos Estados Unidos da América e da Austrália para com os emigrantes analfabetos (os

¹²⁴ A palavra *geopolítica* surge textualmente pela primeira vez em 1905, num artigo denominado *As grandes potências*, escrito pelo jurista sueco Rudolf Kjellén, embora, obviamente, os temas que lhe são peculiares já eram estudados anteriormente sem a necessidade do empréstimo dessa terminologia. Durante o século XX a nova área recebe um grande impulso, especialmente no entre-guerras (na Alemanha, nesse período, a geopolítica chega até a se popularizar, com publicações do gênero, como a *Zeitschrift für Geopolitik* [Revista de Geopolítica], editada pelo general nazista Karl Haushofer, com uma tiragem que atingiu a marca dos 30 mil exemplares, algo bastante expressivo para a época), e no contexto da Guerra Fria, com a bipolarização planetária entre União Soviética e Estados Unidos.

¹²⁵ Conforme Casimiro Freire, os analfabetos na África austral giravam em torno de 69,5%, índice inferior ao de Portugal por volta desse período. Entre os nativos havia uma proporção de analfabetos bem próxima a do reino; já contando os europeus radicados na região somente 8% não sabia ler e escrever. O governo inglês na Cidade do Cabo determinou, por intermédio de um decreto de 1903, a interdição do desembarque em seu território de emigrantes analfabetos.

primeiros atingidos eram os italianos; a benevolência é só para os analfabetos das nossas ilhas...) dirigiu-se ao Ministro da instrução pública de seu país propondo-lhe que para obviar aos perigos de tal proibição o governo criasse na Itália meridional e na Sicília *escolas móveis* dirigidas por mil professores, a cada um dos quais se pagaria mil liras (cerca de 200\$000 réis) cada ano. (Freire, Casimiro. *Escolas Móveis*. In: *A instrução do povo*, 19/01/1905; *apud*, *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p. 49-50)

A reflexão proposta por Casimiro Freire articula uma mirada geopolítica com a sensibilidade para o problema da erradicação do analfabetismo. Além disso, intervém no debate nacional acerca dos fatores responsáveis pela situação de decadência. Na contramão de setores da imprensa e das Forças Armadas que reivindicavam maior alocação dos gastos públicos para o custeamento de defesa e exploração das possessões coloniais africanas, Casimiro aponta para a necessidade de levar a alfabetização inclusive para os emigrantes, já que o país dependia substancialmente das riquezas remetidas pelos seus “filhos” no ultramar. Do péssimo estado da instrução portuguesa resultava a situação depauperante do imigrado português no seu destino; nem mesmo os que logravam retornar à pátria conseguiam esconder as marcas do letramento não recebido no país antes de deixá-lo. Complementarmente, além dos fatores de ordem econômica, o autor compreende que a emigração era em parte causada pela pouca ou nenhuma formação profissional e intelectual propiciada pelo reino.

Hoje ao anêmico e sífilítico que regressa do Brasil, inutilizado, junta-se o tuberculoso repatriado da África: é o soldado expedicionário que ali foi combater o inofensivo preto e volta, aos 20 anos, já com saúde completamente perdida! (Freire, Casimiro. *Escolas Móveis*. In: *A instrução do povo*, 19/01/1905; *apud*, *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p. 51-52)

Casimiro Freire tentou, pois, talvez mais explicitamente que o próprio João de Deus, por intermédio de comparações entre dados oficiais sobre emigração, estatísticas educacionais de Portugal e de outros países, uma compreensão atualizada da relação de forças entre as potências na virada do século XIX para o século XX, formular questões mais abrangentes a propósito da decantada decadência portuguesa, acudindo como antídoto a supressão do analfabetismo pela junção de forças entre a iniciativa privada (*Associação de Escolas Móveis*) e o poder público (não só pela ação direta, bem como

pela subvenção das iniciativas comprovadamente eficazes). Extrapolando João de Deus (pelo menos publicamente), Casimiro Freire também adicionou à sua interpretação da decadência nacional a necessidade de substituição do regime monárquico pelo republicano (embora no fim da vida, como muitos republicanos históricos, inclusive Antônio Zeferino Cândido, tenha se decepcionado com os rumos tomados pela jovem República iniciada em 1910).

“Interroguei muitas vezes o meu espírito, procurando conhecer a causa da nossa profunda decadência. Um dia foi-me permitido examinar a estatística oficial, concernente à instrução popular; comparei-a com a de outras nações, algumas quase desconhecidas e obscuras, quando Portugal já era respeitado e admirado pelos seus gloriosos cometimentos – e achei finalmente a **incógnita**: – é a **Ignorância** – irmã gêmea da escravidão do espírito.

Eis a causa real e positiva do nosso atraso entre os povos civilizados.

Convicto desta enorme verdade, eu julguei cumprir um dever expondo-a aos meus concidadãos; e assim o fiz por vezes e mais determinadamente a começar em março do ano de 1881.

Esta foi a origem da *Associação das Escolas Móveis*, cujos serviços à causa da instrução, *graças ao invento* dum português, o dr. João de Deus, são já do domínio público.” (Trecho de um artigo escrito por Casimiro Freire por volta de 1883/1884, não referenciado corretamente pelo organizador. In: *A instrução do povo*, 19/01/1905; *apud*, *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*, 1930, p. 60-61)

2.4 – O poeta e o pedagogo: as interfaces entre a obra literária e a obra pedagógica de João de Deus

Não esperemos do lírico João de Deus um poeta participante, como foram, em parte, Antero de Quental ou Guerra Junqueiro, seus contemporâneos em Coimbra; seu tema é o amor: amor à mulher e amor a Deus. Só o satírico – bem menor que o lírico – refletirá preocupações políticas e sociais, traçando caricaturas das instituições e dos que as mantém. Onde, porém, o vemos mais entrosado em seu tempo, positivamente, atuante, é na sua obra educativa, criando uma *Cartilha Maternal*, que aprimora mais e mais, e orientando os mestres que querem adotá-la. Sua bondade, louvada por todos os que o

conheceram, empenhava-o nesse trabalho útil e desinteressado. (Berardinelli, 1967, p. 7)

Essa interpretação dos distanciamentos entre o tom etéreo da obra literária de João de Deus face ao engajamento “nas coisas de seu tempo”, próprio de seu método de ensino da leitura, apaga algumas correspondências existentes entre essas duas dimensões da produção cultural do poeta português. Para D. Carolina de Michaëlis, por exemplo, o método de João de Deus poderia ser compreendido como “uma solução nova, poética, humana e, até certo ponto, científica”¹²⁶, o que aponta já para as conexões ou empréstimos realizados pela esfera poética do labor intelectual de João de Deus a favor de sua obra pedagógica. Tal análise não é, como se observa, evidentemente nova. Os contemporâneos de João de Deus já salientavam a influência de seu lirismo na *Cartilha Maternal*. É provável, nada obstante, que tenha havido um recorte nas apreciações em relação à feição mais saliente da *Arte de Leitura* de João de Deus: embora não fosse regra, não somente a comunidade de especialistas educacionais (como já seria esperado), mas também setores da imprensa e letrados identificados com o positivismo sublinhavam as inovações científicas trazidas pelo método de João de Deus; em contrapartida, eram recorrentes as avaliações do método do autor de São Bartolomeu de Messines que carregavam em seus aspectos “naturais”, puros etc., geralmente feitas por literatos e homens de letras não tão familiarizados com o *métier* pedagógico. Porém, não foram raras as representações da obra pedagógica de João de Deus que remetiam aos ideais de pureza que circularam nos meios intelectuais portugueses de fins dos oitocentos. E mais: não se restringiram a Portugal, encontrando-se imagens semelhantes do João de Deus puro, bondoso, “natural”, em outros pontos da Europa. Consideramos oportuno perscrutar as fronteiras, contatos e interligações entre as dimensões poética e pedagógica da obra de João de Deus, especialmente para confrontarmos-las com a representação da cientificidade comumente aposta ao seu método de ensino.

Teófilo Braga, um dos amigos diletos de João de Deus, dos maiores representantes do republicanismo e do positivismo em Portugal, traçou um perfil do poeta que, a despeito de sua autoproclamada cientificidade, continha características acentuadamente romanceadas. Vale recordar que os trabalhos de Teófilo no campo da etnografia e da história da literatura, conjuntamente com sua entrada para a Escola

¹²⁶ In: *O Ensino – Jornal do Colégio Portuense*, ano I, nº 2; apud, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano X, Coimbra, 1976.

Superior de Letras de Lisboa, em 1872, marcam o “início da aceitabilidade oficial dos ideais de renovação científica e pedagógica que no ano anterior haviam sido apregoados pelas *Conferências Democráticas do Casino*.” (Sá, 1978, p. 50) Ainda assim, escrevendo em 1905, cerca de dez anos depois da lauta comemoração pelo 65º aniversário de João de Deus, Teófilo Braga eleva o homenageado à figura de “pacificador da alma portuguesa”. Quatro anos antes, como já mencionamos, eclodiu no Porto a revolta republicana de 31 de janeiro de 1891: conquanto o motim tenha sido sufocado, a sociedade lusitana sai fraturada do embate civil. É aí, conforme Teófilo Braga, que assoma a importância da poesia de João de Deus, reparando as feridas, apaziguando os lamentos. Algo só comparável, lembra Teófilo, à música de Rossini, na Europa convalescente das guerras napoleônicas.

Assim como Rossini, depois que a Europa descansou do abalo das guerras napoleônicas que a convulsionaram, foi o consolador pela magia da sua música espontânea e apaixonada, pode-se também nesta crise violenta por que passa a nossa nacionalidade olhar para João de Deus como o poeta que nos pacifica. (Braga, Teófilo. “Escorço biográfico”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. xi)

Para Teófilo Braga, mesmo sem deter e/ou invocar as novas teorias científicas, o poeta algarvio foi precursor da renovação da poesia portuguesa da segunda metade do século XIX por sintetizar a espontaneidade de expressão popular, aspecto que o distinguiu sobejamente da escola literária liderada por Castilho. O autor d’*As teocracias literárias* ajudou a reforçar a imagem de João de Deus como enunciador das coisas de sua terra, o Algarve, associando o caráter do poeta àquela que seria a identidade do extremo sul português: a profunda sensibilidade. Teófilo ressoa a intuitividade da poesia de João de Deus, o que nos faz indagar se esta mesma intuitividade não seria a base em que se assentou a *Cartilha Maternal*:

João de Deus não tinha um passado que o dirigisse, e só por um vago instinto de artista soube amar Camões sem separar-se do povo. As canções do *Campo de Flores* fazem-nos lembrar as mais deliciosas redondilhas de Camões e de Sá de Miranda, certas delicadezas das *Volts* e *Esparsas* nos Cancioneiros palacianos, e demonstram bem o

poder **intuitivo**¹²⁷ que o levou a achar o veio aurífero perdido do nosso fecundo lirismo nacional. (Braga, Teófilo. “Escorço biográfico”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. xi)

No tocante à dimensão pedagógica de João de Deus, Trindade Coelho (escritor, político republicano e autor de livros escolares) ressalta a quase inexistente reflexão do poeta algarvio para a escrita de sua obra pedagógica, como se tudo fluísse “naturalmente”.

Quem conheceu João de Deus sabe que ele não era homem para se dar a estudos, fosse do que fosse. Ler mesmo, lia pouco, e de todas as vezes que o fui topar com um livro diante, era sempre um e o mesmo: a Bíblia. Nunca lhe conheci outro, e uma vez que conversei com ele a esse respeito, disse-me que a Bíblia “dizia tudo”; que livros maus era melhor não os ler, – e que dos bons, humanos, algumas páginas o saciavam.

(...) Victor Hugo, por exemplo, conhecia-o de meia dúzia de poesias; mas tanto as amava, que as traduziu; – e estando, como estou, intimamente convencido de que nunca leu de um escritor senão simples páginas, avulsas e ao acaso, não levando, de princípio a fim, um único livro, e não abrindo, sequer, todas as folhas que lhe mandavam, – posso dar testemunho, em todo caso, de quanto era arguto e seguro o seu juízo acerca deste ou daquele, deduzido, de improviso, de uma simples prova de algumas linhas.

Obra de ciência, então, vou jurar que nunca leu nenhuma, nem tinha dinheiro para as comprar... (Coelho, Trindade. “Prefácio de *A Cartilha Maternal e a Crítica*”. In: Deus [João de], 1897, p. viii-ix)

A pouca reflexividade ou os predicados nada científicos da obra pedagógica de João de Deus são sugeridos por Trindade Coelho ainda no que concerne às acusações sofridas por João de Deus de ter plagiado a *Cartilha Maternal* de publicações francesas e alemãs. Não nos esqueçamos de que se trata de avaliação de um correligionário de João de Deus, tanto no campo político quanto educacional e, recordando ainda da filiação de Trindade Coelho ao positivismo, a valorização da sensibilidade e pureza da *Arte de Leitura* do poeta provavelmente decorre do papel desempenhado por tais caracteres na conformação da filosofia positivista, especialmente a referente a segunda fase da vida de Augusto Comte.

¹²⁷ Grifo meu.

Poderá o Método de João de Deus ter afinidade com outros métodos, que nem por isso, para mim, deixa de ser original, – isto é, um produto abstrato da sua ideação, concretizado, mercê de um bem legítimo desvanecimento, mediante um esforço de sua Vontade. (Coelho, Trindade. “Prefácio de *A Cartilha Maternal e a Crítica*”. In: Deus [João de], 1897, p. ix)

Ele (*João de Deus*) negou, em certo modo, a característica, ou sequer o rótulo de *ciência* à sua descoberta... (*idem*, p. xiii)

Trindade Coelho, autor de compêndios escolares, entusiasta de João de Deus, “falando” também do interior do campo pedagógico, provoca a comunidade portuguesa de especialistas da educação, acoimando-a de nutrir inveja em relação a João de Deus por não ter logrado “inventar” uma solução definitiva para a aquisição da leitura, fato alcançado justamente por um estranho ao campo, sem fundamentação psicológica, científica. Pois, “*mutatis-mutandis*, se o método de leitura achado por João de Deus ensina a ler bem e depressa, que culpa tinha ele de o haver descoberto sem saber uma palavra de pedagogia?” (*idem*, p. xiii)

Trindade Coelho acorre a dizer que conquanto um *produto abstrato da sua ideação*, o método não era isento dos princípios de racionalidade que devem reger uma obra do alcance da *Cartilha Maternal*. Tais princípios estavam condensados na didática desenvolvida pelo poeta, importando as réplicas e acusações dos adversários de João de Deus anódinas e impotentes face à cristalina exposição e justificação racional que este expressou em seus argumentos, o que levou os opositores do método, segundo o juízo do prefaciador d’*A Cartilha Maternal e a Crítica*, a agressões chulas e de baixa categoria. (Coelho, Trindade. “Prefácio de *A Cartilha Maternal e a Crítica*”. In: Deus [João de], 1897, p. xxii) Realmente salta aos olhos o curioso retrato dos *experts* educacionais portugueses pintado por Trindade Coelho, até porque, como consideramos em outra passagem, muitas das críticas dirigidas ao poeta e ao *método* possuíam sólido embasamento.

Teófilo Braga detecta uma verdadeira reviravolta na personalidade de João de Deus quando de sua incursão no terreno da pedagogia:

(...) o seu espírito apático tornou-se ativo; aquela natureza contemplativa mostrou-se armada das mais finas ironias que o fizeram invencível na polémica com que defendeu o seu método do assalto da rotina professoral. (Braga, Teófilo. “Escorço biográfico”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. xxviii)

Esse perfil combativo pode ser observado sem nenhuma dificuldade pelo leitor nas obras de compilação de suas polêmicas via imprensa. Mas na primeira década do século XX, portanto poucos anos após a morte de João de Deus, assiste-se a um processo de mitificação do poeta algarvio, transformando-o em herói nacional, salvador da infância, pacificador da alma portuguesa. As celebrações de março de 1895, 65º aniversário de João de Deus, haviam deixado uma imagem do poeta que impregnou fortemente o que se escreveu posteriormente sobre o autor da *Cartilha Maternal*. Representa a consolidação de uma viragem de reflexos tão vigorosos que logra elevar João de Deus acima das disputas mais comezinhas, transformando-o num *messias*, *portador da boa-nova*, a qual, utilizada corretamente, retiraria das trevas do analfabetismo a população portuguesa. Um depoimento de um dos organizadores da apoteose de João de Deus, publicado sob a forma de opúsculo em Manaus, em 1900, reflete essa mudança de perspectiva¹²⁸.

“Quando eu pensei em lançar a base para o Festival de 8 de Março de 1895, não fui tanto tocado pela obra puramente artística de João de Deus, como não fui pelos seus trabalhos pedagógicos. A sua obra artística era bela idealmente, mas em especial era boa moralmente, era de educação, de construção social, – eu via românticos, realistas, decadistas, a sociedade inteira das letras abraçar um homem que vivia metido numa casinha para o bairro da Estrela; ao lado dele sentavam-se em boa paz inimigos rancorosos por questões pessoais e públicas; falavam com ele e consultavam-no judeus, católicos, ateus, e reacionários, afora toda a escala política, desde a absolutista até a anarquista. Ser bom! Ser bom neste século é ser herói. E ele era-o.

(...) João de Deus por força tinha alguma coisa superior em talento, porque ainda os maiores lhe chamavam mestre, e alguma coisa máxima em caráter, porque todos lhe chamavam amigo. De forma que ele, cronicamente doente e pobre, dava aquilo que não tinha.

(...) Ora, este poder de fazer transpirar na sua obra o sentimento principal de uma nação, como o amor no povo português; de revestir os seus versos numa forma clara e precisa, de inventar um método de leitura para a maioria do povo que não sabe ler, de se harmonizar sem constrangimento com os temperamentos mais diferentes, é revelador da

¹²⁸ Embora haja divergência na bibliografia sobre João de Deus acerca dos idealizadores das comemorações de seus 65 anos, conforme noticia o coordenador da obra *Um apóstolo da instrução popular e da democracia*: “Foi ele (Casimiro Freire) quem lançou nas colunas do *Século* a ideia de homenagem nacional a prestar ao imortal poeta e pedagogo, publicando uma série de artigos sob o título – «João de Deus e a gratidão nacional», e dessa propaganda resultou a consagração que se lhe fez em março de 1895, comemorando o seu 65º aniversário.” (*op. cit.*, p. 12)

sua qualidade primordial, essa me levou a pensar no Festival de 8 de Março de 1895, o de ter sido João de Deus um ente bom.” (*O Jubileu de João de Deus*, p. 13, 18 e 24. *Manaus, 1900, In-16º*. Transcrito por Braga, Teófilo. “Escorço biográfico”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. xxxi-xxxii).

O sucesso do método de ensino da leitura criado por João de Deus ajudou a que se criasse em torno do poeta uma aura de protetor da infância. De certa forma a iconografia de João de Deus reflete e alimenta tal interpretação, mostrando um indivíduo de feições nazarenas, quase uma espécie de Jesus Cristo moderno ou, nos dizeres de Valentim de Magalhães, assemelhado ao próprio Criador:

João de Deus fez mais que cantar a Natureza e o Amor – libertou a infância da gargalheira de treva a que, há séculos, a condenara a estupidez dos mestres. O alfabeto era como o Incriado: tinha todos os elementos da vida, mas no estado de caos; João de Deus entrou nele com uma candeia acesa – a sua *Cartilha Maternal... et lux facta est*. (Magalhães, Valentim de. *João de Deus*. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. 126)

Embora as manifestações sobre João de Deus fossem heterogêneas e nem sempre conduzidas por tais características, o apelo aos ideais sublimes, elevados¹²⁹ passou a se tornar mais frequente, disseminando-se entre a crítica cultural portuguesa e estrangeira. Concomitante à apoteose de João de Deus em Portugal, amigos e admiradores do poeta em Paris demonstraram fraternidade às celebrações lisboetas e, reunindo uma extensa gama de artistas, políticos e intelectuais, reuniram-se para festejar a efeméride. Xavier de Carvalho, jornalista republicano radicado na capital francesa, foi o organizador da festa, que contava com a participação de inúmeras personalidades públicas brasileiras, portuguesas e de outras nacionalidades europeias.

Em Paris, o aniversário do autor do *Campo de Flores* e da *Cartilha Maternal* não passou despercebido. O nosso prezado amigo Xavier de Carvalho, correspondente dos jornais *O Século*, de Lisboa, e *O Paiz*, do Rio de Janeiro, organizou um magnífico *punch*, seguido por um sarau literário e musical, que se realizou nos salões do *Café Riche* do *boulevard* dos Italianos.

¹²⁹ Tais ideais seriam distintivos de sua faina pela instrução, correlatamente à sensibilidade e à simplicidade, elementos constitutivos de sua poesia.

A essa festa por assim dizer familiar, pequena na forma, mas grande na essência, pela ideia e sentimento que reproduzia, assistiram cerca de oitenta portugueses, que, embora longe da pátria, aproveitam todos os momentos que se lhes deparam, para renderem homenagem ao talento e virtudes dos seus compatriotas.

(...) Monsieur Arthur Loiseau, num improvisado discurso, em que começou por se referir agradavelmente a Portugal, cujo país visitou e ao qual tributa o maior entusiasmo, mostrou não só os merecimentos de João de Deus como poeta e educador, mas falou igualmente das gloriosas tradições de Portugal, dos seus historiadores e poetas, dos seus grandes navegadores, do imortal autor dos *Lusíadas*, e disse que lamentava que esse grandioso e sublime país fosse tão esquecido.

(...) A festa fez honra a Xavier de Carvalho, que a organizou deixando todos completamente satisfeitos, e trocando-se no buffete através do champanha, as saudações mais entusiásticas, acompanhadas de brindes a João de Deus. (“Notícia do Festival em Paris”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. 452-453)

Também vivendo em Paris, o grande romancista Eça de Queirós repisa a ideia da profunda entrega de João de Deus à simplicidade e à sua lira poética. É notável que anteriormente Eça tenha regozijado com a criação do método de ensino da leitura de João de Deus, considerado por ele e por muitos da *Geração de 70* como uma renovação nos procedimentos de alfabetização até então vigentes em Portugal. A despeito disso, a nota queirosiana aponta para o alheamento das coisas terrenas levado a cabo pela poesia de João de Deus:

A todo o seu século, a este fecundo e revoltoso século permaneceu sempre alheio, senão pela inteligência, ao menos pelo sentimento. Nem a ruidosa deslocação de classes; nem as ilusões humanitárias da Democracia; nem a conquista violenta dos Direitos políticos; nem a obra grandiosa da Ciência experimental; nem as audácias da Mecânica; nem revoluções sociais, nem transformações espirituais – o comoveram ou tiraram um som à sua Lira amorosa e sacra.

Paris, 22 de Fevereiro de 1895

Eça de Queirós

(“Apreciação de Eça de Queirós”. In: *Festival João de Deus*, 1905, p. 455)

Acreditamos que foram muitas as interfaces entre as dimensões poética e pedagógica da obra de João de Deus. Parece que não incorreríamos em equívoco ao pontuar que a ideia que presidiu a concepção da *Arte de Leitura* de João de Deus

resultou de um desenvolvimento da expressão de sua lírica, aplicada à linguagem. A mesma neta de João de Deus, em conferência proferida a oito de março de 1992 em Genebra, Suíça, em evento organizado pelo Centro Português de Cultura como parte das comemorações pelos 162 anos de nascimento de João de Deus, aponta parte do caminho trilhado por seu avô a fim de operacionalizar sua concepção de método de aprendizagem da leitura:

Estudou a língua e o alfabeto português mais como linguista do que como pedagogo, mas foi como pedagogo que organizou as dificuldades para estabelecer uma progressão lógica, e, acessível ao espírito infantil e ao do adulto que fizessem a sua iniciação na arte da leitura.

Sabia bem que um método de leitura está muito ligado à linguagem e que o ato de ler é um ato composto por várias ações sobrepostas – a interpretação do símbolo linguístico e de todo o seu significado, mas representa essencialmente o contato com um importante instrumento de comunicação que é a palavra. (Carvalho, 1996, p. 54)

2.5 – A propaganda do método: exploração comercial e veiculação de ideias no espaço atlântico

A questão da difusão do *método* João de Deus e da *Cartilha Maternal* ganha contornos específicos nesta tese na medida em que não se busca necessariamente o mapeamento da aceitação e aplicação do *método* e manual escolar e/ou sua “oficialização”, nas instituições e sistemas de ensino de Portugal e Brasil. Antes, a atenção se volta para os mecanismos de propaganda e validação de sua proficiência junto às instâncias e espaços em que se procurou divulgá-lo. A mobilização de intelectuais e forças sociais que, encontrando no *método* de ensino e na proeminência alcançada por João de Deus uma plataforma de atuação que lhes auxiliasse em seu desiderato de intervenção política e social e que lhes propiciasse uma entrada para a atualização do debate acerca da decadência e para a formulação de propostas para a superação de tal condição, é que mais nos interessa nesse terreno. Nesse sentido, a pesquisa demonstra uma particular sensibilidade para o papel que o método de ensino criado por João de Deus desempenhou enquanto substrato cultural a atuar na reversão

da cena decadentista lusitana e na agenda política de “reerguimento” da posição do país no prosaíno internacional (em que se sublinha a consolidação e expansão dos domínios coloniais em África).

Indissociado dessa perspectiva, a investigação a propósito da difusão do método de ensino de João de Deus confere azo, igualmente, a uma exploração a respeito do modo como seus divulgadores encetaram o projeto que pretendeu vulgarizá-lo e as conseqüentes batalhas pelo controle de sua apropriação. À parte os elementos peculiares associados à elaboração do método – os quais emergem num terreno dominado pelo debate pedagógico do período, em que se sublinham componentes como eficácia e rapidez – a configuração assumida pelo método João de Deus e pela sua contraface material, a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, parece ser a de uma empresa literário-pedagógica, a qual carrega também em seu bojo, para além dos interesses de exploração comercial advinda da venda da cartilha, um objetivo mais amplo, vocacionado a atuar no estancamento do aludido processo de decadência das forças materiais e intelectuais lusitanas, diminuindo assim a distância que separava a pequena monarquia ibérica dos países mais adiantados do norte da Europa. Tais aspectos da propagação do método de João de Deus não estão divorciados: a concepção e a concretização do compêndio também responderam a fatores de ordem econômica, afinal o poeta algarvio – que apesar de tudo já trabalhara até cosendo à máquina para sobreviver¹³⁰ – via no empreendimento uma forma rentável de remuneração pelo seu trabalho intelectual, o que não exclui seu esforço por se imiscuir na questão do momento em Portugal naquelas décadas finais dos Oitocentos, o do ensino da leitura. Correlatamente, o mercado editorial (e especialmente o de livros escolares) ganhava corpo no Brasil e os benefícios que se poderiam auferir através da venda da *Cartilha Maternal* representou, a meu ver, um atrativo poderoso para a penetração do método João de Deus na ex-colônia portuguesa na América do Sul. Já na página final da 1ª edição se lê: (...) *É co-proprietário desta obra, no Brasil, A. A. Lopes do Couto, Livraria Luso-Brasileira, rua da Quitanda, nº 24, Rio de Janeiro.*” (*Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, publicada

¹³⁰ Conforme assinala um esboço biográfico do poeta constante do sítio eletrônico da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, o autor da *Cartilha Maternal* “coseu à máquina para um grande estabelecimento de roupas brancas do Chiado, o Armazém Suíço que era conhecido pelos enxovais ricos. Além desse tirocínio, João de Deus, para garantir sua subsistência, compôs sermões para pregadores, prólogos dramáticos, hinos sagrados para cerimónias religiosas e rimas para rebuçados de confeitaria.” Extraído de <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1> (acessado em 9 de maio de 2010 às 21h17).

pelo seu amigo Cândido J. Aires de Madureira, Abade de Arcozelo. Porto, Livraria Universal e Moniz, 1876).

Tanto em Portugal quanto no Brasil João de Deus denunciava a imitação de seu *método* e as contrafações da *Cartilha Maternal*.

Eu pensava em mandar o José (refere-se ao seu filho José do Espírito Santo Ramos), mas isto está agora mais complicado porque os meus pequenos interesses estão sendo muito cerceados pelas contrafacções que se estão fazendo no Brasil das minhas obras de mais venda.

(*Carta de João de Deus ao seu primo José Ramos Moreira*. In: *Correspondência de João de Deus*. A. P 1-2 [MJD], fl. 58ª – M 134)

O exame da correspondência de João de Deus e de suas obras de apreensão da trajetória da aplicação do *método* dão um panorama das polêmicas a que esteve envolvido o poeta. Refutava-se a originalidade do *método* a João de Deus, punha-se em xeque se suas intenções não eram antes de lucro comercial com a venda das cartilhas (vendidas a um preço exorbitante segundo seus críticos) que genuinamente de combate ao analfabetismo.

Sr. Redactor. Não sei em verdade que hei de julgar da ignorância balofa e ridícula bazófia com que o sr. dr. João de Deus pretende inculcar-se oráculo infalível e único nestas questões de ensino primário. S. s^a, segundo declarou, fora convidado por um livreiro para fazer uma cartilha que fizesse concorrência no mercado, e por isso deu-se a arranjar essa *Cartilha Maternal* em que pretende impingir-nos como novo o que já é velho e muito velho.

(...) Podiam vender a cartilha e as tabelas sem ofenderem a ninguém nem dizerem mal de outros trabalhos análogos; mas por este modo a venda seria muito morosa ou mesmo não se faria; tornava-se pois urgente afugentar a concorrência deprimindo e desacreditando tudo quanto houvesse já publicado sobre o assunto. Mais tarde, recordando-se que o sr. Castilho tinha apanhado o ordenado de 700\$000 réis com a publicação do seu método de *leitura repentina*, ao qual também se atribuem os milagres que agora se diz fazer a *cartilha maternal* pensou que, tendo em diversos pontos do país, e nas redações de muitos jornais os seus condiscípulos de Coimbra e os protetores e amigos de hoje, não lhe seria difícil também obter de algum ministro o favorzinho de um subsidio do tesouro que lhe permita viver um pouco mais regaladamente, porque enfim o trabalho aturado sempre mói o corpo e o tempo não está para moedeiras (sic).

Para isto se conseguir, o que era preciso? Fazer acreditar que o seu método de leitura (método seu?) era uma oitava maravilha do mundo, que tudo se achava em trevas, que os professores eram todos uns ignorantões chapados, que ninguém sabe ensinar a ler, e até poucos deles conhecem o alfabeto, e que por conseguinte a luz só pode partir do sr. dr. João de Deus, com quem os professores todos precisam aprender o que não sabem, e ninguém lhes pode ensinar senão o distinto poeta. É o que se tem feito por parte do sr. dr., dos seus protetores e também por parte duma certa clientela de louvaminheiros que à sombra do poeta pretendem especular e fazer também o seu negócio. (Carta de Adélio Adelino¹³¹ ao jornal *Democracia*, Póvoa de Lanhoso, 18/07/1878. In: Deus [João de], 1881, p. 139-140)

Nesta disputa, travada com pedagogistas e igualmente com o pessoal docente da Escola Normal masculina de Marvila, em Lisboa, reconhece-se a intenção de João de Deus de legitimar, por meio até da ridicularização de seus oponentes, seu método de ensino como o melhor apetrechado para o aprendizado da leitura, em que se sobressaem a economia de tempo e a permanência da habilidade leitora nos indivíduos que frequentavam as aulas. Alguns trechos das polêmicas entabuladas pelo poeta e seus adversários dão bem o tom da justificação da primazia do *método* João de Deus frente ao que havia em Portugal no período:

Reinava a fantasia e a extravagância. A falta do método atestada por quantos sabiam ler, e ainda mais pelo sem-número dos que não sabiam ler, fiava atenção e mercado à vaidade e cobiça de todo o escrevinhador. Os mesmos de boa-fé, vendo que homens de razão e estudo não tinham achado método, tentavam a eventualidade por combinações caprichosas. Tal houve, que deu à luz sete cartilhas, todas diferentes como se fossem cada uma de seu pai!

O sr. Raposo publica a sua – deixando a aplicação, o uso, que é o mesmo texto em ação, e o segredo da sua utilidade, ao gosto por mais vário e depravado de cada qual!

(...) A alma duma nação como a nossa, onde em quatro milhões e meio de habitantes há quatro milhões e um quarto de analfabetos, acha-se quase nas condições do instinto animal, e tal nação é necessariamente miserável: feliz dela se arredada dos povos cultos pode ainda conservar as virtudes próprias das suas irmãs bárbaras ou patriarcais; senão, em contato com todos os vícios e ambições naturais da civilização, e sem os recursos da

¹³¹ João de Deus acredita tratar-se de um pseudônimo de um dos 12 professores da Escola Normal de Marvila que lhe fizeram sistemática oposição, liderados pelo diretor da referida instituição de formação docente, o sr. Teófilo Ferreira.

reflexão e da indústria, à miséria reconhecida que é ainda maior miséria, ajuntará a corrupção.

Do sentimento dessas verdades mais ou menos refletidas nasceu o acolhimento extraordinário, sem par, da nossa arte de leitura, que se mostrou logo reduzir o ensino de anos a meses, e de meses a dias: não por artifícios mecânicos e cerebrinos, mirando só aos resultados técnicos, e sem respeito às condições morais do aluno, mas por meios rigorosamente lógicos e por isso singularmente profícuos. Desde as mais notáveis pessoas da ciência e das letras, da imprensa e da política, até ao meio selvagem que adquiria a *Cartilha Maternal*, como houve muitos, sem saber ler nem ter quem lhe ensinasse, mas só para oferecer ou possuir, tudo foram bênçãos, saudações e aplausos de ensoberbecer a quem a frieza dos anos, senão mais dos desenganos, consentisse algum entusiasmo. (Deus [João de], 1881, p. xviii-xix)

A respeito da acusação de plágio de que era alvo a *Cartilha Maternal*, João de Deus se defende utilizando um recurso retórico que aponta para uma superioridade de seu saber pedagógico, o qual emanava espontaneamente, independente de comparações com os teóricos da educação portugueses de seu tempo:

Abstraindo-me, como disse, das publicações análogas, limitando-me à própria reflexão, ainda assim não me pareceu a questão insolúvel, por estar posta, não em condições de superioridade, mas só nas que impõe o natural decoro de escritor, que era ser minha a solução.

(...) Este plano ainda hoje me parece ao alcance de todos; porém na minha ignorância dos métodos alheios, e cômico das minhas induções, que dúvidas podia eu ter em publicar uma cartilha sobre tais bases? Se outro tinha pensado como eu, eu tinha pensado como ele. A novidade não é a originalidade; assim como a consciência não é o plágio. Porque há coincidências, e é talvez uma que sugere estas linhas.

(...) Resumindo, – a *Cartilha Maternal*, tivesse ou não tivesse novidades, é original, minha, quanto pode ser nosso o que produzimos no mundo literário.

(Deus, João de. *Resposta a Emydio Navarro*. Publicado originalmente em *O Progresso*, Lisboa, Dezembro de 1877. In: Deus [João de], 1881, p. 19-21)

Em relação à amplitude alcançada pelo método João de Deus e pela *Cartilha Maternal*, nota-se que rapidamente ambos se disseminam para além das fronteiras do Portugal continental, irradiação que se dá de inúmeras maneiras, dentre elas: por intermédio da correspondência entre os homens de letras, pelo noticiário jornalístico,

pelo despacho de exemplares da cartilha e, inclusive, pelo envio de professores e divulgadores. Ainda no último quartel do século XIX, com exceção da Oceania, o método e a cartilha de João de Deus estão presentes nos outros quatro continentes do planeta. Apenas em relação aos países de língua portuguesa, o método de ensino de João de Deus – passados poucos anos da primeira edição da *Cartilha Maternal* – já era utilizado para a aprendizagem da leitura na ilha da Madeira e dos Açores, em São Tomé e Príncipe, na África ocidental (ao que atualmente corresponde ao território de Angola), em Moçambique, Goa, além do Brasil. Nos territórios que hoje compreendem a república angolana o ensino das línguas nativas seguiu, em parte, uma gramática inspirada na *Cartilha Maternal* de João de Deus¹³². Escrita pelo poeta africano J. D. Cordeiro da Matta, a *Cartilha Racional para se aprender a ler o kimbundu (ou língua angolense) escrita segundo a Cartilha Maternal do Dr. João de Deus* veio à luz em 1892 e, segundo seu autor, representava o preenchimento de uma lacuna no continente africano no que se refere aos procedimentos mais modernos de ensino da leitura. A nosso ver, a descrição feita por Oliveira (1982) a respeito da iniciativa de Cordeiro da Matta deixa transparecer alguns reflexos acerca da posição angolana no seio do império português, de como a sociedade colonial dialogava com os signos civilizatórios em circulação na passagem do século XIX para o século XX, e igualmente como a posteridade ainda concebia a obra pedagógica de João de Deus (Mário António Fernandes de Oliveira era, em 1982, presidente da Seção de Literatura da Sociedade de Geografia de Lisboa). Em primeiro lugar, Oliveira (1982) avalia que o método de João de Deus era o que de “mais progressivo se registava no momento cultural metropolitano, ao lado da também presença tutelar de Adolfo Coelho.” (Oliveira, 1982, p. 202) Pelo ensaio de Oliveira (1982) pode-se aventar a hipótese de que (de maneira semelhante ao modo como se concebe nesta tese que a obra pedagógica do poeta algarvio era lastreada por uma intenção de intervir no debate sobre a decadência portuguesa) a *Cartilha Racional para se aprender a ler o kimbundu*, publicada por um intelectual nativo, negro, traduzia para sua realidade as possibilidades que a ele chegavam da metrópole, do prestígio do método de João de Deus e da consequente euforia quanto aos poderes “emancipadores” de que este era depositário. Cordeiro da

¹³² Vide MATTÁ, Joaquim Dias Cordeiro da, *Cartilha Racional para se aprender a ler o kimbundu (ou língua angolense) escrita segundo a Cartilha Maternal do Dr. João de Deus*. Para mais informações acerca da cartilha de Cordeiro da Matta, ver: OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. “Um João de Deus angolano”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1982, p. 201-11.

Matta, poeta como João de Deus e Castilho, teria permanecido a vida toda em Angola¹³³ e se interessado por múltiplas áreas do conhecimento e do labor intelectual, dentre elas a poesia, o jornalismo, o romance, a crônica, a filologia, a história, o folclore e a educação popular¹³⁴. Nesse último campo parece ter Cordeiro da Matta desenvolvido um grande interesse, especialmente na medida da raridade ou até mesmo inexistência de gramáticas ou manuais de ensino da língua kimbundu, para a criação de uma ferramenta que ajudasse seus conterrâneos a decodificar a mundivivência em que estavam imersos na modalidade escrita de sua língua natal. Os desafios postos a Cordeiro da Matta eram, pois, extremamente maiores. Pressupunha a superação do exclusivismo da tradição oral e, mais, não sob a égide do idioma do colonizador, mas sim, de sua própria língua. Os jornais da colônia, ao mesmo tempo em que louvavam o método de João de Deus e os efeitos benéficos que provocara no espaço atlântico luso-brasileiro, denunciavam o esquecimento a que ficaram relegados os territórios da África ocidental, ignorados não apenas pela administração (local e metropolitana), bem como pela consciência letrada luso-falante.

“Há quatorze anos, um fato admirável, espantoso, extraordinário, assombrou o magistério luso-brasileiro! Um novo livro, único no gênero, saíra à luz.

(...) A obra e o autor não carecem dos encômios de um escritor pouco conhecido na república das letras, quando aparadas penas o fizeram melhor e prestaram a devida homenagem ao autor. O nosso propósito é outro. Damos simplesmente a entender que

¹³³ Cordeiro da Matta viveu bastante isolado dos grandes centros culturais, mesmo em Angola teria preferido a existência próximo à foz do Quanza que em Luanda. Conforme Oliveira (1982) suas maiores referências intelectuais, além dos mais conhecidos escritores portugueses de seu tempo (Cordeiro da Matta viveu de 1857 a 1894), como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e João de Deus, foram o poeta suíço Héli Chatelain (o qual conhecera em pessoa) e Francisco Adolfo Coelho. Oliveira (1982) anda aponta algumas semelhanças nos itinerários de Cordeiro da Matta e Adolfo Coelho. Conforme o autor citado, “está por estudar a forma como se realizou o contato entre Adolfo Coelho e J. D. Cordeiro da Matta, que tão de perto seguiria o seu mestre português. é presumível que nessa relação tivesse a Sociedade de Geografia de Lisboa desempenhado papel não dispiciendo. Com efeito, a oferta da Cartilha do escritor angolano à Sociedade de Geografia de Lisboa alguma coisa diz a tal respeito, assim como o paralelismo biográfico entre os dois autores. (...) Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 1878, (...) Adolfo Coelho nela colaborou com Luciano Cordeiro no sentido de que as línguas não europeias deveriam merecer o maior interesse das potências coloniais. Para esse desígnio, contribuiu a sua posição de Vogal nas Seções de Etnologia e Viagens, e de Presidente das Seções de Ciências Étnicas e de Instrução Nacional. O seu trabalho no plano das línguas ultramarinas teve larga expressão, a ponto de a sua colaboração no «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» ter justificado a publicação, um século mais tarde, do volume *Crioulos*, coordenado por Jorge Morais-Barbosa. Também do sábio português aprendeu J. D. Cordeiro da Matta a lição que havia de consubstanciar na parte mais importante da sua obra: a dedicação por «tudo quanto respeita a vida coletiva e social – o Povo no seu patrimônio étnico de crenças, de superstições, de tradições, de folclore.»” (Oliveira, 1982, p. 204-205)

¹³⁴ Informações extraídas da página em linha: <http://www.embaixadadeangola.org/cultura/literatura/autores.html> (acessado em 24/02/2011, às 00h40).

estando em Portugal e no Brasil admitidas em todas as escolas a Cartilha Maternal, não seja também adotada em todas as escolas desta província!” (*O Arauto Africano*, nº 29, 20/09/1890; *apud*, Oliveira, 1982, p. 202)

O texto do periódico angolano exprime, de certa forma, o duplo sentimento de seu redator: ao mesmo passo que traduz a ideia de pertencimento à “grande pátria cultural de língua portuguesa”, denuncia que em tal potentado linguístico os intelectuais da nação que lhe deram origem volveram as costas para a África: enquanto João de Deus “espalhava os benefícios de seu cometimento pedagógico pelas áreas de língua portuguesa na Europa e na América, a metrópole se esquecera de à África, mais precisamente a Angola, estender o benefício” de que desfrutavam portugueses e brasileiros. (Oliveira, 1982, p. 202-203)

No mesmo ano da publicação da cartilha de Cordeiro da Matta a Câmara Municipal de Luanda participa a João de Deus sobre a inauguração, na sala da escola central da própria Câmara, de um retrato do poeta, pintado por um “pré-adolescente” da colônia. Embora João de Deus não fosse ateu nem iconoclasta (e tivesse, inclusive, um irmão sacerdote), possuía lá suas reservas quanto ao clericalismo; o impressionante da homenagem é a sub-reptícia vinculação entre o ato e uma espécie de aura sacral (representada não só fisicamente pela presença de eclesiásticos locais, mas pelo ritual de celebração à figura do poeta, pelo estilo da escrita da carta informativa do preito e a leitura recorrente de discursos feita pelos clérigos presentes à cerimônia) em torno da representação ali veiculada da figura de João de Deus.

Em nome da câmara municipal desta cidade, cabe-me a honra de enviar a v., por cópia o auto da inauguração do retrato de v. na sala da escola central deste município, no dia 8 do corrente: retrato copiado e oferecido para esse fim pelo jovem de 12 anos de idade, filho desta terra, Júlio Ferreira de Lacerda; e dos discursos que foram pronunciados nessa ocasião por diversos cavalheiros.

Esta vereação aproveitando tão azado ensejo, não podia ter melhor ocasião de render a v. as suas justas homenagens, respeito e veneração pelos seus dotes intelectuais, e pelo grande serviço humanitário que tem prestado à infância. Deus guarde, etc. = O vice-presidente António B. Pedreira.

“Aos oito dias do mês de Maio do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e noventa e dois, nesta cidade de Luanda e na sala da escola central da câmara municipal, estando presente o Exmo. sr. vigário geral representando sua Ex^a.

Revdm^a. o sr. bispo da diocese, os Exmos. srs., Vice-presidente da câmara municipal António Bernardino Pedreira; fiscal António d'Oliveira Neves; vereadores Augusto César Scarlatti Quadrio, Roberto Nunes Burity e Joaquim de Brito Pires; as asiladas de D. Pedro V com a sua professora; alunas da escola municipal do sexo feminino; o professor e alunos da escola do Ingombota; o professores e alunos do Instituto Luso-Africano 15 de Agosto, e grande número de cavalheiros previamente convidados para assistirem à inauguração do retrato de João de Deus, autor da Cartilha Maternal e exímio poeta, cujo retrato foi oferecido e copiado pelo jovem filho desta cidade Júlio Ferreira de Lacerda. O Exmo. sr. vice-presidente abriu a sessão e agradeceu a todas as pessoas presentes por terem honrado este ato com sua presença. Em seguida convidou o Exmo. sr. vigário geral a ajudar a desvendar o retrato, lendo um pequeno, mas conceituoso, discurso alegórico ao ato, rendendo as suas homenagens ao autor da respectiva cartilha e tornando bem patente a grande habilidade do jovem africano. Em seguida o Exmo. sr. vereador Joaquim de Brito Pires leu um brilhante e longo discurso apresentando o preito da sua homenagem ao excelso académico. Os Exmos. srs. administrador do concelho substituto Paula Brito, o jovem Joaquim Ribeiro de Carvalho leram grandes e substanciosos discursos análogos ao assunto, felicitando a câmara municipal por esta festa e rogando-lhe que ela por si e por sua Ex^a. o Governador geral, interceda para que se aproveite a precoce inteligência deste novo e já ilustre africano Júlio de Lacerda; lendo também este um discurso em que agradecia à câmara municipal as homenagens prestadas ao retratado, assentindo assim ao belo acolhimento que deu á sua oferta. Os Exmos. Srs. Luiz Fazenda e Domingos Cardoso pronunciaram discursos análogos. O Exmo. sr. vigário geral, em nome de sua Ex^a. Revdm^a. desta diocese, manifestou o quanto lhe tinha sido simpática esta festa em proveito da civilização e religião. O Exmo. sr. Mamede de Sant'Anna e Palma leu um discurso no mesmo sentido. O Exmo. sr. comendador D. Luiz da Câmara Leme felicitou o Exmo. sr. vereador Joaquim de Brito Pires pelo brilhante resultado que tirou desta festa, de sua proposta. Foram todos os discursos entusiasticamente aplaudidos. E para constar se lavrou este auto que vão todas as pessoas assinar comigo, Joaquim Maria d'Azevedo Franco, escrivão da câmara municipal que o subscrevi." (*Correspondência n° 87*, Luanda, secretaria da Câmara municipal, 24/05/1892. In: Deus [João de], 1896, p. 210-212)

Além de Angola, é possível encontrar registros da introdução do método de João de Deus nas ilhas atlânticas (dos Açores e da Madeira). Pouco depois da data de desembarque de António Zeferino Cândido no Rio de Janeiro João de Deus noticia

solicitação vinda do arquipélago dos Açores para a introdução do método no distrito de Angra do Heroísmo.

Já “conhecedor” dos resultados da aplicação do método em outras partes do país e desejando difundir a instrução popular pelas classes pobres da sociedade, o presidente da referida junta roga a João de Deus se este pode ministrar o método a um mestre enviado ao poeta para tal desiderato e, em segundo lugar, interroga-se quanto tempo seria necessário para cumprir-se o mister. (*Correspondência n° 8*, Junta geral do distrito de Angra do Heroísmo, 15/11/1878. In: Deus [João de], 1896, p. 148)

Presidente da câmara roga a João de Deus que receba o professor de ensino primário Theodoro João Henriques, enviado a Lisboa para aprender o método. (*Correspondência n° 16*, Câmara municipal do Funchal, 18/01/1879. In: Deus [João de], 1896, p. 150)

Em agosto de 1879 João de Deus recebe nova missiva do presidente da Junta do distrito de Angra do Heroísmo, agradecendo-o por ter se inclinado a acolher os pedidos anteriormente feitos. Acrescenta que o método já havia sido implantado no distrito (o que nos leva a pensar que João de Deus, com dificuldade de encontrar professor gabaritado e que se disponha a se deslocar até a Ilha Terceira, não tenha conseguido o aceite de nenhum para o desencargo da missão, ou o atendimento ao pedido se fez tarde demais), dele se colhendo profícuos resultados, o que poupa o poeta de efetivamente se ocupar das solicitações feitas pela Junta¹³⁵.

Porém, em 1887, já em atividade a *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus*, as notícias acerca da aplicação do *método* nos Açores não eram tão animadoras. Correspondência do professor José Gonçalves Martins, professor por muitos anos das missões de alfabetização pelo método João de Deus, informa que o andamento da missão de Vila Franca do Campo não ia nada bem, sendo a missão “espinhosa e o abandono em nível elevado, de 90 alunos lhe restaram 38.”¹³⁶

¹³⁵ *Correspondência n° 22*, Junta geral do distrito de Angra do Heroísmo, 28/08/1879. In: Deus [João de], 1896, p. 158.

¹³⁶ Parece que passados alguns anos da instalação das escolas móveis alguns resultados colhidos com as missões traziam desânimo à direção da Associação. Conquanto vários depoimentos desde o início das atividades dessem conta do sucesso do empreendimento, os obstáculos fizeram os dirigentes duvidar da longevidade das missões. Não apenas em virtude das dificuldades financeiras, de infra-estrutura e quanto ao recrutamento de bons mestres, mas a própria realidade local, com o diminuído interesse dos educandos em acorrer às aulas e a aparente reduzida repercussão dos reflexos das missões para a sociedade autóctone eram problemas difíceis de serem superados. Como afirma o Relatório da *Associação de Escolas Móveis pelo método João de Deus* do Biênio 1886/88:

(*Correspondência n° 61*, Carta do professor José Gonçalves Martins, 30/07/87. In: Deus [João de], 1896, p. 192)

Também na possessão ultramarina de São Tomé e Príncipe o método de João de Deus foi introduzido. O poeta algarvio apresenta correspondência da sr^a. D. Maria Victória Leal Emauz N. C. Pereira, a qual comprova o uso do método na então colônia portuguesa por intermédio da apresentação de um documento do Conselho Inspetor de Instrução Pública provincial. Na contramão do pensamento do ministro do reino Rodrigues Sampaio, o qual três anos antes se manifestara contrariamente à imposição, por parte do Estado, do compêndio escolar pelo qual o professor deveria se guiar, o secretário do referido conselho, José Henriques Esteves Costa, manifestou-se explicitamente a favor da adoção do método João de Deus nas escolas primárias são-tomenses. Além dessas informações, na carta da sr^a. D. Maria Victória também consta relatório do presidente da província participando ao conselho o recebimento de exemplares da *Cartilha Maternal* e dos respectivos quadros parietais vindos da metrópole.

José Henriques Esteves Costa, secretário do conselho inspetor de instrução pública na província de S. Tomé e Príncipe. – Certifico que das actas das sessões com relação ao método de João de Deus consta o seguinte: - Na sessão de 26 de Fevereiro de 1880, o sr. António Maria de Jesus Castro e Moraes desejou que o revdo. sr. Padre Sebastião Dias Lopes informasse o conselho dos resultados obtidos pelo método João de Deus e que a sua informação fosse lançada na acta. O exmo. presidente convidou o revdo. sr. Sebastião Dias Lopes a informar o conselho segundo o desejo do sr. Vogal Castro

“Uma municipalidade, um grupo de homens, às vezes um só indivíduo, solicita a missão. O professor parte; abre-se a matrícula; geralmente a afluência de discípulos é muito grande do primeiro momento. (...) Depois começam as lições; de 75 a 90. É o subir da montanha: o primeiro entusiasmo arrefece pouco a pouco, vêm os obstáculos da vida, os desânimos, não raro as intrigas e suas sequências, as faltas, as deserções. Parte dos discípulos extraviam-se, metade não chega ao final do curso. Anuncia-se a sessão dos exames, e ainda alguns fogem. Muitos, porém, dos que ficaram, ao longo do caminho, deixaram de ser analfabetos; mais ou menos aprenderam, e alguns até suficientemente. Os que tiveram a pequena perseverança e a felicidade de completarem as lições e não se assustaram com o exame acompanham o professor. A sessão é de festa; quase sempre na casa da câmara. Há flores, discursos, senhoras, música; e a concorrência é grande. Alegam as exterioridades da função; a música e os oradores são aplaudidos; mas a leitura realizada pelos discípulos, crianças, desde os seis anos, adultos de todas as idades, quatro meses antes, de todo analfabetos; a apresentação das suas escritas na sala, a prontidão com que, na pedra, somam, diminuem, multiplicam e dividem, surpreendem e entusiasmam desde as palavras até as lágrimas. É o pasmo causado pela estranheza do milagre. A assembleia aprova, por unanimidade, votos de louvor ao solicitador da missão, ao professor ao autor do método, à nossa Sociedade das escolas móveis; a música toca os seus últimos acordes e a reunião dispersa-se. Nesse dia fala-se no assunto; é o grande acontecimento da terra; mas 3 dias depois ninguém se lembra mais disso, – o milagre olvidou-se e... foi olvidada a Associação.” (*Correspondência n° 73*, Relatório da Associação de Escolas Móveis pelo método João de Deus, Biênio 1886/1888. In: Deus [João de], 1896, p. 199/205)

Moraes, o qual disse: tendo por mais de um ano adoptado na escola primária desta cidade, a meu cargo, e em lições particulares, o método, e tendo conseguido sem embargo das más condições da casa e da irregularíssima frequência dos alunos, ensinar a ler em 40 lições, pouco mais ou menos, indivíduos analfabetos, resultado que em iguais condições, eu afirmo, não poderia obter-se por qualquer outro método conhecido, julgo-me autorizado a aconselhar e recomendar o referido método e a pedir que seja especialmente adoptado nas escolas desta província.

(...) Em sessão de 19 de Julho do referido ano S. Ex^a. o presidente participou ao conselho ter o almoxarifado da província recebido do reino pelo último paquete umas colecções do método de João de Deus e de quadros parietais do mesmo método: o conselho resolveu que se desse conhecimento disso aos professores.

Foi mais participado pelo mesmo exmo. presidente a visita que tinha acabado de fazer à escola da vila de Guadalupe e o agradável lhe tinha sido verificar a boa ordem que encontrou. Que tinha assistido à lição de todos os alunos pelo método João de Deus. Que no dia seguinte o professor e pároco de Guadalupe o procurara na roça Rio de Ouro onde se achava da visita que tinha feito à escola, e que nessa ocasião lhe dissera que nessa manhã se tinham matriculado mais dez alunos.

Na sessão de 19 de Novembro do referido ano resolveu o conselho que se recomendasse aos professores, que ainda não tivessem quadros parietais do método João de Deus que os requisitassem a fim de competentemente lhe serem distribuídos.

Na sessão de 19 de Agosto do corrente ano, em que se tratou dos livros a adoptar nas escolas, resolveu-se que nas escolas de instrução primária continuassem sendo compêndios oficiais o Método de João de Deus – Deveres dos Filhos. – *São Tomé, 9 de Dezembro de 1881. = José Henriques Esteves da Costa.*

Acta da sessão do conselho inspector da instrução pública de 19 de Dezembro de 1881. – Achando-se presentes s. e. o sr. Governador da província e presidente do referido conselho, e os vogais, Vicente Lino Patrício Álvares, e António Maria de Jesus Castro e Moraes, faltando por motivo de doença o rev. vigário pro-capitular da diocese, e por motivos também justificados o dr. José Correia Nunes, foi presente ao conselho o officio de 9 do corrente da professora desta cidade D. Maria Victória Leal Emauz N. C. Pereira, no qual participou ao conselho que durante os dois meses de licença que esteve em Lisboa, frequentou, não obstante o seu estado de saúde, o curso do método de leitura e escrita do sr. João de Deus, obtendo o documento de habilitação que envia ao conselho. S. e. o presidente disse que folga em ter na província a seu cargo uma professora reconhecidamente habilitada a leccionar pelo método João de Deus; que lhe era lícito congratular-se por este motivo, por isso que o conselho sabia quanto ele tinha

trabalhado por introduzir nas escolas da província o ensino por este método. = Vicente Pinheiro Lobo Machado de Mello e Almada (governador e presidente); Vicente Lúcio Patrício Álvares (vogal); António Maria de Jesus Castro e Moraes (vogal); José Henriques Esteves Costa (secretário do conselho).

Está conforme, etc. = *José Henriques Esteves Costa (secretário do conselho)*.

Conselho inspector de instrução pública – Circular nº D, dirigida aos professores da província. – Ilmo. Sr. – O conselho inspector de instrução pública resolveu que nas escolas houvesse a maior uniformidade possível no ensino, não devendo por isso v. s. adoptar compêndios diversos. Em virtude desta resolução sirva-se v. s. enviar uma nota dos livros que julgar mais convenientes. O conselho recomenda em especial a adopção do método e mais livros de João de Deus. – Deus guarde, etc. = *José Henriques Esteves Costa (secretário do conselho)*.

(*Correspondência nº 31*, Carta de D. Maria Victória Leal Emauz N. C. Pereira contendo *Relatório do Secretário do Conselho Inspector de Instrução Pública, Acta da sessão do Conselho Inspector de Instrução Pública de 19 de Dezembro de 1881 e Circular nº D do Conselho Inspector de Instrução Pública, dirigida aos professores da província*. In: Deus [João de], 1896, p. 162)

Como aludido anteriormente, a disposição do secretário do Conselho Inspector de Instrução Pública da província de São Tomé e Príncipe antagoniza com a deliberação do ministro do reino Rodrigues Sampaio, quando da tentativa de deputados da Câmara nacional de aprovar um subsídio anual no valor de 6:000\$000 réis para ser aplicado com vistas à propagação do método de ensino da leitura de João de Deus. Resumidamente, os autores da proposta¹³⁷ esperavam que com a dotação se produzisse os seguintes efeitos:

1º – Que o método fosse autêntica e oficialmente ensinado na escola normal;

2º – Que se facilitasse aos professores primários a aprendizagem do método com o autor ou com os seus intérpretes autorizados. (*Diário da Câmara dos srs. Deputados*, Sessão de 20 de março de 1878; In: Deus [João de], 1897, p. 118-119)

¹³⁷ Os deputados Pires de Lima, José Joaquim Rodrigues de Freitas, Henrique de Paula Medeiros, Francisco Gomes Teixeira, Osório de Vasconcelos, Alfredo da Rocha Peixoto e Adrian A. Cardoso Machado.

Todavia, o ministro do reino exarou parecer desfavorável à petição parlamentar, acrescentando, ainda, a indispensabilidade da observância do princípio da liberdade docente para escolha do compêndio escolar que melhor lhe aprouver:

Livros para as escolas podem ser aprovados pela junta consultiva, mas os professores hão de ensinar por aqueles que desejarem: é-lhes facultado, contanto que os livros sejam aprovados pela junta consultiva.

O governo não pode impor-lhes o livro por onde hão de ensinar, nem dizer-lhes: há de ser por este ou por aquele método: isto é da sua escolha. E devo declarar que nunca discuti nem quis alterar, ainda que o possa fazer, as decisões da junta consultiva de instrução pública; ela é muito mais capaz do que eu de resolver sobre isso; assumo apenas a responsabilidade dessas decisões, que é o que me compete, declinando contudo a glória que daí resultar, porque a glória quero-a para ela, e a responsabilidade para mim. (*Diário da Câmara dos srs. Deputados*, Sessão de 29 de maio de 1878; In: Deus [João de], 1897, p. 122)

Em relação à divulgação do método no Brasil, o próprio João de Deus recomendou expressamente sua propaganda. Tal recomendação era endereçada aos professores Manuel Portugal e Castro e António Zeferino Cândido, dois indivíduos que, partindo de Portugal, estabeleceram-se em dois pontos estratégicos do império brasileiro, respectivamente Pernambuco e o Rio de Janeiro. Quanto a Manuel Portugal e Castro não encontramos dados substantivos quanto à sua região de origem em Portugal e igualmente quanto à sua trajetória anterior, apenas que já havia exercido o magistério. De qualquer modo, Manuel Portugal e Castro chega ao Brasil em 1879, secundando, pois, os trabalhos que já vinham sendo executados por Zeferino Cândido no Rio de Janeiro. Também não foi possível checar a antiguidade das relações entre Castro e João de Deus, se o primeiro era republicano e sua vinda ao Brasil estava relacionada a alguma estratégia do próprio autor da *Cartilha Maternal* em conjunto com o Partido Republicano Português com o intuito de fazer proselitismo tanto do método quanto dos ideais republicanos (semelhante às causas que presidiram o deslocamento de Zeferino Cândido); ou, se os laços que os uniam circunscreviam-se tão só à admiração do professor pelo poeta e seu método de ensino. No entanto, a afirmação de que Castro fora realmente enviado ao outro lado do Atlântico com um fim específico se ancora no conteúdo dos pedidos que faz a João de Deus, como recursos financeiros para a viagem, cartas de recomendação para que seja bem acolhido e material suficiente para que possa

dar início à exposição do método, como exemplares da cartilha e os quadros parietais. Não foi possível identificar de maneira exata as nuances relativas à ida de Manuel Portugal e Castro ao Recife, nada obstante, sabe-se que a *Cartilha Maternal* já circulava pela atual região Nordeste do Brasil e certamente tornava-se premente direcionar a aplicação do método conforme um roteiro preestabelecido e/ou imaginado por João de Deus.

A propósito de António Zeferino Cândido, analisar-se-á seu itinerário no capítulo adiante. Por enquanto, é proveitoso tentar entender o interesse de João de Deus na propagação de seu método de leitura no Brasil.

Por um lado, o poeta algarvio vivia às turras com uma séria ameaça ao seu empreendimento: o surgimento das contrafações da *Cartilha Maternal*, tão mais numerosas quanto mais notoriedade angariava a obra “original”; e é de supor, conforme sugere sua *Advertência* à 13ª edição da cartilha, que no Brasil a emergência dessas imitações fosse ainda mais alarmante. (Trindade, 2001, p. 208) Já ambientado com essa prática nas diversas edições da cartilha, João de Deus emite uma advertência especial aos contrafactores brasileiros quando da preparação da 13ª edição de sua *Arte de Leitura*, vinda à estampa no mesmo ano de sua morte, 1896, e que trazia consigo o *Resumo da Correspondência Oficial relativa ao Methodo, desde agosto de 1877 até Dezembro de 1893*.

Aproveito a ocasião de agradecer aos contrafactores residentes no Brasil a generosidade com que me ajudam, com os seus latrocínios, a pagar o que devo, assim como a lealdade com que deturpam a minha obra suprimindo a Correspondência!

Da parte da Imprensa Nacional, de Lisboa, está também agradecer-lhes a honestidade com que a caluniam, consignando-a como oficina donde saem as suas torpes falsificações. (*Advertência*. In: Deus [João de], 1896, p. 6)

O *Resumo da Correspondência Oficial relativa ao Methodo* registra outro exemplo das preocupações do poeta, uma solicitação da Direção dos Consulados e dos Negócios Comerciais (Secretaria de Estado portuguesa) para que João de Deus envie um exemplar da *Cartilha Maternal* àquele órgão para que se pudesse contrastar com exemplares supostamente falsificados no Brasil, no âmbito, é o que se deduz, de um processo movido por parte interessada em Portugal (ou o próprio poeta ou seus

editores). (*Correspondência n° 64*, Comunicado da Direção dos Consulados e dos Negócios Comerciais ao sr. João de Deus, 20/01/1888. In: Deus [João de], 1896, p. 193)

Uma das primeiras notícias do interesse de João de Deus na propagação de sua arte de leitura no Brasil vem à tona ainda antes da publicação da *Cartilha Maternal*, numa carta do poeta ao seu irmão quando este trabalhava junto com o Abade de Arcozelo na experimentação do método. A ex-colônia sul-americana era um mercado importante para os produtos editoriais portugueses, e mesmo na esfera dos manuais de ensino o século XIX já havia dado boas demonstrações de êxito na aquisição e circulação dos compêndios escolares lusitanos no Brasil. Já assinalamos, inclusive, que uma das primeiras tarefas de António Zeferino Cândido ao aportar no Rio de Janeiro é agendar uma audiência com D. Pedro II para tratar da questão dos direitos de exploração da *Cartilha Maternal* no país.

Estou a concluir as 16 ou 20 páginas do nosso método onde vão as notas mais extensas e que deverão ser bem claras: depois o mais vai de codilho; e marcamos se há ainda algum tropeço. **O que é certo é que só para o Brasil está a Imprensa Nacional despachando uma fundição de 100\$000 quilos¹³⁸**. Mas já prevenido numa carta ao Duarte de Almeida, busco saber o que aí pode fazer no Porto esse artigo de fundição e barril. (*Carta de João de Deus ao seu irmão, António Pedro José Ramos*. Lisboa, 10/04/1876. In: Correspondência de João de Deus. A. P 1-2 [MJD], fl. 17ª – M 93)

Embora nunca tenha saído de Portugal João de Deus possuía uma rede de relações sociais e intelectuais bastante ampla no espaço de cultura da língua portuguesa. Além de contar com a ação proselitista levada a cabo pelo Visconde de Arcozelo e, logo depois, também com o de seus mensageiros Manuel de Portugal e Castro e António Zeferino Cândido, o poeta recebia várias cartas de professores e letrados brasileiros pedindo informações, auxílio e/ou relatando experiências de utilização do método de ensino. Paralelamente a esse fluxo, novamente reconhecemos o vigoroso trabalho desempenhado por João de Deus na recolha de informações, notas e artigos que saíam publicadas a seu respeito e acerca do método, no que provavelmente foi auxiliado pelos próprios veículos de imprensa e por amigos que encaminhavam o material a ele. Assim, com os olhos e ouvidos atentos ao que se passava do outro lado do Atlântico, João de Deus acompanhava os esforços de alfabetização das autoridades públicas brasileiras e,

¹³⁸ Grifo meu.

remetendo-se a um amigo¹³⁹ que assumira importante cargo burocrático na província do Espírito Santo, aconselha-o:

Meu amigo.

Numa das folhas de Victoria escreves tu que enviando-mas bem mostras que te lembras de mim. Mas doutro modo te devias lembrar. Eu tenho um Methodo como sabes, que na edição para o Brazil dedico ao chefe d'esse estado. Já esta circunstância pedia da parte de teus compatriotas alguma atenção comigo. Ora a isso acresce a singular reputação do Methodo e sendo tu o que é na repartição da Instrução Pública d'essa província e meu amigo, devias-te lembrar de mim e de ti e d'esse público a quem tal Méthodo tanto podia utilizar. Faz tu o que eu faria no teu logar e já te indiquei. Envia um homem de letras ou reconhecidamente competente a tomar conhecimento d'este processo de ensino, que as despesas bem cabem nas forças da província, e depois verás que todos abençoarão a despeza e a missão, sendo o primeiro de todos o próprio enviado que então ficará sabendo verdadeiramente ler (e não só lendo de facto, como tu lês ainda hoje e como eu moço lia antes de compor o Methodo). Fases um bom serviço público. Dei-te d'essas crianças atormentadas pela ignorância empenhada no impossível de dar o que não tem, isto é de ensinar o que não sabe. Por um caminho conforme a razão e a natureza o inocente e o adulto folga no ensino, e aproveito; pelo caminho por onde te levaram a ti e a mim na leitura e na escrita o mestre é um demónio que nos inspira horror e a embala um verdadeiro inferno. Dahi também os milhões de analphabetos que lá há de ver, como ainda cá. De modo que o amor dos homens e o amor do progresso te convida a este empenho, e estou que em tu querendo facilmente conseguirás a resolução

¹³⁹ O amigo a quem se refere João de Deus na carta é José Joaquim Pessanha Póvoa (1836-1904), natural de São João da Barra, província fluminense. Pessanha Póvoa estudou na Academia de Direito de São Paulo na turma de 1860-1864. (Vampré, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2ª ed., 2 vols., Brasília, INL/CFC, 1977; *apud*, Hilsdorf, 1986, p. 29) Amparada em Almeida Nogueira (*A Academia de Direito de São Paulo: Tradições e Reminiscências*. 3ª e 5ª séries. São Paulo, 1908, 3ª ed., 5 vols. São Paulo, Saraiva/S.C., 1977) Hilsdorf (1986) relata que Pessanha Póvoa e Francisco Rangel Pestana (também estudante da Academia de Direito de São Paulo, da turma de 1859-1863) eram “amigos inseparáveis”. (Almeida Nogueira, 1977, p. 284-286; *apud*, Hilsdorf, 1986, p. 29). Ambos fizeram jornalismo estudantil e crítica literária durante os anos de Academia. (Hilsdorf, 1986, p. 29) Egresso da faculdade, Pessanha Póvoa prossegue suas atividades no campo do jornalismo e da crítica literária, fato que pode tê-lo levado a João de Deus. Porém, a hipótese que levantamos é a de que Pessanha Póvoa tenha estreitado relações com o poeta algarvio, a ponto de conhecê-lo pessoalmente, entre 1875 (data em que se estabelece na província do Espírito Santo) e 1879 (quando é nomeado Inspetor da Instrução Pública dessa província). Nesse intervalo o bacharel em direito pela Academia de São Paulo fez viagem a Portugal (talvez tenha já partido com o propósito de se inteirar do método de João de Deus, uma vez que na sequência assume o referido cargo da burocracia provincial). É o que sugere uma carta de Pessanha Póvoa ao autor do método: “Eu tenho provado que sou muito amigo e muito grato a Portugal, ao que muitos que ahi deixei e estão. (...) Se vires o João Vianna, o Gomes Leal, o Alfredo Ribeiro, o Theofilo, o Sá Pinto, dá-lhes lembranças. P. Póvoa.” (*Carta de Pessanha Póvoa a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (MJD). A. P 1-9, manuscrito 167, nº reg. M 1669)

de todas. (*Carta de João de Deus a Pessanha Póvoa*. Lisboa, 1879. In: Correspondência de João de Deus. A. P 1-2 [MJD], fl. 127^a – M 203)

Não soube se algum professor da província do Espírito Santo foi mandado a Portugal para receber aulas do método diretamente com João de Deus. A carta deste para Pessanha Póvoa data de 1879, estando já há cerca de um ano no país Zeferino Cândido a propagar o método na Corte e na província de São Paulo. A carta de João de Deus a Pessanha Póvoa, segundo o que acena o poeta, havia sido motivada por um texto deste último num periódico da capital espírito-santense. Contudo, Pessanha Póvoa, já Inspetor Geral da Instrução da província, reportara-se antes ao autor da *Cartilha Maternal*, informando-o de que se achava novamente no cargo e que fazia a apologia do método de ensino, colocando-se, inclusive, à disposição para propagá-lo na referida província, até porque, além da carreira burocrática, Pessanha Póvoa era proprietário de veículo de comunicação, o jornal *Gazeta da Vitória*.

Inspetoria Geral da Instrução do Espírito Santo. Tenho a satisfação de participar a v. que me acho exercendo pela segunda vez o cargo de inspetor geral de instrução pública desta província. Autor estimado no que tem escrito e publicado na língua portuguesa, v. precisa saber que há nesta parte do Brasil quem elogiou o seu método de ensino e poderá a v. em qualquer das suas sempre honestas e remuneradoras propagandas. – Deus guarde, etc. = José Joaquim Pessanha Póvoa. (*Correspondência nº 20*. Carta do Inspetor Geral da Instrução do Espírito Santo, o sr. Pessanha Póvoa. Vitória, 28/04/1879. In: Deus [João de], 1896, p. 157)

Ao que parece, o método de ensino de João de Deus ganharia impulso no Espírito Santo somente em 1882, quando a convite do recém empossado presidente Herculano Marcos Inglês de Souza para lá se dirigiu Antônio da Silva Jardim, com o propósito de auxiliar o primeiro na reforma da instrução pública da província. Num diapasão parecido ao dos divulgadores portugueses do método de João de Deus, Silva Jardim associava o aprendizado da língua materna a transformações no campo social e político, fazendo, pois, do ensino da leitura uma arma antimonárquica. Desenvolvendo, nesse aspecto, também uma reflexão quanto à alardeada defasagem cultural e intelectual da sociedade brasileira, Silva Jardim aspira com o método de João de Deus reverter o *atraso horroroso* e desterrar o *sofisma do império*. (*A Província do Espírito Santo*. Vitória,

12/09/1882. *Sciencias, Lettras e Artes*, p. 3-4; *apud*, Mortatti, 2000, p. 44) As novas bases, pois, em que propugna que se apóie o ensino da língua materna constituía ferramenta indispensável para a concretização de sua ideia de república dos trópicos, conforme registrou em periódico da província do Espírito Santo quando de suas conferências sobre o método João de Deus:

Mas uma questão de métodos de ensino, por menor que seja, é uma questão de educação, e portanto uma questão social sujeita às leis da evolução histórica que determinaram seu aparecimento. Sem dúvida isto se torna claro depois da descoberta das leis sociológicas, isto é, de relações constantes entre os fenômenos sociais, e de ligação necessária. (*A Província do Espírito Santo*. Vitória, 12/09/1882. *Sciencias, Lettras e Artes*, p. 3-4; *apud*, Mortatti, 2000, p. 44)

(...) e por aqui se pode compreender como uma simples questão de métodos de leitura possa contribuir, embora indiretamente, nos destinos inteiros de um país! Ora, em tudo isto, conclui o preletor, a insuficiência, claramente, não é da criança, é do método e do professor. (*A Província do Espírito Santo*. Vitória, 21/09/1882. *Sciencias, Lettras e Artes*, p. 3; *apud*, Mortatti, 2000, p. 58)

À época, 1882, Silva Jardim ainda não era lente da Escola Normal de São Paulo, mas professor da aula anexa ao referido estabelecimento de formação docente. Assiste-se, no caso da difusão do método João de Deus na província do Espírito Santo, a um processo parecido com o que Hilsdorf (2006) alude em texto em que discute o movimento de ideias, iniciativas e agentes educacionais no Brasil do século XIX¹⁴⁰: antes que uma circulação no sentido mais estrito da palavra observou-se aí uma circularidade na introdução e divulgação do método de João de Deus. Quando da chegada de Silva Jardim a Vitória, Pessanha Póvoa era ainda o Inspetor da Instrução Pública provincial e já conhecido do poeta algarvio; Inglês de Souza (português de nascimento) conhecia Silva Jardim de São Paulo, quando este veio cursar a Faculdade de Direito¹⁴¹; Silva Jardim toma conhecimento do método por intermédio de um “digno

¹⁴⁰ HILSDORF, Maria Lúcia S. “Da circulação para a circularidade: propagação e recepção de idéias educacionais e pedagógicas no Oitocentos brasileiro”. In: PINTASSILGO, Joaquim; FREITAS, Marcos Cezar de; MOGARRO, Maria João; CARVALHO, Marta Maria Chagas de (orgs.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa, Edições Colibri, 2006, p. 65-88.

¹⁴¹ Antônio Silva Jardim era casado com Ana Margarida, filha de Martim Francisco Ribeiro de Andada, do ramo de Santos da tradicional família liberal. Desde 1875 Inglês de Sousa estava ligado àquela cidade

colega” de Zeferino Cândido, o professor de primeiras letras de São José dos Campos, Sebastião Hummel¹⁴²; e Zeferino Cândido, o mensageiro de João de Deus, é chamado em 1883 (a notícia é veiculada pelo jornal *Província de São Paulo* em 21/03/1883) para proferir conferências do método na província do Espírito Santo, segundo Hilsdorf (1986, p. 164) também a convite de Inglês de Sousa¹⁴³. Este, ao passar o governo da província para seu sucessor, o também liberal Martim Francisco Ribeiro de Andrada, descreve o estado em que encontrou a instrução pública no Espírito Santo, as circunstâncias que presidiram o convite a Silva Jardim e o aproveitamento por ele obtido no cometimento de reformulação da instrução primária provincial.

Tendo visto como era ainda atrasado e defeituoso o método de primeiras letras adotado nas escolas da província, o que aliás sucede mesmo naquelas províncias do Império que se têm na conta de mais adiantadas em progresso intelectual, resolvi contratar com o cidadão Antônio da Silva Jardim, professor da Escola Normal de São Paulo, cujas habilitações tive ocasião de apreciar naquela cidade, a propaganda do método de leitura do dr. João de Deus, denominado *Cartilha Maternal*. Firmado o contrato em 17 de junho ultimo, começou aquele hábil professor as suas lições diárias e as conferências

do litoral paulista, por conta da nomeação de seu pai para juiz de direito na comarca santista. Inglês de Souza exercia o jornalismo no *Diário de Santos*, de propriedade do liberal João José Teixeira e logo se aproxima da família dos Andrada. Inclusive, quando de sua saída da presidência da província do Espírito Santo, em dezembro de 1882, ele transmite o cargo a Martim Francisco, sogro de Silva Jardim. O estreitamento das relações entre este e Inglês de Souza se produz no âmbito dessa sociabilidade política, ideológica e familiar.

¹⁴² “Conhecendo os valores das letras e o mecanismo do método, auxiliado pelos trabalhos que se publicavam a respeito, principalmente do Dr. Zeferino Cândido, auxiliado pelas indicações de um digno colega seu de S. José dos Campos, na província de São Paulo, o Sr. Sebastião Hummel, foi que o preletor veio ao conhecimento completo do método de João de Deus, que tem posto em prática com vantajosíssimos resultados. Considera este fato um dos mais felizes de sua vida o conhecer um meio facilíssimo (sic) de educar a infância.” (Jardim, Antônio da Silva. *A Província do Espírito Santo*. Vitória, 21/09/1882. *Sciencias, Lettras e Artes*, p. 4; *apud*, Mortatti, 2000, p. 61) Como observou Hilsdorf (1986), a turnê de Zeferino Cândido pela província de São Paulo foi amplamente noticiada pelo órgão de imprensa da propaganda republicana paulista, o jornal *Província de São Paulo (PSP)*, dirigido por Francisco Rangel Pestana, da roda de amigos de Pessanha Póvoa desde os tempos dos bancos da Academia de Direito (ver nota 55). Restam, no entanto, algumas perguntas bastante pertinentes quanto à apresentação do método de João de Deus a Silva Jardim. O tribuno republicano não lia a *PSP*? Pois certamente através do jornal tomaria conhecimento das conferências de Zeferino Cândido e do método João de Deus. Era muito provável que Silva Jardim tivesse tomado ciência das andanças de Zeferino por São Paulo contemporaneamente à sua turnê paulista. Nesse sentido, por que o tribuno da República chama Sebastião Hummel ao palco? Uma possível resposta se assenta na vinculação do professor de primeiras letras Sebastião Hummel ao positivismo e à propaganda republicana. Identificamos uma carta, inclusive, de Sebastião Hummel a João de Deus, porém datada de um período bastante posterior, 25 de março de 1889. (*Carta de Sebastião Hummel a João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (MJD). A. P 1-7, manuscrito 236, nº reg. M 1211)

¹⁴³ Provavelmente o convite deve ter sido feito a Zeferino ainda em 1882, pois a 9 de dezembro desse ano ele entrega a presidência da província a um membro do clã dos Andradas, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, neto do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, deputado na Assembleia Constituinte de 1823.

que, de acordo com seu contrato, também se obrigou a fazer em número de sete; justificando a importância do método e sua utilidade.

Desde a primeira conferência foi o ilustre professor inspirando as mais sinceras adesões ao numeroso e ilustrado auditório que sempre a elas concorreu: além de todo este trabalho o dr. Silva Jardim, atendendo à boa vontade de aprender que manifestavam os assistentes de seu curso diário, realizou muitas vezes duas e três lições por dia; e mais tarde, querendo que o público conhecesse as vantagens que ao ensino tinha trazido o novo sistema de leitura, pediu a seus alunos que escrevessem sobre o plano e questões superiores da Cartilha Maternal, no que foi prontamente atendido por eles, cujas provas escritas foram lidas publicamente no colégio de Nossa Sra. da Penha, não poupando o auditório aplausos às inteligências que nelas se distinguiram.

Tiveram depois lugar provas orais sobre o mesmo assunto, e nelas, assim como nas escritas, os alunos do dr. Jardim não desmentiram a opinião lisonjeira que a respeito deles haviam formado aquele professor e o público.

A muitas outras pessoas desta capital particularmente leccionou o dr. Jardim o método João de Deus gratuitamente, e as provas de muito apreço e consideração, que lhe prodigalizou a parte ilustrada do público da capital, são um atestado muito poderoso das vantagens reconhecidas no novo sistema de leitura e da ilustração e zelo de seu digno propagador.

Conforme participou-me o dr. José Joaquim Pessanha Póvoa, inspetor geral da instrução pública, por ofício de 31 de Agosto, o método de leitura de que me ocupo tem sido posto em prática sempre com proveito, em diferentes escolas desta capital; e o professor da escola pública de Itapemirim deu-me também por ofício de 20 de outubro as mais lisonjeiras informações sobre sua adoção naquela escola. (*Correspondência nº 39*. Província do Espírito Santo. “Relatório com que o Exmo. sr. Herculano Marcos Inglês de Sousa entregou no dia 9 de dezembro de 1882 ao Exmo. sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada a administração da província”. In: Deus [João de], 1896, p. 166-167)

Depois de cumprir seus trabalhos na província do Espírito Santo, Silva Jardim retorna a São Paulo. Na capital paulista abre a Escola Neutralidade, juntamente com João Köpke (1852-1926) e assume a 1ª cadeira (Gramática e Língua nacional) da Escola Normal. João de Deus, como se percebe pela publicação do relatório de Inglês de Sousa dando conta das realizações de sua gestão no campo da instrução pública ao seu sucessor, em 09/12/1882, ficou a par do trabalho de vulgarização do método levado a efeito por Silva Jardim. Uma rede de sociabilidade havia se estruturado abrigando o

poeta algarvio, Pessanha Póvoa, Silva Jardim, Zeferino Cândido e Inglês de Sousa. João de Deus entra em contato com Silva Jardim, ao que consta enviando um cartão contendo agradecimentos por intermédio de Pessanha Póvoa. Sabemo-lo pela resposta de Silva Jardim ao autor de *Flores do campo*:

São Paulo, Quarta-feira, 14 de Archimedes de 97 (Apollonius) 8-IV-85

Ilmo. Exmo. Sr. João de Deus,

Nunca é tarde para cumprir um dever: assim é que agora respondo ao delicado cartão que V. Ex.^a me enviou, por intermédio do nosso Collega Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa, Inspetor da Instrução Pública na Província do Espírito Sancto.

V. Ex.^a não tem que me agradecer coisa alguma, compreendendo o serviço que V. Ex.^a prestava a instrução primária por um processo mais que todos os outros seguro de ensinar a ler, e achando-me no magistério, julguei de dever, após a necessária experiência, aconselhar sempre aos mestres a sua Cartilha Maternal.

Receba V. Ex.^a os sinceros protestos de minha consideração.

Saúde e Fraternidade

Antonio da Silva Jardim

Professor da Escola Normal de S. Paulo

(Rua da Conceição, 32)

(*Carta de Antônio da Silva Jardim para João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (MJD). A. P 1-7, manuscrito 249, nº reg. M 1224)

João de Deus se mantinha constantemente informado do andamento da divulgação de seu método em todas as regiões de língua portuguesa. No Brasil o interesse era acrescido pela possibilidade maior de exploração comercial da *Cartilha Maternal*. Os dois professores mensageiros do método que aportam ao país para tais desideratos põem em marcha os planos que trazem da pátria. Manuel de Portugal e Castro se debate em Recife contra professores que tentavam ministrar aulas do método sem que para isso tivessem obtido autorização expressa de João de Deus. Mais do que uma simples questão formal o que estava em jogo era o controle do método e os dividendos com a comercialização da *Cartilha Maternal* e demais obras de João de Deus. Zeferino Cândido se esforça por agendar uma audiência com o Imperador D. Pedro II. O tema do direito autoral e da propriedade intelectual foram os assuntos centrais deste encontro, haja vista os problemas enfrentados com as contrafacções da *Cartilha Maternal* já em circulação no império brasileiro.

Rio de Janeiro, 02/09/78

Rua da Ajuda, 179 – Hotel D. ?

Não lhe minto, disendo-lhe que não tenho tido vaga para lhe escrever. A roda viva tem sido a minha lei. Nem uma manhã sem ter gente em casa, ou casas onde és com urgente necessidade, nem uma tarde sem __?__, nem uma noite sem reunião.

Não posso ainda dizer-lhe nada do resultado real de minha missão (...) effeito moral posso affirmar-lhe que temos excellente. Todos os jornaes daqui lhe podem dar uma franca idéia do que lhe affirmo. A *Cartilha* já é um livro sagrado para o Brasil, e o autor um fetiche que todos veneram.

Mas o lado material da questão é altamente importante, e desse ainda em verdade não posso ainda cantar vitória. A propriedade litteraria no Brasil é verdadeiramente uma figura de rethorica. É fácil ao primeiro aventureiro fazer cartilhas e quadros, apesar de haver aqui proprietário. Não se suspeita a propriedade litteraria dos brasileiros. Há factos julgados aos centos, não se discute este ponto. Quando amigos e interessados me puseram a quantas em toda a sua evidencia, eu retrahi a minha expansão, e procurei segurar-me.

Estou lançando as bases para obter privilegio da introdução e exploração do methodo, e em quanto não o obtiver nada mais faço.

Depois, temos duma gloria uma fortuna.

Mas hoje vou fallar com o Imperador, que tem estado de nojo, e só hoje póde dar audiência; não fecharei esta sem lhe dizer o que passei com elle.

Mas, diga-se a verdade, tem havido extraordinário descuido dahi sua remessa de Cartilhas, de quadros, e de procuração passada pelo meu amigo para a minha exploração. O Garnier tem estado a vender a Cartilha por 1500 réis. Abuso que se explica pela falta d'elles e porque elle é um refugiado judeu.

O Couto é um pobre asno que precisa ser empurrado para andar. Venha cá umas 800 cartilhas que creio estarão em quarto minguate; e quadros nada.

Veja o meu amigo se promove o andamento destas coisas. Eu escrevi há dias ao Terenas e cantava-lhe a primeira musica. E é preciso attender que o Abbade de Arcosello tem que intervir na questão como editor da *Cartilha*.

É preciso, assim, que elle também me auctorisé a explorar a venda do livro.

Tenho me encontrado e me aproximado mesmo do D. José Ayres da Silveira Mascarenhas que é meu íntimo amigo. A idéia deve-lhe já bons serviços, e creio que lhe devesse mais ainda. Elle pede-me que o recomende e eu cumpro __?__ encargo. O Bordalo Pinheiro deu no *Besouro* o seu retrato. Está melhor que o do *Ocidente*. A

colônia portugueza é aqui um Colosso, e a colônia portugueza tem-me obsequiado extremamente.

Fallei com o Imperador. Recebeu-me bem, parecendo-me que devo contar com o seu apoio.

Fallei também com o Ministro do Império. Prontificou-se a conceder-me o privilégio. Temos pois tudo resolvido. Falta apenas aquillo que já devia ter vindo – procuração e livros e quadros. Espero que não ficarei esperando muito tempo, porque o amigo e o Terenas devem comprehender a gravidade do negócio.

Acho esplendida occasião para se fazer uma edição dos seus versos. Todos me fallam n'elles.

Aceite um apertado abraço meu; desculpe a minha forma e pressa; dê muitas lembranças ao Terenas e receba saudades do ____?____.

Todo seu

Antonio Zeferino Candido

(Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus. In: *Correspondência para João de Deus (1876-1880)*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 131-4).

O beneplácito imperial, provavelmente alcançado por Zeferino, se pode, por um lado, demonstrar o prestígio de João de Deus e a amplitude da repercussão de sua obra pedagógica e poética, por outro, conforme se pôde observar com o decorrer do tempo, não se mostrou suficiente para impedir as reproduções da *Cartilha Maternal* em solo brasileiro.

Certo é que os homens de letras que aceitam cruzar o oceano para disseminar o método João de Deus possuíam liberdade de ação, embora dessem conta por intermédio das correspondências de seus passos em terras brasileiras, resultando que o trabalho de propagação do método no Brasil seguisse veredas que por vezes eram sugeridas ou condicionadas em maior grau pelo engenho e/ou rede de relações de seus divulgadores do que por determinações taxativas de João de Deus ou de membros da posteriormente criada *Associação de Escolas Móveis*. Infelizmente não se dispõe da devolutiva de João de Deus a Antônio Zeferino Cândido e a Manuel de Portugal e Castro, pois o poeta não guardou rascunho das cartas endereçadas a eles e nem foi possível localizar os espólios destes dois últimos, se é que foram conservados. Zeferino, de fato, ultrapassou em muito a condição inicial de divulgador do método de João de Deus. Embora tenha permanecido ardoroso propugnador da utilização da arte de leitura deste último, suas atividades no Brasil foram se multiplicando através dos anos. Também não ficou restrito

somente à propaganda republicana, a qual em princípio teria sido o motivo para deixar a terra natal e se aventurar na outra borda do Atlântico. Integrou essas duas perspectivas numa profunda reflexão a propósito das representações de modernidade para Portugal e Brasil. Sua (re)escrita da história dos dois países estava vinculada ao seu projeto político, que por sua vez amparava-se, contemporaneamente, no redesenho da geografia política mundial. Seus estudos nesse campo, além de denunciar a periferização a que as maiores potências europeias relegavam Portugal, visavam igualmente a apontar saídas econômicas para contrabalançar a perda de prestígio sofrida no cenário internacional. Potencializadores de sua plataforma de intervenção, os tirocínios docente e jornalístico, mais do que instrumentos de consecução de seus fins constituíam, por si só, veículos que encarnavam suas concepções de transformação da realidade. A interligação, portanto, das diversas áreas do conhecimento a que se dedicou no período em que viveu no Brasil, de 1878 a 1901, mostram, para além de uma característica relativamente comum em muitos dos intelectuais da época, o desejo de viabilização de uma saída para os processos de decadência e atraso por meio da construção de um espaço atlântico que lograsse a concretização dos ideais de uma comunidade luso-afro-brasileira.

Zeferino Cândido, assim, completava sua passagem de propagandista do método de ensino de João de Deus a estudioso da política colonialista portuguesa em África e intérprete da(s) história(s) de Brasil e Portugal. Era já reconhecido pelas camadas cultas lusitanas como um notório conhecedor das “coisas” do Brasil. Em 1906, já contando cinco anos de regresso a Portugal, ele integra uma manifestação coletiva de vários intelectuais portugueses prestando solidariedade e condolências às autoridades e às famílias brasileiras que perderam entes no naufrágio do navio brasileiro Aquidaban, ocorrido em 21 de janeiro daquele ano na baía de Angra dos Reis. O ocorrido obteve expressiva ressonância em Portugal, sendo aí constituída uma comissão para recepcionar donativos e organizar eventos tendo como pano de fundo a catástrofe marítima. A manifestação coletiva que se menciona acima foi resultado do trabalho dessa comissão, a qual lançou um apelo aos intelectuais portugueses para que escrevessem, de seu próprio punho, uma mensagem ao Brasil e aos brasileiros. Para o efeito, durante as exéquias realizadas na Igreja de São Domingos, foram distribuídas folhas de papel aos homens de letras portugueses que compareceram à cerimônia religiosa, textos que posteriormente deveriam ser encadernados num livro e enviados ao governo do Brasil. O livro concluso contava com setenta e seis mensagens,

encontrando-se aí autores como Abel Botelho, Afonso Lopes Vieira, Angelina Vidal, Anna de Castro Osório, António Batalha Reis, António Zeferino Cândido, Branca de Gonta Colaço, Bulhão Pato, Conde d'Arnos, Conde de Sabugosa, Cândido de Figueiredo, Fialho de Almeida, Ferreira do Amaral, Gomes Leal, Henrique Lopes de Mendonça, João da Câmara, Júlio Dantas, Manuel d'Arriaga e Sousa Viterbo. Tais informações foram coletadas numa matéria publicada em março de 2002 na Revista da Armada, publicação mensal da Marinha Portuguesa, e assinada por Jorge Semedo de Matos¹⁴⁴. A imagem reproduzida a respeito de Zeferino Cândido nesse artigo produzido um século depois de sua partida do Brasil evoca características que também identificamos ao analisar seus itinerários. O articulista do periódico da Marinha portuguesa já sublinhava a abrangência da atuação de Zeferino em seu périplo brasileiro, a qual não se restringiu, como pudemos confirmar por intermédio da consulta de diversos documentos, à propaganda do método de ensino da leitura de João de Deus.

... entusiasta de uma reforma da instrução pública e adepto fervoroso da utilização da Cartilha Maternal de João de Deus. Nessa condição se deslocou ao Brasil em 1878 e por aí ficou por vinte anos, dedicando-se a diversas iniciativas que ultrapassaram as intenções da alfabetização generalizada e da instrução da Língua Portuguesa. Regressou a Portugal em 1901 e a sua acção pública teve sempre a ver com a ligação entre Portugal e o Brasil, na condição de países irmãos, “com aspirações comuns”, como dizia. (Matos, 2002, p. 9)

É sugerido por Matos (2002) que a diligência para se reunir os textos em apoio aos brasileiros que perderam familiares no naufrágio do Aquidaban coube a Zeferino. Procedente a hipótese, ela apontaria para dois movimentos importantes no itinerário do professor lousanense: a indicação de uma relativamente extensa rede de sociabilidade entre renomados expoentes da elite letrada portuguesa e, ainda, a continuação, em solo europeu, de um arraigado desejo de exegese histórica, tomando as ambiências culturais lusitanas e brasileiras como unas.

Presumo que a ele se deve a mais activa militância para obter esta compilação de manuscritos, não só porque algumas mensagens a ele se referem explicitamente, mas também porque o tom do seu texto soa como uma espécie de conclusão sobre a forma

¹⁴⁴ Matos, Jorge Semedo. “As ‘Lágrimas Portuguesas’ pela tragédia do ‘Aquidaban’”. Lisboa, *Revista da Armada*, nº 351, 2002, Ano XXXI, p. 8-11.

como a dor brasileira foi acolhida em Portugal. Diz-nos ele: “Foi uma grande desgraça, foi; mas nenhuma já foi mais partilhada. Não é uma compensação, mas é um doce alívio” – e acrescenta mais à frente - “Sentiu-a e chorou-a o mundo todo, porque todo o mundo ama o Brasil. Teve-a por sua Portugal, porque este, além do amor, tem o sangue, a raça, a língua, a tradição e o ideal” – terminando com a expressão da esperança e sonho de quem quase se sente com duas pátrias – “É esse o melhor reflexo que esse movimento me espalha no coração. É que vejo caminhar para o seu fim esse grande ideal meu – fundir estes dois povos em aspirações comuns”. (Matos, 2002, p. 9-10)

Que aspirações comuns seriam essas? A que ou a quem Zeferino Cândido respondia com seu denodo em articular o passado, o presente e o futuro de Portugal e Brasil? Qual a real intensidade mobilizadora das propostas do antigo professor da Universidade de Coimbra?

Capítulo 3 – O mensageiro de João de Deus: a reflexão sobre os temas decadência e atraso em Antônio Zeferino Cândido

*As nossas pátrias desligaram-se, para melhor se casarem.
Desuniram os corpos, para estreitarem as almas.
Duplicando-se quiseram mais.
O amor cresceu em beleza porque aumentou a liberdade.
Vivendo tão livres e tão distantes, fraternizamos hoje como nunca.
Na glória e no sonho, nos ais e nos beijos, no riso e na dor.
Amando-nos através das ondas, vencemos o espaço.
Amandomo-nos através da história, vencemos o tempo que já foi.
E com a imortalidade do nosso amor, venceremos a morte no porvir.
Quando Portugal [...] entrou na falange das nações heróicas
que se batem pela causa augusta do Direito imortal
e da Justiça eterna, sente-se forte, ovante, esplendoroso,
porque leva na alma – hóstia sagrada – a alma bendita do Brasil!*
Junqueiro, Guerra. Discurso pronunciado na sessão dedicada a Olavo Bilac,
em 2 de abril de 1916. In: *Prosas Dispersas*, Porto, Chardron, 1921, p. 111.

3.1 – Antecedentes da viagem de Zeferino Cândido ao Brasil

Figura 6 – Página de capa do processo (prontuário) de António Zeferino Cândido na Universidade de Coimbra. In: Processos de alunos e docentes da Universidade de Coimbra. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra. Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra.

António Zeferino Cândido da Piedade (1848-1916)¹⁴⁵, o primeiro divulgador do método João de Deus no Brasil, nasce na freguesia de Serpins, Concelho de Louzã, em Portugal, em 1848. Formado em filosofia, doutorou-se em matemática em 1875 pela Universidade de Coimbra (UC). O *Índex* de lentes da Universidade, o qual abarca todos seus professores desde a reforma pombalina de 1772 até a data em que foi publicado, 1992, não inclui o nome de Zeferino Cândido, no entanto, a documentação relativa aos alunos e docentes constante do Arquivo da Universidade de Coimbra atesta que Zeferino efetivamente lecionou na Faculdade de Matemática da UC. Além da docência no ensino superior, também foi professor e diretor do Colégio Acadêmico de Coimbra.

Uma das questões que nos intrigava dizia respeito à causa que teria levado Zeferino a abandonar a docência na Universidade de Coimbra para seguir vida no Brasil. Cogitou-se, inicialmente, uma motivação econômica. Não dispomos da relação de bens acumulados pelo lousanense no Brasil, ainda assim, pela natureza das atividades a que se entregou no país (e também por não se encontrar nenhuma indicação de posses avultadas nos vinte e três anos que permaneceu em solo brasileiro) a hipótese de busca de enriquecimento na ex-colônia da América do Sul não se mostrava suficiente para as respostas que procurávamos. Parecia serem outras as razões responsáveis pela saída de Zeferino de Coimbra. Em 1878, ano em que deixa Portugal para viver no Brasil, encontramos Zeferino vice-presidente da *Associação liberal*, uma instituição conimbricense que havia se encarregado de fornecer instrução elementar de acordo com o método de João de Deus. Tudo indica que as relações entre o poeta e Zeferino tenham se iniciado nesse ano de 1878 e que, por essa época, João de Deus já tinha o lente da Universidade de Coimbra em alta conta:

Quando doutores da Universidade como os srs. Alfredo Peixoto e Zeferino Cândido vêm a minha casa ouvir explicações da Cartilha ou a estudam no seu gabinete profundamente; (...) podemo-nos dispensar de responder a agressões, e até, sem inconveniente, a modestas advertências. (*Carta de João de Deus ao jornal Democracia*, 15/06/1878. In: Deus [João de], 1881, p. 127)

¹⁴⁵ Esse é o nome de batismo de António Zeferino Cândido e o que aparece, inclusive, no livro de passaporte quando da concessão do passe para Zeferino embarcar para o Brasil, ocorrido em 23 de junho de 1878. Em algumas poucas vezes as obras de Zeferino são referenciadas pelo último sobrenome, no entanto, é mais comum encontrarmos grafado com os três primeiros termos de seu nome.

Em abril de 1878 Zeferino Cândido escreve ao autor da *Cartilha Maternal* convidando-o para uma festa organizada pela *Associação liberal* de Coimbra com a finalidade de inaugurar uma escola de primeiras letras na cidade em 8 de maio do mesmo ano. Zeferino participa ao poeta que era o iniciador do método no distrito conimbricense. Efetivamente, seu trabalho de divulgação começa ainda em Coimbra. Para conferir maior legitimidade à atuação da *Associação liberal*, Zeferino Cândido manifesta a importância do comparecimento de João de Deus ou de seu irmão, António do Espírito Santo, iniciador do método junto com o Abade de Arcozelo na cidade do Porto.

Voltando à festa devo dizer no meu nome e no de toda a Comissão executiva da Associação liberal que nos seria extremamente grato e útil que o fundador do methodo ou um de seus primeiros iniciadores viesse à nossa festa. Daria brilhantismo a ella, e muita força à propaganda que eu conto levar neste districto ao ponto que lhe pertence pela sua auctoridade scientifica. Como se vê, não é somente desejo de abrilhantar a festa, é sobretudo um meio de dar auctoridade à propaganda.

Nestes termos, julga a associação que não pode nem deve insistir no seu pedido, e que, agradecendo muito reconhecida ___?___ a bôa cooperação que lhe é offerecida prestando-se o Exmo. Sr. António do Espírito Santo ou o meu amigo a vir cá, ___?___ a benevolência de V. Ex.^a que tiverem por melhor, sendo extremamente agradável que tivesse a Associação a honra de os receber na sessão solemne de 8 do próximo Maio. (*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Coimbra, 30/04/1878. In: *Correspondência para João de Deus (1876-1880)*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 87-89)

A adesão de Zeferino ao republicanismo, à maçonaria e ao positivismo já estava completada, o mesmo perfil, como vimos, da maioria dos integrantes da futura *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus*. A decisão de Zeferino de divulgar o método de João de Deus provinha, pois, da adesão aos três eixos elencados acima. Esquemáticamente, nosso raciocínio para explicar o interesse do lente coimbrão no método do poeta algarvio parte de pressupostos ligados ao seu pertencimento ao republicanismo, à maçonaria e ao positivismo: de uma primeira perspectiva, cremos que Zeferino Cândido via no método um artefato cultural que consubstanciava um modelo cognitivo consentâneo com o dos primados positivistas de que era adepto; de outro ponto de vista, o método de João de Deus aparecia como a representação de valores e ideais familiares às hostes republicanas; e, por último, o método também contava com o

apoio dos grupos maçons mais progressistas, aos quais ele Zeferino fazia parte, e que já utilizavam a arte de leitura de João de Deus em seus empreendimentos no campo da educação.

Adoro ___?___, sim, o methodo João de Deus, porque estuda a natureza e, se não tive a dita de o descobrir no meu estudo, tomei-o como uma revolução natural, quando o estudei. Aquillo não é o produto artificial d'uma cultura feita nos livros e nos gabinetes; tão ___?___ o último estado d'uma synthese colhida em longa experiência pedagógica. É uma revolução natural, que sendo emanante ___?___ do mundo, pertensse aos espíritos privilegiados que a luz sublime do génio realça e impõe à nossa admiração.

Dirige ___?___ já, e aonde hade em breve chegar, queiram ou não queiram uns tantos espíritos fracos na cultura, por isso pobres de juízo e ainda mais pobres de moralidade, que, ou julgam que o Pantheon fica fechado porque lá entra um escolhido, ou que não há mais salário para o trabalho, porque se despedem alguns obreiros. É a inveja que chega a denegrir tudo que há de bom na alma humana, e o infernal desejo do ouro que faz dos homens mais talhados para boas obras uns vampiros, uns corvos que metem dó.

(*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Coimbra, 30/04/1878. In: *Correspondência para João de Deus (1876-1880)*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 99-102)

A ideia de que Zeferino Cândido exerce o papel de mensageiro do método João de Deus decorre de informações extraídas de suas cartas ao poeta de São Bartolomeu de Messines. Nessas correspondências Zeferino alude que praticamente se vê impedido de deixar Coimbra, em virtude de suas ocupações, mas que, caso sua saída da cidade fosse realmente necessária, acataria a proposta do poeta incontinênti. É pena não possuímos as devolutivas de João de Deus, para se conhecer as orientações repassadas pelo poeta. Todavia, percebe-se a orquestração de um plano para tornar ainda mais abrangente a aplicação do método de leitura. Embora se sentindo lisonjeado pela deferência recebida do autor do método, Zeferino se manifesta cauteloso, acenando com obstáculos que dificultam seu ingresso efetivo no empreendimento.

A minha vida presa, cheia de ocupações e de desgosto mesmo, não me permite deslocar-me com facilidade. Raríssimas vezes vou a Lisboa, e quando o faço, levo carradas de motivos, alguns dos quaes tem já perdido muitas vezes a sua oportunidade. Se não fossem tantas rasões, já eu teria satisfeito o ardente desejo de ajuntar a mão que tão generosamente se me estende.

Preterirei, porém, as mais instantes ___?___ das minhas prisões, desde que a urgência da minha ida me seja anunciada.

Eu sou de certo o pior dos juises e o menos conceituado dos **núncios**. Se, porém, mesmo assim sou preciso, a qualquer causa que, inspirada por V. Ex.^a hade ser alta e valorosa, eu sou simplesmente um **autômato**¹⁴⁶, e as minhas ocupações deixam de ter necessidade de mim em Coimbra. (*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Coimbra, 18/05/1878. In: *Correspondência para João de Deus (1876-1880)*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 99-102)

É realmente sintomático que o próprio Zeferino Cândido atribua a si o predado de núncio. Mas o que teria levado João de Deus a escolher Zeferino para auxiliar na difusão do método no Brasil? Teria o professor de matemática, além de seu gabarito intelectual, circunstâncias que o favoreciam no país? Além da rede de relações construída por João de Deus, contaria Zeferino Cândido com sua própria trama de sociabilidade naquela nação do Novo Mundo? Ou, de outro modo, coube unicamente a João de Deus a palavra final acerca da escolha de Zeferino? Ou foi uma ação conjunta com outros homens de letras republicanos e maçons?

O plano já estava formulado quando da última correspondência de Zeferino Cândido ao poeta (datada de junho de 1878) antes de sua partida para o Brasil, ocorrida em agosto do mesmo ano. O destino da viagem, o Rio de Janeiro, já é mencionado inclusive na carta. João da Costa Terenas, então editor da *Cartilha Maternal*, estava encarregado de prestar a assistência material de que Zeferino precisasse. São as ultimações da viagem, Zeferino atina com uma espécie de propósito comum entre si e João de Deus a ser alcançado com a ida ao Brasil; também alude a revelações que lhe seriam feitas pelo poeta e das quais ele seria fiel depositário.

Não me serão de embaraço a questão das febres. É certo que ellas tem andado um pouco atacadas, mas vão em declínio, e o inverno no Rio de Janeiro, que começa em Agosto é o melhor tempo, em que a moléstia tem uma relativa benignidade.

É também certo que a epidemia ataca de preferência a estrangeiros, mas dizem médicos e viajantes que ella escolhe aquelles que se expõem, e respeita o que tem cuidado e boa hygiene. Eu conto com a minha prudência e até certo ponto com a nenhuma preocupação. Irei, pois, se o Terenas me der resposta affirmativa, às considerações que lhe fiz na minha ultima carta.

¹⁴⁶ Grifos meus.

Na grande dificuldade, por não dizer mesmo impossibilidade que estou de sair de Coimbra rapidamente, fiz ao Terenas uma sucinta exposição do meu juízo a respeito dos meios práticos de realizar esta empresa que se me afigura brilhante. Reservo-me para, depois da sua resposta, ordenar aqui as minhas coisas e ir para Lisboa estar todo o tempo que antecede a minha partida. Então reviria as salutares e indispensáveis preleções de V. Ex^a e receberia toda a ordem de instruções atinentes ao nosso propósito. Por essa ocasião, ou logo que possa roubar dois dias de meus trabalhos que estão a findar, terei o imenso gosto de revir as revelações de que V. Ex^a me quer fazer depositário, e que eu, (permitta-me que o seja) considero já no numero das grandes revelações em que acredito.

Peço, pois, a V. Ex^a, que fique bem certo de que a minha demora aqui será tão somente pelo tempo indispensável ao acabamento da mais urgente parte dos meus trabalhos; e que creia que eu sou com grande veneração. (*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Coimbra, 25/06/1878. In: *Correspondência para João de Deus (1876-1880)*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 113-115)

3.2 – A propaganda do método João de Deus no Brasil: Zeferino Cândido e Manuel de Portugal e Castro

partição

N.º 443

2ª Repartição

cedido

SIGNAES CARACTERISTICOS

Idade 20 annos

Altura 1,ª 63

Rosto redondo

Cabello cast.

Sobr'olhos idem

Olhos idem

Nariz regular

Bocca idem

Côr ru. al

SIGNAES PARTICULARES

ahir

Em 24 de Julho de 1878, foi concedido
passaporte a Ant. Zeferino Cândido da Cidade, por
Matrícula pelo Honr.º de Coimbra
natural de Almas freguezia de Serpins
concelho da Louza
Para viajar pela Europa e America.
levando
Abonado por socum. tos
Valioso por tempo de sessenta dias para sahir
d'estes Reinos.

OBSERVAÇÕES

habe escreva

Figura 7 – Página de registro de passaporte de António Zeferino Cândido. In: Livros de passaporte da Divisão Administrativa de Coimbra referente ao ano de 1878. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra. Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra.

À chegada, contando para tal com o concurso do Visconde de Arcozelo, Zeferino consegue uma audiência com o imperador D. Pedro II. É um dos temas

principais de sua primeira carta a João de Deus depois de desembarcado. Há uma curiosidade envolvendo a escrita dessa correspondência e o encontro com o imperador. O professor de Serpins inicia a missiva ao poeta antes da audiência, concluindo-a após a entrevista; assim, a escrita de Zeferino acena inicialmente com uma indefinição em relação aos objetivos a serem atingidos (embora, ao mesmo tempo, mostre-se auspicioso quanto aos prováveis resultados), para, posteriormente, frisar ao poeta que “tudo está resolvido”.

Mas hoje vou fallar com o Imperador, que tem estado de nojo, e só hoje póde dar audiência; não fecharei esta sem lhe dizer o que passei com elle.

Não posso ainda dizer-lhe nada do resultado real de minha missão __?__ effeito moral posso affirmar-lhe que temos excellente. Todos os jornaes daqui lhe podem dar uma franca idéia do que lhe affirmo. A Cartilha já é um livro sagrado para o Brasil, e o autor um fetiche que todos veneram. Mas o lado material da questão é altamente importante, e desse ainda em verdade não posso ainda cantar vitória.

(...) Fallei com o Imperador. Recebeu-me bem, parecendo-me que devo contar com o seu apoio.

Fallei também com o Ministro do Império. Prontificou-se a conceder-me o privilégio. **Temos pois tudo resolvido**¹⁴⁷. (*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Rio de Janeiro, 02/09/78. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 131-4)

Zeferino se empenha nos dias que se seguem à sua chegada a fim de obter a exclusividade da exploração da *Cartilha Maternal* e de outras obras do poeta em solo brasileiro. Os alvos principais da missão de Zeferino no Brasil, do que se pode depreender pela terceira e quarta correspondências que remete ao poeta algarvio¹⁴⁸, diziam respeito à obtenção do privilégio referido acima e à consolidação da arte de leitura do poeta no Brasil, com a vinda de um professor legitimamente autorizado por João de Deus para lecionar o método.

O problema da habilitação do propagandista do método era um capítulo de suma importância. Além de se vincular ao controle de seu uso, a limitação das vozes autorizadas para fazer as demonstrações públicas da proficiência da arte de leitura

¹⁴⁷ Grifo meu.

¹⁴⁸ *Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 (MJD), fls. 113-115; e *Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 (MJD), fls. 131-4.

conferia igualmente uma expectativa ampliada pelas conferências do expositor em questão. Não nos esqueçedo, é óbvio, de que para além do interesse na propagação do método, havia, do lado dos divulgadores “oficiais”, a necessidade de singularizar o trabalho daqueles que contavam com a chancela do criador do método (embora tenha se verificado uma preocupação maior acerca desse ponto por parte de Manuel de Portugal e Castro do que em relação a Zeferino Cândido)¹⁴⁹.

De outro modo, Zeferino, no mesmo compasso de João de Deus, estava particularmente atento ao funcionamento do mercado editorial brasileiro. Trindade (2001) demonstrou, para o caso do Rio Grande do Sul, no período de 1897 a 1930, o volume de contrafações da *Cartilha Maternal* em circulação no estado.

A propriedade litteraria no Brasil é verdadeiramente uma figura de rethorica. É fácil ao primeiro aventureiro fazer cartilhas e quadros, apesar de haver aqui proprietário. Não se suspeita a propriedade litteraria dos brasileiros. Há factos julgados aos centos, não se discute este ponto. Quando amigos e interessados me puseram a quantas em toda a sua evidencia, eu retrahi a minha expansão, e procurei segurar-me.

Estou lançando as bases para obter privilegio da introdução e exploração do methodo, e em quanto não o obtiver nada mais faço. (*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Rio de Janeiro, 02/09/78. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 131-4)

A correspondência de Zeferino também revela a assintonia com João da Costa Terenas. O professor lousanense reclama da negligência de Terenas em lhe fornecer os livros e quadros necessários para a exposição do método na Corte. Há um indício vigoroso de que Terenas, preocupado apenas com o lucro comercial que se poderia tirar com a edição das obras de João de Deus e descontente com algum aspecto da empresa, tenha desta se retirado gradualmente. Sobram críticas, igualmente, para a rapacidade dos livreiros brasileiros e para o detentor dos direitos da publicação no país, A. A. Lopes do Couto, da Livraria Luso-brasileira. Sem falar do Abade de Arcozelo, que ainda aparece, na 3ª edição da cartilha, como o editor da obra.

Mas, diga-se a verdade, tem havido extraordinário descuido dahi sua remessa de Cartilhas, de quadros, e de procuração passada pelo meu amigo para a minha

¹⁴⁹ *Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 (MJD), fls. 809-814.

exploração. O Garnier tem estado a vender a Cartilha por 1500 réis. Abuso que se explica pela falta d'elles e porque elle é um refugiado judeu.

O Couto é um pobre asno que precisa ser empurrado para andar. Venha cá umas 800 cartilhas que creio estarão em quarto minguate; e quadros nada.

Veja o meu amigo se promove o andamento destas coisas. Eu escrevi há dias ao Terenas e cantava-lhe a primeira musica. E é preciso attender que o Abbade de Arcosello tem que intervir na questão como editor da Cartilha.

É preciso, assim, que elle também me auctorisase a explorar a venda do livro.

(...) Falta apenas aquillo que já devia ter vindo – procuração e livros e quadros. Espero que não ficarei esperando muito tempo, porque o amigo e o Terenas devem comprehender a gravidade do negócio.

(*Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus*. Rio de Janeiro, 02/09/78. In: *Correspondência para João de Deus [1876-1880]*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 131-4)

João de Deus publicou em sua obra de registro das polêmicas com os professores adversários do método (*A Cartilha Maternal e o Apostolado*) uma carta escrita por Antônio Estêvão da Costa e Cunha, residente no Rio de Janeiro, proprietário de jornal, professor primário e secundário, autor de obras didáticas e colaborador na revista *Instrução Pública* (entre 1872 e 1874) e endereçada a Antônio Zeferino Cândido. Datada de 25 de agosto de 1878, portanto poucos dias após o desembarque de Zeferino na Corte, a carta é extremamente reveladora do trabalho dos pedagogos brasileiros a propósito do ensino da língua materna e, igualmente, da percepção destes acerca do avanço do conhecimento pedagógico em Portugal. A carta de Estêvão da Costa e Cunha reitera a ideia do conhecimento do método de João de Deus entre a comunidade pedagógica brasileira antes mesmo da vinda de Zeferino (sabe-se que antes mesmo da publicação da *Cartilha Maternal* já se preparava uma edição para o Brasil)¹⁵⁰. Acrescenta ainda que estudava o método antes mesmo dele atingir os níveis de popularidade obtidos em Portugal. No entanto, explica o sucesso do método de João de Deus por este “basear-se nos princípios fundamentais que a pedagogia tomou à psicologia reconhecendo também nele o resultado de muitas tentativas e combinações, o

¹⁵⁰ Tal intenção está expressa em carta de João de Deus de abril de 1876 e endereçada ao seu irmão Antônio Pedro José Ramos.

“Estou a concluir as 16 ou 20 páginas do nosso método onde vão as notas mais extensas e que deverão ser bem claras: depois o mais vai de codilho; e marcamos se há ainda algum tropeço. *O que é certo é que só para o Brasil está a Imprensa Nacional despachando uma fundição de 100\$000 quilos*. Mas já prevenido numa carta ao Duarte de Almeida, busco saber o que aí pode fazer no Porto esse artigo de fundição e barril.” (*Carta de João de Deus ao seu irmão, Antônio Pedro José Ramos*. Lisboa, 10/04/1876. In: *Correspondência de João de Deus*. A. P 1-2 [MJD], fl. 17ª – M 93)

fruto de profunda reflexão e meditado estudo.” (*Carta de António Estêvão da Costa e Cunha a António Zeferino Cândido*. Rio de Janeiro, 25/08/1878. In: Deus [João de], 1881, p. 43)

Na sequência, Estêvão da Costa e Cunha leva ao conhecimento de Zeferino que, um ano antes da chegada deste ao Brasil, atestava no jornal de que era redator (depois a matéria teria sido republicada na *Gazeta de Notícias* de Lisboa) a eficácia do método de João de Deus, por intermédio de experiências realizadas nas aulas que ministrava.

Esse mestre era eu que por essa ocasião, isto é, um ano antes que tivéssemos a honra de receber em nossa terra a vossa graciosa visita, declarei pelo periódico de que era então redator que não me restava mais dúvida alguma sobre a proficuidade dessa arte de leitura no ensino individual, e mostrava a necessidade de se fazerem experiências no ensino simultâneo das escolas. Este parecer foi mais tarde transcrito na *Gazeta de Notícias*, e não sei se também em alguma outra folha. (*Carta de António Estêvão da Costa e Cunha a António Zeferino Cândido*. Rio de Janeiro, 25/08/1878. In: Deus [João de], 1881, p. 44)

A fala de Estêvão da Costa e Cunha soava também como uma manifestação do *sprit des corps* docente, realçando o trabalho empírico e teórico levado a cabo pelo magistério brasileiro. Apontava, de forma semelhante, para a conexão das histórias de Portugal e Brasil, num prisma que também abarca o da elaboração dos materiais e modelos pedagógicos.

E eis principalmente ao que eu queria chegar, isto é, fazer-vos ver que os professores brasileiros não são indiferentes a coisa alguma, por pequena que seja, que possa influir no progresso do ensino; que estudam tudo que interessa à sua profissão, que não são infensos a nenhuma medida de que provenha real benefício aos alunos, ainda mesmo com aumento de ónus e encargos para eles, - e que sabem amar e considerar aqueles em quem reconhecem boa vontade e sincero e decidido amor pela instrução de todas as classes da sociedade.

Sem embargo de ser muito humilde a minha voz e bem tosca a minha palavra, apesar de não saber falar outra linguagem senão aquela simples linguagem a que me habituou o trato continuo com a infância e a puerícia, não deixarei de me congratular convosco pela missão nobilíssima, quase apostólica, de que vos encarregastes, e em virtude da qual atravessastes a larga parte do oceano que nos separa desta terra tão rica de tradições e de

glórias, muitas das quais também nos pertencem, porque na sua rica e áurea história se vai entroncar a nossa, não menos grande e ilustre. (*Carta de António Estêvão da Costa e Cunha a António Zeferino Cândido*. Rio de Janeiro, 25/08/1878. In: Deus [João de], 1881, p. 45-46)

Após a carta remetida ao poeta no início de setembro de 1878, logo em seguida a sua chegada no Rio de Janeiro, quando ainda residia num hotel, encontramos correspondência de Zeferino destinada a João de Deus somente em 1880, transmitindo-lhe um ofício do Retiro Literário Português¹⁵¹, do qual Zeferino era sócio (o ofício não consta do livro de correspondências recebidas). Pela forma de tratamento dispensada ao poeta, percebe-se uma diferença insofismável do grau de intimidade demonstrado por Zeferino em relação a João de Deus em outras cartas. Justifica-se em parte por se tratar de um documento em que Zeferino escrevia na condição de representante de uma determinada instituição, ainda assim, algo sugere que a finalidade precípua que presidira o deslocamento do ex-lente de matemática da Universidade de Coimbra já teria encontrado seu termo, seja a contento ou não.

Na qualidade de sócio honorário do Retiro Literário Português, primeira associação portuguesa do Brasil que fundou uma escola pelo methodo João de Deus, cumpro o agradável desejo dela e meu, enviando a V. Ex.^a o ofício incluso. Creia V. Ex.^a que o que V. Ex.^a se dignar responder em luzimento desta feita será entusiasticamente recebido aqui pelos bons portugueses que adoram em V. Ex.^a um dos primeiros ornamentos das letras pátrias. (*Carta de António Zeferino Cândido para João de Deus*. Rio de Janeiro, 17/04/1880. In: Correspondência para João de Deus. A. P 1-6, [MJD], fl. 239^a – M 906)

Sabemos que Zeferino Cândido continuaria por muitos anos a fazer proselitismo do método João de Deus e que mesmo no Retiro Português de Leitura deu aulas de alfabetização pela arte de leitura do poeta. Mas parece que a primeira parte de sua meta na viagem ao Brasil havia se encerrado: conseguira o beneplácito imperial que granjeava a João de Deus o direito de explorar comercialmente a *Cartilha Maternal* no

¹⁵¹ Agremiação literário-cultural fundada por portugueses residentes no Rio de Janeiro e que, além de funcionar como um gabinete de leitura e de sociabilidade cultural da elite letrada luso-brasileira, abriu aulas noturnas de ensino de primeiras letras. (*Livro de registro dos sócios titulares do Retiro Literário Português*. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1879)

país o que, entretanto, não impediu que continuassem a serem editadas em solo brasileiro contrafações¹⁵² da *Cartilha Maternal*.

Em 1879 tocava o porto de Recife Manuel de Portugal e Castro, o segundo mensageiro de João de Deus. Há algumas diferenças nítidas na comparação com a viagem de Zeferino. Em primeiro lugar suspeitamos que inicialmente foi Castro que se ofereceu a João de Deus para a empreitada.

Como actualmente estou desligado do Almeida, resolvi consagrar-me a propaganda do methodo de V. Ex.^a em qualquer ponto do Brazil, mas como os meus haveres não me dão, senão para a viagem; e assim mesmo só em terceira classe, motivo porque o vou incomodar. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. Lisboa, 21/06/79. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 447-449)

Não parecia ser a primeira vez que Manuel de Portugal e Castro se deslocava ao Brasil para fazer propaganda de obras de João de Deus, pelo que se pode depreender de sua escrita já estivera na antiga colônia conseguindo assinaturas para o *Dicionário Prosódico de Portugal e Brazil*, obra conjunta de João de Deus e Antônio José de Carvalho. Diferentemente de Zeferino Cândido, Castro não vem ao Brasil para reivindicar os direitos de propriedade sobre a *Cartilha Maternal* no país, não parece que dentro de seus objetivos estivesse o combate contra as contrafações. Transfere-se eminentemente para a divulgação do método (embora também aproveitasse para a comercialização de obras do poeta). Para isso, requisita ao poeta estipêndios para custear sua instalação no destino que lhe for indicado, livros e quadros para o início do trabalho e cartas de recomendação de João de Deus para se apresentar aos *ilustres da terra*.

Para tirar bons resultados da minha propaganda, sai-me precisas cartas de recommendação, e principalmente uma que me garanta hospedagem e apenas chegue ao ponto que V. Ex.^a determinar que eu vá. É fácil arranjar uma carta nestas condições, por intermédio de algum negociante daqui. Também necessito ter uma caza onde possa

¹⁵² Ainda em 1896, ano da morte de João de Deus, aquando da publicação da 13ª edição da cartilha, o poeta algarvio reclamava da falsificação de sua *Arte de Leitura* pelos editores brasileiros: “Aproveito a ocasião de agradecer aos contrafactores residentes no Brasil a generosidade com que me ajudam, com os seus latrocínios, a pagar o que devo, assim como a lealdade com que deturpam a minha obra suprimindo a Correspondência!” (Deus [João de], 1896, p. 6)

ensinar alguns analphabetos, que tenciono leccionar gratuitamente. Além disso, preciso que o incluso annuncio seja publicado pelo menos 15 dias no principal jornal da terra, e também d'uns quadros para o ensino.

Creia-me V. Ex.^a que cousa alguma lhe pediria se as minhas circunstancias me permitissem estar dois mezes desempregado no Brazil ou mesmo se fosse outra vez angariar assignaturas para o *Diccionario*; mas como não se dá uma nem outra cousa, e adido unicamente aos meus recursos, tenho forçosamente a voltar outra vez ao Brazil, que empregar-me na primeira cousa que se me depare, por isso lembrei-me, que talvez V. Ex.^a podesse prestar-me este favor, a que sempre procurarei mostrar-me grato.

A partir, desejava fazel-o em 15 de julho do corrente. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. Lisboa, 21/06/79. In: Correspondência para João de Deus (1876-1880). A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 447-449)

A primeira carta de Manuel de Portugal e Castro após a chegada em Recife é de agosto de 1879 e participa a João de Deus o estabelecimento de relações com autoridades locais a fim de oficializar o método na província de Pernambuco. Ademais, permite perceber que Castro já instalara aulas para lecionar indivíduos analfabetos em sua própria casa (encaminhados pelo governo provincial) e que consegue atrair a atenção dos lentes da Faculdade de Direito do Recife para sua iniciativa. Porém, o principal trunfo de Manuel de Portugal e Castro (o de deter o respaldo direto do criador do método para a sua divulgação) acaba lhe causando um problema, pois as autoridades provinciais entendem que tal situação o obriga a fornecer instrução gratuitamente aos educandos que o governo lhe apresentar.

Esteve hoje em minha caza o director da instrucção pública acompanhado dos lentes da faculdade de direito e de diversos professores. Aproveitei a occasião para lhes mostrar os immensos progressos que tem feito os analphabetos mandados pelo governo e também para lhes fazer uma rápida exposição do methodo. Escusado será dizer-lhe que todos ficaram maravilhados, a ponto de me convidarem desde já para leccionar o professorado público. Assegurou-me o director da instrucção pública que o methodo será adoptado officialmente.

Visto-me eu ter-me apresentado como propagador do methodo elles entenderam que tenho obrigação de habilitar os professores gratuitamente; por isso peço-lhe que me diga o que devo fazer. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. Recife, 28/08/79. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 585-586)

Manuel de Portugal e Castro se aproxima da comunidade lusitana do Recife (assim como ocorreu a Zeferino no Rio de Janeiro), passando a utilizar também as dependências do Gabinete Português de Leitura para os exames dos alunos que estiveram a tomar as primeiras letras pelo método João de Deus. O debate sobre aprender velozmente ou aprender bem reaparece no discurso de Castro em carta enviada a João da Costa Terenas. Provavelmente em virtude da concorrência com outros métodos de ensino, que prometiam um aprendizado em curto intervalo de tempo, o divulgador do método de João de Deus recuperava um repisado discurso de seu mestre, de que o importante é a aquisição da competência leitora através de procedimentos racionais. Além disso, Castro enfrentava problemas com professores locais que passaram a oferecer aulas de ensino da leitura pelo método João de Deus sem a “certificação” do poeta ou de alguém por ele indicado.

V. Ex. dirá o que melhor entender, contanto que esta gente fique convencida que pelo simples facto de se ler a Cartilha ninguém se pode julgar habilitado a leccionar, como succede com os typos que aqui estão ensinando e que o público os julga competentes para isso, pelo facto de já terem ensinado a ler pelo methodo, alguns analphabetos. Não será máo também escrever um artigo para ser publicado nos jornaes d’aqui, fallando neste mesmo sentido. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João da Costa Terenas*. Recife, 20/10/79. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 617-624)

A fala de Manuel de Portugal e Castro revela ainda a percepção desse divulgador sobre diferenças culturais entre os portugueses e os brasileiros daquela parte do país em que ele se encontrava. Se tomarmos o discurso de Castro numa chave de comparação de culturas resta evidente a consideração depreciativa sobre a população pernambucana desvelada pelo divulgador do método, como se esta se mantivesse num estágio civilizacional inferior ao dos povos europeus.

Preciso que mande imprimir 300 cartas de convite em bom papel e pode mandar conjuntamente igual número de enveloppes. Mande também um retrato em ponto grande do Dr. João de Deus para collocar na sala. É preciso dar o maior resplendor possível aos exames, pois esta gente é muito de cousas apparatusas, por isso não seria máo também alugar uma banda de música. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para*

João da Costa Terenas. Recife, 20/10/79. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 617-624)

Castro se põe à disposição de Terenas para se deslocar a outra província caso o editor da *Cartilha Maternal* julgue conveniente. A ideia de que se pusera a soldo do grupo de João de Deus para a propagação do método se torna evidente nesta carta a Terenas. Castro entabula um acerto de contas com o editor do método, a fim de que as partes credoras sejam ressarcidas de seus gastos.

Dou-me por satisfeito depois de ter leccionado os professores d'aqui e os de qualquer outra província a que V. Ex.^a mandar.

V. Ex.^a me pague a passagem para ahi e dê 15 libras ao Dr. João de Deus da minha passagem para aqui, de que elle ficou por fiador e me arranje apenas ahi chegue um emprego.

Foi-me preciso alugar mais uma dúzia de cadeiras, pois as que tinha não me chegavam para as pessoas que assistem aos cursos nocturnos.

No dia 12 do próximo de mez de Novembro tenho que pagar o seguinte:

2 mezes de aluguer de mobília	30\$000
42 dias de hotel	84\$000
1 mez de caza	37\$250
roupa de cama que o Sr. __?__ não pagou	8\$000
Petróleo	12\$000
Cigarros	12\$000
Roupa lavada e engomada	20\$000
Criado	12\$000
Banheiro	6\$000
Dr. __?__	221\$250

(*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João da Costa Terenas*. Recife, 20/10/79.

In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 617-624)

Aquela apreensão a que havíamos mencionado de Manuel de Portugal e Castro quanto a professores locais que passaram a oferecer aulas de ensino da leitura pelo método João de Deus toma sua feição mais aberta no instante em que os “novos mestres” convidam Castro a dignificar com sua presença uma exposição que tais professores fariam num colégio que passaria a funcionar na mesma rua em que residia

Castro no Recife. Posteriormente, Castro descobre que seus “concorrentes” tentaram deitar por terra seu principal argumento para exigir exclusividade no ensino pelo método: a autorização expressa de João de Deus ou de alguém de sua confiança. Talvez até se aproveitando das dissensões entre João da Costa Terenas e o poeta algarvio, Manoel Moreira da Gama e Affonso Olindense Ribeiro de Souza, os professores a que se refere Castro, chegam a escrever uma carta a Terenas solicitando sua chancela a fim de conferirem um *status* “oficial” ao seu trabalho.

Tomamos a liberdade de scientificar a V. Ex.^a que acabamos de fundar à rua do Imperador nº 3, 1º andar um collegio para a educação e a instrução da mocidade, sob o titulo de Atheneu Luzo-Brazileiro – e que terá logar a sua abertura solemne no dia 14 do corrente às 7 horas da tarde.

Por esta ocasião faremos uma exposição dos nossos trabalhos pelo maravilhoso methodo – João de Deus – com vinte de nossos pequenos alumnos. Para o brilhantismo da nossa sessão litteraria confiamos que V. Ex.^a dignar-se-há honrar-nos com a sua mui apreciável presença.

Recife, 10 de setembro do anno de 1879

De V. S^a admiradores e criados

Os Directores

Manoel Moreira da Gama

Affonso Olindense Ribeiro de Souza

(*Carta dos directores do Ateneu Luso-Brasileiro a D. Manuel de Portugal e Castro*. Recife, 10/09/1879. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 547-548)

A iniciativa dos dois letrados da província pernambucana ganhara as páginas dos jornais antes mesmo da chegada de Castro a Recife. Autoproclamando-se habilitado a lecionar o método e cumprindo desejo do próprio João de Deus, o Comendador Pe. Manoel Moreira da Gama, enfatizando ainda a velocidade do aprendizado da leitura obtida por intermédio da aplicação do método João de Deus, manda anunciar em maio de 1879 que em breve abriria aula diurna para crianças e noturna para adultos.

Jornal do Recife, nº 118, de 24 de maio do anno de 1879.

Methodo João de Deus – O Commendador Pe. Manoel Moreira da Gama, **accedendo aos desejos do autor da *Cartilha Maternal***¹⁵³, e achando-se habilitado a propagar aquelle methodo, resolveu abrir um curso de ensino de leitura repentina. O methodo João de Deus tem tido tal acceitação no reino de Portugal que já hoje mais de 600 escolas por elle são a primeira instrução a crianças e a adultos. É, pois, de reconhecida vantagem para a população nesta idade o empreendimento do Commendador Pe. Gama.

Conta-nos que em breve serão publicados os anúncios da abertura da aula, que funcionará também à noite para os adultos. (*Cópia de notícias de jornais de Recife/PE* [Brasil]. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 541-544)

Manuel de Portugal e Castro trava uma batalha, via imprensa, com o Comendador Gama e com Afonso Olindense (o qual não aparece nesse anúncio do *Jornal do Recife*, mas quando da abertura efetiva das aulas se junta ao primeiro). Os interesses mais diretos de Castro se viam seriamente ameaçados com a concorrência, já que Castro também visava a obter algum dinheiro com o ensino da língua materna aos analfabetos que lhe fossem apresentados ou lhe procurassem.

Jornal do Recife, nº 208, de 11 de outubro do anno de 1879.

Methodo João de Deus ler e escrever em 50 lições. Manoel de Portugal e Castro, professor leccionado e aprovado pelo author do referido methodo e por elle devidamente autorizado, acaba de chegar de Lisboa com o fim expresso de abrir nesta cidade um curso diurno para crianças e nocturnas para adultos, e por isso tem a honra de prevenir o respeitável público que acaba de abrir uma aula na rua do Imperador, nº 3, 1º andar, à direita. Recife, 9 de Setembro de 1879. (*Cópia de notícias de jornais de Recife/PE* [Brasil]. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 541-544)

Mas por que João de Terenas e João de Deus mandaram Castro a Pernambuco? Sabia já Terenas do trabalho do Pe. Moreira da Gama e de Afonso Olindense? Em que medida resultava benéfico ao criador do método e a seu editor em Portugal opor dois dos divulgadores? O argumento de Castro, da habilitação direta por João de Deus ou alguém do grupo dos iniciadores do método é totalmente válida, até porque muitas

¹⁵³ Grifo meu.

vezes tal alegação foi invocada pelo poeta. Mas talvez João de Deus e Terenas realmente não soubessem do proselitismo dos professores pernambucanos antes da vinda de Manuel de Portugal e Castro ao Nordeste brasileiro.

Como apontamos, Castro externara sua preocupação a João da Costa Terenas. Em meio à consulta ao editor da cartilha sobre seus passos em Recife, Manuel de Portugal e Castro clama pelo apoio dos responsáveis pelo método na pátria natal em referência a dissipar as opiniões que viam na celeridade o maior mérito d'um método de ensino da leitura:

Submetto à sua aprovação o que tenciono fazer então: só faço um discurso de que me remetterá o rascunho o mais breve possível, em que mostre as immensas vantagens do methodo quando elle é ensinado por pessoa competente; pois a maior parte da gente julga que o merecimento do methodo está em os analphabetos aprenderem rapidamente e eu quero mostrar que o principal merecimento delle consiste em se aprender racionalmente, mas para se conseguir isso é indispensável que a pessoa que o ensina esteja habilitada pelo Auctor ou por pessoa muito da sua confiança. Mais de um professor em Portugal tem habilitado a ler em 30 ou 40 lições analphabetos guiados unicamente pelas explicações da *Cartilha*, o que não admira, pois... (V. Ex.^a provará isso) mas o nosso fim não é ensinar rapidamente, mas sim racionalmente, o que jamais se pode conseguir não tendo cabal conhecimento do methodo etc. V. Ex.^a dirá o que melhor entender, contanto que esta gente fique convencida que pelo simples facto de se ler a *Cartilha* ninguém se pode julgar habilitado a leccionar, como succede com os typos que aqui estão ensinando e que o público os julga competentes para isso, pelo facto de já terem ensinado a ler pelo methodo, alguns analphabetos. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João da Costa Terenas*. Recife, 20/10/79. In: Correspondência para João de Deus [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 617-624)

Em março de 1880 verificou-se uma nova carta de Castro a João de Deus. Emergem aí denúncias de mau procedimento da parte de Terenas. A par dos bons resultados que Castro afirma ter alcançado, somam-se os dissabores com a pouca afluência dos educandos, a má-fé daquele editor da *Cartilha Maternal* em relação à preeminência de Castro na propagação do método na província de Pernambuco, problemas de saúde e a concorrência com os professores da terra (e outras possíveis contrariedades experimentadas pelo divulgador de João de Deus no trato com a população recifense).

Depois de ter sustentado uma guerra atroz por parte dos intrujões que estão assassinando barbaramente aqui o methodo de V. Ex.^a, e depois de lutar com as maiores difficuldades pecuniárias que pode imaginar, consegui assim mesmo aprontar alguns dos analphabetos que pedi ao Governo apenas aqui cheguei. Os que vou apresentar teem apenas três mezes e meio d'aula, pois foram os últimos a matricularem-se. (...)

Os primeiros que leccionei não apparecem há três mezes a esta parte, e isto devido a eu ter estado com a escola dois mezes fechada, em consequência das férias de Natal e também por ter estado doente. Brevemente escreverei a V. Ex.^a narrando-lhe circunstanciadamente o que se tem passado depois que aqui cheguei e principalmente o proceder indigno do Snr. Terenas para commigo.

V. Ex.^a não pode fazer uma idéia do que é esta terra nem tão pouco da canalha que a habita. Si lhe direi que é preciso ser-se um perfeito cavalheiro d'industria e auxiliado por muita praticca para se conseguir alguma cousa.

Os artigos que se publicaram aqui sobre o methodo e que tanto barulho causaram ahi foram escriptos por dois trocatintas d'aqui, os quaes mandam pedir ao Terenas bandido explicações sobre o methodo. Estes dois typos tornaram-se ardentes apóstolos do methodo em consequência não só do quererem arranjar um crescido mundo de alumnos como para venderem por bom preço as cartilhas e deveres dos filhos de que mandaram vir grande porção do Reino.

Inculcavão-se (sic) como perfeitamente habilitados no methodo e como eu os tinha desmascarado para com o público, motivo porque tenho soffrido e soffro uma guerra sem tréguas.

Recife, 31/3/80

Rua do Imperador, 43 – 1º.

(*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. Recife, 31/3/80. In: *Correspondência para João de Deus [1876-1880]*. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 787-790)

Terenas estaria então interessado em lucrar com a venda das obras de João de Deus ao Pe. Moreira da Gama e a Afonso Olindense? A última correspondência de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus põe a nu as dissensões entre o poeta e seu editor. Revela a fricção entre os interesses mercantis e o projeto de *elevação do nível moral do povo*¹⁵⁴ antevisto por João de Deus. Em Pernambuco também os

¹⁵⁴ Em março de 1880 escrevia João de Deus num periódico português: *Se a civilização portuguesa, se o nível moral do nosso povo, não se eleva um século em poucos meses é porque o governo, nas suas diversas ramificações, não o quer*. (Artigo de João de Deus publicado n' *O Progressista*. Lisboa, 28/03/1880. In: *Deus [João de]*, 1897, p. 40)

conflitos se acentuaram, em que pese o êxito de Castro na alfabetização dos indivíduos que o governo provincial lhe apresentara e o que lhe deve ter dado muito gosto, a tomada do Ateneu Luso-Brasileiro, estabelecimento em que o Pe. Moreira da Gama e Afonso Olindense ministravam suas aulas. Nesta carta, Castro reafirma que não houve conciliação entre ele os professores nativos que ensinavam pelo método de João de Deus e que Castro terminou permanecendo, no mínimo, aproximadamente um ano na capital pernambucana. Pela riqueza de detalhes da missiva, optamos por transcrevê-la na sua integralidade:

Não obstante a guerra covarde e infame que o professorado público e particular d'aqui me tem feito, acabo de alcançar um completo triumpho com a apresentação dos analphabetos que o Governo me confiou em outubro passado, os quaes fizeram exame de leitura e foram dados pela Inspetoria de Instrução Pública como promptos!

Também fiz a exposição prática do methodo, afim de mostrar ao Público como V. Ex.^a ensina a transmittir a doutrina delle aos analphabetos, conseguindo com isso não só restabelecer a fama de que gosa o methodo ahi como desmascarar os intrujões, que o tem leccionado aqui, dando com isso matéria para o Público descrer da apregoada efficacia delle.

V. Ex.^a pode dizer-me porque não os tenho chamado para os ensinar uma vez que leccionam errado. Mas a essa observação responderei que elles há perto de um anno se inculcão como muito habilitados para o fazer e por isso tem regeitado todos os offerecimentos que lhes tenho feito nesse sentido, o que não admira, pois querem sustentar a mentira com que tem até hoje embarretado e enganado o Público.

Como lhes causava sombra e receavam que o Público afinal se convencesse que tinha sido logrado, tratavam logo de me garrear inventando toda sorte de calumnias para assim me desacreditarem e fazer com que lhes deixasse o campo livre, mas apesar de ter sustentado uma guerra atroz e ter-me visto sem recursos pecuniários; e ainda para mais ter sido victima do Snr. Terenas, alfim venci, armado unicamente com a minha coragem.

Consta-me que um tal improvisado leccionista do methodo (Dr. Olindense), intrujão de força __?__, escrevera ao Dr. Terenas, o qual lhe respondeu, estou certo por suppor que o typo lhe poderá comprar algumas cartilhas.

Ora, consta-me mais que o typo em questão tem dito a várias pessoas que recebera do Dr. Terenas uma carta em que este honrado senhor me alcunha de cavalheiro d'indústria e d'outras cousas mais e como eu há cousa d'um mez lhe chamei pela imprensa intrujão ao tal Snr. Olindense, elle para se vingar mandou pedir aquella carta ao Terenas para

provar que eu é que sou o verdadeiro intrujão, pois estou leccionando o methodo sem autorização.

Peço a V. Ex.^a o especial obzequio de saber ao Dr. Terenas o que há de verdade a este respeito, pois temo que o Dr. Terenas ___?___?___ vender algumas cartilhas, tendo feito como com o typo, e então a cousa pode ser muito séria, pois váe nisso a minha honra.

Remetto as cartas que tenho recebido do Sr. Terenas, e peço a V. Ex.^a que exija delle ao menos ___?___ pois é crível que lh'as tenha occultado. Desengane-se V. Ex.^a, **o Sr. Terenas como um verdadeiro agiota que é, não se importa com que o methodo seja bem ou mal leccionado, contanto que os livros se vendam**¹⁵⁵.

Tomei hontem conta d'um collegio "Atheneu Luso Brasileiro" e como a publicação da carta (de que estou amiaçado) do Dr. Terenas me pode causar sérios prejuízos appelo para a bondade de V. Ex.^a afim de conjurar ou desfazer as calumnias que me imputão.

Amanhã vou principiar a leccionar os presos da cadeia d'aqui.

Actualmente tenho entre crianças e adultos 45 discípulos ___?___ methodo.

Meus respeitos ao admirado ___?___ de V. Ex.^a e ao Rdo. Pe. Marques.

Espero as ordens de V. Ex.^a.

Recife, 6/5/80

P.S. A minha caza é na rua do Imperador nº 3 – Atheneu Luso-Brazileiro. (*Carta de Manuel de Portugal e Castro para João de Deus*. In: *Correspondência para João de Deus* [1876-1880]. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 809-814)

É possível que João de Deus pretendeu, com a ida de Manuel de Portugal e Castro ao Recife, levar ou consolidar o conhecimento sobre o método numa parte do Brasil, de massiva presença da colônia portuguesa, à qual muito provavelmente Zeferino, fixando-se no sudeste do país, não poderia se dedicar. Há o fato, ainda, da superior qualificação intelectual do ex-professor da Universidade de Lisboa frente a Castro, o que pode explicar a designação de Zeferino para tratar, diretamente com D. Pedro II, do tema dos direitos de propriedade da publicação da *Cartilha Maternal* no Brasil. Lembremos que Castro realizava a venda propriamente dita dos livros de João de Deus, enquanto Zeferino, até onde sabemos, não realizou, ele mesmo operações comerciais dos artefatos culturais do poeta algarvio.

¹⁵⁵ Grifo meu.

3.3 – Itinerários intelectuais de Zeferino Cândido no Brasil

À época das últimas notícias de Manuel de Portugal e Castro em suas atividades por Recife já Zeferino Cândido contava quase dois anos de intensa propaganda da arte de leitura do poeta algarvio. Ainda em 1878, a partir de outubro, encontramos-lo em turnê pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, realizando uma série de preleções acerca da superioridade do método João de Deus. E se o poeta apontava a instrução como fator de reerguimento nacional, utilizando-se para isso de argumentos tirados o mais das vezes da ineficácia dos métodos preexistentes em Portugal (ao que podemos acrescentar a inabilitação dos mestres) e, conseqüentemente, do prejuízo ao raciocínio causado pelo aprendizado da leitura e escrita por intermédio de tais métodos¹⁵⁶, Zeferino justificava a necessidade do derramamento da instrução elementar para conter as irrupções populares. Apoiada no noticiário do jornal *Província de São Paulo* (o qual reproduzia uma palestra de Zeferino proferida na Escola da Glória, entre fins de agosto e início de setembro de 1878, portanto logo depois de sua chegada ao Brasil), Hilsdorf (1986) recorta matéria em que Zeferino Cândido, temeroso dos exemplos oferecidos pela Comuna de Paris menos de uma década atrás, aponta para a melhor proficiência do ministério das primeiras letras para o controle social face à repressão física:

Hoje o povo levanta-se em toda parte e para o conter nas suas alucinantes aspirações não vale nem o cutelo do carrasco nem as balas da gendarmaria; contra essas ideias subversivas há um só conduto salvador: a instrução! (*Província de São Paulo*, 12/09/1878, *Folhetim*; apud, Hilsdorf, 1986, p. 129)

Tal perspectiva coadunava com seu positivismo militante, filiação que provavelmente o aproximou do método de João de Deus – hipótese esta já aventada no capítulo anterior. Suas colaborações aos periódicos brasileiros mostram os cruzamentos entre a defesa do método de João de Deus e o proselitismo positivista. No *Almanach*

¹⁵⁶ “Porque a criança é lógica. Perguntava eu um dia a um menino: ‘Porque não vais tu à escola?’ ‘Eu não sei ler!’, respondeu-me. E com razão: ele passava pela escola, via todos a ler, o que ia ele lá fazer? Mas acrescentei: ‘Por isso mesmo, deves ir aprender.’ – ‘Mas o meu irmão António não sabe, e não vai!’ Resposta profundamente lógica e moral. O António era o irmão mais velho. Por isto se vê que os meses e os anos levados na escola inutilmente não é incapacidade do discípulo, mas insuficiência do mestre ou vício do sistema. Como há de a criança compreender que *cê á faz ká*, se é impossível? O que pode é decorar a fórmula; mas primeiro que fixe uma infinidade de absurdos semelhantes, tem ralado o mestre, e minado a própria existência. Deus livre, principalmente as crianças mais inteligentes, dum ensino irracional; as menos alumiadas aceitam melhor aquelas imposições brutais.” (Deus [João de], 1881, p. 7)

Litterario de São Paulo (ALSP), publicação dirigida por José Maria Lisboa, tipógrafo do jornal *Província de São Paulo* e integrante do grupo republicano paulista, Zeferino tem estampado um artigo seu no volume de 1884. Intitulado *O método João de Deus e a filosofia positiva*, esse escrito de Zeferino faz coincidir a estrutura e o alcance do método do poeta algarvio com a lei dos três estados da filosofia comteana.

Não há hoje contestação séria para a lei dos três estados, formulada e demonstrada por Augusto Comte. Os que mesmo não querem ser positivistas *in nomine*, o vão sendo *in re* guiando-se e instruindo-se na proveitosíssima trilha desta lei.

Eu por mim confesso que ela me serve de quilate em todas as operações do meu espírito, quando ele procura reconhecer a verdade, e confesso que mais que nem uma vez ainda ela me conduziu a erro.

(...) O processo da leitura, na sua evolução histórica, passou pelos tres estados da lei. Foi teológico na soletração, tornou-se metafísico na soletração, e é finalmente positivo na palavração. Esta última fase foi inaugurada pela cartilha maternal. (Cândido, Antônio Zeferino. *O método João de Deus e a filosofia positiva*. In: *ALSP*, v. VII [1884], p. 154-155)

Antes, em 1879, a *Revista Brasileira*, em sua segunda fase (1879-1881), acolhe um artigo de Antônio Zeferino Cândido em que o autor se dispõe a explicar o conceito de absoluto e a defesa de sua aplicação, ou presunção, na obra de Augusto Comte. Zeferino aproveita para rebater estudiosos do grande mestre positivista, os quais, a despeito de tomar obras esparsas e realizar transcrições avulsas de Comte, afirmavam que o pensamento do filósofo de Montpellier negava o absoluto¹⁵⁷. No ano seguinte, funda na Corte o colégio São Pedro de Alcântara. Em 1883, como assinalamos, dirige-se ao Espírito Santo para auxiliar na reformulação da instrução pública daquela província, lá encontrando Pessanha Póvoa, um dos entusiastas do método no Brasil e amigo de João de Deus. Em 1884 participa das Conferências Populares da freguesia da Glória¹⁵⁸, no Rio de Janeiro. Na capital do império foi redator dos jornais *O Cruzeiro*, *O*

¹⁵⁷ Cândido, Antônio Zeferino. "O absoluto na filosofia positiva". *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2º tomo, 1º ano, out./dez. 1879, p. 467-472.

¹⁵⁸ As Conferências Populares da Glória, que segundo Carula (2007) eram ao mesmo tempo pedagógicas e literárias, foram realizadas entre 1873 e 1890, caracterizando-se pela reunião de pessoas interessadas em ouvir e/ou discutir temas da atualidade. Possuíam caráter educativo e de vulgarização do conhecimento, com a intenção de difundir as modernidades científicas. Delas participam professores e outros intelectuais, figuras proeminentes da sociedade, que objetivam discutir diversas questões vinculadas à profissão, à educação e ao ensino. Reconhecidas como fenômeno extremamente relevante para o progresso e melhoramento da instrução pública, as conferências tiveram por objeto de estudo tanto

Paiz (o mesmo periódico que Quintino Bocaiúva adquiriu pouco antes da proclamação da República¹⁵⁹) e *A Epocha* (do qual também foi proprietário)¹⁶⁰. Foi membro de destacadas instituições vinculadas à comunidade portuguesa da capital brasileira, como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro – tornado posteriormente Real Gabinete Português de Leitura¹⁶¹ – e o Retiro Literário Português¹⁶²; além de ter se tornado sócio correspondente do Gabinete Português de Leitura do Recife¹⁶³.

Do ponto de vista de sua produção intelectual escrita, encontramos, nas pesquisas realizadas junto à Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) e Biblioteca do Museu Pedagógico João de Deus (Lisboa), as seguintes obras (excetuando-se os artigos publicados em jornais, revistas, editoriais, respostas a questionários etc.):

- *Integraes e funcções elípticas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875.
- *Paralaxe solar – métodos da sua determinação*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.
- *Cosmographia*. Lisboa, Tipografia das Horas Românticas, 1884.
- *Teses de matemáticas puras e applicadas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, s/d.

questões relativas à política educacional do período como questões relativas à escola – em que se destacam as preocupações quanto aos métodos de ensino. Ver também: Collichio, T. A. F. Dois Eventos Importantes para a História da Educação Brasileira: A Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. *Revista da FEUSP*, São Paulo, nº 13, 1987, p. 5-14; Villela, Heloisa de Oliveira Santos. *Da palmatória à lanterna mágica a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2002; e Hilsdorf (1986).

¹⁵⁹ Zeferino permanece como redator d'*O Paiz* em 1898 e 1899. Coincidentemente, no mesmo período em que se associa ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁶⁰ Quando retorna a Portugal, em 1901, Zeferino funda um periódico ao qual também deu o nome *A Epocha*.

¹⁶¹ Zeferino torna-se sócio do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro apenas em maio de 1898. Fonte: *Catálogo do Gabinete Português de Leitura*, organizado por Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1906.

¹⁶² Zeferino Cândido integra o quadro de sócios honorários do Retiro Literário Português logo à sua chegada ao Brasil, por proposta de 18 de setembro de 1878; seis anos mais tarde aparece como sócio benemerito, por proposta de 16 de novembro de 1884. (*Retiro Literário Português*. *Livro de registro dos sócios titulares do Retiro Literário Português*. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1879)

¹⁶³ Conforme o *Relatório apresentado à Assembléia Geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco pela diretoria do mesmo em 10 de outubro de 1880*. Recife, Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1880.

- *Homenagem a Vasco da Gama*. Rio de Janeiro, Casa Mont'Alverne, 1898.
- *Portugal*. Rio de Janeiro, Tip. da Cia. de Loterias Nacionais do Brasil, 1898.
- *Brazil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.
- *Navegações e conquistas. Três estudos: I – Vasco da Gama; II – Villegagnon, III – Colombo*. Rio de Janeiro, Livraria J. B. Santos Editor, 1900.
- *Relações comerciais entre Portugal e Brasil: duas conferências na Associação Comercial de Lisboa*. Lisboa, Tip. da Cia. Nacional, 1902.
- *O canhão vence... a verdade convence*. Lisboa, Livraria Ferreira Ltda. Editores, 1915.
- *Aliança que esmaga, beligerância que desonra*. Lisboa, Livraria Ferreira Ltda. Editores, 1916.

No período em que permaneceu no Brasil Zeferino Cândido continuou ligado à maçonaria. Na Corte, ele fez parte de um movimento constituído por portugueses maçons, ligados às correntes progressistas do pensamento político, que deram vazão em território brasileiro às suas invectivas contra a monarquia portuguesa. Para os dezoito anos iniciais de sua estada no Rio de Janeiro não encontrei notícias de atividades associadas a estabelecimentos maçônicos, entretanto, em 1896, juntamente com mais 13 mestres portugueses maçons, todos iniciados em Portugal e províncias, participa da fundação da *Loja Simbólica Fraternidade Latino-Americana*, sucessora da Loja Capitular Lusitana, e que recebeu Breve Constitutivo do Grande Oriente do Brasil, em 23 de março de 1896, para funcionar no Rito Moderno. (Prober, 1981) De acordo com Prober (1981), “a Loja congregava os irmãos portugueses que vieram para o Brasil por insatisfação, decorrente do regime político, existente em Portugal, na época.” (Prober, 1981, p. 289) Ainda segundo o autor, os maçons portugueses eram todos partidários do liberalismo, tema que, com a idéia de República, fundamentava os principais debates políticos na Loja. (*idem*. 290) Zeferino, que era Cavaleiro Rosa-Cruz (grau 7), foi o seu primeiro Venerável Mestre, desde a fundação da loja até o ano seguinte. (*id. Ibid.*, p. 290)

Ainda a respeito das instituições em que tomou parte durante sua permanência no Brasil, encontramos Zeferino Cândido na Seção da Sociedade de Geografia de

Lisboa no Brasil e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A filial brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa¹⁶⁴ (SGL) tem início em 1878, quando 14 sócios correspondentes da SGL (dentre barões, viscondes, generais e doutores), reunidos na legação de Portugal no Rio de Janeiro, então residência do Visconde de São Januário¹⁶⁵ – presidente honorário da SGL e vindo ao Brasil com as instruções e credenciais necessárias fornecidas pelo grêmio português – constituíram a Seção na cidade do Rio de Janeiro. (Mary, 2005, p. 157) No discurso proferido na criação da Seção carioca, o Visconde de São Januário, em clara alusão às disputas colonialistas no continente africano, afirmou o desejo de Portugal de não ficar atrás no “certame em que se empenhava o mundo civilizado” (...) “o grande movimento europeu para as grandes descobertas em África onde os problemas sociais e científicos poderiam encontrar sua verdadeira solução”. (“Discurso proferido pelo Visconde de São Januário por ocasião da fundação da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil”. *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1ª série, t. 1, nº 1, abr. 1881) A cooperação da filial brasileira com os esforços da casa real portuguesa de ocupação e exploração do continente africano foi de pronto o mote primevo da ação do grêmio geográfico. A sessão de 12 de agosto de 1878 da SGL registra a criação da filial brasileira:

O 1º secretário, sr. Luciano Cordeiro, leu o ofício do sr. Visconde de S. Januário, presidente honorário, em que participa a constituição, no Rio de Janeiro, de uma seção da SGL, formada em resultado da conferência ali realizada em 18 de Julho último, à qual assistiram os sócios correspondentes da sociedade residentes naquela cidade, convocados pelo mesmo sr. Visconde; e bem assim leu a ata dessa conferência.

(...) Que a seção ali formada se não compunha apenas de portugueses, mas também de consócios brasileiros, e isto significava que as relações científicas entre os dois países se

¹⁶⁴ A Sociedade de Geografia de Lisboa, ainda em atividade, foi criada em 1875 por um grupo de intelectuais que esteve à testa do movimento colonialista português e que, numa leitura prospectivista do devir histórico lusitano, empenhou-se tenazmente em prol da manutenção e ampliação dos territórios conquistados em África como a única saída para a sobrevivência futura do país.

¹⁶⁵ O Visconde de São Januário, ou Januário Correia de Almeida, primeiro presidente da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e também seu presidente honorário, construiu uma carreira de sucesso em Portugal, tanto nas fileiras militares (pasta da Marinha e do Ultramar em 1880 e da Guerra em 1886) quanto na administração de territórios coloniais. Vale sublinhar que após a estada no Rio de Janeiro e o cumprimento do objetivo de fundação da filial da SGL no Brasil, o Visconde de São Januário segue em viagem oficial para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, a fim de celebrar tratados de comércio com as três repúblicas sul-americanas. A excursão pelo cone sul da América serviu também para o estadista português recolher valiosos indicadores econômicos, sociais, geográficos, educacionais, demográficos e administrativos desses países, os quais foram encaminhados à SGL.

tinham agora estreitado mais. Que a nossa sociedade, embora já tivesse passado o período de iniciação, (...) tinha hoje mais garantida a sua vida, porque a filial do Rio de Janeiro, com a sua poderosa e esclarecida coadjuvação, lhe daria as forças que por acaso inesperado faltassem para continuar a propaganda científica e civilizadora a que se votara desde a sua fundação. Que por comunicações particulares se sabia também que sua majestade o imperador do Brasil, nosso consócio, vira com muito prazer a organização daquela filial, o que era para nós igualmente auspicioso. (Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Ata da sessão de 12 de agosto de 1878)

Zeferino já era sócio da SGL ainda quando residia em Coimbra, dando-se seu ingresso na SGL por proposta aprovada em sessão de 1º de abril de 1878. Todavia, no tempo que medeia sua entrada na SGL até a partida para o Brasil, em agosto do mesmo ano, na investigação realizada junto às atas de reunião das sessões da SGL não foi encontrada menção a Zeferino. Também durante todo o período de permanência na ex-colônia portuguesa não encontramos quaisquer alusões a Zeferino nas atas da SGL. Diferente do que aconteceu no caso da filial brasileira, em que se identifica a presença do ex-lente de matemática da Universidade de Coimbra em 1885, inclusive na condição de redator da revista da seção.

A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro teve curta existência, de 1878 até 1888 (ano em que se tem notícia de sua última diretoria), compreendendo nesse período pelo menos três fases distintas (Mary, 2005, p. 160). Na primeira, que vai de 1878 a 1880, a Seção esteve em função de sua própria organização administrativa, envolvida com a redação e aprovação dos estatutos, regimento interno, consolidando sua estabilidade. Os signatários da ata de criação da filial compunham um grupo bastante uniforme quanto à posição social: quase todos pertenciam à elite fluminense, variando quanto ao título nobiliárquico, patente ou armas; constando dentre eles, além do Visconde de São Januário, o Visconde de Matosinhos, Emílio Zaluar e Boaventura Gonçalves Roque¹⁶⁶, personalidades da colônia portuguesa radicada na Corte. No âmbito dos demais associados se encontra um espectro largo de filiações ideológicas, como o abolicionismo de Ângelo Agostini (que na província de São Paulo se associara a Américo de Campos e Luiz Gama na publicação do periódico satírico *O Cabrião*), as tendências liberais e abolicionistas de André Rebouças, o conservadorismo

¹⁶⁶ Boaventura Gonçalves Roque ou Visconde de Rio Vez, também foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura no período de 1871-73, cargo igualmente ocupado por seus colegas de Seção Ramalho Ortigão, Eduardo Lemos e Wenceslau de Souza Guimarães.

de tintas católicas de um Cândido Mendes, o monarquismo convicto de Carlos Maximiliano Pimenta de Laet e o pragmatismo do Barão de Teffé, figura do homem de Estado que prestará serviços à monarquia e depois à República. Já em 1885 a listagem dos associados da Seção incluía nomes como Machado de Assis e Benjamin Constant, alargando ainda mais o referido ecletismo dos integrantes da entidade. De 1881 em diante a situação se altera, nesse período a instituição havia ampliado consideravelmente seu quadro e contava já com 179 sócios. O crescimento se reflete em dois caminhos, ao mesmo tempo em que o estabelecimento avança em sua institucionalização, com o lançamento da revista da filial, ocorre o cisma entre os associados: de um lado se alinham os idealizadores de um grêmio geográfico nacional e, de outro, os que permanecem fiéis à proposta inicial, mantendo a subordinação da filial à entidade que lhe deu origem. Tal episódio representou um declínio nas atividades da Seção, uma vez que culminou com um saldo de divisões entre os defensores do espírito original que animara a criação da filial, aqueles que recuaram de seus intentos de constituição de um grêmio nacional (após a negativa de Lisboa diante do projeto, porém, permanecendo no quadro de sócios) e aqueles que a deixaram para, dois anos mais tarde, fundarem a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Mary, 2005, p. 158).

No que tange à área de influência da filial brasileira, além do registro de associados e dos debates proporcionados por seus membros na imprensa e em outros círculos de cultura, o veículo oficial de publicização do trabalho de seus integrantes – a *Revista da Seção* (que circulou de 1881 a 1886) – dá uma medida de seu impacto na sociedade brasileira da época. Não há praticamente registros quanto às assinaturas e os leitores do periódico, contudo, havia um público garantido, formado nas bibliotecas dos grêmios com os quais a Seção mantinha relações, inclusive com as instituições com as quais se registrava permuta de exemplares. A revista teve também suas etapas, considerada aqui a divisão dos temas. Na primeira delas, relativa ao ano de 1881, com o Barão de Teffé na presidência do grêmio e Fernando Mendes como redator-chefe da revista, metade dos títulos dos artigos focalizou o Brasil, enquanto os demais pontos do índice se distribuíam entre África, América Latina e demais partes do mundo. Nessa fase, a Revista foi fiel depositária dos desígnios da matriz lisboeta, “mantendo-se entre a geografia brasileira, latino-americana e portuguesa, com inclinação maior para esta última” (Mary, 2005, p. 161). Dois anos após a cisão e a defecção de Teffé da presidência do grêmio geográfico, em 1881, novos grupos se sucederam na direção da filial. Tendo Ladislau Neto na presidência e António de Serpa Pinto Jr. na redação da

revista até 1884, e sucedidos por Francisco Xavier Lopes de Araújo (Barão de Parima) e Eduardo Brito Cunha nos respectivos cargos até 1885, podem-se perceber alterações significativas na distribuição dos temas no periódico. (Mary, 2005, p. 162) A mudança mais significativa foi a quase exclusão da África dos temas da revista. Em contrapartida, a geografia do Brasil se fez ainda mais presente em seus números. Na queda de braço entre os grupos que compunham a Seção, ganhavam aqueles que, como seu presidente Ladislau Neto (então também diretor do Museu Nacional), queriam impulsionar a antropologia e a arqueologia no país, “acreditando ser necessário desenvolver essas ciências, já com certa tradição no Velho Mundo, para que pudéssemos entrar para o concerto das nações civilizadas” (Mary, 2005, p. 162). Dessa forma, embora ainda enquanto filial da Sociedade de Lisboa, os trabalhos de vários dos sócios brasileiros e portugueses da revista da Seção do Rio de Janeiro encampavam cada vez menos os interesses colonialistas em África da ex-metrópole¹⁶⁷.

Entretanto, em fins de 1885 o Barão de Jaceguai assume a presidência da Seção, ao passo que Ant3nio Zeferino C3ndido era escolhido para o cargo de redator-chefe da revista. A distribuiç3o dos temas mais uma vez se alterou: pela primeira vez o tema 3frica superou em n3mero o Brasil. A partir de ent3o, nos n3meros que circularam at3 o ano seguinte, 3ltimo em que se registra a publicaç3o do peri3dico, constam introduç3es com o t3tulo “*Pol3tica colonial*”, escritas por Zeferino C3ndido. Tornam-se mais freq3entes as discuss3es a respeito da disputa pelos territ3rios africanos. Cabe chamar a atenç3o sobre a composiç3o desse novo “grupo gestor” da Seç3o quanto aos diretores que lhes precederam, pois se percebe uma maior concentraç3o de portugueses radicados nos postos-chave. Assim, figura Jos3 Ferreira de Ara3jo¹⁶⁸ como vice-presidente da Seç3o e Zeferino C3ndido, na qualidade de diretor da Revista, coadjuvado por Felipe Pestana, professor portugu3s que ministrava aulas noturnas gratuitas de l3ngua portuguesa por interm3dio do m3todo de ensino da leitura e escrita do Abade de Arcozelo (*Alfabeto Natural*) aos alunos do Retiro Liter3rio Portugu3s, na cidade do Rio de Janeiro. Apenas Capistrano de Abreu e o presidente Jaceguai n3o pertenciam 3 col3nia portuguesa, sendo, todavia, muito pr3ximos a ela. (Mary, 2005, p. 164)

¹⁶⁷ *Revista da Seç3o da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2ª s3rie, t. 2, n3 2, ago. 1884 e *Revista da Seç3o da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil* 1ª s3rie, t. 1, n3 1, mar. 1885.

¹⁶⁸ Jos3 Ferreira de Ara3jo era propriet3rio do jornal carioca *Gazeta de Not3cias*, um dos mais importantes do Brasil Imp3rio 3quela quadra e no qual foi publicada boa parte da obra de Eça de Queir3s e de Machado de Assis, inclusive, a pol3mica entre ambos. (Berrini, 2003, p. 51-52)

Zeferino é admitido à Seção brasileira da SGL em 1885 e no mesmo ano eleito para o cargo de redator da revista, permanecendo aí até 1886. Nesse período ele se dedicou exaustivamente à defesa da causa portuguesa nos rincões africanos. Essa fase coincide com o momento em que se desenrolou a Conferência de Berlim, em que Portugal viu nitidamente sua frágil situação frente às demais potências colonizadoras no que respeita à manutenção dos seus “direitos históricos” de propriedade na África. A despeito de suas convicções políticas e ideológicas, Zeferino parecia agir de maneira bastante pragmática quando o assunto versava sobre Portugal no quadro das relações internacionais. Num dos títulos de *Política colonial*, espécie de introdução que acompanhava os números da revista durante a fase em que foi redator, Zeferino, embora aproveite a ocasião para criticar a monarquia espanhola (serôdia, velha, gasta)¹⁶⁹, condena a pretensão alemã sobre as ilhas Carolinas, na costa africana. Tais ilhas, cuja antiguidade em seu território era invocada pelos espanhóis para reivindicar sua posse, transformavam-se, no discurso de Zeferino, no equivalente do Zaire (ou Congo) português, cobiçado pelo rei Leopoldo II da Bélgica. Mesmo sob o jugo monárquico, na avaliação do intelectual português mais valia realizar a defesa dos interesses coloniais espanhóis na África – utilizando-se do argumento da ancestralidade da presença na região – do que amparar a política externa da Alemanha, com isso reforçando o raciocínio utilizado pela coroa portuguesa para justificar seu domínio sobre a extensa faixa de terra da África central¹⁷⁰. Posteriormente, quando da Primeira Guerra Mundial, Zeferino defendera de modo vigoroso a neutralidade lusitana no confronto, criticando os que (cita textualmente o presidente da República Bernardino Machado) se deixavam levar pelas manobras diplomáticas britânicas, monarquia a quem sempre Portugal tivera de pagar altos tributos pela manutenção de sua soberania. Zeferino Cândido calculava que a neutralidade favoreceria a economia do país, estimulando as exportações e inibindo as importações (corrigindo, assim, um dos principais problemas econômicos do país, a balança comercial desfavorável), e acreditava que a Alemanha ganharia a guerra e que uma indisposição com o II Reich seria maléfica para Portugal, acrescentando, ainda, que a Espanha se conservara neutra, o que era um problema a menos com que se preocupar do ponto de vista da segurança das fronteiras terrestres. Zeferino usa de todos os expedientes para semear a simpatia dos portugueses em relação à Alemanha e assim

¹⁶⁹ Ao mesmo tempo em que exaltava a implantação do regime republicano nos países outrora dominados pela Espanha no continente americano.

¹⁷⁰ In: Cândido, António Zeferino. “Política Colonial”, Rio de Janeiro, *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2ª série, nº 2, 15 de outubro de 1885.

neutralizar a tentativa do governo, influenciado pela Inglaterra, de caracterizar a poderosa nação da Europa central como inimiga. Zeferino Cândido chega a usar como exemplo da aproximação com a Alemanha a união conjugal entre o rei D. Pedro V e D. Estefânia, nobre germânica¹⁷¹. A postura pró-teutônica admite até a corrupção da lógica de seu raciocínio quando da repulsa às pretensões alemãs sobre as ilhas Carolinas, reivindicadas pela coroa espanhola. Nitidamente tentando demonstrar os contrastes da política colonial germânica em relação à britânica, em prejuízo da última, Zeferino termina por alocar a responsabilidade das perdas coloniais sofridas por Portugal na conta do espírito nacional português, alheio à moderna política internacional:

Entretanto é um facto, de previsão e confirmação, que a Alemanha, na sua nascente ambição de conquista colonial, trazia e empregava um processo novo, até aí desconhecido, e manifestamente honrado: ela não usurpava pela força, não roubava, não roubou ninguém. Aonde encontrou um direito, um título legítimo de posse, respeitou-o. Na conferência de Berlim de 1884 e 1885, ela não se colocou, é certo, ao nosso lado; mas não nos roubou. Apenas consentiu que nos roubassem, mas isto porque nós não quisemos ou não soubemos conquistar, previamente, a sua boa vontade e força decisiva, por actos que, na moderna política internacional, definem interesses materiais. (Cândido, 1915, p. 64)

O pragmatismo de Zeferino, associado ao seu desvelado interesse pela posição portuguesa na disputa imperialista em África, fê-lo se distanciar, pelo menos no que respeita à admissão de textos para a revista que dirigia, de sua proposta de construção de uma plataforma “geopolítica” luso-brasileira. Coadunante com essa perspectiva, do distanciamento da Seção brasileira da SGL, em sua última fase, em relação aos temas associados ao Brasil, os pronunciamentos de Joaquim Abílio Borges¹⁷², membro relator da Comissão de Estudos sobre Portugal e suas colônias, e os de António Zeferino Cândido – eleito sócio orador da Seção – detêm-se exclusivamente na situação de

¹⁷¹ Cândido, António Zeferino. *O canhão vence... a verdade convence*. Lisboa, Livraria Ferreira Ltda. Editores, 1915, p. 62.

¹⁷² Filho do Barão de Macaúbas, Abílio César Borges, importante educador e político do Segundo Reinado e autor de um famoso método de ensino de grande repercussão no Brasil na segunda metade do século XIX. Era sócio, juntamente com o pai, da seção brasileira da SGL. Há que se destacar ainda outro aspecto nas aproximações entre as falas de Joaquim Abílio Borges e Zeferino Cândido em relação aos métodos de ensino que ambos encampavam: embora guardasse algumas semelhanças com o método Abílio, o método de João de Deus rivalizou com ele no Brasil, especialmente na condição que assumiu de arma de combate nas mãos dos republicanos da província de São Paulo em sua contenda com os liberais. A esse propósito consultar: Hilsdorf (1986).

Portugal frente a questão da posse dos territórios do Congo e da querela surgida daí opondo o reino belga a Portugal, não havendo, no discurso de ambos, qualquer menção ao Brasil¹⁷³.

Em maior parte associado às pretensões expansionistas da coroa lusitana, este redirecionamento da Seção e de sua revista talvez guarde relação também com o histórico, recente à época, da representação portuguesa (e ibérica) na formação do povo brasileiro ventilada por alguns intelectuais de nosso país. Enquanto vários dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro valorizavam o elemento português na constituição da nação brasileira, muitos intelectuais brasileiros iam na direção contrária, responsabilizando Portugal e a monarquia brasileira pelo atraso do Brasil, esta última, inclusive, vista como personificação da continuidade lusitana no governo do país. Principalmente no último quartel do século XIX, reacendeu com força a rejeição em relação à herança portuguesa. Desde então, e de diversas partes do Império, grupos de oposição ao *status quo*, de diferentes maneiras, criticaram e enfrentaram a “ordem imperial”, em grande medida desfraldando a bandeira abolicionista e republicana. Enquanto um Brasil republicano e fortemente inspirado pelas idéias liberais americanistas se fortalecia entre as elites culturais do país, a figura do monarca, sua presença e a da família real se tornaram progressivamente alvo de críticas de setores cada vez mais amplos. A contradição, sempre presente, de país independente, mas visceralmente ligado à dinastia portuguesa, caminhava para uma resolução em que o receituário correspondia ao desembaraçamento de suas raízes ibéricas. Assim, quando Lisboa criou no Rio de Janeiro sua filial da Sociedade de Geografia, fê-lo nos moldes de uma política de continuidade, pensando o Brasil como um prolongamento português na América, similar em alguns termos àquela praticada pelo IHGB, porém, no caso da Seção, muito mais exacerbada, pois da geografia requeria adesão imediata na urgente tarefa de manter a política colonialista em África. Com a aproximação do fim da monarquia, os integrantes da Seção viram seu projeto “geopolítico” seriamente ameaçado. Nada obstante, há ainda um dado que revela não apenas a situação delicada de alguns daqueles homens de letras portugueses em ação no Brasil, como também põe em xeque os limites da associação automática desses propagandistas lusos à monarquia brasileira: de um lado, efetivamente, muitos dos intelectuais portugueses que compunham a Seção, funcionando sob o beneplácito do Imperador (presidente

¹⁷³ Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, 2ª série, t. 2, nº 2, out. 1885.

honorário do grêmio geográfico, prática honorífica, aliás, comum entre várias instituições de cunho cultural no Brasil durante o Segundo Reinado), personificavam, em boa medida, a monarquia e os interesses lusos no país; de outro, havia os que, como Zeferino Cândido, trazendo já de Portugal as marcas de seu republicanismo e/ou desenvolvendo-o no contato com os intelectuais brasileiros contestadores do regime monárquico, exercitavam a difícil missão de justificar o Brasil como prolongamento cultural de Portugal no Novo Mundo, tomando os devidos cuidados para não fazê-lo realçando ainda mais as vinculações da ex-metrópole com a casa dinástica reinante no país. A guinada dada pela Seção nos seus derradeiros momentos (expressa na última fase da revista, tornando-se menos “brasileira” e mais “portuguesa” e engajando-se profundamente ao projeto de um Brasil como continuidade ibérica), atrelou definitivamente sua sorte à do Império. Este, ao ruir, esvaziou de sentido a existência da filial brasileira da SGL. Ainda assim, a circulação de idéias e indivíduos portugueses se mostrou bastante feraz no período de existência da filial do Rio de Janeiro, demonstrada pelo trânsito incessante dos integrantes da comunidade lusitana entre as instituições brasileiras e pela contribuição valiosa das idéias e da atuação de um sem número de indivíduos que lograram auxiliar para a consolidação de uma atividade científica e literária mais fecunda no Brasil.

3.4 – A escrita da história do Brasil e o ideal luso-brasileiro de Zeferino Cândido

Antônio Zeferino Cândido ingressa como sócio-efetivo do IHGB em 24 de novembro de 1899. No ano seguinte, na 12ª reunião ordinária, encontram-lo dando as boas vindas a dois novos sócios do instituto: Max Fleiuss e o desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga¹⁷⁴. Um ano depois publica *Brazil*, livro comemorativo dos quatrocentos anos da presença portuguesa na América do Sul. A obra é publicada sob os auspícios do IHGB, sendo importante, nesse caso, registrar a compreensão de Zeferino de como se deveria escrever a história do Brasil.

¹⁷⁴ In: Revista do IHGB (RIHGB), t. 63, v. 102, 1900, p. 478-84.

De acordo com Zeferino Cândido, “a boa História brasileira” estava pedindo um novo, valioso e definitivo impulso. Era necessário, segundo ele, voltar aos arquivos, rever os documentos originais já conhecidos e procurar outros para então, com firmes provas e definitos exames, afirmar a “verdade”. Para Zeferino, de um modo geral, os estudos sobre a história brasileira careciam de maior criticidade, que se firmassem mais solidamente na documentação existente, a fim de “conhecer melhor, saber mais e deduzir menos”¹⁷⁵. Ainda conforme o ex-professor da Universidade de Coimbra, a historiografia brasileira deveria se esforçar em produzir novas monografias e buscar incessantemente repositórios de documentos, que ultrapassassem os já bastante conhecidos, condição indispensável para a emersão de “uma nova, fecunda e organogênica época de final reconstrução”¹⁷⁶. Consoante com sua formação positivista, Antônio Zeferino Cândido alertava os estudiosos da história nacional que se reuniam no IHGB de que eles haviam necessariamente que abandonar, tudo o que, naquele tempo representado pelo reinado da ciência, circulava em livros e monografias que “se baseava em opiniões falsas e irrefletidas, no sobrenatural, no milagre, na metafísica e no acaso”¹⁷⁷. Antônio Zeferino Cândido chegava a classificar de *fetichista* uma determinada tradição de escrita da história brasileira, toda ela calcada em lendas. Para ele, o primeiro trabalho a ser feito na (re)construção da história nacional seria de destruição dessas lendas pelo grande poder de sedução que exerciam “até sobre as mais doutas inteligências”¹⁷⁸.

Seria preciso remodelar profundamente o estudo do passado do Brasil, deixar para trás definitivamente os modelos de escrita da história nacional erigidos em meados do século XIX. Segundo Zeferino, até mesmo a única obra sintética e geral existente sobre a história nacional, a *História do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, estava fundada em alicerces pouco sólidos, havendo nela “muito que retocar, muito que destruir”¹⁷⁹. Concomitantemente, Zeferino defendia que os estudiosos e as instituições brasileiras interessadas na investigação da história pátria se dedicassem a perscrutar as bibliotecas estrangeiras a fim de descobrir/coligir documentos referentes ao Brasil, com o que se poderia suprir muitas das lacunas ainda pendentes do passado brasileiro. Em suma, o modelo cientificista de escrita da história de Zeferino Cândido colidia com a

¹⁷⁵ Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1899. *RIHGB*, t. 62, parte 2, 1900, p. 399.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 399.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 400.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 398.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 398.

tradição de estudos históricos efetuados pelo IHGB. Assim, quando Zeferino Cândido falou em “profundas remodelações”, provavelmente incluía também um sério desafio aos estudiosos de seu tempo: para a superação dos paradigmas da investigação histórica canônicos no país, Zeferino instigava a que se adotasse procedimentos de verificação das “verdades” construídas anteriormente (muito provavelmente estava se referindo à prática consagrada de pesquisa histórica em voga no IHGB) por intermédio do tipo de provas usadas para afirmá-las. Zeferino acreditava que tal comportamento poderia deixar explícitas as incongruências das narrativas geralmente realizadas sobre a história do Brasil. Cremos que entra em cena aqui, simultaneamente ao ofício do historiador, o republicanismo de Zeferino Cândido, na medida em que junto com o seu diagnóstico da veiculação do projeto político bragantino nas entrelinhas dos trabalhos que se propuseram a escrever a história do Brasil (não só da fase independente, bem como do período colonial), figurava uma conotação política de associação do modelo de escrita da história do IHGB à ideia de unidade territorial e administrativa consignada pelo império e/ou, sinteticamente, pelo símbolo do monarca. Portanto, o que necessitava ser remodelado era o próprio trabalho do IHGB.

Tal compreensão da narrativa histórica amparou seu livro comemorativo dos quatrocentos anos da presença portuguesa no Brasil¹⁸⁰. Esta obra de Zeferino é mais do que uma homenagem ao país que o acolhera, ela constitui, principalmente, um exercício de reescrita da história brasileira, a qual representa uma tentativa de “correção” daqueles moldes tradicionais a que nos referimos há pouco, inerentes ao IHGB; só que, no presente caso, produzida com o beneplácito e a expectativa do próprio IHGB. O livro não abarca os quatro séculos de existência do Brasil, detém-se dos antecedentes da viagem de Pedro Álvares Cabral às excursões de defesa costeira, em meados da década de 1520, levadas a cabo durante o reinado de D. João III. Esquemáticamente, pode-se asseverar que *Brazil* foge, em alguns pontos, ao usual nas narrativas da história pátria: está estruturada na forma de monografia e não de um grandes relato; além do mais, pretendeu basear-se em documentos originais, para o que Zeferino teria se deslocado para várias regiões do país à cata de material. A orientação positivista do autor se faz presente na intelecção acerca do documento: as lacunas do narrativa histórica Zeferino as pretendia preencher com novos e reveladores documentos. Ao mesmo passo, o autor se esmera também em realizar um levantamento bibliográfico exaustivo, ao que contou

¹⁸⁰ Cândido, António Zeferino. *Brazil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

com a ajuda de muitos intelectuais, pelo oferecimento de obras e documentos de difícil acesso.

Virou-se o autor antes de tudo para a bibliografia; sentiu-se aterrado! O que se tem escrito sobre o Brasil, em todas as línguas, em toda a parte, assombra! Mais de 200 obras, que era preciso ler e muitas que era forçoso meditar!

A maior parte delas fora da mão, longe das estantes caseiras, esparsas em bibliotecas. Muitas raríssimas e preciosas; muitas, fora do alcance do autor!

E tudo era preciso ler, para que saísse coisa de utilidade.

Pontos de historiografia, que estavam pedindo documentação, outros um conhecimento geográfico, etnográfico local.

O autor correu toda a costa do Brasil, de Santos até a extrema do norte. Fez o mais que era possível com os seus recursos e com os que pôde agrupar-lhe, pela extrema generosidade de tantos que o auxiliaram. Lista que não pode ter cabimento numa explicação preliminar.

Voltou carregado de informações de valia e de atualidade.

Teve a ideia de pagar, com a coordenação dessa sua viagem, a sua dívida de afetos ao Brasil, fazendo um livro leve, impressionista e de cor muito local. (Cândido, 1900, p. vi)

Brazil é dividido em três seções, a Introdução e as Partes 1 e 2. A Introdução, por seu turno, é subdividida em *Grandes navegações*, *Povoamento da América* e *Os precursores de Cabral*; a 1ª Parte subdividida em quatro capítulos (I ao IV respectivamente) – *O Descobrimento*, *A Anclagem*, *O Nome* e *O Índio*; e a 2ª Parte em dez capítulos, (V ao XIV respectivamente) – *O Reconhecimento*, *Vespúcio documentado*, *Vespúcio na lenda*, *Um Documento falso*, *Outro documento falso*, *O capitão da Armada de 1501*, *Vespúcio na história*, *O autor do Roteiro Geral*, *Expedição de Gonçalo Coelho* e *A questão de Malaca*. Consta ainda um *Apêndice*, composto de cinco documentos: *Carta de Pero Vaz de Caminha*, *Carta do mestre João*, *Físico D’El Rei para o mesmo Senhor*, *Carta d’El Rey D. Manuel de Portugal a los reyes catolicos dandoles cuenta de todo lo sucedido en el viaje de Pedro Alvares Cabral por la costa de Africa hasta el mar rojo*, *Doações da ilha de S. João a Fernando de Noronha e seus descendentes* e, por último, *Solis e Cristóvão Jacques*.

Resta saber que impactos (ou mesmo se os houve) a metodologia propugnada por Zeferino trouxe ao IHGB. Porque *Brazil* foi mais do que simplesmente um livro produzido “sob os auspícios do Instituto Histórico”, correspondeu a um exercício de

escrita da história de um membro recém-admitido na instituição (24/11/1899), que desejava influir diretamente nos trabalhos do consagrado clube de intelectuais brasileiros. Expansão metodológica da sua teoria positivista? Exercício de interpretação do papel e da relação da história correspondente ao Brasil no âmbito do processo histórico lusitano? Talvez ambas as coisas. Há fartas demonstrações de Zeferino quanto ao seu “ardor” patriótico. Não nos interessa julgar a “sinceridade” do pendor pela pátria do divulgador da *Cartilha Maternal*. O que se quer ressaltar é a insistência do posicionamento de Zeferino quanto à defesa das coisas de Portugal. Conquanto a escrita de *Brazil* reflita cristalinamente a adoção de uma postura metodológica positivista, acresce que o estudo do passado brasileiro parece, em determinados momentos, funcionar na obra de Zeferino como um capítulo na engrenagem da história portuguesa. De fato, esses dois aspectos são concorrentes e não excludentes em sua produção textual. O empenho desvelado pelo estudo de Portugal e os cometimentos a que se entrega visando aos interesses da terra natal povoam seus escritos. A própria apresentação de *Brazil* (intitulada *Explicação Preliminar*) confirma essa assertiva. Quando da efeméride dos quatrocentos anos da viagem de Vasco da Gama à Índia, como já anotamos anteriormente, Zeferino publica *Portugal*, seu contributo para as celebrações do grande feito nacional levadas a cabo pela comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. Em *Brazil*, Zeferino retoma as motivações que o lançaram no preito à façanha marítima coletiva do povo português.

D’um vivo desejo de tomar parte na celebração do centenário da Índia, nasceu o – *Portugal*. – A crítica foi generosa por demais; não lhe notou defeitos e espraizou-se em lhe salientar merecimentos.

Um único reparo, feito por autor de nota, referiu-se ao ardor patriótico com que foi escrito; foi, de toda a crítica, o que mais cativou o autor. O amor tem de ser quente e o da pátria o mais abrasado de todos. Ai dos povos que arrefecem esse sentimento, e que não têm, de vez em quando, os estremecimentos fortes da alta temperatura. (Cândido, 1900, p. v)

A exortação que Zeferino fez em 1901 aos historiadores do passado brasileiro, para que deixassem de vez de se orientar pelas lendas erigidas em torno de *nossa* história, o autor tentara ele próprio fornecer o exemplo em *Brazil*. Grosso modo, o livro é construído par e passo com suas descobertas “científicas” e a “desmontagem” de uma

errônea interpretação dos fatos e documentos atinentes à história do Brasil: “Por toda a parte, a necessidade de destruir; em poucas partes possibilidades de edificar. Posição por demais desagradável era essa, e, no entretanto, a única justa e a mais necessária.” (Cândido, 1900, p. vii)

Mas o autor alude ainda a um aspecto importante que teria confirmado o acerto de suas convicções metodológicas e que foi uma espécie de *balão de ensaio* para dar seguimento ao seu propósito de remodelagem da tradição historiográfica do IHGB. Em 1899 Zeferino profere várias conferências acerca de três personagens emblemáticos das grandes navegações que têm lugar na transição do século XV para o XVI (Vasco da Gama, Villegaignon e Colombo)¹⁸¹. Todas as conferências acontecem em instituições das quais Zeferino era sócio: *Vasco da Gama*, Memória histórica, lida na sessão solene realizada no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1899; *Villegaignon*, conjunto de quatro conferências realizadas no Retiro Literário Português do Rio de Janeiro – a 1ª em 18 de março, a 2ª em 6 de abril, a 3ª em 13 de abril e a última em 20 de abril, todas no ano de 1899; e *Colombo*, Memória histórica lida perante o IHGB, em sessão de 12 de outubro de 1899. Partindo do pressuposto de que procedem os comentários de Zeferino a respeito do êxito dessas palestras entre seu *público-alvo*, o livro comemorativo do *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil* já pode ser considerado como uma primeira incursão no seu pedagógico propósito de reescrita da história nacional.

Foi nesse momento crítico que o autor apelou para o público, em forma que ele mesmo não suspeitava. Foi ele, esse público, essa opinião sempre justa, que sentenciou, em última instância.

Esse livro tem, desde o princípio, essa felicidade, poucas vezes realizada: é filho do público, a que, em grande parte, se destina.

Tomou o autor de entre as muitas construções de história brasileira que, no seu entender, careciam de total reconstrução, uma das mais sugestivas, a obra de Villegaignon. Aplicou-lhe em público, a sua forma e vestiu-lhe a nova roupagem da verdade, que a torna total e absolutamente diversa.

Fê-lo em conferências públicas e deu a seu modo de ver a máxima publicidade na imprensa. Era o seu *balão de ensaio*.

¹⁸¹ Transcritas, essas conferências foram publicadas em livro no ano seguinte com o título: *Navegações e conquistas. Três estudos: I – Vasco da Gama; II – Villegaignon, III – Colombo*, Rio de Janeiro, Livraria J. B. Santos Editor, 1900.

Não podia ser mais completo nem mais lisonjeiro o resultado. De toda a parte vieram palavras de concordância e de animação.

Eis a razão suprema, que encorajou o autor, para dar ao seu trabalho a única feição possível com a opinião que formou. (Cândido, 1900, p. vii)

No âmbito do espectro político-ideológico, Zeferino consuma, com seu texto celebrativo dos quatrocento anos da presença lusitana na América do Sul, a articulação de sua propaganda republicana com a ideia da construção de um espaço atlântico de cultura portuguesa, religando os pontos das histórias de Portugal e Brasil sob o impulso de matrizes de pensamento científicas. Tal conformação, juntamente com seus trabalhos no campo da pedagogia (em que se destaca a divulgação do método João de Deus) e da produção de um saber “geopolítico” a fim de interceder no projeto de amparo e fomento à empresa colonialista portuguesa levada a cabo pela Sociedade de Geografia de Lisboa e sua filial no Rio de Janeiro, revela o modo como Zeferino interviu no debate sobre o tema da decadência. Penso que tenha sido exatamente a preocupação de cunho nacionalista o motor que impulsionou uma candente preocupação a propósito da situação subalterna de sua pátria no *concerto das nações* que se realizava entre fins de Oitocentos e início do século XX; compreende-se que seu proselitismo republicano tenha andado de mãos dadas com seus propósitos de reerguimento do país, mas ainda assim subordinando-se a este último, até porque, da mesma maneira que alguns republicanos de seu tempo, descontentes com o modo como se instalou a república em Portugal ou como procedia o primeiro governo, foram abrandando ou até renunciando o republicanismo acalentado ao longo de mais de três décadas, Zeferino Cândido, retornado à Lisboa em 1901, tão logo se proclama o novo regime chega a abandonar o país por algum tempo, homiziando-se em Espanha¹⁸².

Por fim, retomando a concepção de história de Zeferino Cândido, comparativamente à tradição historiográfica do IHGB, há que se salientar um aspecto importante atrelado ao lugar da história na organização das disciplinas científicas e às mudanças nos perfis dos historiadores no Brasil na cena de *fin-de-siècle*. Fiel à classificação das ciências formulada por Comte, Zeferino Cândido concordava com aqueles que concebiam a História como disciplina auxiliar daquela que seria a

¹⁸² Similarmente ao caso de Zeferino Cândido, de descontentamento com a feição assumida pela República em Portugal, pode-se citar Casimiro Freire (*Um apóstolo da instrução popular e da democracia*. Lisboa, Tipografia Americana, 1930). Sobre a saída de Zeferino de Portugal depois de 1910, cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 5. Lisboa, Editorial Enciclopédia, s/d.

encarregada de realizar sínteses e extrair leis: a Sociologia; cabendo, pois, à primeira, construir narrativas estruturadas em fatos verificáveis, amparados em documentos autênticos, no formato de monografias, até porque não havia, especialmente no caso brasileiro, um volume substancial de trabalhos que possibilitasse um exercício de síntese¹⁸³.

Ainda assim, a permanência no Brasil e o contato com sua cultura e instituições trouxeram repercussões consideráveis no pensamento de Zeferino. A concepção do espaço atlântico de cultura portuguesa, a unir Brasil, Portugal e suas colônias no ultramar, funcionando como espécie de antídoto ao sentimento de decadência internalizado de maneira bem mais aguda pela intelectualidade lusitana a partir da segunda metade do século XIX é gestada nos vinte e três anos de estada no país do Novo Mundo. Sinteticamente, *Brazil* condensa a ideia do país sul-americano como fruto da grande obra civilizadora portuguesa iniciada nos Quatrocentos, país o qual, nos umbrais do vigésimo século, encaminhava seu porvir realizando o amálgama entre a organização política sob bases positivas (república), porém, consoante as sólidas tradições ibéricas que informavam sua história. A respeito da empresa de escrita do livro e da relação que Zeferino manteve com o Brasil:

Ao mesmo tempo que o livro ia saindo, todo destrutivo, pela crítica, deixando abertos vazios enormes, e quase contínuos, em que a luz da verdade ainda não entrou, o autor ia tomando consigo o compromisso de dar o melhor de sua vida ao estudo e à indagação, com o fim de descobrir materiais para essa necessária construção. Se o conseguir, julgar-se-á então feliz, por ter pago na melhor moeda que possui a sua grande dívida de amizade, de veneração pelo Brasil, a nova pátria a que devotou a quadra mais forte e mais produtiva da sua existência. (Cândido, 1900, p. viii)

De volta à pátria, em 1901, Zeferino Cândido realiza um grande balanço das potencialidades econômicas de Portugal no contexto da fase imperialista do neocolonialismo europeu. Convidado pela Associação Comercial de Lisboa para proferir uma fala aos comerciantes portugueses e demais interessados sobre o estágio atual e os horizontes do comércio português, Zeferino põe em prática em duas

¹⁸³ Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1899. *RIHGB*, t. 62, parte 2, 1900, p. 399.

conferências¹⁸⁴ um resumo dos conhecimentos que granjeara/desenvolvera no período de permanência no Brasil. A par da temática do comércio exterior, o autor de *Brazil* faz acompanhar sua “voz autorizada” por aprofundadas imersões no terreno da história luso-brasileira e da geografia política mundial. A reversão do quadro de decadência nacional começaria com o aproveitamento das possibilidades que se apresentavam no âmbito da renhida concorrência entre as grandes potências mundiais no alvorecer do século XX. E o primeiro alvo era o continente americano. Portugal deveria aproveitar sua posição de neutralidade na Europa para explorar melhor o comércio com as repúblicas oriundas do esfacelamento do império espanhol, até porque Portugal havia sido negligente com os mercados dos demais países da América Latina, absorvido que sempre esteve com o comércio com o Brasil. Outro ponto favorável a Portugal era o de que seus produtos não concorriam com os exportados por aqueles países da hispano-américa. (Cândido, 1902, p. 1-2)

Em seguida, Zeferino invoca os benefícios que a posição geográfica de Portugal poderia render ao país. Os receios e traumas oriundos do domínio colonial português no Brasil recebem um tratamento especial por parte de Zeferino, uma vez que a recém-república consistia no maior parceiro comercial de Portugal. Com o exemplo da história, Zeferino defende o incremento das relações comerciais com o Brasil: “(...) uma visita aos documentos de nossa administração colonial, nos séculos XVII e XVIII, chegaria para convencer de que não seria difícil, entre dois países, o que já foi uma realidade, entre uma colônia e a sua metrópole.” (Cândido, 1902, p. 3) Profundo conhecedor da comunidade lusitana na Corte, o autor tem uma nítida dimensão da representatividade exercida no Brasil pelas camadas comerciantes portuguesas. Zeferino ainda avalia o português melhor aparelhado que o espanhol e o inglês no trato com as ex-colônias na América:

Dado o repúdio das neo-nacionalidades pelas suas ex-metrópoles, temos ainda toda a vantagem na América, pelo menos sobre Inglaterra e Hespanha, que, ali e n’esse ponto, competem connosco. Temos, nas nações de origem, inglesa e hespanhola, a posição do terceiro que folga, e não concedemos a ninguém a igual vantagem no Brazil, porque ahi temos, como grande força de garantia, a população portugueza, ainda superior a de qualquer outra nação européa; população essa, que nos assegura a nossa hegemonia

¹⁸⁴ Cândido, Antonio Zeferino. *Relações commerciaes entre Portugal e Brazil, duas conferencias na Associação Comercial de Lisboa*. Typographia Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1902. As palestras ocorreram em 14 e 21 de dezembro de 1901.

comercial , não somente pelo seu número, como ainda e principalmente pela fôrma como vive estabelecida e ligada dentro da família nacional. (Cândido, 1902, p. 5)

A questão da decadência é redimensionada por Zeferino. À maneira de alguns intelectuais da *Geração de 70*, Zeferino vê na displicência e modorra dos próprios portugueses algumas das causas pelo retardo em relação a maior capacidade de iniciativa de outros povos. Extraímos tal raciocínio de um trecho da conferência em que Zeferino fornece outra amostra de suas atividades no Brasil: a de homem de negócios.

Em 1890, fundou-se no Rio de Janeiro, sob a minha presidência e com o capital de mil contos de réis, uma companhia com o título de Importadora de Vinhos Portugueses. As bases foram por mim estudadas sobre dados que pareciam infalíveis. Em viagem pela Europa, tive ocasião de estabelecer em Portugal, relações commerciaes com produtores de vinho que me garantiam remessas, constantes em qualidade e quantidade, de accordo com amostras que levei. Em França, tive ocasião de recusar propostas de alta vantagem, porque me offereciam consignações de grande volume e importância: a casa Potin dava-me a sua representação em todo o Brazil. Não quiz. Era o patriotismo que puxava para mim e a transformação do commercio de consignação por conta própria que eu pretendia realizar. Pois, senhores, foi um desatre absoluto, porque as remessas, nem sequer as primeiras, corresponderam às amostras ou a algumas das condições estabelecidas.¹⁸⁵ (Cândido, 1902, p. 15)

Se atentarmos para as condicionantes que presidiam o comércio de artefatos editoriais entre os dois países no último quartel do século XIX (lembramos do caso da *Cartilha Maternal* e suas contrafações), divisaremos muitos paralelismos no discurso de Zeferino Cândido a respeito do negócio dos vinhos e do ramo de livros escolares:

A clássica intercalação da indústria do exportador especialista, entre o agricultor e o mercado, parece-me imprescindível para todos os mercados estrangeiros, abertos ou por se abrir, mas principalmente do Brazil. É dessa indústria que estabelece e mantém a legitimidade das marcas, a sua constância, com um fornecimento regular e accomodado à capacidade absorvente dos mercados, só ella pode combater a anarchia que reina a esse respeito no Brazil, da qual tem procurado aproveitar-se os nossos competidores, com uma estratégia que ainda não triumphou, simplesmente porque chegam a ser

¹⁸⁵ Zeferino aqui reclama da ausência de comprometimento do próprio ramo da economia vinícola lusitana (sem credibilidade, principalmente se comparado com as empresas e os negociantes franceses).

escandalosas as condições de preferência que possuímos na grande República Brasileira. (Cândido, 1902, p. 16)

A acuidade e a abrangência com que Zeferino trata dos problemas portugueses são frutos da múltipla formação desse homem de letras, republicano, positivista, intérprete da posição ocupada pelo Brasil na vida nacional de seu país. Na passagem a seguir que transcrevemos de sua conferência, encontram-se sintetizadas as causas de seu retorno à pátria; percebe-se a íntima vinculação com o trabalho desenvolvido no IHGB. O agente da reversão da moldura decadentista portuguesa atrelava definitivamente sua própria história com o desafio da escrita da “verdadeira” história do país para o qual fora levar a *solução definitiva* para o aprendizado da leitura.

O primeiro desses livros, *Portugal*, consiste uma das contribuições dos Portuguezes no Brazil (*note-se que nesta passagem Zeferino refere a si próprio invocando um agente coletivo – a colônia portuguesa no Brasil*), no grande jubileu de 20 de maio de 1898, o outro, ‘Brazil’, é a contribuição análoga, ao 22 de abril de 1900, por parte do IHGB, de que o auctor se honra e ufana ser sócio efectivo. Foi este segundo livro cheio de informações destructivas da mal formada história inicial do Brazil, que abriu no meu espírito a vontade firme de procurar documentos para a constructura real e definitiva, e d’ahi a minha volta a Portugal, de que semelhante propósito é uma determinante. Careço, porém, de declarar que todo este empenho meu, seja qual for o êxito que venha a alcançar, nasce do meu amor patriótico, do meu amor e gratidão ao Brazil, sem relações algumas de dependência, com o mesmo Instituto de que sou membro, quanto mais do governo brasileiro, de quem alguns jornaes d’este paiz me fizeram comissionado. (Cândido, 1902, p. 19-20)

Portugal, Brasil, faltava completar a plataforma marítima ocidental, associando à religação das esferas vitais de existência entre os dois primeiros o novo horizonte que se abria àquela altura para a revivescência do ideal aventureiro, desbravador, porém experimentado não mais pela persuasão da lança ou do arcabuz, mas por intermédio da ciência moderna, positiva. Obviamente que é necessário se resguardar do discurso conservador e imperialista de Zeferino em relação às possessões africanas e a seus habitantes. A emancipação pela civilização de que fala o divulgador do método João de Deus traz as marcas do etnocentrismo vincado na alma do colonizador europeu. Ao final de tudo, a África lá estava para prover as necessidades da metrópole. Todavia, o

discurso aos comerciantes portugueses naquela noite cercana ao primeiro Natal do novo século, era mais um esforço quanto a reatar as pontas soltas de uma história mítica, a que o seu disciplinado positivismo vinha emprestar novas tintas, capazes de colorir uma nova plataforma sob as águas do Atlântico.

A nova situação da geografia, a história da nossa vida épica, a natureza da nossa raça e ainda a corrente determinante da política utilitária de nossos dias, definem-n'os a nossa única feição nacional, somos, e não podemos deixar de ser, uma nação colonial. A forma política de Nuno Álvares e do infante martyr de Alfarrobeira, que nos circumscrevia a dominação continental, não seria hoje possível, nem tolerado. Com a força colonial consolidaremos a nossa metrópole, ampliaremos a nossa potência commercial, firmaremos relações fortes e permanentes com todas as outras nações, e conquistaremos o lugar proeminente, a que ainda temos direito, ao lado dos mais poderosos impérios do mundo. (...) O Império Portuguez é e cada vez mais será um Império Africano.

A África e o Atlântico; eis o nosso destino bom; o campo da nossa faina de honra e de proveito, a verba testamentária dos nossos antepassados, heroes que mais nos incita à luta; o Eldorado que mais nos sacia a ambição... À África, iremos com o capital e com a sciencia colonisadora; ao Atlântico, com o barco e com a illustração commercial.

E então dias felizes e gloriosos volverão para esta raça de heroísmos e de generosos ideaes; a nossa bandeira, branca como as consciências puras dos que trabalham com honra, azul como o céu dos que sonham amores leaes, voltará por todos os pontos onde já foi como pendão de conquistas, a desdobrar-se em penhores de proveitosas allianças; o nome portuguez eccoará de novo pela terra, como o do missionário do amor e do bem. (Cândido, 1902, p. 53-55)

Considerações finais

Com a atenção voltada para a circulação, o uso e as tentativas de controle de um método de ensino da língua portuguesa e para os itinerários de um intelectual português que encetara a viagem de transposição do Atlântico para promover a difusão desse método, almejou-se mensurar qual extensão, ou mesmo se ela existiu de fato, do redimensionamento da problemática da decadência em Portugal em termos dos desafios da jovem nação americana em seus esforços para tomar lugar na “marcha civilizatória” do mundo ocidental das últimas décadas do século XIX e inícios da centúria seguinte.

À partida dedicando-se ao tema da posse da competência do ato de ler, propusemo-nos revisar/reconstruir um painel relativamente alargado de como as preocupações quanto à assimilação/reinvenção dos signos da modernidade mobilizaram os extratos letrados de Portugal e Brasil. As chamadas Gerações de 70, a portuguesa e a brasileira, exatamente por terem desenvolvido a sensibilidade a propósito das implicações que as manifestações dessa modernidade traziam para suas respectivas sociedades, balizaram a seleção das fontes, fornecendo-nos um campo alargado para a observação da produção, sociabilidade e circulação cultural no período. A eclosão da *Geração de 70* portuguesa, no âmago da reinterpretação da estrutura mental e dos padrões do sistema intelectual português vigentes, reformulou o debate sobre o sentimento de decadência nacional, invocado desde o século XVIII por homens de letras lusitanos que denunciavam não apenas a perda prestígio e força no cenário internacional, bem como a estagnação das forças vivas do país.

A relação dos integrantes do grupo-geração português que manteve relações com instituições e pares do Brasil foi intensa. No Capítulo 1 vimos que as colaborações em jornais representaram uma constante entre homens de letras de um e outro lado do Atlântico, em que pese a maior frequência de portugueses colaborando com periódicos brasileiros que vice-versa. Eça de Queirós teve parte de sua obra publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O mesmo acontecendo com Ramalho Ortigão, membro da *Geração de 70* lusitana que esteve algumas vezes no Brasil e que também contribuiu com sua pena para a folha carioca durante aproximadamente quarenta anos, de 1877 a 1915. Igualmente foi destacada a relação de amizade germinada no seio de intelectuais portugueses e brasileiros que davam origem a verdadeiras tertúlias em grandes capitais européias, principalmente por conta de suas atribuições diplomáticas e

de estudos e pesquisas em acervos do Velho Continente. Tais relações de amizade foram dadas a ver pela constante troca de correspondências entre aqueles letrados, focalizando temas os mais díspares, desde os de caráter mais banal e mezinho até leituras e interpretações fertilíssimas para a compreensão das histórias dos dois países.

Paralelamente, a clivagem político-ideológica do período produziu aproximações de homens de letras portugueses identificados com o republicanismo em torno dos significados da implantação da nova forma de governo no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889, tanto apontando os erros como os acertos da jovem república brasileira. O português Sampaio Bruno foi um representante desse grupo de intelectuais que, examinando a incipiente experiência republicana brasileira e perspectivando o seu devir, apontou a vinculação do futuro das duas nações de língua portuguesa, a americana e a europeia, como a salvaguarda para os destinos de Portugal.

As interações das *intelligentias* de Portugal e Brasil foram estudadas também do ponto de vista das instituições de cunho científico. À criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), na capital portuguesa no ano de 1875, sucedeu a organização de uma sua filial no Rio de Janeiro, a Seção brasileira da SGL, criada em 1878 majoritariamente por um grupo de personalidades da comunidade portuguesa radicada no Brasil. Sócio da matriz lisboeta e posteriormente assumindo a redação da Revista da filial brasileira, António Zeferino Cândido “deu pano” a boa parte de suas reflexões a propósito da empresa colonialista lusitana em África da tribuna da seção do grémio geográfico português no Brasil.

O tema da modernidade, tão candente à maior parte das sociedades do mundo ocidental e que mobilizava em larga medida a consciência letrada luso-brasileira, ganhava ressonância ampliada em termos da aquisição da competência da leitura e escrita, mais ainda no caso da primeira. Desde meados do século XIX era comum métodos de ensino da escrita e da leitura confeccionados em Portugal atravessarem o oceano e alcançarem vultoso sucesso no Brasil. Para o período que nos ocupamos nesta tese, grosso modo do último terço do século XIX até o início do século XX, o método de ensino da leitura do poeta algarvio João de Deus – consubstanciado em sua *Cartilha Maternal*, a qual veio à luz pela primeira vez no inverno de 1877, conquanto a data estampada no frontispício fosse 1876 –, representou a iniciativa mais exitosa no campo do ensino da língua portuguesa em Portugal e, por conta da organização de um concatenado projeto de difusão, espalhou-se rapidamente pelas zonas de influência da cultura portuguesa, como o Brasil e as províncias ultramarinas lusitanas em África e

Índia. Além do aspecto da difusão, procurou-se neste trabalho reexaminar a figura de João de Deus, pedagogo bastante estudado pela história da educação portuguesa, porém, na maioria das vezes, compreendido sob a ótica acerca dele produzida pela *Geração de 70*. Parece não restar dúvida da importância da renovação da metodologia da leitura empreendida por João de Deus, ainda assim, a interpretação a que se chegou é a de que uma parte considerável de sua projeção, para além dos fatores estritamente pedagógicos, residiu na “adoção” e propaganda de seu método por muitos homens de letras portugueses que orbitavam em torno da tríade republicanismo, positivismo e maçonaria, amálgama que possibilitou, por exemplo, a criação, em 1882, da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus.

Correlatamente, outra questão de suma importância que deve necessariamente ser sopesada, sob o risco de não se apreender as múltiplas facetas da empresa de divulgação do método e da *Cartilha Maternal* de João de Deus, refere-se ao seu caráter mercantil. Procurando conseguir a obrigatoriedade do ensino das primeiras letras em Portugal pela sua cartilha e almejando igualmente aproveitar o mercado consumidor de língua portuguesa nas colônias de além-mar e no Brasil, o poeta de São Bartolomeu do Messines, aliado a seus sócios e apoiadores, encontrava, no rentável campo de exploração comercial de livros e materiais de ensino, uma alternativa que era ao mesmo tempo de sobrevivência econômica e de veículo propulsor para intervir no debate a respeito da decadência portuguesa.

O envio de divulgadores da *Cartilha Maternal* e do método de ensino da leitura para o Brasil constituiu um dos capítulos desse extenso empreendimento mercantil e ideológico. Vimos que para o Brasil vieram Manuel de Portugal e Castro, instalando-se na província de Pernambuco, e António Zeferino Cândido, fixando-se na Corte, porém, realizando turnês de divulgação do método nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e anos mais tarde de sua chegada proferindo conferências no Espírito Santo. Acreditamos que tenha sido exatamente com Zeferino Cândido que o tema da decadência tenha se juntado ao do atraso e os itinerários do ex-lente da Universidade de Coimbra parecem dar azo a essa interpretação.

De muitas maneiras, Zeferino se imiscuiu na vida intelectual brasileira e terminou por tecer emaranhadas redes de sociabilidade que o conectou com vários setores da *intelligentsia* do país, conjugando assim as tarefas das elites intelectuais de ambos países a fim de encaminhar uma solução para a dicotomia decadência/atraso. O que a investigação acerca das fontes e da bibliografia nos sugeriu é que Antônio

Zeferino Cândido trazia já de Portugal, fruto do modo como interagiu/percepcionou os debates acerca do tema da decadência realizados pela *Geração de 70* de seu país, uma preocupação com a defasagem de sua terra natal em relação aos países mais adiantados da Europa. Chegado ao Brasil para auxiliar na propagação do método de leitura criado pelo poeta João de Deus, não se atém apenas a tal desiderato, abrindo então escolas, escrevendo em jornais e revistas, participando de instituições literárias e científicas, criando até firmas comerciais. Positivista e republicano, procura em solo brasileiro orientar sua práxis social e política segundo as premissas inerentes a tal plataforma ideológica e a crença no potencial regenerador do método João de Deus de leitura é uma manifestação emblemática dessa orientação.

Todas as características de sua intervenção pública no Brasil (professor, divulgador do método de João de Deus, redator de periódicos, membro de instituições literárias e científicas, empreendedor, historiador e pesquisador das áreas de economia, matemática e geografia política) devem ser compreendidas articuladas à sua percepção e encaminhamento do problema da decadência de Portugal. Sua atuação na Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro é um ponto marcante da defesa entusiasmada do projeto colonialista português no continente africano, visto por ele e por boa parte dos intelectuais lusitanos, mormente os que se aglutinavam em torno do grêmio geográfico, como a única alternativa para a recuperação da glória e do prestígio perdidos ao longo dos últimos séculos, situação agravada ainda mais com a perda, em 1822, de sua colônia mais próspera.

Anos mais tarde, nos anos finais da última década do século XIX, já como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Zeferino dedicou-se a tentar por em marcha uma nova maneira de se escrever a História do Brasil. Seu retorno a Portugal, em 1901, deriva de um compromisso assumido junto ao IHGB de buscar fontes e documentos “originais” em bibliotecas europeias para subsidiar o intento da reescrita apontada acima. Àquela altura, completada a estada no Brasil e paulatinamente tendo estabelecido as conexões entre sua percepção da decadência portuguesa e do atraso brasileiro, Zeferino Cândido conclui o processo de redimensionamento da primeira (decadência), elaborando, a partir da experiência na ex-colônia americana, a concepção do Brasil como prolongamento do espaço cultural de matriz portuguesa, derivando daí sua proposta de uma plataforma atlântica luso-brasileira e, fruto de seu engajamento na defesa do projeto colonialista da metrópole (legitimada pelos supostos

direitos históricos portugueses pelo pioneirismo da presença no continente africano ao sul do Golfo da Guiné), também associando a esta plataforma a África.

Em função das características da pesquisa, não apenas do objeto, mas notadamente da escrita que a produziu, patenteou-se necessário reduzir a lente da objetiva, abarcando destarte um espectro mais dilatado do campo de observação. Com isso queremos manifestar que a fixação somente no terreno na divulgação do método de ensino de João de Deus, ou seja, o direcionamento da atenção apenas para as questões precipuamente do campo educacional, não fossem suficientes para analisar o debate intelectual a propósito do tema decadência/atraso que subjazia à própria criação e propagação do método do poeta algarvio, bem como as intervenções públicas de António Zeferino Cândido. De outro modo, no que toca às contribuições deste trabalho para a história da educação, entendemos que o norte que guiou o atual estudo, o de captar/reconstruir as conexões entre as histórias portuguesa e brasileira, tomadas sob o ângulo macro – seguindo sugestões de Subrahmanyam (1995) e Gruzinski (2001b) –, dependendo da natureza e peculiaridades do objeto pode representar uma alternativa profícua para as pesquisas na área, vindo a auxiliar a investigação da história da educação brasileira nas suas ligações com outras histórias.

Fontes

Fontes manuscritas

Correspondência para João de Deus

(Livro 1876-1880).

Carta de Antônio Zeferino Cândido para João de Deus. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 87-89.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 99-102.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 113-115.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 131-4.

Carta dos diretores do Ateneu Luso-Brasileiro a D. Manuel de Portugal e Castro. A. Y. P. 1-41 [MJD], fls. 547-548.

Carta de Manuel de Portugal e Castro a João de Deus. A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 447-449.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 585-586.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 787-790.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 809-814.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 617-624.

Cópia de notícias de jornais de Recife/PE (Brasil). A. Y. P 1-41 [MJD], fls. 541-544.

Poesia recitada no Atheneu LusoBrazileiro por ocasião de sua instalação e exposição dos trabalhos pelo método João de Deus. A. Y. P. 1-41 [MJD], fls. 587-589.

(Livro 1881-1884).

Carta de Casimiro Freire a João de Deus. A. Y. 1-41 [MJD], fls. 981-983.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 113.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 285-286.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 295-297.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 399-402.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 423-426.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 445-448.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 455-457.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 481-482.

_____. *Idem.* A. Y. P 1-42 [MJD], fl. 785-786.

Carta de Emílio Magalhães Cerqueira (professor público vitalício de ensino de primeiras letras da província da Bahia) a João de Deus. A. Y. P 1-42 [MJD], fls. 855-858.

Carta de Francisco Ferraz de Macedo a João de Deus. A. Y. 1-43 [MJD], fls. 205-208.

Carta de João Dinis para João de Deus. A. P 1-7, manuscrito 126, nº reg. M 1100.

Carta de Luís Caetano Pereira Guimarães Jr. a João de Deus. A. Y. 1-42 [MJD], fls. 141-144.

_____. *Idem.* A. Y 1-42 [MJD], fls. 209-10.

_____. *Idem.* A. Y 1-42 [MJD], fls. 141-144.

Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção dos Consulados e dos Negócios Comerciais – a João de Deus. A. P. 1-7, manuscrito 127, nº reg. M 1101.

Pastas

Carta de Antero de Quental a João de Deus. A. P 1-8, manuscrito 219, nº reg. M 1462.

_____. *Idem.* A. P 1-8, manuscrito 220, nº reg. M 1463.

Carta de Antônio da Silva Jardim para João de Deus. A. P 1-7, manuscrito 249, nº reg. M 1224.

Carta de Antônio Zeferino Cândido a João de Deus. A. P 1-6, [MJD], fl. 239ª, nº reg. M 906.

Carta da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província do Espírito Santo a João de Deus. A. P 1-7, fl. 260ª, [MJD], nº de reg. M 1235.

Carta da Direcção dos Consulados e dos Negócios Comerciais. A. P 1-7, [MJD], fl. 127ª, nº reg. M 1101.

Carta de Eugénio de Carvalho para João de Deus. A. P 1-6, manuscrito 279, nº reg. M 946.

Carta de Francisco Inácio de Cristo a João de Deus. A. P. 1-7, manuscrito 237, nº reg. M 1212.

Carta de Joaquim Alves de Oliveira Peixoto (professor público de ensino de primeiras letras em São José dos Campos, província de São Paulo) a João de Deus. A. Y. P 1-42 [MJD], fls. 383-384.

Carta de Joaquim Pedro de Oliveira Martins a João de Deus. A. P. 1-8, manuscrito 146, nº reg. M 1382.

_____. *Idem.* A. P. 1-8, manuscrito 147, nº reg. M 1383.

_____. *Idem.* A. P. 1-8, manuscrito 148, nº reg. M 1384.

_____. *Idem.* A. P. 1-8, manuscrito 149, nº reg. M 1385.

_____. *Idem.* A. P. 1-8, manuscrito 150, nº reg. M 1386.

Carta de Louis Carloman Capdeville a João de Deus. A. P 1-6, manuscrito 253, nº reg. M 920.

_____. *Idem.* A. P. 1-6, manuscrito 254, nº reg. M 921.

_____. *Idem.* A. P. 1-6, manuscrito 255, nº reg. M 922.

_____. *Idem.* A. P. 1-6, manuscrito 256, nº reg. M 923.

Carta de Luís Caetano Pereira Guimarães Jr. a João de Deus. A. P 1-7, manuscrito 228, nº reg. M 1203.

_____. *Idem.* A. P. 1-7, manuscrito 229, nº reg. M 1204.

_____. *Idem.* A. P. 1-7, manuscrito 228, nº reg. M 1203.

_____. *Idem.* A. P. 1-7, manuscrito 229, nº reg. M 1204.

_____. *Idem.* A. P. 1-7, manuscrito 230, nº reg. M 1205.

Carta de Luís da França Pinto de Carvalho a João de Deus. A. P 1-7, manuscrito 60, nº reg. M 1034.

Carta de Pessanha Póvoa a João de Deus. A. P. 1-7, manuscrito 260, nº reg. M 1235.

_____. *Idem.* A. P 1-9, manuscrito 167, nº reg. M 1669.

Carta de Ramalho Ortigão para João de Deus. A. P 1-8, manuscrito 217, nº reg. M 1460.

_____. *Idem.* A. P. 1-8, manuscrito 218, nº reg. M 1461.

Carta de Sebastião Humel para João de Deus. A. P. 1-7, manuscrito 236, nº reg. M 1211.

Carta de Teófilo Braga a João de Deus. A. Y. P. 1-41 [MJD], fls. 415-416.

Correspondência de João de Deus

Carta de João de Deus a Pessanha Povoá. A. P 1-2 [MJD], fl. 127^a – M 203.

Carta de João de Deus ao seu pai, José Ramos. A. P. 1-2 [MJD], fl. 45^a – M 121.

Carta de João de Deus a um amigo (Sobre a 1^a edição da *Cartilha Maternal*). A. P 1-2 [MJD], fl. 134^a – M 210.

Carta de João de Deus ao seu irmão, António Pedro José Ramos (Sobre a impressão da *Cartilha Maternal*. Lisboa, 1875). A. P 1-2, [MJD], fl. 15^a – M 91.

Carta de João de Deus ao seu irmão, António Pedro José Ramos (Sobre a impressão da *Cartilha Maternal*. Lisboa, 1875). A. P 1-2, [MJD], fl. 16^a – M 92.

Carta de João de Deus a um amigo (Sobre os problemas com a 1ª edição da *Cartilha Maternal*. Lisboa, 1876). A. P 1-2 [MJD], fl. 180ª – M 256.

Carta de João de Deus ao amigo Cândido Aires Madureira (Abade de Arcozelo) (A respeito da impressão dos quadros parietais da *Cartilha Maternal*. Lisboa, 1876). A. P 1-2 [MJD], fl. 94ª – M 170.

Carta de João de Deus a um amigo (Acerca da realização da *Cartilha Maternal* e do *Dicionário dos Deveres dos Filhos*. Lisboa, 29/08/1876). A. P 1-2 [MJD], fl. 144ª – M 220.

Carta de João de Deus ao seu irmão, António Pedro José Ramos (Conclusão do método de ensino. Lisboa, 10/04/1876). A. P 1-2 [MJD], fl. 17ª – M 93.

Carta de João de Deus a um amigo (A propósito da circulação da *Cartilha Maternal*. Lisboa, 1877). A. P 1-2 [MJD], fl. 181ª – M 257.

Carta de João de Deus a um senhor (A propósito da adoção e da divulgação do método de ensino no ultramar. Lisboa, 18/12/1878). A. P 1-2 [MJD], fl. 186ª – M 262.

Fontes impressas

Textos de João de Deus

DEUS, João de. *Flores do Campo*. Lisboa, 1868.

_____. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, publicada pelo seu amigo Cândido J. Aires de Madureira, Abade de Arcozelo. Porto, Livraria Universal e Moniz, 1876.

_____. *A Cartilha Maternal e a Imprensa*. Lisboa, tipografia das horas românticas, 1877.

_____. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, 3ª edição.

_____. *Os Lusíadas e a conversação preambular. Carta a Avelino de Souza*. Lisboa, Typographia Rua Nova dos Martyres, 3, 1880, p. 1-14.

_____. *Cartilha Maternal ou arte de leitura*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 4ª edição, correta e aumentada.

_____. *A Cartilha Maternal e o Apostolado*. Lisboa, Viúva Bertrand & Cia. – Sucessores Carvalho & Cia, 1881.

_____. *Os Deveres dos Filhos*. Tradução de João de Deus, 10ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

_____. *Campo de Flores*. Coletânea de poesias de João de Deus coordenada por Teófilo Braga. Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

_____. *Cartilha Maternal ou arte de leitura. Compreendendo o Resumo da Correspondência Oficial relativa ao Methodo, desde agosto de 1877 até Dezembro de 1893*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, 13ª edição.

_____. *A Cartilha Maternal e a Crítica*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, 1897.

_____. *Pedagogia*. In: Boletim de propaganda. Lisboa, A.4, n. 15 (Jan./Mar.1914), p.130.

Outras fontes

Álbum João de Deus (compilação de Almeida Campos). Lisboa, Parceria A. M. Editora, 1908.

Almanach de O Paiz para o ano de 1910. Rio de Janeiro, [s.n.], 1910.

ARAÚJO, Joaquim. *A João de Deus Ramos*. Gênova, Tipografia R. Instituto Sordo-Muti, 1896.

_____. *Bibliographia Antheriana: resposta aos Srs. Delfim Gomes e José Pereira de Sampaio*. Gênova, Tipografia R. Instituti Sordo-Muti, 1897.

As farpas: crônica mensal da política das letras e dos costumes / Ramalho Ortigão & Eça de Queirós. Lisboa, Clássica, 1988, vol. 1-5.

CÂMARA, João da. *Novas do outro mundo: carta de João de Deus*. Lisboa, Empresa do Ocidente, 1895.

CÂNDIDO, António Zeferino. *Resposta ao questionário da Comissão de Instrução Secundária*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876.

_____. *Método João de Deus. Província de São Paulo*. São Paulo, 1º jan. 1879, p. 1-2.

_____. “O absoluto na filosofia positiva”. In: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 2º tomo, 1º ano, out./dez. 1879, p. 467-472.

_____. *Cosmographia*. Lisboa, Tipografia das Horas Românticas, 1884.

_____. “O método João de Deus e a filosofia positiva”. In: *Almanach Litterario de São Paulo*, São Paulo, vol. VII (1884), p. 154-155.

_____. “Política colonial”. In: *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*. Rio de Janeiro, 2ª serie, nº 2, 1885.

_____. *Homenagem a Vasco da Gama*. Rio de Janeiro, Casa Mont’Alverne, 1898.

_____. *Portugal*. Rio de Janeiro, Tip. da Cia. de Loterias Nacionais do Brasil, 1898.

_____. *Brazil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

_____. *Navegações e conquistas. Três estudos: I – Vasco da Gama; II – Villegagnon, III – Colombo*. Rio de Janeiro, Livraria J. B. Santos Editor, 1900.

_____. *Relações comerciais entre Portugal e Brasil: duas conferências na Associação Comercial de Lisboa*. Lisboa, Tip. da Cia. Nacional, 1902.

_____. *O canhão vence... a verdade convence*. Lisboa, Livraria Ferreira Ltda. Editores, 1915.

_____. *Aliança que esmaga, beligerância que desonra*. Lisboa, Livraria Ferreira Ltda. Editores, 1916.

Carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado. In: QUEIRÓS, J. M Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Ed, 1970, 2 vol. (Biblioteca Luso-brasileira.).

CASTILHO, António Feliciano de. *Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

Centro Humanitário Memória a João de Deus. *Estatutos*. Rio de Janeiro, Typographia da União Portuguesa – Rua Silva Jardim, 5 – 1899.

CORREIA, Morão. *João de Deus. Breves considerações sobre a sua obra lírica*. Luanda, *Separata do nº 43 do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, 1974.

Gabinete Português de Leitura do Recife. *Relatório apresentado à Assembléia Geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco pela diretoria do mesmo em 10 de outubro de 1880*. Pernambuco, Tip. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1880.

Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. *50º aniversário, 1887*. Rio de Janeiro, Tip. Itália, Curvello D'Ávila & C, 1888.

GARCIA, Fernando. *João de Deus: poeta e pedagogo*. Silves, Câmara Municipal, 1997.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 5. Lisboa, Editorial Enciclopédia, s/d.

O Festival de João de Deus. Lisboa, Antiga Casa Bertrand – José Bastos Editor, 1905.

O Liceu Literário Português. Rio de Janeiro, Tipografia e Litografia Moreira, Maximino e Cia, 1884.

O Paiz. *Periódico diário*. Rio de Janeiro, nºs 1 a 26, out.1884.

PESTANA, José Felipe. *Methodo d'aprender a ler pelo alphabeto natural*. Baseado sobre os estudos do eminente profº português Cândido José Ayres de Madureira e adaptado ao ensino das escolas noturnas do Brasil por José Felipe Pestana. Rio de Janeiro, Moreira, Maximino & Comp. – Editores, 1884.

RAMALHO ORTIGÃO, José Duarte. *Pela terra alheia: notas de viagem (1878-1910)*. Paris–Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, Tomo I, 1916.

Retiro Literário Português. Livro de registro dos sócios titulares do Retiro Literário Português. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1879.

Revista Brasil-Portugal. Diretores: Augusto de Castilho, Jayme Victor e Lorjô Tavares. Lisboa, Typographia da Companhia Nacional editora, 1899-1905.

Revista Brasileira. Editor: Nicolau Midosi Rio de Janeiro, Typographia Nacional. 2ª fase, 1879-81.

Revista de Estudos Livres. Diretores literário-científicos: Portugal: Teófilo Braga e Teixeira Bastos; Brasil: Américo Brasiliense, Carlos Koseritz e Sílvio Romero. Lisboa, Nova Livraria Internacional Editora, 1883-84.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Rio de Janeiro, t. 63, v. 102, p. 478-84, 1900.

Revista Illustrada. Proprietários: Mariano Level e Antônio Maria Pereira. Lisboa, Ano 1, nºs 1-10.

Revista mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, t. II, 1884 e 2ª serie nº 1 e nº 2, 1885.

Sociedade de Geografia de Lisboa. Atas das sessões de reunião da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, vols. I a XIII; anos 1875-1893.

_____. *Livros Brancos (Livros do Ministério dos Negócios Externos).* Lisboa, livros 3 a 5; anos 1874-79.

Um apóstolo da instrução popular e da democracia. Lisboa, Tipografia Americana, 1930.

Páginas na internet

<http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=1>

<http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2>

<http://www.joaodeus.com/associacao/detalhe.asp?id=3>

<http://www.joaodeus.com/associacao/detalhe.asp?id=6>

<http://bibliopac.eae-jdeus.edu.pt/>

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALEXANDRE, Valentim. “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”. *Análise Social*, Revista do ICS-UL, Lisboa, vol. xxxi (135), 1996 (1º), p. 183-201.

_____. “Nação e império”. In: BETHENCOURT, Francisco e Chauduri, KIRTI. *História da Expansão Portuguesa*, vol IV, *Do Brasil para a África (1808-1930)*. Navarra, Círculo de Leitores, 1998, p. 90- 142.

_____. “A política colonial em finais dos Oitocentos: Portugal e a sacralização do Império”. In: *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Afrontamento, 2000, p. 147-162.

_____. “A África no imaginário português (séculos XIX-XX)”. In: *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Afrontamento, 2000, p. 219-229.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, André Nunes de. “As ideias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quental”. Edição eletrônica da *Revista Intellectus*, ano IV, v. I, 2005, 21 p. Disponível em: <<http://www.2uerj.br/intellectus/pdf.764>>.

AZEVEDO, Manuela de. *Reaprender a ler e a repensar a poesia política de João de Deus*. Lisboa, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 1975. 15 p.

BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira. “O Brasil e o movimento republicano português, 1880-1910”. *DOM FAFES*, Ano IX, nº 10, Câmara Municipal de Fafe, 2003, 18 p.

_____. “O Brasil e o Ideário Republicano na Imprensa Portuguesa, 1889-1891”. In: Actas das 5ªs Jornadas de História Local “Migrações: história, economia e encontro de culturas”, Câmara Municipal de Fafe, 2004, 10 p.

BARROS, Roque S. M. de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo, *Boletim*: USP/FFCL, 1959.

BAUAB, Maria Ap. Rocha. *O Ensino Normal na província de São Paulo*. 2 vol. São José do Rio Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tese de doutorado, 1972.

- BEDÊ**, Ana Luiza Reis. “Uma correspondência incendiária”. In: *Estratégia de uma mise-en-scène: “Correspondência (1762-1765)” e “Traité sur la tolérance (1763)” de Voltaire*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2007. Primeira parte, p. 18-139.
- BERARDINELLI**, Cleonice (org.). *João de Deus, Poesia*. Rio de Janeiro, Agir, 1967.
- BERRINI**, Beatriz. *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. Porto, Campo das Letras Editores S.A., 2003.
- BOSI**, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- _____. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOTO**, Carlota J. M. C. dos Reis. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 1997.
- BRESCIANI**, Maria Stella M. *Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 1976.
- BRAGA**, Teófilo. *Prosas*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898.
- _____. *João de Deus: esboço biográfico*. Lisboa, Sociedade editora Arthur Brandão, 1930.
- BRUNO**, Sampaio. *O Brasil mental: esboço crítico*. Porto, Chardron, 1898.
- BUENO**, Aparecida de Fátima. “A ínclita geração: considerações acerca da Geração de 70 e a questão religiosa”. *Estudos portugueses e africanos*, Campinas, 39, jan./jun. 2002, p. 33-52.
- CARDOSO**, Ciro Flamarion S. & **MALERBA**, Jurandir (orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000.
- CARULA**, Karoline. “As conferências populares da Glória e a difusão da ciência”. *Almanack brasiliense*, São Paulo, nº 6, nov. 2007, p. 86-100.
- CARVALHO**, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO**, Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de. *Uma vida de poeta: retrato dum álbum de família: João de Deus*. Ed. bilingue. Lisboa, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 1996. 57 p.
- CARVALHO**, Marta Maria Chagas de. “Livros e revistas para professores: configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos”. In: PINTASSILGO, Joaquim; FREITAS, Marcos Cezar de; MOGARRO, Maria João; CARVALHO, Marta Maria Chagas de (orgs.). *História da Escola em Portugal e no*

Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa, Edições Colibri, 2006, p. 141-173.

CATROGA, Fernando. “Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra: década de 70 do século XIX”. *Arquivo Coimbrão*, Coimbra, 31, 1988-1989, p. 259-345.

CAVALCANTE, Berenice. *Itinerários de leitura: a formação de um ilustrado luso-brasileiro*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo 33, p. 579-600.

CERTEAU, Michel de. “A invenção do cotidiano”. Vol. 1, *Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHÁ-CHÁ, Cecília Varela. *João de Deus: dois pedagogos, uma obra*. Lisboa, Roma Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. “La conscience de la globalité (commentaire)”. *Annalles HSS*, Paris, nº 1, jan./fev. 2001, p. 119-123.

COELHO, José Augusto. “O ensino inicial da leitura. Princípios fundamentais. Suas aplicações ao *Método Português de Castilho* e à *Cartilha Maternal de João de Deus*”. Lisboa, Imprensa Lucas, 1898.

CRUZ, Heloisa de Faria (org.). *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997 (Coleção Memória, documentação e pesquisa, 4).

CUNHA, Luís da. *Testamento político*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

CUNHA, Ovídio da. “Fundamentos geopolíticos da comunidade lusíada”. *Discurso proferido no Real Gabinete Português de Leitura, em 22 de março de 1967, em sessão comemorativa do dia da Solidariedade a Angola, organizada pelo Centro dos Portugueses do Ultramar*. Rio de Janeiro, Edição da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1967.

DAVID, Sérgio Nazar. “Para além do mercado e dos preconceitos”. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, nº 24, p. 265-274.

DELILLE, Maria Manuela Gouveia. *João de Deus na Alemanha*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Publicação do Depto. de Psicologia e Ciências da Educação, 1977.

DIAS, Márcia Hilsdorf. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994, 2 vol.

_____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Maria F. Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2004.

FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa / Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

_____. “A história da educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados”. *RBE*, Campinas, nº 7, jan./fev./mar./abr., 1998, p. 5-18.

_____. “Cultura e educação em Portugal nos finais do século XIX”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Idéias*, Lisboa, vol. XIII, IIª série, 2000/2001, p. 189-200.

FERREIRA, Alberto. *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*, vol. II. Lisboa, Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p. 309-327.

FERREIRA, Antônio Celso. “O pequeno mundo letrado da província: identidade regional em fins do século XIX”. In: *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Edunesp, 2002, p. 29-92.

FERREIRA, Lúcia Fonseca. “Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 21 (60), 2007, p. 271-288.

FLORENTINO, Manolo & **MACHADO**, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio.” In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002, p. 91-116.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas”. *Revista Lusófona de Educação*, 2009, 14, p. 111-124.

FRANCO, Maria S. de C. *As ideias estão no lugar*. *Revista Debate*, São Paulo, v. 1, p. 61-64.

GARCIA, Fernando. João de Deus: poeta e pedagogo. Câmara Municipal de Silves, 1997.

GEARA, Ademir. *Campinas, 1869-1875: republicanismo, imprensa e sociedade*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 1975.

GOMES, Ângela M. de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

GOMES, Joaquim Ferreira. *A educação infantil em Portugal: achegas para a sua história*. Coimbra, Livraria Almedina, 1977.

GOUVÊA, Carolina Maia. *Presença do escritor português na esfera literária brasileira*. In: BERARDINELLI, Cleonice *et alii*. “Singularidades de uma cultura plural”. *XIII Encontro de Professores Universitários de Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 1992.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Cia das Letras, 2001 (a).

_____. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. Rio de Janeiro, *Topoi*, mar. 2001 (b), p. 175-195.

_____. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, século XVI-XVII*. São Paulo, Cia das Letras, 2003 (a).

_____. *O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio*. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 17 (49), 2003 (b), p. 321-352.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência”. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, nº 24, 2007, p. 256-264.

HAUPT, Heinz-Gerhard. “O lento surgimento de uma história comparada”. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998, p. 205-216.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 1986.

_____. “Da circulação para a circularidade: propagação e recepção de idéias educacionais e pedagógicas no Oitocentos brasileiro”. In: PINTASSILGO, Joaquim; FREITAS, Marcos Cezar de; MOGARRO, Maria João; CARVALHO, Marta Maria Chagas de (orgs.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa, Edições Colibri, 2006, p. 65-88.

HRUGBY, Hugo. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos”. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. IX Encontro estadual de História, Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

IVO, Isanara Pereira. “Trânsito, conquista e aventura na América portuguesa: sertão baiano no século XVIII”. *Dimensões*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFES, 65, vol. 21, 2008, p. 63-82.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

KLEIN, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e início do XX”. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 6, n.º 2, jul/dez. 1989, p. 20-50.

LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. “A *Revista Brasileira* (1879-81) e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação”. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2002.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república de letras. Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870 a 1930*. São Paulo, Grijalbo / EDUSP, 1973.

MAGALHÃES, Justino. “O Manual Escolar no Quadro da História Cultural para uma historiografia do manual escolar em Portugal”. In: *Sísifo*, Revista de Ciências da Educação, Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa, nº 1, set./out./nov./dez. 2006, p. 5-14.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. “O método *João de Deus* para o ensino da leitura”. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v. 15, n. 27, jun. 1996, p. 24-50.

MARQUES, Fernando Pereira. “A Questão Ibérica em Antero de Quental”. *Res-Publica – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, 2007, 5/6, p. 73-80.

MARTOCQ, Bernard. “Molière, Castilho e a Geração de 70”. *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 28, nov. 1975, p. 39-46.

MARY, Cristina Pessanha. “A geografia no Brasil nos últimos anos do Império”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 2, jul./dez., 2005, p. 156-171.

MATEUS, J. A. Osório. “Um ofício em centenário”. *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 28, nov. 1975, p. 35-38.

MATOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL, 1987.

MATOS, Jorge Semedo. “As ‘Lágrimas Portuguesas’ pela tragédia do ‘Aquidaban’”. Lisboa, *Revista da Armada*, nº 351, 2002, Ano XXXI, p. 8-11.

MEDINA, João. “A Geração de 70: uma síntese provisória”. *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 28, nov. 1975, p. 25-33.

_____. *Eça de Queirós e a Geração de 70*. Lisboa, Moraes Editores, 1980.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. “O grupo do *Almanach Litterario de São Paulo*: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da *propaganda* (1876-85)”. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado, 2006.

_____. “O problema do ensino da leitura no último quartel do século XIX: Portugal, Brasil e o debate sobre o par *decadência/atraso*”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, Autores Associados, nº 23, mai./ago. 2010, p. 41-69.

MÉRIAN, Jean-Yves. “Presença de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Rafael Bordalo Pinheiro no debate e na polêmica naturalista no Brasil”. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, nº 24, p. 211-223.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, Edunicamp, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. “Raças de gigantes: mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas, Ed. Unicamp, 2007, p. 243-267.

MORAES, Carmem S. Vidigal. *O ideário republicano e a educação. O colégio culto à ciência de Campinas (1869-1892)*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado, 1981.

_____. “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”. In: SOUSA, Cynthia P. de (org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. Escrituras, São Paulo, 1998, p. 5-26.

MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo / 1876-1994)*. São Paulo, Edunesp, 2000.

_____. “João Köpke”. In: *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/MEC/INEP, 2ª edição, 2002, p. 546-554.

MOTA, Carlos Guilherme. “O Brasil nos horizontes da revolta republicana portuguesa de 1891: um estudo da obra *O Brasil Mental* de Sampaio Bruno”. *Histórica*, São Paulo, Ano 1, v. 1, 1993, p. 55-65.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. “Brasil e Portugal: imagens de nação na *Geração de 70* do século XIX”. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/PPGHIS, tese de doutorado, 1998.

NAVEIRA, Raquel Maria Carvalho. *O amor e a natureza na poesia romântica de João de Deus*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2009.

NEMÉSIO, Vitorino. “La génération portugaise de 1870”. In: **NEMÉSIO et alii**. *Regards sur la génération portugaise de 1870*. Conférences. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1971.

NEMI, Ana Lúcia Lana. “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”. *Almanack brasiliense*, São Paulo, nº 4, nov. 2006, p. 49-64.

NUNES, Mário. *João de Deus*. Lisboa, Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 1996.

NUNES PEREIRA, Sérgio L.. *A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2003.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. “Um João de Deus angolano”, *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1982, p. 201-11.

OLIVEIRA, Paulo Motta; **DAVID**, Sérgio Nazar; **NEVES**, Lúcia M. B. P. & **FERREIRA**, Tânia M. T. B. C. (orgs.). *Literatura, história e política em Portugal (1820 - 1856)*. Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 2007, v. 1, 203 p.

OSSENBACH, Gabriela. “Por una historia comparada de la educación en España, Portugal y America Latina”. In: **ESCOLANO**, A. & **FERNANDES**, R. (orgs.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. SEHE, Zamora, 1997, p. 227-251.

PAMPLONA, Marco A. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. *Estudos Históricos/FGV*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 1-32.

PEREIRA, Gaspar Martins. “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um movimento de viragem na história política portuguesa”. *HISTÓRIA*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, III série, vol. I, 2000, p. 113-125.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.

PIRES, Antônio Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa, Vega, 1992, 2ª ed.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo, FFLCH, tese de doutorado, 1996.

_____. “Cidades e intelectuais: os nova-iorquinos da *Partisan Review* e os paulistas de *Clima* entre 1930 e 1950”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2003, vol. 18, nº. 53, p. 33-52.

PROBER, Kurt. *História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil. Vol. 1, 1832-1927*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1981.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982.

_____. “Os vencidos”. In: *Antologia*. José Lino Grunewald (org.). Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1991.

REIS, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Organização, prefácio e notas de Elza Miné. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 15-38.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX”. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia C. P. de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 2008, p. 209-220.

_____. “Política e letras: a pátria e a nação em *Atravez do Brasil*”. *Intelléctus*, Revista Eletrônica da UERJ, Rio de Janeiro, s/nº, s/d, p. 1-21.

ROMERO, Sílvio. “Notas sobre o ensino público”. In: *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901, Cap. IV, p. 125-216.

_____. *Provocações e debates. Contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Ed., 1910.

_____. *Estudos sociaes: o Brasil na 1ª década do séc. XX. Problemas brasileiros*. Lisboa, A. Editora, 1911.

SÁ, Vitor de. *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

SARAIVA, António José. “Pré-história de Antero”. In: MARTINS, Ana Maria Almeida. Antero de Quental, 1842-1891. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991, p. 59-64.

_____. *A tertúlia ocidental*. Lisboa, Gradiva, 1995, 2ª edição.

SARAIVA, António José & **LOPES**, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto, Porto Editora, 1982, 12ª ed.

SCHELBAUER, Analete Regina. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2003.

_____. *Manifestações da ação de particulares e de professores de primeiras letras em prol da escolarização em São Paulo no final do século XIX*. Comunicação individual apresentada ao VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1988.

SIRINELLI, Jean-François. “Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels”. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, 1986, vol. 9, nº 9, p. 97-108.

_____. “A geração”. In: FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-137.

_____. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003, p. 231-269, 2ª ed.

SOUZA, José Carlos Siqueira de. *Eça ensaísta: estudo sobre o trabalho jornalístico de Eça de Queirós na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, ao final do século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2007.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império asiático português 1500-1700: uma história política e econômica*. Linda-a-velha, Portugal; Difel, 1995.

_____. “Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond binary histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1997, p. 289-315.

TAPAJÓS, Vicente & **TÓRTIMA**, Pedro. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 4. Rio de Janeiro, IHGB, 1993.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”. *Análise Social*, vol XXIII (98), 1987-4.º, p. 687-719.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra. Queres ler?* Porto Alegre, Faculdade de Educação da UFRGS, tese de doutorado, 2001.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

WILLIAMS, Raymond. “A fração Bloomsbury”. Trad. de Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros. In: *Revista Plural*, revista do curso de pós-graduação em sociologia da FFLCH-USP. São Paulo, nº 6, p. 139-168.

ZAN, João Carlos. Ramalho Ortigão e o Brasil. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado, 2009.